UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

EUGÊNIO CANESIN DAL MOLIN

O caderno de Wassily:
um estudo sobre a violência na clínica psicanalítica

São Paulo
2018

EUGÊNIO CANESIN DAL MOLIN

**O caderno de Wassily:
um estudo sobre a violência na clínica psicanalítica**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo como parte dos
requisitos para obtenção do grau de Doutor em
Psicologia.

Área de concentração:

Psicologia Experimental

Orientador: Prof. Dr. Nelson Ernesto Coelho
Junior

São Paulo

2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE
ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Dal Molin, Eugênio Canesin

O caderno de Wassily: um estudo sobre a violência na clínica psicanalítica / Eugênio Canesin Dal Molin; orientador Nelson Ernesto Coelho Junior. -- São Paulo, 2018.

310 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Experimental) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Psicanálise. 2. Violência. 3. Psicanálise Clínica. 4. Transferência. 5. Contratransferência. I. Coelho Junior, Nelson Ernesto, orient. II. Título.

Nome: Dal Molin, Eugênio Canesin

Título: O caderno de Wassily: um estudo sobre a violência na clínica psicanalítica

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia.

Aprovado em: ____/ ____/ ____

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Para Isabella,
Ellen, Eden e Dadá,
com amor.

Agradecimentos

Nenhum apreciador de ideias longamente gestadas ignora que o trabalho de pesquisa e escrita recebe as influências do meio em que se está, do tempo ocupado entre os papéis e das boas histórias ouvidas até a marcação do último ponto final. Sou profundamente devedor de cada um que compôs o meio, contou o tempo e ofereceu histórias enquanto me dedicava a essas páginas. Na impossibilidade de fazê-los todos caber aqui, agradeço a algumas pessoas em especial.

A Nelson Ernesto Coelho Junior, a tese seria completamente diferente caso não tivesse recebido sua elegante e paciente orientação, determinante para o ritmo com que pude seguir o fio de minha curiosidade. O hábito de jogar luz sobre as ideias obscuras, no momento certo e sempre quando necessário, é dessas coisas que ensinam e despertam a amizade.

A Ines Loureiro, pelo rigor e precisão com que leu o material durante a qualificação; seus comentários reorganizaram a estrutura da pesquisa e também incentivaram a exploração criativa das ideias aqui contidas.

A Daniel Kupermann, que apontou com cuidado, durante a qualificação, os caminhos e descaminhos do trabalho. Seus comentários levaram-me a aprofundar, cortar e ousar rir ao pesquisar um tema que poderia levar à sisudez.

A Renata Udler Cromberg, amiga generosa que, como supervisora, ouviu primeiro muitos dos casos que me trouxeram à pesquisa da violência na clínica, agradeço cada palavra de estímulo, cada troca de impressões, cada acolhida com a xícara em mãos e o aceite para participar da banca de defesa.

A Elisa Maria de Ulhoa Cintra, pela gentileza com que aceitou ler as páginas deste estudo e participar da banca de defesa.

Aos colegas do grupo de orientação, Vitor Carvalho, José Parra Palumbo, Marina Bialer, Marcio Leitão Bandeira, Kátia Cherix, Thiago Abrantes, Fabio Brinholi, Fábio Vargas, Bruna Zerbinatti e Gisele Senne de Moraes pela leitura que se prolongava pelas margens das páginas e pelas questões e discussões nas manhãs sombreadas do Instituto, às sextas-feiras.

A Ellen e Eden, meus pais, pelo incentivo loquaz e o exemplo de como suor e trabalho podiam, sem prejuízo, vir acompanhados da capacidade de brincar com as ideias, de rir-se delas e ainda haver espaço para o cuidado com o outro.

A Isabella e o universo particular de amor e sensibilidade que foi capaz de criar ao meu redor, mesmo nos momentos em que não podia percebê-lo. Diria, em nosso idioma próprio afeito à poesia, que cada palavra bela é cheia de olha, escuta, adivinha...

Ao Dadá e a Lari, pela graça de terem me tornado padrinho do encantador sujeitinho que anda curioso por onde quer, mexe na prateleira onde se enfileiram dramaturgos norte-americanos e responde pelo nome de Mateus.

A Renato Mezan e sua escuta das repetidas agruras decorrentes do fato de que o pesquisador também existe quando não está mergulhado no papelório da pesquisa.

A Zoraide e seu hábito de andar sob o sol atrás do melhor para plantas e animais.

Aos funcionários do IPUSP, zelosos daquilo a que eu não me atento.

Ao CNPq pela concessão de bolsa de doutorado e apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

A quem puxa e a quem segue os fios a cada sessão, na tarefa de redescobrir os próprios limites.

Resumo

Dal Molin, E. C. (2018). *O caderno de Wassily: um estudo sobre a violência na clínica psicanalítica*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A violência é um fenômeno complexo e interdisciplinar que se mostra, entre outros lugares, na clínica psicanalítica. Nesta, a violência aparece por meio dos relatos dos pacientes sobre suas experiências nas posições de sujeito, objeto ou testemunha de atos marcados pelo excesso, pela destrutividade e pelo terror. O fenômeno também ganha forma na clínica psicanalítica de outras duas maneiras: ao despertar, no analista, movimentos contratransferenciais que revelam sua própria violência, em geral negada, e na encenação feita pelo paciente, durante as sessões, de suas experiências de violência. Freud trata a violência como um conceito ao apresentar sua teoria sobre a gênese do social, mas não restringe o uso do termo a essas ocasiões; a violência também é localizada na intensidade de alguns elementos da vida psíquica, como o trauma, o sadismo e masoquismo, a agressividade e a pulsão de morte. Partimos de três figuras que ilustram aspectos do fenômeno e procuramos distinguir a trama teórica que permite analisá-las. De um gênero que poderia ser identificado com o excesso, chegamos a um fenômeno marcado pelo confronto do Eu com o meio e no esforço de manutenção de suas fronteiras. O que se experimenta é uma invasão geradora de movimentos defensivos que podem levar o sujeito à identificação com o agressor ou ao contra-ataque. Contamos com as ideias de Sándor Ferenczi, Michael Balint e Donald Winnicott para ampliar o escopo dessa leitura. A reação posterior à invasão pode também ser libidinizada e adquirir a forma de sadismo, como exemplificamos por meio de material clínico. É na clínica, especificamente na dinâmica transferencial-contratransferencial, que encontramos a repetição e a atuação do que foi experimentado como ataques ao corpo, ao Eu e à identidade. Durante as sessões, a violência sofrida anteriormente é atualizada com mudanças de posição, deslocamentos e encenações por meio da brincadeira, no caso de crianças. Descrevemos como o analista acompanha essa atualização fazendo uso de seu próprio mundo interno, de sua elasticidade identificatória, ao ocupar temporariamente os lugares que lhe são atribuídos transferencialmente, e agir a partir dali e de sua capacidade de elaboração dos elementos trazidos pelo paciente.

Palavras-chave: Psicanálise; Violência; Psicanálise clínica; Transferência; Contratransferência.

Abstract

Dal Molin, E. C. (2018). *Wassily's notebook: a study on violence in the Psychoanalytical clinic*. Doctoral thesis. Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo.

Violence is a complex and interdisciplinary phenomenon that shows itself, among other places, in the Psychoanalytic clinic. There, violence appears through the patients' reports on their experiences in the positions of subject, object or witness of excessive acts, destructiveness and terror. The phenomenon also takes shape within the Psychoanalytic clinic in other two ways: the awakening, in the analyst, of countertransference movements that reveal their own violence, generally denied, and in the staging made by the patient, during the sessions, of their experiences of violence. Freud addresses violence as a concept by presenting his theory about the genesis of the social, but does not restrict the use of the term to these occasions; violence may also be located in the intensity of some elements of psychic life, such as trauma, sadism and masochism, aggressiveness and death drive. We base ourselves on three figures that illustrate aspects of the phenomenon and try to distinguish the theoretical framework that allows analyzing them. From a genre that could be identified with excess, we reach a phenomenon marked by the confrontation of the Self with the environment in the effort of maintaining its borders. An invasion that generates defensive movements which may lead the subject to identify with the aggressor or to counterattack is thus experienced. We have used the ideas of Sándor Ferenczi, Michael Balint and Donald Winnicott to broaden the scope of these ideas. The reaction after the invasion can also be libidinized and acquire the form of sadism, as we have exemplified through clinical material. It is in the clinic, specifically in the transference-countertransference dynamics, that we find the repetition and the acting-out of what has been experienced as attacks on the body, on the Self and on identity. During the sessions, the violence suffered earlier is reassessed with changes of position, displacements and staging through games, in the case of children. We have described how the analyst accompanies this reassessment by making use of their own inner world, of their identificatory elasticity, to temporarily occupy the places allocated to them through transferences, and start act from there, based on their ability to elaborate the elements brought by the patient.

Keywords: Psychoanalysis; Violence; Clinical psychoanalysis; Transfer; Countertransference.

Sumário

Parte I – Antecâmara	10
1. A máquina dos inícios.....	10
2. As bruxas	32
I. A primeira	32
II. A segunda	40
III. A terceira.....	45
 Parte II – Enredo.....	55
1. Tempos loucos	55
2. As raízes pulsionais	82
3. A economia das intensidades	98
4. O escolho freudiano	138
5. Dear Balint e o perigo	158
 Parte III – Ação.....	189
1. O caderno de Wassily.	189
2. Do som e da fúria.	204
3. O ar sujo e marrom.	233
4. O duelo e a comunicação.	261
5. A cortina das violências	277
 Referências	289

Parte I – Antecâmara

1. A máquina dos inícios

*Nought's had, all spent,
Where our desire is got without content:
'Tis safer to be that which we destroy
Than by destruction dwell in doubtful joy.*
Shakespeare, *Macbeth*¹

Gostaria que o leitor tivesse em mãos uma página na qual, antes do texto propriamente, encontrasse indicações de encenação, como em uma peça. Ao ler “ato um, cena um”, saberia que essas palavras não se dirigem ao espectador, que sequer as ouve, mas a quem as lê – os atores, diretores e montadores – já que uma peça é escrita para, por meio deles, ganhar o palco. Na experiência da leitura privada, seja ela silenciosa² ou em voz alta, não se ignora sem mais as palavras encontradas no topo da página e, ao contrário do espectador, para quem a ação começa com o abrir das cortinas, o leitor desperta seu trabalho imaginativo a partir do “ato um, cena um”. Este o localiza antes da ação, e lembra que é ali o início. Após essas quatro palavras, seguem-se informações de cenário: “Uma planície aberta”, por exemplo. O que o espectador verá, o leitor constrói em pensamento. É à frente desse fundo, armado muitas vezes com poucas palavras, que pode começar a ação. A ambientação, portanto, precede a ação e a orienta, como a passagem por uma antecâmara, acionando as engrenagens da máquina de pensar e fantasiar oferecida por quem lê. Se na primeira página desta tese o leitor pudesse contar com indicações como aquelas que encontra ao ler uma peça de teatro, antes do diálogo, notaria que nosso propósito é compreender como a violência aparece na clínica psicanalítica; que na primeira cena estamos em uma planície aberta, mas povoada de autores. Teria também de alertá-lo sobre como os fenômenos que nos

¹ “Não há ganhos, tudo é perda,/ Se o desejo se alcança sem prazer:/ É mais tranquilo ser o que foi findo/ Que ficar inseguro destruindo”. Fala de Lady Macbeth no início do terceiro ato, cena II (Shakespeare, 2015, p. 70).

² Conferir Figueiredo e de Santi (2008), sobre a importância da “difusão da leitura silenciosa. Ela possibilita que se escape ao controle da comunidade e cria um diálogo interno que desenvolve a construção de um ponto de vista próprio” (p. 26).

interessam estão ora naquilo que o paciente fala sobre sua história, ora nas experiências que ele encena durante a sessão, mas não somente nisso.

A violência revela-se no trabalho clínico também noutros dois lados. O primeiro é o do psicanalista, que pode ser levado a considerá-la porque a notou despertada em si; não em ato, espera-se, mas por meio daquilo que experimenta durante o trabalho com o paciente que fala ou encena as violências que sofreu, testemunhou ou praticou. O último lado é o formado pelos dois anteriores, o do paciente e o do analista, e pode ganhar corpo temporariamente na dinâmica estabelecida entre estes, com todas as dificuldades e consequências que se é capaz de antever.

O exercício de pensar a violência na clínica psicanalítica – nosso objeto de estudo – a partir do trabalho com pacientes que realizaram ou sofreram atos que podemos qualificar de violentos, atraiu para mim, nesta pesquisa, elementos de outros campos, como a literatura e a história, o que me obriga a indicar, de início, a presença, por vezes indiscreta, do pesquisador, que teimosamente segue rumores de suas leituras e lembranças. Mas nenhum desses apontamentos iniciais seria suficiente, nem causaria o mesmo efeito atingido com as palavras que precedem a primeira fala na primeira cena do Ato I, de *Macbeth*:

Trovões e raios. Entram três bruxas.

Sem dúvida, não será só prejuízo se partirmos dos inícios dos outros. Encontraremos assim várias estratégias de acesso ao tema, a violência na clínica – em seus diversos flancos – que foram utilizadas com maior ou menor sucesso por outros psicanalistas, mas que, por motivos que pretendo esclarecer, não cabiam ou aplicavam-se mal ao particular ângulo de partida tomado nesta pesquisa.

Uma dessas estratégias extremamente úteis foi a adotada por Rosine Perelberg (2009b) no artigo “Psychoanalytic understanding of violence and suicide: a review of the literature and some new formulations”. Como o título claro e autoexplicativo mostra, a autora inventaria os sentidos que o termo violência (e seu quase inevitável par, a agressividade) receberam na obra freudiana, na psicanálise britânica, na norte-americana, na França e em outros países do continente europeu. A autora também procura estabelecer diferenças entre agressão e violência e propõe uma hipótese sobre a função da última. Não entrarei no conteúdo agora – ainda estamos às voltas com o problema dos inícios – mas ele nos será um importante material de interlocução. O começo do artigo é o seguinte: “Desde que Freud postulou a agressão como uma pulsão

em 1920, este tema tem sido fonte de profundos debates entre psicanalistas” (Perelberg, 2009b, p. 19)³. Estas primeiras linhas e a arquitetura do artigo revelam a atenção e a observação à variação teórica necessárias a uma pesquisa sobre qualquer conceito: recensear a bibliografia já escrita sobre o tema – em psicanálise, é de bom augúrio que tal levantamento comece por Freud –; apontar as diferenças na utilização e compreensão do conceito por autores da área; estabelecer uma diferença entre o conceito pesquisado e um outro, que lhe seja próximo e por vezes tratado como idêntico; e, quando possível, delinear uma hipótese que lhe explique a importância e a função (em se tratando de um processo psíquico). As primeiras linhas indicam também de onde se parte e para onde se vai, no caso, de Freud em direção aos psicanalistas que lhe sucederam. Vejamos outro início.

Richard Mizen e Mark Morris (2007), no prefácio a outra obra dedicada ao tema, escrevem:

O falecido Donald Meltzer escreveu um importante artigo chamado “O problema da violência” (Meltzer, 1986); não tivesse ele usado esse título, nós o faríamos. É, talvez, mais correto que o nosso, reconhece a violência como difícil de entender, mesmo misteriosa e como que apresentando dificuldades imediatas e prementes para indivíduos e sociedade, assim como clinicamente e para a teorização conceitual (p. xi).

O interesse dos autores é oferecer uma perspectiva psicanalítica sobre a violência e a agressão e, já no prefácio, salientam as dificuldades de teorização conceitual do tema – que consideram um problema – e a importância do assunto para indivíduos, sociedade e, destaque, para a clínica. Também na linha do reconhecimento dessas dificuldades, Flávio Carvalho Ferraz (2011) considera a violência, ao lado do medo, como “dois fenômenos sociais entrelaçados que marcam nossa vida cotidiana” e sobre os quais a compreensão não se limita “à esfera de um único saber específico: envolvem a economia, as ciências sociais em geral, a política e a psicologia” (p. 203). A violência pediria uma abordagem interdisciplinar em que o papel da psicanálise seria o de teorizar o que, de intrapsíquico, leva o indivíduo a praticá-la, e como tal prática é experimentada por quem a sofre. Ademais, caberia também à psicanálise rever seus “dispositivos técnicos a fim de examinar suas reais possibilidades de lidar com tais

³ Todas as traduções de citações originalmente em língua estrangeira, sem indicação de tradutor nas referências, foram realizadas por mim.

realidades” (Ferraz, 2011, p. 205); ou seja, pensar sobre como oferecer tratamento efetivo aos atores da cena de violência.

Com preocupação similar, mas posta noutros termos, Jurandir Freire Costa (2003) e Maria Laurinda Ribeiro de Souza (2006) tratam diretamente o problema da definição da violência, seja apresentando, como faz o primeiro, a inconsistência do uso do termo por psicanalistas, seja utilizando, para delimitação do conceito, teóricos de outras áreas do conhecimento – o que encontramos em ambos. A justa inquietação que notamos nesses autores tem dois aspectos. O primeiro, presente também em Mervin Glasser (1998), é a necessidade de restrição do objeto de pesquisa; caso a conceituação não seja clara, terminamos por colocar sob a rubrica de violência uma pletora inesgotável de fenômenos. A pergunta despertada pela evidência facilmente constatável desse problema diz respeito a como manter a polissemia da palavra, que corresponde aos diversos planos em que o fenômeno se dá, sem terminar por esvaziá-la de sentido. O segundo aspecto, de igual importância, é a legenda que acompanha todas essas leituras: a psicanálise, isoladamente, não é capaz de compreender, nem de explicar, nem de enfrentar o fenômeno, caso seja esse o objetivo que se coloca. Dito de outro modo, enquanto problema da psicanálise, a violência encontraria respostas alhures. Por reconhecer essas dificuldades e as preocupações que levantam, o leitor perceberá que o trabalho de definir a violência nesta tese, mesmo em seus caracteres mais fundamentais e com o intuito de compreender como o fenômeno aparece na clínica, não é feito de pronto. Ao contrário – devemos observar suas manifestações particulares, compará-las, depurar seus elementos, vê-los agir e discutir as relações que mantêm entre si. A limitação de nosso campo de pesquisa à clínica – o que está longe de fazer desaparecer as dificuldades – permite que tenhamos fatos mais concretos sobre os quais nos apoiar, sem, por isso, excluir o alcance e a variabilidade do fenômeno. Logo voltaremos a esse ponto.

Um último exemplo de início nos será útil. Ele se encontra na introdução de De Zulueta (2006), psicoterapeuta que estuda as relações entre violência, trauma e apego:

A violência está ao nosso redor. Ninguém pode sentir-se seguro de seus efeitos. Podemos experimentá-la na intimidade de nossa vida familiar, podemos esperá-la na rua; somos bombardeados com notícias diárias sobre terrorismo, guerra, assassinato, estupro, tortura e desastres ecológicos. Somos os filhos daqueles que sobreviveram a duas devastadoras guerras mundiais (p. 1).

A autora chama atenção ao caráter insidioso da violência e a sua presença no cotidiano, nos mais variados espaços. Há algo de convencional nesse início, assim como no de Mizen e Morris: um dos motivos que faz da violência um tema importante de estudo é sua presença à força, não desejada, na existência humana e no convívio social, como já pudemos notar. De Zulueta (2006), entretanto, não priva o leitor, logo após a introdução, de um primeiro capítulo no qual relata um caso clínico que é, propriamente, o início de seu livro. Do geral – de justificativas mais gerais para seu trabalho – a autora passa à clínica, e o faz de uma maneira que gostaria de explicitar. “Como uma psicoterapeuta”, escreve, “comumente conheci as vítimas de abuso ao invés dos perpetradores”. De Zulueta (2006) continua:

Quando a violência irrompe em nossos hospitais psiquiátricos, ela normalmente é vista como a manifestação da “doença” de um paciente, ou sua “irracionalidade”. Deste modo, meu primeiro encontro profissional com um assassino de crianças cuja sanidade nunca fora questionada foi importante (p. 11).

Se discuto esses inícios de estudos sobre o tema, é justamente para elaborar o meu próprio, ao qual a experiência de De Zulueta atinge de maneira sensível. Também conheci primeiro, e com frequência, as vítimas antes dos perpetradores. Da corda afinada que o começo de seu relato toca, posso acrescentar que, quando a violência irrompe em nossos serviços públicos de atendimento à saúde ou em nossos consultórios, ela costuma ser vista como o ato que descortina a “doença” do paciente, aquilo que nele há de “irracional”. Meu primeiro encontro profissional com um paciente cuja indicação de psicoterapia deveu-se aos sucessivos e violentos atos que cometia, e de quem nunca se questionou a sanidade, também foi importante. A continuação do relato de De Zulueta (2006) coloca-me numa posição estranha, mas familiar; ela escreve: “Antes de chamar meu paciente na sala de espera, tornei-me cônica do sentimento de apreensão sobre nosso encontro” (p. 11). E continua:

Dei-me conta de que ele provavelmente pareceria bem comum, alguém que eu não seria capaz de rotular como “desviante”. Minha aparente necessidade de vê-lo como “diferente” surpreendeu-me como sendo fora da manutenção de minha atitude usual com aqueles a quem entrevisto (p. 11).

A mesma corda ativada pelo início do relato permanece retesada. Meu paciente *princeps* com histórico de atos de violência física e sexual não era um homem, mas um garoto de quinze anos cuja conformação física o fazia parecer mais jovem. Fui

comunicado, antes de encontrá-lo, do risco que ele representava. Poderia estar armado, já que mantinha atividades ilegais como tráfico de drogas, roubos, era suspeito de um latrocínio e estava jurado de morte porque, após um assalto frustrado, numa troca de tiros com a polícia, acertara uma bala na coluna de um policial, deixando-o paraplégico. Ele também abusara de crianças mais novas e prostituía-se. Imaginei um garoto comum, como o eram outros com histórico de delinquência que atendera, mas permaneci apreensivo, hesitante quanto às reações que poderiam ser despertadas no atendimento. De Zulueta (2006) pergunta-se:

Então, esta ansiedade que senti quando me levantei para chamar meu paciente, do que se tratava? Dei-me conta de que se meu encontro devesse ter qualquer significado para mim ou para ele, eu teria que me tornar bem próxima deste homem, desenvolver alguma compreensão de seus conflitos e sentimentos (p. 11).

E, prossegue a autora, sobre um ponto ao qual gostaria de dar especial ênfase, porque destacado com pouca frequência em discussões sobre violência:

Entendi que para fazer meu trabalho, eu deveria ser lembrada de minha própria violência, de todos aqueles sentimentos que não acreditamos possuir até o dia em que eles se traem em um desejo desesperado de dominar [*overcome*] o “outro” a quem vemos como a fonte de nossa dor, de nossa impotência, ou de nossa humilhação (De Zulueta, 2006, pp. 11-12).

Sua compreensão ao estudar a violência implica a preocupação com o comportamento que “não só causa dano às pessoas, mas que também as ultraja ou viola como seres humanos”⁴ (De Zulueta, 2006, p. 18). A premissa elementar de sua pesquisa postula uma capacidade humana de tratar o “outro” como um objeto⁵, seja de desejo, de necessidade ou de medo. Essa objetualização, porém, embora mais tarde possa causar culpa no agente quando dirigida a um outro com quem ele venha a se identificar, não se resume à relações intersubjetivas de igualdade ou identificação entre pares. Ela também

⁴ A larga categoria de comportamentos sintetizados assim por De Zulueta inclui de modo discreto uma problemática que encontraremos na própria definição da violência, à qual nos dedicaremos adiante: se ela diz respeito exclusivamente ao “dano” físico ou deve necessariamente abarcar também o ultraje e outras formas de violência simbólica.

⁵ Ou talvez seria mais correto dizer: “uma capacidade humana de tratar o ‘outro’ como” algo que é “desobjetalizado” – para utilizar a feliz hipótese de Green sobre o papel de uma *função desobjetalizante*. Adiantemos uma ideia que será discutida noutro momento, mas que revela a complexidade do pensamento necessário ao estudo de nosso tema: “Para levar”, escreve Green (1990), “a destrutividade sobre o outro longe o suficiente, a condição indispensável à realização desse projeto é a de desobjetalizá-lo, isto é, retirar dele a propriedade de semelhante humano” (p. 453).

se mostra e causa maiores arrepios quando se subtrai a um outro, visto de modo desigual, a capacidade de sentir dor, de sofrer, ou quando tais capacidades são tratadas com indiferença, ou ainda quando um dos objetivos do próprio ato dirigido ao outro é gerar dor e sofrimento. A extensão que aplico à ideia de outro ficará mais clara abaixo, no que posso chamar de continuação de meu início. Antes, gostaria que o leitor se detivesse na ideia de que, para entender a violência e, especialmente, para que esse entendimento contemple a dinâmica da violência e as suas manifestações na clínica, devemos nos lembrar de – ou reconhecer – nossa própria violência; “todos aqueles sentimentos que não acreditamos possuir até o dia em que eles se traem em um desejo desesperado de dominar [overcome] o ‘outro’”.

Isabel Khan Marin (2002) traz uma contribuição valiosa ao afirmar que há uma negação da violência – uma dificuldade em assumi-la que produz recalques – nos outros e em si mesmo; negação que permeia inclusive aqueles momentos nos quais a violência seria necessária. Em suas palavras:

[N]ossa sociedade, justamente porque se recusa a falar de sua própria violência, condição mesma de seu modo de ser e das subjetividades que a cercam, introduz e induz a práticas aniquiladoras dos sujeitos, princípio de sua singularidade que se inscreve no domínio da lei e da ordem. É no interior desse paradoxo, do mesmo e de si próprio, que se arma a dialética da violência, isto é, de sua negação e simultânea afirmação (Marin, 2002, p. 11).

A questão da lei e da ordem será ponderada mais à frente; neste momento, interessa-nos a afirmação sobre a existência de um paradoxo no qual “se arma a dialética da violência”, uma simultânea negação e afirmação que dificulta a compreensão psicanalítica do fenômeno. Para Khan Marin (2002), seria necessário o reconhecimento de uma “violência fundamental”, que ganha forma difusa num momento “de encontro/desencontro” caracterizado pelo

contato com a ruptura, com uma impossibilidade de plenitude, mas que paradoxalmente permite a criação de um novo – é a possibilidade da expressão subjetiva –, do surgimento do Eu e do outro. Mãe/filho, educador/educando, analista/analizando, numa relação que não é aprisionada na rede imaginária da perfeição e sim na possibilidade da construção e criação social, à medida de existem *outros* e mais *outros* (Marin, 2002, p. 83).

Num campo próximo, que talvez ajude a exemplificar a natureza desse argumento, encontramos uma discussão de André Green (1990) sobre o mal, o qual poderíamos alinhar junto a termos diretamente próximos à violência, como a

brutalidade, a crueldade e o terror. O autor apresenta-nos elementos que parecem secundários, mas são essenciais à discussão. O primeiro deles refere-se aos personagens shakespearianos “habitados pelo demônio do mal: Ricardo III, Iago e Edmund” (Green, 1990, p. 448). Os três vilões, sob a lente psicanalítica de Green (1990), “apresentam um complexo fraternal que os conduz ao fratricídio” (p. 448); são, digamos, analisáveis. Já a mais trágica figura do mal criada pelo bardo inglês, Macbeth, ou o casal Macbeth – pois são ambos que encarnam a figura em sua forma trágica – “é de longe aquele sobre o qual a psicanálise aplicada é a mais difícil”. Para Green (1990), “a sede de assassinato de Macbeth é sem explicação” (p. 449), embora saibamos que Freud (1916/2010) analisou os personagens a seu modo, classificando-os entre os indivíduos “que fracassam no triunfo”, no artigo “Alguns tipos de caráter encontrados na prática psicanalítica”⁶. Parece-me ser essa sede, a afirmação constante da violência, que não reconhecemos ou assimilamos pela lógica aplicada à compreensão dos fenômenos que nos dizem respeito, o que faz dos Macbeth estranhos aos nossos olhos, mesmo quando reconhecemos neles a marca da ambição, elemento nada raro entre nós. Avaliamos, porém, que o modo como agem não é o nosso, não pode sê-lo, e a representação afirmativa, posta em ato, da violência que praticam, tem como efeito nossa recriminação ou, melhor seria dizer, nossa negação. O pensamento não tarda a tranquilizar-se estabelecendo que “não somos como eles, nunca o fomos”; logo, temos dificuldade em nos identificarmos com os personagens. Na mesma direção, Jean-Bertrand Pontalis (2011) observa como, ao constataremos a existência de certos crimes, o raciocínio adianta-se em afirmar que “Um crime inumano só pode ser cometido por não-humanos” (p. 21).

Isso nos conduz ao segundo elemento importante trazido pela discussão de Green (1990). Ele salienta a dificuldade de perceber e identificar o mal na clínica, com os pacientes: “Creio”, escreve, “que se a proximidade inclina à simpatia, há evidências de que a aceitação do autoquestionamento que envolve a análise afasta em si a caracterização de um sujeito de acordo com o critério do mal” (Green, 1990, p. 457). Mas não é só o autoquestionamento esperado em uma análise que dificulta a caracterização do sujeito de acordo com o critério do mal ou, acrescentemos mais uma vez, da crueldade e da violência: a simpatia é precedida pela identificação e pela

⁶ Mesmo André Green (1994, pp. 158-202) assumiu a tarefa um ano depois de escrever o texto sobre o mal, no ensaio “Macbeth: progenitura e desarraigamento”, de 1991.

empatia. A proximidade envolvida no trabalho clínico reforça a observação de Freud (1921/2011a), feita noutro contexto, sobre a existência de “um caminho que da identificação, através da imitação, leva à empatia, isto é, à compreensão do mecanismo pelo qual se torna possível, para nós, tomar uma posição ante uma outra vida psíquica” (p. 68n33). O caminho indicado pelo professor vienense revela uma parte da complexidade das “relações mútuas” que o Eu estabelece com o objeto de investimento libidinal, o que ainda merece o seguinte acréscimo:

Também há muito a ser explicado quanto às manifestações de uma identificação existente. Uma consequência desta [da identificação do Eu com o objeto], entre outras, está em que o indivíduo limita a agressividade frente à pessoa com a qual se identificou, poupa esta e lhe dá ajuda (Freud, 1921/2011a, p. 68n33).

A proximidade, poderíamos dizer, tinge a clínica de relações que conduzem à empatia, modo paradoxal de constatar a existência de uma vida psíquica diferente da nossa, mas com a qual estabelecemos identificações capazes de conter nossa agressividade e inclinar à ajuda e ao cuidado; o que, noutras palavras, dobra-nos ao esforço de compreender o outro que se mostra como radicalmente diferente e mesmo, em certas situações, traumático. Sándor Ferenczi (1932/1988), cuja dedicação aos “pacientes difíceis” o transformou numa referência de base para a clínica que discutiremos, chega a afirmar que a “*Compreensão é eo ipso* [por isso mesmo] *identificação*”; “Não se pode realmente *compreender*”, defende, “sem identificar-se com o sujeito” (p. 183). Também por isso, a proximidade à qual Green faz referência dificulta tentativas de categorização que tendem a localizar em posições diametralmente opostas o Eu e o outro – lá o mal, aqui não; naquilo que me é externo, a violência, em mim, não. Desse modo fica evidente porque a estratégia do psicanalista francês para discutir e compreender o mal não parte da clínica, que incita identificações e a empatia, mas se volta ao “mundo exterior”, no qual estamos sitiados “não somente pela violência, constatação banal, mas pelo mal” (Green, 1990, p. 459). Embora aquilo que está fora dos consultórios, pelos motivos expostos, permita uma observação menos poluída do que o autor chamou de mal, um de seus elementos é, sem dúvida, a violência, que, como perceberam De Zulueta e Khan Marin, cada uma a seu modo, pede implicitamente um duplo olhar: para fora e para dentro. Para fora, no paciente violento e no que se sentiu violentado; e para dentro, na violência negada, encoberta, pessoal. Terá chegado nossa hora de dizer “Trovões e raios”, que entrem as bruxas?

A máquina dos inícios – da pesquisa, de sua escrita e da leitura – ainda está em curso. Para lhe seguir os movimentos, devo voltar os olhos para dentro e pedir que me acompanhem – nele há mais inícios, um famoso árabe de vida breve, uma memória pessoal e material clínico. É provável que o método adotado nestas primeiras páginas, volto a lembrar, pareça pouco claro ao leitor. Não pretendo, neste momento, desfazer esta impressão, mas cabem alguns esclarecimentos ao atravessar a antecâmara.

A escolha de rota peculiar a que me propus seguir e o método dela resultante exigem primeiro a introdução de alguns elementos do mundo interno do psicanalista feito pesquisador, antes de apresentar a clínica que enseja a discussão. Desse modo procurei inverter, na experiência de leitura dos primeiros capítulos desta tese, o esquema mais frequente de exposição do trabalho psicanalítico, que costuma iniciar com a apresentação ou a síntese do material trazido pelo paciente, ou pela introdução de algum elemento teórico particular que será discutido, problematizado e/ou demonstrado pelo caso. Quando necessário, e a depender do modo como determinado autor entende o próprio trabalho clínico, temos notícia de sua experiência interna no contato com paciente – os psicanalistas atentos à contratransferência, em especial, utilizam com maior riqueza esses dados. Mas mesmo tal necessidade, e o pudor teórico e pessoal com que é tratada, tendem a resultar em descrições muitas vezes sumárias ou exclusivamente conceituais da experiência psíquica do clínico, da “metapsicologia dos processos mentais do analista durante a análise” (Ferenczi, 1928/2002e, p. 98).⁷ Antes de uma escolha estilística individual, que existe e não tenho motivos para esconder, a opção de rota adotada é movida exatamente pela constatação de que falta a muitos relatos sobre o trabalho clínico com pacientes violentos, que sofreram violência ou a testemunharam, uma apresentação mais detalhada e viva de como tal experiência toca o psicanalista ou, dito de outra forma, sobre como seu mundo interno pode ser ativado pelo contato com

⁷ Ao largo dessa tendência, talvez também em resposta a ela, mas com justificativas teóricas não igualmente coesas para sua utilização, encontram-se as mais variadas posições. Contamos com o esforço do próprio Ferenczi (1932/1988), em seu *Diário clínico*, para sofisticar o que se defendia, nas primeiras décadas da psicanálise, ser o trabalho mental do analista; com as originais e corajosas contribuições de Harold Searles sobre o trabalho com pacientes esquizofrênicos e borderlines (1979, 2004); com Theodore J. Jacobs (1998) que descreve e discute sua técnica de um modo particular ao pensar sobre o *enactment*; com Owen Renik (1993, 1998), que acaba por centralizar, no tratamento analítico, o psiquismo do psicanalista enquanto *meio* para compreender o ponto de vista do paciente; com Donald W. Winnicott (1947/2000a), que destaca a importância da atenção a esses processos contratransferências na análise de “pacientes psicóticos ou antissociais” (p. 278), como veremos adiante; e com parte da obra de Thomas H. Ogden (2001, 2004a, 2004b, 2004c; 2004d), cujo evidente talento para tais descrições e repertório teórico permitiram uma contribuição original a respeito da natureza da experiência analítica. Uma ótima avaliação crítica dessas posições, do que “ganhamos e perdemos com a extensão da contratransferência”, e do consequente fortalecimento da matriz intersubjetiva, pode ser encontrada em Green (2012).

os pacientes, suas narrativas e suas atuações, para além das breves, e por vezes generalistas, afirmações sobre a contratransferência hostil ou fria – quando não utilizada como critério diagnóstico – às manifestações transferenciais de hostilidade, agressividade ou indiferença do paciente (especialmente do autor de violências).

Não me parece existirem dúvidas sobre como todo fazer clínico, em algum momento, implica o psicanalista para além do âmbito intelectual, de sua compreensão teórica acerca do que escuta ou observa; mas nem sempre na apresentação de casos e na discussão clínica (em geral) encontramos a força e a intensidade dessa implicação. O que está longe de significar, a meu ver, que ela não seja fundamental ao processo terapêutico. O vigor da clínica torna-se opaco, os sentimentos e as fantasias, tanto os do paciente quanto os do analista, são categorizados de modo ligeiro, amarrados precipitadamente a conceitos, e as vísceras espalhadas ao longo de todo o trabalho são recolhidas, devolvidas ao seu lugar, costuradas e, quando descritas ao leitor interessado nesses assuntos, mostradas com a assepsia que se julga esperar de um relato clínico *comme il faut*. Talvez não seja necessário fazê-lo de outro modo na imensa maioria dos casos, mas assim o “analista pesquisador” (Winnicott, 1947/2000a, p. 277) deixa de aprender com os “períodos obscuros” que mais lhe exigem trabalho. Um exemplo clássico desse modo de apresentação poderá ajudar no esclarecimento do que tenho em mente.

Na descrição e na análise – em quase todos os aspectos notável e nada opacas – feitas por Freud do Homem dos Ratos, encontramos algumas fantasias de transferência e silêncios sobre a contratransferência que despertam curiosidade. “De um *período obscuro e difícil* do tratamento resultou, enfim”, escreve Freud a certa altura do relato, “que ele promovera a minha filha uma jovem que havia encontrado certa vez na escada de meu edifício” (Freud, 1909/2013a, p. 61, grifos meus). O jovem Ernst Lanzer, que ganhou a alcunha de Homem dos Ratos, aprazido com a aparência da moça, imaginou que Freud o tratava com amabilidade e gentileza porque via nele um possível genro e, a seu modo, atribuiu à casa do analista as características idealizadas que estavam de acordo com suas próprias fantasias. Estas, porém, e a ideia de que Freud o desejava como genro, entraram em conflito com os sentimentos que Lanzer dedicava “à sua dama”, dinâmica que já se mostrara clara noutros momentos de sua análise. Freud, então, escreve como depois de superada “toda uma série de graves resistências e *amargos insultos* ele não pôde escapar ao efeito convincente da perfeita analogia entre transferência fantasiada e a realidade de outrora” (Freud, 1909/2013a, p. 61, grifos

meus). A ausência no relato publicado à época dos “amargos insultos” não permitiu que o leitor tivesse a dimensão da hostilidade que Lanzer dirigiu a Freud. O que encontramos na sequência do relato do caso é a reprodução “de um dos sonhos desse período, como exemplo de sua forma de representação”:

Ele vê minha filha à sua frente, mas ela tem duas bolas de excremento no lugar dos olhos. Para qualquer um que compreenda a linguagem dos sonhos a tradução é fácil: *Ele não se casa com minha filha por seus belos olhos, mas por seu dinheiro* (Freud, 1909/2013a, p. 61, grifos do autor).

Interpretação ao que tudo indica correta, mas que traduz o conteúdo do sonho parcialmente, porque não lhe dá, ao menos no caso como foi publicado em 1909, a dimensão transferencial hostil nem do “período obscuro” nem dos “amargos insultos”. Nelson Coelho Junior (1995), procurando discutir o estatuto e a complexidade da realidade na clínica freudiana – objetivo diferente, portanto, do que nos interessa ao utilizar esse exemplo, a saber, o de mostrar como mesmo algumas das mais preciosas descrições do trabalho analítico podem passar por certa ablução –, destaca uma passagem do diário que Freud mantinha sobre o caso merecedora de nossa atenção, para melhor exploração do exemplo:

Na sessão do dia 28 de dezembro, Freud oferece uma refeição ao Homem dos Ratos e anota: “Ele estava faminto e foi alimentado (*Hungerig und wird gelabt*)”. Freud mandou servir ao paciente um prato de arenque. Sabemos mais tarde, através de anotações de sessões posteriores, que o paciente deixou a porção de arenque intacta. Essa refeição trará, de fato, uma série de consequências (Coelho Junior, 1995, p. 140).⁸

E será admitida entre os elementos que compõe o conteúdo da transferência do paciente. Não trataremos de todos os sonhos do Homem dos Ratos ao utilizar informações de seu caso em nosso exemplo, sequer citaremos os que tomam o arenque como material para o trabalho onírico; nosso propósito é outro. Mas há um sonho representativo que merece nossa atenção. Antes da oferta da refeição, na sessão de 26 novembro, Lanzer relata a Freud o seguinte sonho: “Ele tem 29 anos. A mais maravilhosa fantasia anal: Ele está deitado de costas sobre uma jovem moça (minha filha) e copula com ela pelos excrementos que pendem de seu ânus” (Freud, 2000, p.

⁸ Para consultar o trecho do diário utilizado por Coelho Junior, assim como a próxima citação do mesmo material a respeito das consequências da oferta do arenque, conferir Freud (2000). Para uma problematização do trabalho psicanalítico realizado no caso e a organização do material para publicação, conferir Mahony (1991), Mezan (1998) e o próprio Coelho Junior (1995).

165). Ainda duas linhas completam o conteúdo manifesto do sonho, mas não precisamos citá-las porque, tendo conhecimento tanto da história quanto do modo de composição fantasística do paciente, Freud remete, como faria outras vezes, a interpretação do sonho à dúvida do paciente entre desposar Anna, sua filha, que o paciente acredita ter visto na escada, e a srta. Olga, prima de Lanzer. “Pudemos facilmente remeter esta hesitação a sua hesitação entre duas de suas irmãs” (Freud, 2000, p. 165).

Freud não teria considerado esse um sonho transferencial? Ou seja, dirigido a seu analista e portador de um misto de erotismo e hostilidade merecedor de uma interpretação nesse sentido. Mesmo que não o tivesse – o que a apresentação do caso desmente – ou que julgasse tal interpretação inútil ou desnecessária, já que sua filha aparece no sonho *porque é* sua filha, ou seja, um elemento de ligação com a figura do analista, qual teria sido sua reação ao ouvir o paciente? Parece-nos, pelo relato, que foi a de domínio da contratransferência, por ele preconizada. Mas como saber ao certo, já que Freud refere-se a um “período obscuro” e a “*amargos* insultos”? Consideremos mais algumas informações do caso e retornemos a estas perguntas. Vale notar, de passagem, que, em 1913, Ferenczi escreve uma nota, de meia página, intitulada “A quem se contam os sonhos?”, que não havia de trazer novidade alguma ao professor vienense. Lemos de seu seguidor húngaro:

Nós analistas sabemos que alguém se sente impelido a contar seus sonhos à própria pessoa a quem o conteúdo latente concerne. Lessing teve um pressentimento disto, pois escreveu o seguinte epigrama:

[Somnun]

Alba mihi semper narrat sua somnia mane,

Alba sibi dormi; somniat Alba mihi (Ferenczi, 1913/2002b, p. 349).⁹

Lanzer dorme para si: Lanzer sonha para Freud. Entre a oferta do arenque e sonho da cópula pelas fezes com Anna, na sessão de oito de dezembro, o paciente relata o sonho com que iniciamos este exemplo, no qual a filha de Freud tem duas bolas de excremento no lugar dos olhos. Na entrada do diário sobre essa mesma sessão, são anotados os “amargos insultos”: “Forma-se nele”, escreve Freud,

uma grande irritação contra mim; que foi expressada em insultos que com muita dificuldade pronunciou. Ele me acusa de cutucar o nariz, recusa-se a apertar minha mão, pensa que fará bem em educar um

⁹ De Lessing (*Sinnegedichte*, II Buch): Alba conta-me sempre seu sonho pela manhã,/ Alba dorme para ela; Alba sonha para mim.

porco imundo como eu, e considera que o cartão que lhe enviei, assinado “cordialmente”, foi muito íntimo (Freud, 2000, p. 181).

No caso publicado, Freud “higieniza” o relato, e escreve como “Logo veio a suceder, em sonhos, devaneios e pensamentos espontâneos, que ele xingasse a mim e a meus parentes do modo mais grosseiro e vil, enquanto”, salienta, “me testemunhava um enorme respeito” (Freud, 1909/2013a, pp. 69-70).¹⁰ O uso da expressão “do modo mais grosseiro e vil” permite-nos verificar que há um julgamento de cunho moral, talvez mesmo estético, no modo como Freud reagiu à fala de seu paciente. Mas o que foi despertado nele por tais insultos? Ou, dito de outro modo, sobre quais elementos de seu mundo interno a hostilidade de Lanzer se fez sentir? Sabemos que Freud considerou esse um “período obscuro da análise”, cujas interpretações sobre a “transferência fantasiada e a realidade de outrora” não impediram, como destacou Coelho Junior (1995), “uma infinidade de movimentos e deslocamentos de posição”, que ele de fato “se movimentou, pôde receber agressões e elogios, pôde oferecer alimento, sem que com isso eliminasse o ‘apetite’ de seu paciente. . . . E, acima de tudo, fez um trabalho terapêutico, do início ao fim do tratamento” (p. 144). Como podemos notar, trata-se de um exemplo clássico de apresentação e discussão de caso e, além disso, de um trabalho terapêutico de primeira linha. Mas creio que teria sido precioso, aos analistas que lhe acompanharam os passos, encontrar uma descrição dos processos mentais que se seguiram à escuta do sonho, aos xingamentos e ao que de mais grosseiro e vil a hostilidade de Ernst Lanzer foi capaz de produzir. O desejo e a curiosidade de saber, todavia, não deve suplantiar o estudo do material, levando-nos a esperar de Freud mais do que ele já ofereceu e a questioná-lo sobre aspectos que silenciou ou não se debruçou com o interesse dedicado a outros, mais a seu gosto.

O que o exemplo escolhido nos mostra é que mesmo uma valiosa discussão clínica na qual a hostilidade do paciente é evidente não exige, necessariamente, um método de apresentação que considere os processos psíquicos do psicanalista, com seus objetos, seus personagens e suas cenas de foro íntimo. É possível, e para toda uma variedade da clínica suficiente, que o analista se recolha atrás do divã ao apresentar um

¹⁰ Também no diário, na entrada da sessão de oito de dezembro, lemos sobre o mesmo movimento transferencial: “Ele defende-se visivelmente contra a tentação de fantasiar que desposará minha filha ao invés de sua prima. Uma transferência exprime-se cruamente por: Frau Prof. F pode lhe lambar o rabo (uma revolta contra uma família maior)” (Freud, 2000, p. 181).

caso. Mas minha experiência com pacientes violentos, ou que vivenciaram ou testemunharam violências, não me autoriza a este procedimento.

Os casos que despertaram meu interesse sobre os modos como a violência pode habitar a clínica continuamente penetravam raízes naquilo que se convencionou chamar de “pontos cegos do analista”, do não-analisado deste, ou mesmo nas experiências emocionais que nega reconhecer como suas, armando também no plano clínico a dialética da violência descrita por Khan Marin (2002), “sua negação e simultânea afirmação” (p. 11). Se a mesma afirmação pode ser feita a respeito de todo e qualquer trabalho psicanalítico que vá suficientemente fundo, ou seja, que empreender uma análise pode levar a ambos, analista e paciente, ao “som e a fúria” de sua vida interior, não me cabe generalizar neste espaço. A experiência que ensejou esta tese, entretanto, talvez encontre sua mais honesta definição exatamente nesse aspecto: a violência narrada, atuada, revivida, testemunhada pelos pacientes, ressoa nos limites do analisável do e pelo psicanalista, põe em cheque o conforto na aplicação das teorias que conhece e, não raro, “muda o lugar dos peões sobre o tabuleiro sem que, ou antes que a teoria tenha sugerido, ou antecipado seus elementos metapsicológicos” (Aulagnier, 1989, p.17). Não creio estar sozinho ao colocar o problema nestes termos – como bem se pode ver – encontro-o também em outros autores; mas optei por iniciar esta tese a partir de minha experiência e ao meu modo. Entretanto, o leitor não tardará a notar que utilizo, como disparadores de discussões e como exemplos, também casos de outros analistas. Alguns destes, e o modo como os tratamentos que conduziram foram explicitados e discutidos, influenciaram profundamente meu próprio trabalho clínico com pacientes que experimentaram, ativa ou passivamente, violências, a ponto de, ao estudá-los, identificar em seus relatos interpretações muito próximas, ou mesmo iguais, àquelas que ofereci aos meus pacientes.¹¹

Em acordo com a pretensão desta tese, a de investigar como a violência aparece na clínica com pacientes que agiram, sofreram ou testemunharam atos considerados violentos, e escolhida a rota de apresentação do material, ainda dois dedos de orientação se fazem necessários. Nos próximos capítulos, antes da apresentação e discussão do primeiro caso, o leitor é convidado a entrar no palco interno do “analista pesquisador”

¹¹ É o caso, por exemplo, do precioso *Object relations in severe trauma: psychotherapy of the sexually abused child*, de Stephen Prior (1996). Adiantando algo sobre o qual nos dedicaremos mais à frente, talvez possamos levantar a hipótese de que o conteúdo e a forma dessas interpretações similares revela um dos elementos da dinâmica psíquica que costuma ser enfrentado em casos de violência e traumas severos e às possibilidades do trabalho psicanalítico com esses pacientes.

(Winnicott, 1947/2000a, p. 277) a partir de um complexo de associações, leituras e lembranças de natureza inteiramente privada. Se por apresentá-las como as faço possa merecer a reprimenda de que me inclino a certo exibicionismo, de que tomo por elementos importantes o “não-analisado” ou a autoanálise, a contratransferência ou mesmo a transferência do psicanalista, ou ainda faça jus à crítica de avaliar como muito relevantes dados pessoais que não interessam a mais ninguém além deste que toma a pena, devo, por considerar tais censuras respeitáveis, dedicar-me a respondê-las.

Em primeiro lugar, é preciso afirmar que tudo aquilo de privado que o leitor encontrar nas páginas a seguir foi exposto a fim de demonstrar como a clínica, especialmente a dedicada aos casos que nos propusemos a estudar, ressoa no psiquismo do analista, em suas ferramentas de trabalho; ou seja, em sua memória, sua história afetiva, sua capacidade intelectual, suas defesas, seus pontos cegos, sua mobilidade libidinal e seu trabalho teórico-clínico ou clínico-teórico¹² – inclusive o realizado durante ou após as sessões. Piera Aulagnier (1989) considerou-os momentos de corte apenas aparente entre “pensamento teórico e escuta clínica” e notou como pode

Permanecer oculto para nós . . . o trabalho de ligação subterrâneo que relaciona o que escutamos [ou experimentamos, devo acrescentar] no *hic et nunc* de nossos encontros clínicos e as aquisições sedimentadas graças ao trabalho de *teorização flutuante*, latente às vezes, que nos permitiram escutar algo novo, e escutá-lo enquanto tal (Aulagnier, 1989, p. 17, grifos meus).

Na tentativa de explicitar de modo mais rico e sincero esse trabalho de teorização flutuante, que não deixa de envolver a contratransferência ou mesmo a transferência do analista, julguei de antemão necessário trazer à tona, e expor ao leitor, alguns dos componentes de meu “mundo interno” que mais tarde, no trabalho analítico, seriam acionados pelo contato com o material propriamente clínico, dos pacientes. Essa é a *função*, a meu juízo determinante, da introdução do que chamei de bruxas que entram em cena após trovões e raios. Retomarei esse aspecto, o da *função* dessas passagens, em breve, também noutro contra-argumento às possíveis censuras. Desde já assinalo ao leitor, como o farei em diversos momentos, que a determinação inicial de

¹² P. Aulagnier (1989), ao discutir as aberturas teóricas para a clínica que, pela sofisticação daquelas, permitiriam uma melhor aplicação no campo da última, descreve uma “oscilação entre duas posições extremas: ou a negação da decepção sentida, graças a uma valorização megalomânica da teoria, que converte os eventuais escolhos encontrados na clínica em provas do valor de um saber que os anunciava *a priori*, ou então uma desvalorização de qualquer conhecimento teórico em proveito de um dito dom (inato?), que seria o único necessário e sempre suficiente, para levar a bom termo uma experiência analítica” (p. 17).

apresentar elementos psíquicos do analista, seguidos de material clínico, hipóteses clínico-teóricas e discussão, não será sempre adotada como roteiro – ele se presta como experimento estilístico de apresentação do trabalho com determinada “matriz clínica”¹³ (Mezan, 2014) ou, seria mais correto dizer, “fenômeno clínico”, o da violência. Mesmo quando não seguirmos estritamente o roteiro inicial na discussão de outros casos, manteremos ao longo de toda a tese a sustentação dessa maneira de exposição do trabalho analítico; qual seja, o de considerar como essencial à compreensão do tema – como a violência aparece na clínica psicanalítica – as mútuas intersecções entre as ferramentas internas do psicanalista, o material trazido pelo paciente, a própria experiência da dupla analítica e o levantamento de hipóteses teóricas.

Em segundo lugar, como defendi há pouco, o material clínico perde uma importante dimensão quando excluímos um dos personagens do *setting*. Winnicott (1947) propôs uma tentativa de “classificar os fenômenos contratransferenciais” em três categorias. A primeira diz respeito à “Anormalidade nos sentimentos contratransferencias, e relacionamentos e identificações padronizados e reprimidos do analista” (Winnicott, 1947/2000a, p. 276). A recomendação aqui seria mais análise ao analista e supervisão; leia-se, flexibilizar suas identificações estanques e torná-las, no mínimo, mais livres e conscientes. A segunda categoria envolve “As identificações e tendências oriundas da experiência e do desenvolvimento pessoal do analista, que fornecem as bases positivas do seu trabalho analítico e tornam esse trabalho diferente do de outros analistas” (Winnicott, 1947/2000a, p. 276). É exatamente nesta categoria que incluo a tentativa, feita já nos próximos capítulos desta tese, de apresentar *ab origine*, para auxiliar na compreensão da clínica, determinados aspectos do que pode ser incluído entre as “tendências oriundas da experiência e do desenvolvimento pessoal do analista”. Estes, é claro, passíveis também de causar erros na compreensão de determinada situação, de conduzirem a hipóteses infrutíferas e prejudicarem o que uma visão idealista poderia nomear como “o bom andamento da análise”, seja lá o que pode ser incluído nessa ideia. Trata-se dos dados que informam sobre o *individual make up* do analista, o que ele é e aquilo com que pensa e trabalha, “as bases positivas do seu trabalho”. Incluo nessa categoria também a formação teórica e a análise do analista,

¹³ Renato Mezan (2014) denomina “‘matriz clínica’ um tipo determinado de organização psicopatológica, com sua estrutura própria, seus conflitos originadores e suas modalidades características de defesa” (p. 34).

uma vez que a teorização flutuante, como descrita por Aulagnier, não nos permite ignorá-las.

A terceira categoria elencada por Winnicott (1947/2000a) distingue das duas anteriores “a contratransferência verdadeiramente objetiva ou, se isso for difícil, o amor e o ódio do analista em reação à personalidade e ao comportamento reais do paciente, com base numa observação objetiva” (Winnicott, 1947/2000a, p. 278). O que implica a ideia de que o analista possa “identificar e examinar suas reações *objetivas* ao paciente” (Winnicott, 1947/2000a, p. 278), especialmente as de ódio ou amor. Sem dúvida, a segunda categoria de fenômenos contratransferenciais descrita por Winnicott é decisiva para o trabalho com esta terceira, “a contratransferência verdadeiramente objetiva”. Em consonância com a linha que me orientou na adoção do método de apresentação e discussão clínica que procuro explicitar, o psicanalista inglês acrescenta o seguinte parágrafo, que cito integralmente:

Sugiro que se um analista propõe-se a analisar pacientes psicóticos ou antissociais ele deve estar tão profundamente consciente de sua contratransferência, que lhe seria possível identificar e examinar as suas reações *objetivas* ao paciente. Estas incluirão o ódio. *Fenômenos contratransferenciais representarão, em certos momentos, o elemento central da análise* (Winnicott, 1947/2000a, p. 276, grifos do autor e meus).

Nossa matriz clínica não se resume a pacientes psicóticos ou antissociais, os fenômenos clínicos que dispararam esta pesquisa foram em grande parte percebidos em diversas matrizes, especialmente quando o que os trouxe à análise foram atos de violência contra si mesmos ou contra outros. O ponto aqui merece destaque: como a pergunta central que esta tese procura responder concerne aos modos como a violência aparece na clínica – e a hipótese de que partimos é que ela o faz a) pelas narrativas e atuações dos pacientes sobre violências experienciadas, enquanto vítimas, agentes ou testemunhas; b) pelo movimento que isso desperta no analista; e c) na dinâmica que pode se estabelecer entre a dupla – julgo que tal “fenômeno clínico” (ou matriz clínica, em sentido amplo) exige do analista a mesma profunda consciência da contratransferência que Winnicott receita a quem se dispõe a analisar pacientes psicóticos ou antissociais.

A terceira resposta às censuras que admito provirem de meu crítico imaginário – e o leitor há de perceber que, ao respondê-las, esclareço o método utilizado nesta tese – é a de que não será por falta de modelos que perecerá nossa empreitada. O que, mais

uma vez, revela e justifica a *função* das bruxas que habitam esta tese. Em *A interpretação dos sonhos*, Freud (1900/2001f) já anunciara que

As dificuldades de apresentação foram muito aumentadas pelas peculiaridades do material que tive de usar para ilustrar a interpretação dos sonhos. . . . Os únicos sonhos disponíveis a minha escolha eram os meus próprios e aqueles de meus pacientes em tratamento psicanalítico (p. xxiii).

Troquemos “a interpretação dos sonhos” por “os atos de violência praticados, sofridos ou testemunhados” na primeira frase e estaremos diante do mesmo problema que agora enfrento. O mesmo ocorre quando substituímos “os únicos sonhos” por “as únicas experiências de violência” na frase seguinte. Se o leitor se dispuser a realizar as mesmas alterações na continuidade dessa longa citação do prefácio à primeira edição do livro sobre os sonhos, considerarei quase posta a termo a terceira resposta à censura. Escreve Freud (1900/2001f):

Mas se eu fosse reportar meus próprios sonhos [minha própria violência pessoal, reconhecida ou negada, ou meu trabalho clínico em casos de violência], inevitavelmente na sequência deveria revelar ao olhar público mais do que gostaria das intimidades de minha vida mental, ou do normalmente necessário a qualquer escritor que é um homem da ciência e não um poeta. Tal foi a dolorosa mas inevitável necessidade; e submeti-me a ela ao invés de abandonar totalmente a possibilidade de dar a evidência para minhas descobertas psicológicas. Naturalmente, porém, fui incapaz de resistir à tentação de tirar o extremo de algumas de minhas indiscrições com omissões e substituições. Mas sempre que isso aconteceu, o valor de meus exemplos foi definitivamente muito diminuído (p. xxiv).

E continua, com palavras que gostaria de sublinhar, na falta de poder escrevê-las de forma mais clara:

Só posso expressar a esperança de que os leitores desse livro se colocarão em minha difícil situação e me tratarão com indulgência, e mais, que qualquer um que encontre algum tipo de referência a si mesmo em meus sonhos [ou nas experiências de violência que relato] possa estar disposto a conceder-me o direito de liberdade de pensamento – em minha vida onírica, se em nenhum outro lugar (Freud, 1900/2001f, p. xxiv).

Outros exemplos de “analistas pesquisadores” que explicitaram a função deste, digamos, aspecto privado ou mesmo confessional em seus textos, embora por motivos diferentes, podem ser encontrados nas notas íntimas de Ferenczi (1932/1988) em seu *Diário clínico*, e também entre conterrâneos nossos. Renato Mezan (2006), por

exemplo, ao intercalar em seu *Freud: pensador da cultura*, capítulos intitulados “De me fabula narratur”, onde discute sua própria análise e, conseqüentemente, sua história, escreve ao fim de uma dessas incursões:

as páginas que escrevi não são apenas um estudo sobre Viena e sobre Freud [o objetivo declarado da primeira parte de seu livro]: na ótica que seleciona as ideias, na percepção das correlações existentes no tema abordado, no desejo de caracterizar Freud pensando a partir de e contra a atmosfera que o cercava, estão na verdade as pegadas de um trajeto que me é próprio e que vai se organizando com, por meio e por causa das questões teóricas que focalizo. Tanto é verdade que não pude dissimular, desde o início, que a reflexão se ancora tanto nas leituras quanto em minha análise (Mezan, 2006, p. 156).

Ao que o autor acrescenta: “É verdade também que esse entrelaçamento é uma prova a mais do argumento que desejo sustentar:”, logo, da *função* de suas inserções autoanalíticas, “a psicanálise da cultura é psicanálise *tout court*, e sem levar isso em conta é impossível compreender a concepção freudiana do universo cultural” (Mezan, 2006, p. 156). Luiz Meyer (2008a), em “Acaso, destino e memória”, outro exemplo de movimento similar do uso de material autoanalítico com a função de explicitar determinado aspecto teórico – no caso, a construção de memórias experimentadas como seminais e definidoras para o contador sobre quem se é –, afirma como, ao fim do capítulo, não teria seu leitor deixado de notar a relação estabelecida entre, em suas palavras: “o contexto que cria as condições para a constituição de uma lembrança, a concepção desta como produto da relação transferencial imediata e fulgurante e as três experiências aqui narradas” (p. 287). Que consistem em uma lembrança pessoal de sua infância, uma memória autobiográfica de Joaquim Nabuco e uma história repetidamente contada pela sra. Meyer, mãe do autor, sobre como se separou dos próprios pais. “São todas” as narrativas, argumenta, “*gestalten* que funcionam como atores a um só tempo escolhidos por se encaixarem às exigências do papel e conformados para o servirem” (Meyer, 2008a, p. 287).

Um último exemplo, este mais próximo de nosso objeto de pesquisa, mas não de nosso método, é o material utilizado por Paulo Endo (2005) em seu *A violência no coração da cidade*, que também faz uso de uma vivência pessoal para abrir seu estudo sobre o tema. Renata Cromberg (2008a) resenha esse início ao afirmar que a escrita do autor

se anima e se tece entre a criança que se foi, a lembrança de uma cena de violência assistida aos seis anos, uma briga de adultos cheia de ódio, agressão e armas, onde pela primeira vez se sentiu chocado com

a determinação de ferir e machucar – e a impotência da intervenção do homem forte a seus olhos que era seu pai – e a criança que seu filho é e que pergunta aos três anos: “Pai, o que é a justiça?” (p. 182).

O particular, como vemos, abre as portas para o estudo teórico ao introduzir termos centrais à discussão e problematizá-los. Desde Freud até os analistas que se dedicaram à pesquisa e ao trabalho psicanalítico nestas paragens bem ao sul de Viena, posso mais uma vez afirmar – e espero com isso *not to overkill* a justificativa e aborrecer o leitor – que não será por falta de lastro que a arriscada aventura a que me proponho verá maus resultados.

Respondidas as compreensíveis censuras e delas extraído o método, passo às últimas peças de mobiliário a notar enquanto atravessamos a antecâmara e espiamos da coxia o cenário ainda escondido pelas cortinas. Se a violência habita a clínica por meio do que narram, atuam e vivenciam os pacientes que a praticaram, sofreram ou testemunharam, também por meio do analista que a experimenta em si mesmo e no contato com o que lhe trazem seus pacientes, e – o último lado – pelas formas que temporariamente a dinâmica clínica pode adquirir, seria deitar um véu sobre o fenômeno se ignorássemos que ele não se restringe às paredes do consultório. Seja porque o material trazido pelo paciente remete também ao mundo extra-análise, seja porque a violência é, como notaram alguns dos autores já citados, insidiosa e presente em mais de um plano, *ela aparece na clínica também enquanto fenômeno social nas mais variadas formas*. De seu modo de existência na clínica, portanto, a violência, enquanto objeto de estudo, tem as características de um novelo denso e intrincado cujos fios, a cada tentativa de puxar uma ponta para desfazer o nó, estendem-se em direções que vão para além da clínica, chegam à teoria, à história, à literatura, ao comportamento de massa, a planos que pareceriam distantes do que o emaranhado inicial fez notar. Não podemos ignorá-los porque receosos de onde nos conduziriam; cada fio puxado, mesmo quando deixa o novelo ainda mais justo, deve ser tratado como uma pista que remete ao objeto de estudo, que lhe esclarece um novo aspecto. Deve-se ou não ir ao encalço de tal pista? Inclino-me a uma resposta: sim, inadvertidamente.

Caso o “analista pesquisador” e o leitor não consigam evitar a preocupação e o temor acerca desse procedimento, que se lembrem da imagem utilizada por Goethe (1809/1998) em *As afinidades eletivas*:

Já ouvimos falar de uma tática singular da marinha inglesa. Todas as cordas da Armada Real, da mais forte à mais fraca, são tecidas de tal

maneira, que um fio vermelho as perpassa por inteiro, sendo impossível de ser tirado sem desfazer tudo, e assim podem-se reconhecer até mesmo os menores pedaços pertencentes à coroa (p. 147).¹⁴

Nosso “fio vermelho” é o modo como a violência aparece na clínica psicanalítica; se ele nos conduzir a planos aparentemente distantes, olhemos ao redor e lembremo-nos de onde partimos e com qual objetivo. Que não nos percamos mais do que o necessário, basta seguir o fio característico da Armada Real.

Esta tese está dividida em três partes. Na primeira, o leitor encontrará três figuras da violência: uma colhida da literatura, uma do mundo interno do autor e a última oriunda da clínica. Elas ilustram nosso problema e serão descascadas ao longo da tese; analisadas e reanalisadas conforme caminhamos. A segunda parte apresenta a teoria com a qual pudemos pensar o problema. Partiremos de Freud e chegaremos a autores de linhagem mais inglesa. O trabalho será continuamente o de remeter a teoria ao material apresentado na parte anterior. Dito de outro modo, conforme mergulhamos na história e na articulação dos conceitos, o fenômeno adquire aspectos que não poderiam ser depreendidos ou estudados na apresentação inicial. A terceira e última parte é aberta com um caso e continua o movimento de aprofundamento, agora tendo por foco aquilo que a violência gera na dinâmica transferencial-contratransferencial. Não tenho o hábito de crer que as ideias estão sempre prontas assim que as notamos da primeira vez, o que é um infortúnio particular. As páginas que seguem têm a marca do tempo dedicado a elas, como as mudanças enfrentadas pelas personagens e a expectativa constante do romper do fio.

Apaguemos a luz. Pareço já escutar algo à beirada do palco, um murmúrio do espectador, e um contrarregra escondido, pronto a criar os sons e a projetar as luzes. Já é hora de abrir as cortinas. Antes que seja tarde: “Trovões e raios. Entram três bruxas”.

¹⁴ A metáfora, largamente utilizada, serve de título a uma coleção de publicações das Presses Universitaires de France (PUF); são dessa coleção, *Le Fil Rouge*, os três ótimos volumes escritos e organizados por Claude Balier (1988, 1996, 2005) sobre violência.

2. As bruxas

I. A primeira

Instalou-se na França, entre setembro de 1939, com a declaração das hostilidades, e maio do ano seguinte, quando da invasão alemã, a *drôle de guerre*, devido à estranha calma que dominava o front na Segunda Guerra Mundial (Todd, 1998, p. 250). O escritor argelino Albert Camus, acomodado desde meados de março de 1940 no Hotel du Poirier, em Paris, trabalhava em três frentes, três obras simultaneamente (Todd, 1998, p. 248). “Já lhe disse”, escreveu ele ao amigo Claude de Fréminville, “várias etapas, cada etapa representada em técnicas diferentes e suas sequências ilustrando as consequências de uma incorporação absurda com a vida”. E continuou a explicar no que trabalhava:

Não me faço entender bem, mas é menos sistemático e menos abstrato. Iniciei minha primeira etapa. *Calígula* (peça) terminou, você sabe. *O estrangeiro* (romance) – você leu o primeiro capítulo – tem três quartas partes escritas. Meu ensaio sobre o absurdo está escrito pela metade. Este verão terei terminado as três coisas (vou retomar um pouco *Calígula*) ao mesmo tempo (Todd, 1998, p. 252).

Mais tarde, finda a escrita de *O estrangeiro*, Camus recebeu, pelas mãos do jornalista e ilustrador Pascal Pia, quatro críticas técnicas de André Malraux a respeito do manuscrito que lhe encaminhara. Malraux faz recomendações para que o autor argelino não estereotipasse a construção das frases, fosse mais claro numa passagem final, não dissesse as coisas parcialmente, “apertasse as ênfases” e, numa recomendação específica, prescrevia: “Talvez seja preciso simplesmente falar um pouco mais (um parágrafo a mais) sobre a ligação do sol com a faca do árabe” (Todd, 1998, p. 292). Trata-se da cena do assassinato que encerra a primeira parte do romance. O que Malraux aponta é a necessidade de uma breve distensão no trecho, de forma a tornar mais fulgente, mais íntimo e destacado o reflexo do sol na lâmina. Os comentários de Malraux são anotados por dois motivos. O primeiro diz respeito a como, muitas vezes, a máxima expressão que determinada cena pode adquirir encontra-se na ligação entre os elementos que a constituem e outros, que lhe são anteriores – o sentido, desse modo, não se encontra exclusivamente na cena descrita, mas na rede de ligações que ela aciona. O segundo motivo, derivado do anterior quanto à forma, é particular ao trabalho sobre os inícios a que me referi anteriormente: ao voltar os olhos para dentro,

construindo aquele que chamo de meu, uma das lembranças mais intensas, que mais ligações desperta, é o reflexo do sol sobre uma arma.

O romance de Camus tem um início que se tornou, assim como o livro, famoso: “Hoje mamãe morreu. Ou talvez ontem, não sei bem. Recebi um telegrama do asilo: ‘Sua mãe faleceu. Enterro amanhã. Sentidos pêsames’. Isso não esclarece nada. Talvez tenha sido ontem” (Camus, 1999, p. 7). A notícia sobre a morte da mãe não desperta afetos intensos na personagem principal, Meursault; ele a recebe com indiferença. Ao longo de todo o romance, a mesma indiferença retorna dirigida a outros eventos e a outras pessoas, o que não retira de Meursault a capacidade de julgar as situações que experimenta ou observa como prazerosas ou desagradáveis, ou mesmo de sentir-se perturbado pelo contato com os outros. É o que ocorre, por exemplo, quando chega para o velório e diz ao porteiro do asilo, que o conduz ao caixão da mãe, não querer vê-la uma última vez. O porteiro anuncia que deixará Meursault sozinho, e o narrador prossegue: “Não sei bem que gesto fiz, mas ele continuou em pé, atrás de mim. Esta presença às minhas costas me perturbava” (Camus, 1999, p. 11). A perturbação, de natureza vaga, é seguida por um direcionamento, constante na narrativa, às percepções de Meursault sobre o ambiente e sobre si mesmo: “A sala estava cheia de uma bela luz de fim de tarde. Dois besouros zumbiam contra a vidraça. E eu senti o sono me dominar” (Camus, 1999, p. 11). Mais tarde, no cortejo fúnebre:

À minha volta era sempre a mesma paisagem luminosa, plena de sol. O brilho do céu era insuportável. . . . Tudo isto, o sol, o cheiro do couro e de esterco do carro, o do verniz e do incenso, o cansaço de uma noite de insônia, me perturbava o olhar e as ideias (Camus, 1999, p. 20).

Percebemos o uso de palavras que descrevem a experiência perceptiva ressaltando o sol, sua luminosidade, seu calor e os efeitos sentidos pelo narrador.

No dia seguinte, um sábado, Meursault vai à praia e encontra uma ex-colega de escritório, Marie. Nadam juntos. Cada toque entre os corpos é descrito na companhia do sol: “Tinha o céu inteiro nos olhos e ele estava azul e dourado” (Camus, 1999, p. 23); “Quando o sol ficou forte demais, ela mergulhou e eu a segui” (Camus, 1999, p. 23). Mais tarde vão ao cinema e voltam juntos para a casa de Meursault.

O início da semana apresenta dois vizinhos do narrador: o velho Salamano e Raymond. Este tinha uma amante a quem surrava aos ouvidos de todos, o que levava o irmão da mulher a procura-lo para vingar-se. O resultado do encontro entre Raymond e

o irmão da amante fora uma primeira briga: “Então, dei-lhe uma. Caiu.”, conta a Meursault, “no chão, ele me dava pontapés. Então, dei-lhe uma joelhada e duas cuteladas. Seu rosto sangrava. Perguntei-lhe se bastava. Disse que sim” (Camus, 1999, p. 32). A violência de Raymond contra a amante, em dado momento, dá início a uma investigação policial em que Meursault testemunha em favor do vizinho. O velho Salamano, por sua vez, mantinha o hábito de levar seu cão para passear duas vezes por dia, há oito anos, no mesmo itinerário: “o cão puxando pelo homem até o velho . . . tropeçar. Então, ele bate no cachorro e o xinga. O cão rasteja de medo e se deixa arrastar. Nesse momento”, diz o narrador, “é a vez do velho puxar. Quando o cão se esquece, torna a arrastar o dono, e é outra vez surrado e xingado. Ficam, então, os dois na calçada e se olham: o cão, com terror, o homem, com ódio” (Camus, 1999, p. 30). Uma dinâmica de natureza violenta perpassa a apresentação das duas personagens, que se enfurecem, agredem e aterrorizam. A relação com Raymond, porém, ganhará novos contornos.

Ele convida Meursault e Marie para um passeio em uma praia perto de Argel, na casa de um casal de amigos, Masson e sua mulher. Durante a ligação em que faz o convite, avisa que foi seguido “por um grupo de árabes, entre os quais estava o irmão de sua ex-amante” (Camus, 1999, p. 44). A ida à praia é de início agradável, mesmo com a suspeita de que os árabes os seguem. Após o almoço, os homens vão caminhar pela praia deserta, onde o “sol caía quase a pino sobre a areia e o seu brilho no mar era insustentável” (Camus, 1999, p. 56). Encontram dois árabes vindo na direção contrária. Os três homens, Meursault, Raymond e Masson, avançam “no mesmo ritmo em direção aos árabes. A distância entre nós foi diminuindo regularmente. . . . Raymond foi direto ao seu sujeito” (Camus, 1999, p. 57) e, após um dos árabes tentar dar-lhe uma cabeçada, reage com um soco e chama Masson, que ataca o segundo árabe.

Raymond voltou-se para mim e disse:

– Vai ver como ele vai apanhar!

– Cuidado – gritei-lhe –, ele está com uma faca. – Mas Raymond já estava com o braço ferido e um talho na boca.

Masson deu um salto para frente. O outro árabe tinha se levantado e se colocara atrás do que estava armado. Não ousamos nos mexer. Eles recuaram lentamente, sem deixar de nos olhar e de nos ameaçar com a faca (Camus, 1999, p. 58).

Os três retornam para casa e, em seguida, Raymond e Masson vão até um médico. Meursault fica com Marie e a sra. Masson. “Para mim”, diz o narrador, “era desagradável ter de lhes explicar” (Camus, 1999, p. 58) o que se passara. Ao voltar do

médico, Raymond quer descer à praia sozinho, mas Meursault o acompanha. Não demoram a encontrar os dois árabes. Raymond, armado com um revólver, quer vingarse:

– Acabo com ele?
 Pensei que, se respondesse não, ficaria excitado por si próprio e dispararia com certeza. Disse unicamente:
 – Ele ainda nada disse. Disparar assim seria um golpe baixo.
 ...
 – Então vou xingá-lo, e quando ele responder eu o mato – replicou Raymond.
 – Isso mesmo. Mas se ele não puxar a faca, você não pode atirar – ponderei.
 Raymond começou a enervar-se um pouco. ... os dois observavam cada gesto de Raymond.
 – Não – disse eu a Raymond. – Pegue-o, de homem para homem, e dê-me o revólver. Se o outro se mexer ou puxar a faca, eu o mato (Camus, 1999, p. 60).

O revólver, ao ser passado de um para o outro, reflete o sol, e Meursault pensa que poderia ou não atirar. Os árabes, entretanto, recuam e fogem. Os homens voltam à casa de Masson. Raymond sobe, mas o narrador não. “Ficar aqui ou partir, dava na mesma. Ao fim de alguns instantes, voltei para a praia e comecei a caminhar” (Camus, 1999, p. 61). É a percepção do sol e de sua luz, do calor e da “sensação de embriaguez opaca” (Camus, 1999, p. 61) que ganham destaque. Meursault retorna ao local do último encontro com os árabes. Um deles, o irmão da ex-amante de Raymond, está lá, sozinho. Meursault não consegue dar meia-volta, sente-se “comprimido por toda uma praia vibrante de sol” (Camus, 1999, p. 62). Trata-se, diz o narrador, do “mesmo sol do dia em que enterrara mamãe, e, como então, doía-me sobretudo a testa e todas as suas veias batiam juntas debaixo da pele” (Camus, 1999, p. 62). Dá um passo à frente e o árabe tira a faca do bolso. Sob o sol incandescente, Meursault dá um tiro, e depois outros quatro, no corpo já morto.

A primeira parte do romance, que se encerra com o crime, contém o material que nos interessa nesta discussão. A segunda parte, em que Meursault narra seu julgamento, acrescenta aspectos que, em sua totalidade, não poderíamos discutir neste momento sem fazer uma injustiça ao romance. Tomemos a leitura de Malraux sobre a cena do assassinato como norte de nossa investigação.

Ele salienta, como vimos, a necessidade de estabelecer, por meio de uma distensão da cena, os elos de ligação entre o sol e a faca do árabe. Parece claro o que Malraux vê como essencial: as descrições do sol, que povoam toda a primeira parte,

devem evocar uma à outra, criando um vínculo entre a ação de matar o árabe e os episódios anteriores, a começar pelo velório da mãe do protagonista. É na maneira como o narrador faz e organiza sua narrativa que o leitor encontrará o mote da ação, a despeito daquilo que o narrador alude, sem explicitar. Não é, portanto, no campo estrito das razões conhecidas pela personagem que se encontram as causas de seu ato, mas naquilo que sua narrativa releva sob a superfície de indiferença diante dos eventos. Podemos observar *a posteriori* a construção do ato violento à medida que a ligação entre o sol e a faca do árabe localiza o germe da ação fora da cena final, em algo que a antecede.

Contamos com poucas informações sobre a vida de Meursault antes do velório de sua mãe. Que moravam juntos até a mãe ser enviada a um asilo, sabemos porque o narrador o diz, acrescentando como, nessa época, o apartamento “era cômodo. Agora, é grande demais para mim e tive que transportar a mesa da sala de jantar para o quarto” (Camus, 1999, p. 24). Desde essas mudanças, passou a ocupar somente o quarto. Após o crime, surgem informações que contribuem para a análise – o julgamento é tomado pela acusação, que destaca o abandono e a indiferença do filho, e o encarceramento leva Meursault a refletir e pouco mudar, entretanto, os termos com que descreve sua relação com a mãe. O tempo da personagem é o tempo presente, de sua percepção e de seus pensamentos, sem rememoração. Nesse sentido, sua vida aparece comprimida entre a morte da mãe e o assassinato do árabe, na primeira parte, e a prisão e a execução, na segunda. As tentativas de encontrar e analisar a etiologia do ato homicida, da violência criminosa, esbarram nessa dificuldade.

Julian Stamm (1969) procurou aplicar a psicanálise ao romance e analisar Meursault. Para Stamm, o narrador de *O estrangeiro* ocupa um papel passivo até o momento em que “seus violentos conflitos inconscientes” (p. 281) surgem na cena e ele volta à praia sozinho. Para Stamm, seria plausível ver culpa na personagem, por ter mandado a mãe para um asilo e não a ter visitado; Meursault sentir-se-ia sozinho, num estado de “privação emocional”. O contato com Raymond e seu sadismo, as histórias sobre suas brigas, teria por efeito um despertar de emoções e a identificação com uma figura sádica, o que tornaria o “comportamento sádico cego . . . um escape para sua agressividade contida – um incansável despejar para fora do ódio de dentro dele, que estava há muito dormente” (Stamm, 1969, p. 284). Além disso, o autor argumenta que, embora Camus indique ser o acaso o que faz a personagem voltar à praia armado, em sua opinião, seria “o sadismo de Raymond, seguido pela abreviada violência contra os

árabes que agitou suas [de Meursault] próprias fantasias sádicas e seu desejo de atacar e ser atacado por esses mesmos homens [os árabes]” (Stamm, 1969, p. 285). Logo, ter evitado sua namorada, que ficou na casa, primeiro com a mulher de Masson e mais tarde com esta e os outros dois homens, apontaria para a força da corrente homossexual em sua sexualidade. O mesmo estaria simbolizado nos raios do sol tão enfatizados na cena, um “o ataque temido e desejado do mundo externo assim como a projeção de sua própria excitação homossexual” (Stamm, 1969, p. 286), ao modo de um Schreber. Stamm ainda acrescenta alguns pontos a sua análise. O primeiro é que há na cena um crescente de excitação em Meursault, acompanhada pelo enfraquecimento de seu ego – uma despersonalização – “precipitada pela combinação da depressão interna, da culpa, do sol quente e de sua excitação homossexual” (Stamm, 1969, p. 286). O segundo é a busca, também consciente, por algum lugar de escape das lembranças de sua mãe e da responsabilidade sobre o relacionamento com Marie. O terceiro ponto diz respeito à atuação das fantasias sadomasoquistas com o árabe como objeto contingencial, pois o ódio, que lhe é dirigido, não se origina no embate entre os dois.

A análise de Stamm padece das necessárias ligações que a personagem não faz, e parece tropeçar, por vezes, em uma das questões que o romance implica: o ser um estrangeiro no meio em que se está. Assim, a narrativa realmente parece evidenciar um crescente de excitação, que é vivido pelo personagem na intensidade com que é afetado pelo sol (um dos elementos que Malraux julgara por bem evidenciar); o mesmo pode ser dito sobre a alteração no Eu da personagem, que age com menos contenção conforme os eventos na praia se desenrolam. A relação com Raymond, que parece desinvestida de afeto, mostra que este não é, de fato, o caso – Meursault recebe suas visitas, coloca-se a seu lado contra a ex-amante e mata “o árabe de Raymond”. O ato violento contra o árabe seria duplamente povoado por figuras masculinas, a vítima e o amigo de comportamento sádico. O campo mais aberto a questionamento reside na culpa atribuída à personagem quanto a seu comportamento para com a mãe – exatamente aquilo que falta na opinião de seus acusadores. Na primeira conversa que tem o defensor público que pega seu caso, o advogado pergunta se Meursault sofrera no dia do enterro da mãe. Lemos:

Esta pergunta me espantou muito e parecia-me que ficaria muito constrangido se tivesse de fazê-la a alguém. Entretanto, respondi que perdera um pouco o hábito de interrogar a mim mesmo e que era difícil dar-lhe uma informação. É claro que amava mamãe, mas isso não queria dizer nada. Todos os seres tinham, em certas ocasiões,

desejado, mais ou menos, a morte das pessoas que amavam (Camus, 1999, p. 69).

A narrativa prossegue:

Nesse ponto, o advogado me interrompeu e mostrou-se muito agitado. Obrigou-me a prometer que não diria isto no julgamento, nem ao juiz. Expliquei-lhe que meus impulsos físicos perturbavam com frequência os meus sentimentos. No dia em que enterrara mamãe, estava muito cansado e com sono. De forma que não me dei muito bem conta do que se passava. O que podia afirmar, com toda certeza, era que preferia que mamãe não tivesse morrido. Mas o advogado não se mostrou satisfeito (Camus, 1999, p. 69).

Um dos aspectos que faz de Meursault condenável aos olhos de todos é o modo como lidou com a morte de sua mãe, contrário à moral de seus conterrâneos. É por isso, ademais, que termina sentenciado à morte. Durante o julgamento, perguntam-lhe sobre por que a mandara para o asilo. “Respondi”, lemos,

que era porque não tinha dinheiro para mantê-la comigo e cuidar dela. Perguntou-me se, pessoalmente, sofrera com o fato, e respondi que nem mamãe nem eu esperávamos mais nada um do outro, nem, aliás, de ninguém, e que nós dois nos havíamos habituado às nossas vidas (Camus, 1999, p. 92).

Mais tarde, quando do testemunho de Marie, o promotor destaca como no dia seguinte à morte da mãe, Meursault “tomava banho de mar, iniciava um relacionamento irregular e ai rir diante de um filme cômico” (Camus, 1999, p. 98). A acusação termina por ganhar as seguintes palavras: “acuso este homem de ter enterrado a mãe com um coração de criminoso” (Camus, 1999, p. 100). A ausência de remorso no acusado quanto ao modo como tratara a mãe e quanto ao assassinato do árabe são utilizados como um mesmo indicativo de seu caráter. Meursault reflete sobre o que diz o promotor e concorda com os termos da acusação. “Não me arrependi muito do meu ato”, pensa em silêncio, “Gostaria de tentar explicar-lhe cordialmente, quase com afeição, que nunca consegui arrepender-me verdadeiramente de nada. Estava sempre dominado pelo que ia acontecer, por hoje ou por amanhã” (Camus, 1999, p. 104).

Após a sentença, Meursault pensa nas possibilidades de receber o perdão, de fugir, de evitar a morte a que é condenado. Considera esses pensamentos pouco racionais e é tomado, por fim, de cólera ao ouvir as palavras de um capelão. Sente solidão e, para combatê-la, afirma: “faltava-me desejar que houvesse muitos espectadores no dia da minha execução e que me recebessem com gritos de ódio”

(Camus, 1999, p. 126). A tradução das intensidades de excitação em sentimentos – solidão e cólera – ganha forma tardiamente e indica como a personagem só é capaz de apreendê-los em si após a condenação. À análise não cabe avançar para muito além do que o romance apresenta; podemos supor, atentos a essa limitação, que os sentimentos por fim nomeados talvez existissem quando da morte da mãe (solidão) e quando do assassinato (cólera), e que entre um e outro há uma relação não expressa. Noutras palavras, formamos a hipótese de que a indiferença inicial só adquire sentido *a posteriori*, e expressa uma impossibilidade da personagem de experimentar e nomear os sentimentos quando eles surgem.

II. A segunda

A proposta inicial de apresentar o trabalho psicanalítico diante das formas que a violência adquire na clínica contava com a discussão de elementos pessoais do analista, com aquilo de seu mundo interno que poderia vir a ser ativado pela transferência. Prescrevíamos que isso fosse abordado antes do material clínico, propriamente, como a revelar um complexo de associações já existentes, que poderia ser enredado pela dinâmica da interação com o paciente violento. Dir-se-ia, de modo sintético, que o método demandava a exposição de parte do terreno contratransferencial a fim de fornecer, para pesquisador e leitor, a base comum sobre a qual se poderia discutir uma experiência clínica particular. A lembrança que o leitor encontrará a seguir tem essa função. Seu caráter é pessoal, mais evocativa que analítica, num primeiro momento, e orienta-se pela necessidade teórico-clínica de trazer, de pronto ao conhecimento, a quota de violência que pode existir do lado do analista antes sequer do trabalho clínico começar. Na medida em que é idiossincrática, presta-se a um aprofundamento do campo de investigação, e não a sua ampliação, que só poderemos atingir mais tarde. Essa segunda bruxa – a meu ver, um nó apertado do fio que seguimos – é etapa necessária para dar ao caso que lhe segue uma perspectiva que, fossem outras as escolhas da escrita, ficaria oculta. Com a licença dos que não têm simpatia por problemas dessa natureza, a lembrança começa com uma caminhada despretentiosa.

“O sol estava agora esmagador. Ele se desfazia em pedaços sobre” (Camus, 1999, p. 59) a grama e a estrada. Sob o calor, sentia a camisa colada às costas e protegia os olhos da luz que me atingia por inteiro. Procurava uma árvore que fizesse sombra, não para descansar, mas porque a sombra seria um segundo de respiração na caminhada que ainda demoraria. Tínhamos mais alguns quilômetros a percorrer. Dois, sem perspectiva de escapar ao sol, e mais um, numa estradinha de terra que contava com eucaliptos à margem. Não estava sozinho. Era acompanhado por um peão que se incumbira de mostrar-me uma vacada bem alimentada num pasto próximo. “Não pensava em nada, porque estava meio adormecido por este sol na minha cabeça descoberta” (Camus, 1999, p. 57). Andamos em silêncio os dois quilômetros, não havia assunto antes de chegar ao pasto e poder discutir o trato dos animais. Ao dobrarmos na estradinha, a terra “superaquecida me parecia agora vermelha” (Camus, 1999, p. 57), com uma vivacidade maior que a habitual. Só perto dos eucaliptos, sob a sombra, o vermelho tornava-se marrom. Vozes animadas fizeram-se notar à nossa esquerda, por

trás de uma porteira velha e mal-ajambrada. Um grupo de mais de dez homens reunia-se envolta de uma mangueira¹⁵, conversavam excitados e palpitavam o que deveria ser feito. Abri a porteira e aproximamo-nos do grupo, que nos cumprimentou e deu espaço para que também nos colocássemos ao redor da mangueira, com vistas ao que ocorria lá dentro. “Vão matar já”, disse um. “Já deu no tempo, todo o resto”, falou outro. “E quem ajuda o Dito?”, perguntou seu filho. Dois pularam para dentro do curral, um tomou o laço e o outro ficou a postos. O calor espalhava-se por onde quer que o sol tocasse, trazia o odor do couro e da madeira seca. E iluminava um mastro de mais de dois metros dentro da mangueira, à direita.

Dito abriu uma porteira e a vaca surgiu em disparada, correndo primeiro em direção ao mastro, depois na direção oposta, até parar baixando a cabeça e mirando os chifres para frente. Vários gritos, comentários e exaltações chegavam aos meus ouvidos. Estavam todos eufóricos com o que sucederia e, sem dizer palavra, senti também uma apreensão agradável. Um dos voluntários laçou a vaca pelo pescoço e, junto com outro, começou a puxá-la na direção do mastro. Faziam força e a vaca resistia. Ao alcançarem o mastro, deram-lhe duas voltas com a ponta do laço e voltaram a puxar. A resistência da vaca tornou-se inútil; era trazida cada vez mais próxima ao mastro, pouco a pouco, lutando contra o estrangulamento que seus movimentos para trás deixavam mais justo. Ficou com a cabeça a poucas polegadas do mastro, os chifres colados à madeira. A sensação agradável que me tomou crescia, um bem-estar, como se o calor e a cena compusessem um espaço coletivo onde a vaca me era indiferente, um outro que nada significava, um estrangeiro. Dito falou baixo, “Já está velha, sabe. Seca. E vai dar uma carne”. Não falou para mim, falou como que a si mesmo para lembrar as razões do que faria. Foi só nesse momento, como se estivesse cego e surdo a tudo o que ocorrera, que a frase afirmou-se abrindo um pensamento: “Vão matar a vaca”. Isso não me era novidade, e não me incomodava. Uma parte minha tinha lugar nesses espaços, sabia da existência e da necessidade deles, e já presenciara cenas semelhantes.

Mas vi um machado enferrujado passar de mão em mão até ser entregue a Dito. Por que o machado? Fui surpreendido pela imagem e pela sensação que ela me causou. “Vão matar a vaca a machadadas. Não é necessário, há modos menos violentos”, pensei. Dito aproximou-se da vaca com o machado nas mãos. Parou a poucos passos dela e perguntou: “Quem vai sangrar?”. Alguém me deu uma faca, e o sol refletiu nela. “No

¹⁵ “Mangueira”, substantivo feminino, é um dos modos de referir-se a curral.

entanto, ficamos imóveis, como se tudo se houvesse fechado à nossa volta” (Camus, 1999, p. 60). O reflexo na lâmina, o senti como um alento, não a matariam a machadadas. O reflexo na lâmina, também o senti como um convite, sangue a vaca. “O queimar do sol ganhava-me as faces e senti gotas de suor se acumularem nas minhas sobrancelhas. . . . Por causa desse queimar, que já não conseguia suportar, fiz um movimento para frente. Sabia que seria estupidez, que não me livraria do sol se desse um passo” (Camus, 1999, pp. 62-63). Eu mataria a vaca, quando Dito aproximou-se. “Tem que tontear”, disse, e colocou o machado sobre o ombro. Matar pode ser um ato violento, que me encaminhava a fazer sem hesitar; o machado, porém, era desnecessário, um acréscimo que, aos meus olhos, alterava o fim esperado com o ato. A violência pode ser necessária em determinados contextos, mais que isso, é uma realidade cotidiana sobre a qual evitamos pensar; mas ela me tomou de sobressalto ao se mostrar desmedida, desproporcional e, portanto, de uma natureza brutal – no ato amplificado pelo machado e em suas funções, causadoras de uma dor evitável no animal e de prazer a quem assistia à cena. Passei a faca a alguém que feliz aceitou-a de minhas mãos. O animal havia deixado de me parecer estrangeiro, tornara-se estranhamente familiar porque capaz de sentir dor e de ser submetido à sorte no acréscimo do ato e do prazer alheio na ação que o envolveria. Eu não era Meursault, o protagonista do romance de Camus, aquele animal não era meu árabe. Não seria eu a sangrar a vaca.

Dito ergueu o machado e, no ar, o virou, de forma a não ser a lâmina que tocaria no crânio da vaca, mas sua parte posterior, usada como uma marreta. Desceu uma vez o instrumento pouco acima dos olhos do animal, que recuou. Ergueu a marreta e fê-la cair novamente, com força. Ouvi o rompimento do osso e olhei as pernas da vaca, que se abriram um pouco. Por mais duas vezes o machado feito marreta caiu sobre o crânio, até o animal dobrar as pernas e se entregar, sem controle, ao destino que lhe fora imposto. “E era como se desse quatro batidas secas na porta da desgraça” (Camus, 1999, p. 63). Aquele a quem eu dera a faca esperou Dito recuar e tomou seu lugar. Postou-se ao lado do mastro, inclinou-se levemente e esticou a mão com a faca.

A luz brilhou no aço e era como se uma longa lâmina fulgurante me atingisse na testa. No mesmo momento, o suor acumulado nas sobrancelhas correu de repente pelas pálpebras, recobrando-as com um véu morno e espesso. . . . Esta espada incandescente corroía as pestanas e penetrava meus olhos doloridos. Foi então que tudo vacilou (Camus, 1999, p. 63).

O sujeito fez penetrar fundo a ponta da faca na artéria do animal, e rasgou um palmo da direita para esquerda. Na terra vermelha formou-se uma poça de sangue e, enquanto a vaca morria, soltaram o laço do mastro, fazendo seu corpo descer sem um estalido ao chão.

Por que eu mataria a vaca? E o que me impediu de fazê-lo? Essas perguntas são quase simplórias quando postas ao lado de outras, menos evidentes: a euforia geral e a “apreensão agradável”, o prazer que senti deveu-se a que? E, mais importante: o que caracteriza a violência nesse episódio? Adianto uma parte da resposta: não é o “matar a vaca” que traz violência à cena, mas seus componentes.

Ao reportar a cena da vaca, nosso novelo imediatamente é puxado para o lado do “analista pesquisador”, nos termos de Winnicott, e para suas leituras, que podem ser elaborativas. Além disso, estamos em pleno campo aberto e comum, o da violência pessoal negada; como nos mostrou De Zulueta, ele não pode deixar de ecoar no trabalho clínico. Ao seguir o fio e puxá-lo, é curioso como na lembrança do dia de sol, quando fui tomado por alguns momentos pelo ímpeto de sangrar o animal, a ligação estabelecida é com o assassinato no romance de Camus, mas com uma alteração na posição dos personagens. A faca, cujo reflexo do sol Malraux achou que deveria ser enfatizado, não estava na mão do protagonista do romance, mas na da vítima. Meursault, o personagem que mata o árabe na praia sob um sol febril, está armado com um revólver; quem exhibe a faca e assim precipita o ato que Meursault intencionava fazer é o árabe. Na tentativa de reconstruir os eventos que me são relacionados, o detalhe destacado, como numa produção onírica, foi a arma da vítima. Desse modo, assassino e vítima misturam-se e ficam condensados na reconstrução da lembrança: Meursault e o árabe subsistem na mesma figura, e não se pode distingui-los, a partir da memória, entre o habitual e o estrangeiro. Mesmo a identificação aparentemente clara fica comprometida, quem segura a faca, no romance, é a vítima; quem segura a faca, na reconstrução da lembrança, é o algoz. Creio ser em parte devido a essa confusão que minha indiferença ao animal desapareceu – deixei de considerar estrangeiro o que não me era semelhante porque as fronteiras na posição que ocupava deixaram de ser claras.

Temos aqui dois problemas a tratar. A indiferença desapareceu porque me identifiquei com o animal devido à dor que supus que ele sentiria e ao prazer percebido na audiência que esperava. O efeito inicial dessa mudança de perspectiva foi o de aproximar-me subjetivamente da vaca e afastar-me dos que a cercavam. Noutras palavras, a) antropomorfizei a mente do animal, do objeto contingencial de minha

agressividade, e passei a vê-lo como alguém, “uma outra vida psíquica” (Freud, 1921, p. 68n33), o que limitou meus atos; e b) separei-me do grupo, da “massa efêmera”, com o consequente aumento da capacidade de julgamento e diminuição da identificação com as outras personagens da cena. Paralelamente, tornei-me espectador dos atos dos que não viam ali outra vida psíquica ou, se a viam, estavam mais calejados que eu na capacidade de negar tal percepção. O reflexo do sol na lâmina seria o ponto mais justo do nó, não reaparecesse ele também mais tarde como uma espécie de índice da coexistência de ao menos duas posições que despertavam identificações, a de vítima e a de algoz. Além delas, saliento que ao passar a faca para outra pessoa e presenciar o desenrolar da cena afastado da ação, assumi uma terceira posição, a de testemunha.

Permitam-me voltar ao paciente de quinze anos com histórico de violência física e sexual que atendi no início de minha prática clínica.

III. A terceira

A chefia da instituição na qual trabalhava disse-me que o garoto estava jurado de morte porque, na carreira criminosa que iniciara cedo, um ato teve consequências que o colocavam em risco. Durante um assalto, o grupo ao qual pertencia confrontou-se com uma viatura policial e houve troca de tiros; o paciente, que trazia nas mãos um revólver, disparou diversas vezes antes de conseguir fugir. Um dos tiros atingiu a coluna de um policial, deixando-o paraplégico, o que rendeu ao garoto a ameaça constante de retaliação. Esse era o motivo, expresso, pelo qual justificavam sua ausência na escola e as dificuldades de sua permanência prolongada em qualquer tipo de projeto socioeducativo ou tratamento psicoterápico. Sabia-se que ele continuava a participar de roubos, esporadicamente ganhava dinheiro cuidando de carros na rua, traficava e era visto à noite em pontos de prostituição. Ausentava-se da casa da família da mãe e do padrasto, sem ninguém saber de seu paradeiro, e reaparecia na casa do pai, dias depois, para passar uma ou duas noites antes de sumir novamente.

Depois de algumas semanas nas quais mantinha seu horário na agenda, sem que ele aparecesse, avisaram-me que Quinze estava na secretaria da instituição e viera para o atendimento. “Ele pode estar armado”, lembraram. A história de Quinze o precedia como uma má notícia, despertava fantasias causadoras de medo quanto à sua inadequação social e potencial agressividade. Fiquei apreensivo com o perigo que ele representava e com o que ele próprio corria ao aparecer ali. Pensei em mover as cadeiras do consultório de forma a poder sair caso ele se mostrasse agressivo, mas não o fiz; pensei em conservar uma distância espacial maior do que a de hábito no caso de precisar me defender contra algum movimento ameaçador de sua parte, mas senti um ar ridículo na ideia. Um temor prévio, assim evidente, dificultaria qualquer contato genuíno e terminava por colocar-me alinhado às fantasias da instituição e do grupo de profissionais ao qual pertencia: lá vinha o estrangeiro, perigoso e ameaçador.¹⁶ O

¹⁶ Num nível individual, poderíamos notar aqui a presença do que Crawley, o antropólogo citado por Freud (1917) em “O tabu da virgindade”, nomeou de *taboo of personal isolation* a partir da observação de que os indivíduos tendem a separar-se uns dos outros; o que ganhou a explicação, em termos psicanalíticos, de serem “justamente as pequeninas diferenças, dentro da semelhança geral” que “motivam os sentimentos de estranheza e hostilidade” (p. 374) entre os indivíduos. Freud incorpora a ideia do antropólogo britânico e vê nesse “‘narcisismo das pequenas diferenças’ a hostilidade que em todas as relações humanas combate os sentimentos de solidariedade” (Freud, 1917/2010n, p. 374). Talvez eu e meus colegas deduzíssemos alguma hostilidade prévia no garoto, por sua posição marginal, *outsider*, diferente da nossa; mas essas “pequenas diferenças” ancoradas em nosso narcisismo emergiram, a princípio, como medo e não anularam – embora sem dúvida combatessem – sentimentos de solidariedade.

garoto, por outro lado, se movido também, em alguma medida, por fantasias a defendê-lo daquele ambiente institucional repleto de indivíduos diferentes, poderia mostrar-se hostil a qualquer contato.

Dirigi-me à secretaria para chamá-lo. Quinze tinha a aparência de uma criança, era pequeno, magro, vestia uma bermuda rasgada, chinelos de dedo, um boné e sorriu quando o chamei. Foi sorrindo até o consultório e sentou-se na cadeira sem falar. Fiz-lhe várias perguntas, que ele não respondeu. Ficamos em silêncio meia hora. Ele não deixou de sorrir em nenhum momento. Quando avisei que ficaríamos por ali, encerrando a sessão, ele retorquiu inesperadamente dizendo seu nome completo, e perguntou se eu sabia que ele poderia estar com uma faca. Respondi que sim. “Ou outra coisa?”, disse ele. “Sim, pode estar”. “Mas não tenho nada”, fez uma pausa e continuou, “Meu pai falou para eu vir, porque a moça [a assistente social] foi na casa dele. Eu tenho que vir?”. Pensei que seu aviso sobre a possibilidade de estar armado era uma reação ao aviso sobre o fim da sessão, mas a pergunta sobre a necessidade de vir ao atendimento, somada à informação sobre a fala de seu pai, levaram à impressão de que me avisava dos riscos ao mesmo tempo que perguntava sobre aqueles que corria, diante de seu pai, caso não viesse. “Você *pode* vir”, respondi. Levantei-me e perguntei se na quarta, dali a dois dias, ele poderia vir. Quinze respondeu que sim e saiu da sala. Dois dias depois, voltou.

Vestia o mesmo boné, a mesma bermuda e os mesmos chinelos. Sorria. Não disse nada durante toda sessão e não respondeu às poucas perguntas que lhe fiz. Duas vezes por semana, durante um mês, Quinze vinha no horário agendado e ficava em silêncio. A maior parte do tempo encarava-me, sorrindo. Via aquilo como uma resposta à fantasia de que pudessem querer vê-lo sorridente, disposto e inofensivo. Ao lhe perguntar por que sorria, Quinze meneava a cabeça e mexia no boné, mas não dizia palavra; pensava que talvez ele não entendesse minhas perguntas. Ao sair do trabalho, não evitava a fantasia de que Quinze poderia estar à espreita, observando ou planejando me roubar ou atacar a facadas. Era possível que tais fantasias fossem persecutórias e vinculadas à experiência com Quinze, seriam efeito de minha inexperiência, do medo – que não reconhecia integralmente – em atender pacientes com histórico criminal, ou pertencessem exclusivamente ao meu mundo interno. Pensei que talvez, noutro contexto, elas pudessem ser menos recorrentes, mas a medida do que Quinze poderia fazer escapava-me, assim como a maioria dos elementos de sua vida mental – como não identificava o que o levava a cometer os atos de violência que praticara, também não

sabia como minha posição o moveria em fantasia ou em ato; o aviso na primeira sessão, entretanto, indicava a existência de um componente agressivo claro que pôde ser expresso verbalmente e, depois, negado. Em particular, enquanto caminhava na saída, percebia receoso o reflexo do sol de fim de tarde no vidro dos automóveis, em alguns metais, e a lembrança do animal na mangueira retornava. Tentei evitar as imagens que se impunham, mas elas pareciam ficar mais justas, mais intensas, ao procurar afastar-me delas – o que indicou que deveriam ser levadas em consideração.

Num dos finais de tarde, o reflexo pareceu estar próximo de minha mão, a luz remetia à imagem da faca que empunhara anos atrás num dia de calor e ao estado de apreensão quanto ao que ocorreria. Acalmei-me. O medo fora atenuado pela memória de que eu também poderia utilizar uma faca de modo agressivo, embora não o fizesse. A lembrança, de caráter defensivo, diminuía a angústia de estar sujeito à violência do paciente, cujos motivos desconhecia. Reagia contratransferencialmente à experiência que tinha nas sessões com Quinze, a partir da relação incipiente que se formava, processando-a, reencenando-a em termos que me seriam mais favoráveis. Embora a fantasia e a lembrança por ela despertadas fossem pessoais, os elementos aos quais obedeciam poderiam ser o resultado da identificação projetiva do paciente, à qual eu reagia com uma contraidentificação projetiva, ou por meio de um *enactment*, ou ainda com uma *reverie*. Ao distinguir os elementos da fantasia e o efeito por ela gerado, vemos o psiquismo reordenar narcisicamente um perigo que supõe existir no outro devido às dificuldades de um contato seguro, no qual o espaço (isto é, os limites) de cada um pudesse ser mantido sem intrusões. A cena fantasiada também trazia um elemento homossexual agressivo, talvez sádico, que não poderia ser desconsiderado, o ataque violento ao qual eu respondia com uma lembrança de afirmação da minha potência aparece de forma evidente na imagem de quem tinha a faca e podia ferir o outro. Ao serem em parte reconhecidos, entretanto, os elementos da fantasia e da lembrança tornaram-se material para o trabalho analítico posterior.

Marquei entrevistas com a mãe do paciente, às quais ela não compareceu; e seu pai veio uma vez. Disse que o filho tinha feito coisas erradas, sumia sempre da casa da mãe e aparecia na dele, mas sua atual esposa não gostava da presença do enteado porque sabia que ele se prostituía e já mexera com outras crianças; um risco, achava, para os meio-irmãos mais novos. Além disso, acrescentou o pai, Quinze usava crack e parecia sempre perdido, quieto; não achava que podia fazer nada pelo filho a não ser recebê-lo por pouco tempo e pedir que ele voltasse à casa da mãe.

Em uma sessão, Quinze falou de súbito, mostrando os dentes: “Eu trouxe uma faca da outra vez, sabia? Eu às vezes ando com uma e já andei com revólver”. Disse-lhe que devia ter de se proteger de muita coisa. Ficou em silêncio, tirou e recolou o boné na cabeça, e disse: “Era para eu vir porque perto da minha mãe, na rua de baixo, tem um terreno. . . . Eu e os muleque estava ali e um velho da casa com portão verde passou com o carro e falou que eu tinha um pintão bonito”. Quinze deu uma risada ao terminar a frase. “Um filho da puta”, prosseguiu, “chamou eu para entrar no carro, faz tempo isso, e ia dar uma bicicleta para mim. Entrei eu e mais dois muleque”. Quinze contou que fizeram sexo e bateram no homem, porque estavam em três e não ganharam bicicletas, mas conseguiram dinheiro para comprar pedras. Tinha entre nove e dez anos. Os roubos começaram na mesma época e, depois da troca de tiros com a polícia, parara de roubar, agora guardava carros e prostituía-se. Falou que o padrasto o surrara várias vezes, seu pai também, e acrescentou que eles eram grandes, mas menores do que eu. “Talvez, você trouxe a faca porque estava com medo do que eu poderia fazer”. “Eu não tenho medo de você”, respondeu-me, “não tenho medo”. “Eu acho que tive um pouco, mas não sabia por quê”, disse-lhe. “De mim?”. “Não sei se de você ou do que disseram sobre você”. “Antes de eu vir?”. “Acho que mesmo depois, porque você quis que eu pensasse na faca ou no revólver que podia trazer, e eu pensei, mas também quis que eu pensasse que você estava muito bem, sorrindo”. Quinze parou de sorrir e ficou em silêncio por um instante. “Eu te vi na rua. Você não dirige um carro branco?”. “Não”, respondi, “e nem bato em quem é menor do que eu”. Ele riu e perguntou se poderia sair mais cedo. Sim, poderia.

Vejamos mais uma vez a linha associativa do paciente, notando que a contratransferência remetia tanto à potencial agressividade (o risco de um ataque na ou após a sessão) quanto à sexualidade. O paciente, até então silencioso, retoma uma fala anterior, sobre o fato de andar armado, colocando-a no presente. A interpretação procura indicar uma causa tanto para sua fala quanto para o que descreve: carrega uma faca porque precisa proteger-se. O efeito é uma associação que busca a causa de sua vinda ao tratamento, a experiência de sedução, com os detalhes e o afeto que acrescenta. A proposta do sedutor foi aceita, mas ele e os amigos não receberam o combinado e – ao menos expressamente – bateram furiosamente no homem. Na transferência, o movimento delineia-se na mesma direção, o paciente deu-me o papel de sedutor, ao fazer o convite para que viesse às sessões, que ele aceitou sem receber em troca o que imaginara. O resultado é uma reação violenta, que ganha a forma, nos atendimentos, de

um aviso/ameaça. A carreira criminosa também encontraria aqui, na experiência como ele a apresenta, de sedução e frustração seguidas de respostas violentas, uma causa à qual acrescenta outras agressões sofridas, desta vez sem reação, do pai e do padrasto. Além disso, o paciente associava, quando o interrompi, o que faz a interpretação aparentemente errada se interpolar com sua fala: procurei esclarecer que não era como as pessoas que o seduziram ou agrediram e a quem deveria temer. De imediato sua resposta esclareceu que, se havia medo, este não poderia ser reconhecido e outros elementos teriam de ser considerados antes naquilo que era transferido; notadamente, a natureza sexual do contato, tal como o estabelecia, e sua reação violenta ao não receber o que esperava. Como não os identifiquei há tempo, a lembrança da cena na mangueira ganhava primeiro plano e recobria defensivamente minha reação nas primeiras sessões com Quinze: eu destacava o medo sem entender seus motivos e sem poder comunicá-los ao paciente. Logo, a tentativa de descolamento e a alteração da carga afetiva não se mantiveram, e o paciente voltou aos elementos projetados anteriormente. Após a fala sobre o carro branco e a interpretação que mais uma vez explicitava o descolamento¹⁷, o paciente encerrou a sessão com minha concordância, o que só então sinalizou uma resistência, dele e, talvez, da dupla. A dinâmica das sessões, entretanto, mudou.

Quinze passou a falar, mas pouco. Quis usar alguns brinquedos que estavam na sala, em prateleiras, mas não sabia muito bem como. Perguntava o que eram alguns jogos e o que fazer com carrinhos e outros brinquedos; embora se voltasse a estas atividades, ele não tinha prática alguma – parecia nunca ter aprendido a utilizá-los. Não dizia se estava dormindo na rua ou em casa, e faltou algumas vezes. Desenhava com hesitação quando desejava, atento à minha reação a cada traço que fazia. E levava todos os desenhos consigo. Frequentou durante algum tempo um projeto social, mas parecia não se encaixar, dizendo que as atividades eram “uma merda”. A dificuldade em montar ou participar de uma brincadeira e a necessidade de acompanhar a reação aos seus desenhos indicavam a possibilidade – que passei a ver como uma hipótese a nortear o trabalho analítico – de que, entre suas experiências infantis, faltara o contato com um meio que favorecesse o desenvolvimento da capacidade de brincar ou, ainda, que lhe desse a segurança necessária, sem intrusões inesperadas, para que pudesse simbolizar

¹⁷ Interpretação na linha da feita por Freud (1909/2013a) ao Homem dos Ratos, ao lhe assegurar “que não tenho inclinação alguma para a crueldade, que certamente não desejo atormentá-lo” (p. 26) como o capitão que narra a punição dos ratos a Lanzer, o que, entretanto, não impede que o paciente chame-o, a Freud, de “Meu capitão” (Freud, 2000, p. 43n36, p. 53) como sabemos pelo diário do caso.

percepções e sensações de qualquer natureza. Nessa hipótese, o ambiente enfrentado por Quinze teria sido de privação e, também, traumático. As figuras masculinas, em especial, portavam características ameaçadoras, agressivas e erotizadas, que se refletiam na tensão das primeiras sessões e ativaram os movimentos contratransferenciais descritos.

Contou-me que sua mãe ficava muito fora de casa; ela morava com a avó de Quinze e mais alguns tios e primas, além do padrasto, mas trabalhava “longe”, voltando para casa somente aos finais de semana. Sobre o padrasto pouco se sabia, a não ser uma suspeita de que traficava e a informação de que era agressivo; a suspeita de ligação com o tráfico de drogas, ademais, também recaía sobre o resto da família. Quinze falou sobre os programas que fazia, e o que lhe rendiam em dinheiro. Não se preocupava com proteção e, quando chamei sua atenção a esse ponto, pareceu não entender o que lhe disse. Seu mundo tinha um contorno totalmente estranho, errático e repleto de riscos, com figuras ou pouco preocupadas com sua vida, ou violentas quando reagiam a seu comportamento. As visitas da assistente social à família, algumas vezes acompanhada de um conselheiro tutelar, fizeram com que seus parentes mostrassem preocupação sobre um possível incômodo legal que teriam caso Quinze permanecesse em tratamento. O sorriso incansável do paciente nas primeiras sessões, além do caráter de uma sedução e de uma ameaça de naturezas brutas, porque acompanhados da notícia sobre a faca, adquiriu também o sentido de uma máscara erigida a partir da demanda familiar. Um sentido não excluía o outro.

Com sete meses de atendimento, Quinze disse que estava longe dos programas e cuidava mais de carros. Não me pareceu que mentia, porque detalhava hora a hora o trabalho de observação dos carros. Contou sobre as avenidas que julgava mais rentáveis e deixou de sumir de casa. Sua permanência contínua durou menos dois meses. Deixou de vir às sessões. Fui avisado pela assistente social que houvera uma “briga familiar” e ninguém sabia de seu paradeiro; sua mãe lhe disse algo e ele saiu de casa. Retornou em poucas semanas a sua casa com o padrão inicial, sumindo durante alguns dias e reaparecendo na casa do pai. Numa segunda-feira, a assistente social propôs que a acompanhasse em uma visita à casa de Quinze, estávamos no intervalo em que poderia ser encontrado com a família.

Quando chegamos, Quinze não estava. Fomos recebidos por sua avó, primas e tias, que discutiram entre si antes de convidarem-nos a entrar. Sentamos na sala e todas, ao mesmo tempo, falaram sobre a dificuldade de ter o adolescente em casa, sobre como

ele dava trabalho, saía sem avisar e o bairro não gostava de seu comportamento. Em meio às falas confusas, indiscerníveis, alguém comentou que a mãe de Quinze, dias atrás, dissera-lhe subitamente que, quando ele tinha um ano e cinco meses, ela surpreendeu o padrasto penetrando-o com o dedo. A reação imediata de Quinze foi dizer que mataria o padrasto e, depois, saiu de casa. Ninguém disse o motivo da fala da mãe, e não souberam responder quando lhes perguntei. Nada ocorrera com o padrasto e, mesmo diante das indicações da assistente social, que procurava mobilizar a família sobre a necessidade de acionar órgãos competentes – para proteger Quinze de agressões futuras – não demonstraram interesse em fazer algo do gênero.

O ranger do portão não alterou a fala coletiva, mas uma das primas observou, “É ele chegando”. Quinze parou na porta da sala e olhou-nos todos, sorrindo. Perguntei se poderia falar com ele. Respondeu que sim e deu a volta por fora da casa, indo aos fundos, num quintal de terra sem nenhuma cobertura, com mobília empilhada em um canto e um sofá velho reinando sozinho sob o sol, no centro do quintal. Sentou-se. “Nem sei de nada bem”, disse sem desfazer o sorriso. “Tem ficado onde?”. “Nada bem aqui, nada bem lá fora”, fez uma pausa longa e perguntou, “Falaram pra você do que minha mãe falou?”. “Sim, falaram. E por que ela disse isso?”. “Disse por que disse, [por]que é verdade. Eu não lembro”. “E como você ficou?”. “Saí. Saí daqui. Não sei pra onde. Posso ficar quieto?”. “Pode. Quer que eu vá embora?”, perguntei. “Não”, respondeu-me, agora sem sorrir. Peguei uma cadeira na pequena montanha de móveis no canto e sentei-me à sua frente. Ficamos em silêncio. Não havia medo – de minha parte, ao menos –, Quinze parecia indefeso. A assistente social saiu tempo depois e chamou-me para irmos embora. “Daqui a dois dias...” comecei a dizer e ele me interrompeu: “Sim. Eu vou na quarta”.

Quinze voltou mais duas vezes, na quarta e na segunda seguintes. Estava confuso. Proferia ameaças vagas contra o padrasto, mas dizia não saber o que fazer. Quando lhe dizia algo, o conteúdo era ignorado e sua reação era também dizer que não sabia. Levantei a hipótese, por exemplo, de que minha visita a sua casa fora vivida como uma intrusão, algo que ele não queria, mas que ocorreu; o paciente retorquiu com um “não, não sei”. Ao mesmo tempo parou de vir à instituição e saiu da casa da família da mãe, mas não reapareceu dias depois na casa do pai. Sua posição em relação à violência era flexível ou, de modo mais claro, Quinze ocupou ao longo da vida, e continuava a ocupar, mais de uma posição: era vítima da violência física dos outros (o pai, o padrasto) e era agente de atos de extrema agressividade (suas atividades

criminosas), despertando a seu redor hostilidade. Parecia viver em estado de exceção, confrontado com objetos que não lhe ofereciam a menor segurança física e psíquica, a começar por sua mãe, cuja ausência só era interrompida pela súbita imposição de falas desorganizadoras, que destruíam as frágeis tentativas de integração do filho. A violência aparecia tanto fora, nos primeiros objetos com os quais o paciente relacionou-se, quanto dentro, na fantasmagoria destrutiva que ele encetava a cada novo contato. Um modo de ser que remetia, portanto, ao início de sua vida, quando mesmo ainda bebê já lhe dirigiam agressões e intrusões. Caso nos perguntemos, com atenção aos detalhes, o que era a violência no caso de Quinze, chegaremos a respostas que não se mostram com absoluta clareza ou obviedade.

Meu comportamento inicial não parece ter sido agressivo, ao contrário: mesmo diante do medo, houve abertura para o contato com o paciente. Entretanto, notamos logo nas primeiras sessões a presença da hostilidade de ambos os lados. O paciente deixou claro seu incômodo quanto à obrigatoriedade, fantasiada, de que deveria comparecer às sessões, e de certa forma mostrou suas armas ao fazer referência à faca, ou outra coisa, que traria consigo. Se num primeiro momento minha reação foi de tranquilidade porque o paciente enfim dissera algo, tal estado psíquico não durou muito tempo. A reativação da lembrança da mangueira indicava um temor e uma tendência à rivalização, evidentes na fantasia persecutória e no seu efeito de regular a angústia: minha hostilidade poderia, com os mesmos instrumentos, confrontar a do paciente. O entrejogo transferencial-contratransferencial, sob um fundo de hostilidades, despertava a tensão de um embate violento, em que um se excederia com agressividade sobre o outro. A violência, neste caso, mostrava-se despertada pela dinâmica clínica.

As lembranças que o paciente trouxe também remetem a uma dinâmica similar. As agressões sofridas e o acordo de comércio sexual com o abusador igualmente aparecem na transferência, e são de natureza complexa. As surras que recebia do pai e do padrasto respondiam, ao menos em parte, por sua prontidão ao combate com figuras masculinas que eram sentidas como coercivas. Vimos que mesmo a tentativa, por meio da interpretação, de deslocar-me dessa posição, não teve sucesso. É possível notar ainda outras duas tendências transferenciais: 1) a de realocar, a cada contato, a hierarquia de forças físicas em seu mundo interno – eu era maior que o pai e o padrasto e se, por um lado, isso consistia em uma ameaça (podia também agredi-lo), por outro sinalizava uma expectativa de proteção –; e 2) a de erotizar o contato, na busca de reestabelecer a possibilidade de uma relação não frustrante.

O ponto nevralgico do tratamento, seu momento de quebra, ocorre quando a mãe relata a Quinze que o padrasto o penetrou com o dedo quando ele tinha um ano e meio. O efeito da fala, como vimos, foi desorganizador. O contexto em que ocorreu o ato do padrasto é desconhecido, logo, não é possível caracterizar de pronto sua ação como violenta.¹⁸ O efeito que tal notícia tem no paciente, todavia, mostra a interpretação que fez do ato – uma violência contra si. O que é violado não é seu corpo no momento presente, mas a representação e a história com as quais pudera organizá-lo até aquele momento. Dito de outro modo, a penetração com um ano e meio, ao ser exposta ao paciente, demoliu *a posteriori* a narrativa que Quinze foi capaz de fazer sobre a organização de seu Eu, os limites que acreditava ter demarcado quanto a seu corpo, e o papel dos objetos que o cercavam. A fala tem um caráter violento porque consiste num novo ataque destrutivo ao psiquismo e aos contornos ou fronteiras do Eu¹⁹. Desconhecemos os motivos que levaram a mãe a contar o episódio ao paciente, mas podemos identificar a força mortífera de suas palavras. A fuga de Quinze, após a comunicação da mãe, e seu completo desamparo quando do encontro no quintal, dão a dimensão do golpe. A violência voltava a ganhar forma ao ser exercida pela fala materna.

O que vemos em seu caso é um conjunto de modalidades de interação com os objetos externos, notadamente com o objeto primário – a mãe –, que são desestabilizadoras. Tais relações, reproduzidas internamente pelo paciente, aparecem também a cada novo contato e incitam reações de difícil contenção. Além disso, encontramos diferentes apresentações de como o fenômeno que nos dispusemos a estudar aparece na clínica. Cabe retomá-las, sinteticamente. A violência encontra-se no material biográfico que o paciente traz à sessão, como vítima ou como agressor, e pode colocar-nos, por vezes, no papel de testemunhas dessas experiências. Também se mostra em sua interação social e na dinâmica transferencial-contratransferencial gerada na situação analítica que, por sua vez, pode envolver duas personagens, paciente e analista, encenando – em atos ou psiquicamente – suas próprias inclinações violentas.

¹⁸ Parece-me relevante considerar, entretanto, que a questão dos limites ou fronteiras do corpo tem uma peculiaridade importante quando se refere ao cuidado de crianças. Como escrevem Meltzer & Williams (2008): “O privilégio de ultrapassar [a superfície do corpo do bebê] é reservado, geralmente, para a pessoa na função parental. Em todas as idades, os orifícios do corpo são sacrossantos, mesmo para o bebê. Isso é claramente porque atribuímos a essas entradas o significado de portais para o mundo interno” (p. 68).

¹⁹ Esse ponto voltará a ser discutido na Parte II, capítulo 3, desta tese.

Sigamos os fios puxados com a devida paciência. O que fizemos até aqui foi elencar três bruxas, três figuras da violência, que se mostram na antecâmara da pesquisa para apresentar ângulos diversos de consideração sobre o tema. A função – cabe lembrar – é tornar mais concreto e particular o fenômeno a ser explicado. As bruxas, ao serem postas no palco já na primeira cena, discutem quando se reencontrarão, indicando ao leitor e ao espectador que a primeira aparição não foi a última:

1ª Bruxa

Quando iremos nos juntar?

Com a chuva a trovoar?

2ª Bruxa

Só com a bulha arrefecida,

Ganhar a lata perdida.

3ª Bruxa

Antes da noite caída

1ª Bruxa

Onde?

2ª Bruxa

A charneca é o lugar

3ª Bruxa

Para Macbeth encontrar.

1ª Bruxa

Já vou, bichano!

2ª Bruxa

O sapo chama.

3ª Bruxa

Eu já vou!

Todas

Bom é mau e mau é bom

Voa no ar sujo e marrom. (Saem).²⁰

²⁰ Shakespeare (2015, p. 19).

Parte II – Enredo

1. Tempos loucos

Precisamos de uma definição de violência se quisermos instrumentalizar nossa investigação. Não será só a partir da apresentação de suas formas que o fenômeno tornar-se-á inteligível; via de regra, ocorrerá o oposto. A multiplicidade gera confusão, os fatos não parecem estar relacionados e corre-se o risco de perder, digamos assim, o fio da meada. Por outro lado, seria um erro desconsiderar que “O verdadeiro início da atividade científica”, como defende Freud (1915/2010i), “está na descrição de fenômenos, que depois são agrupados, ordenados e relacionados entre si” (p. 52). Algumas ideias que se tornarão conceitos “têm de comportar certo grau de indeterminação; é impossível falar de uma clara delimitação de seu conteúdo. Enquanto se acham nesse estado”, continua, “entramos em acordo quanto ao seu significado, remetendo continuamente ao material de que parecem extraídas, mas que na realidade lhes é subordinado” (Freud, 1915/2010i, p. 52). Nosso desatar de nós conduziu a algumas ideias de aparência independente: o ato violento não tem como mote exclusivo aquilo que está presente na cena em que acontece; o objeto atacado pode não se resumir ao corpo do outro; o que notamos como inclinação à ação tende a ser potencializada pelas identificações que o sujeito realiza, e pode ser interrompida quando mudam as identificações; quem sofre a violência ou antevê a possibilidade de sofrê-la terá reações variadas, entre as quais se contam também atos de violência. É o momento de nos voltarmos à construção histórico-conceitual do termo em nosso campo de pesquisa, a psicanálise.

Violência não é um conceito operativo na obra de Freud. O último volume da *Standard Edition*, o index geral, remete-nos a apenas um texto no qual a palavra “violência” é empregada constantemente; trata-se de “Warum Krieg?”, “Por que a guerra?” (Freud, 1933/2010t). A nota do editor à tradução inglesa relata que, em 1931, o Comitê Permanente para a Literatura e as Artes da Liga das Nações pediu ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual que organizasse e publicasse trocas de cartas entre intelectuais sobre temas de interesse da Liga. Um dos primeiros nomes contatados

pelo Instituto foi Einstein, que teria indicado Freud como interlocutor. O convite formal foi feito em junho de 1932 (Strachey, 1964a), e a carta de Einstein, datada de 30 de julho, alcançou Viena no primeiro dia de agosto (Molnar, 1992 citado por Schröter, 2009, p. 759).

Max Eitingon, presidente da International Psychoanalytical Association (IPA) desde 1927 (Roudinesco e Plon, 1998), com quem Freud mantinha intensa correspondência, acompanhava as notícias sobre a escrita das *Novas conferências introdutórias à psicanálise* (Freud, 1933/2010s), a serem publicadas na *Internationaler Psychoanalytischer Verlag*, quando recebeu a notícia sobre a intenção de Freud de escrever o texto sobre a guerra. Em 18 de agosto de 1932, as seguintes palavras partiram de Viena em direção a Berlim, onde estava Eitingon:

Depois deste trabalho [nas *Novas conferências*], me voltarei à discussão com Einstein no âmbito das publicações da Liga das Nações. Infelizmente esse debate diz respeito a como podemos evitar essa desgraça que são as guerras. Não creio que minha contribuição me valerá o prêmio Nobel. Mas é sempre bom ter um projeto para poder reter-se sobre alguma coisa. Minha mãe teria noventa e sete anos hoje (Schröter, 2009, p. 759).

A carta de Freud passa por alguns pontos explícitos: a possibilidade de evitar a desgraça da guerra, a graça a respeito do prêmio Nobel, e a menção ao aniversário da mãe. Poderíamos vê-los como a ordem do dia, uma lista sem grande interesse, cujos dados não mantêm relação entre si. Nada mais distante do pensamento psicanalítico. Uma pista raramente se anuncia com estridência, nem se revela como tal a quem foca um ponto com exclusividade; antes de ser seguida, a pista deve ser constatada. Parecem existir elos de associação entre esses pontos, de contemporaneidade, por um lado, e de proximidade no mundo interno freudiano, por outro. Mesmo se não podemos abarcá-los todos de uma vez, ou investigá-los a fundo neste momento, devemos notar como indicam o contexto histórico em que surgiu o texto e o contexto interno do autor quando o escreveu. Seguiremos por Freud e sua Áustria, passaremos pelo então ameaçador país ao norte, a Alemanha, e retornaremos ao texto de resposta a Einstein.

Fundada em 1919 com o objetivo de assegurar a paz, a Liga das Nações era um órgão internacional em pleno funcionamento²¹, e o convite para o intercâmbio de ideias

²¹ A Liga funcionou como um mecanismo para resolver disputas e por vezes o fez, por exemplo, as que surgiram “entre a Bulgária e a Grécia em 1925-6 depois de incursões de fronteira na Macedônia” (Crampton, 2000, p. 37).

feito por Einstein, com seu apoio, indicava o reconhecimento do trabalho de Freud. Sua piada, sobre como o texto não lhe valeria o prêmio Nobel, mostra a ligação entre essas formas de reconhecimento público para o autor. Se nos idos dos anos 1930, por um lado, Freud já contava com provas públicas de que sua obra e seu trabalho eram valorizados, o que permitia alguma tranquilidade financeira, por outro, o ambiente político de seu país não oferecia a mesma estabilidade.

Na Áustria, desde 1920, com a fundação da república (a Republik Österreich), nem Freud nem a psicanálise eram severamente incomodados, ao contrário. A primeira constituição da República Austríaca, esboçada pelo jurista Hans Kelsen²², assemelhava-se à da República de Weimar, estabelecida na Alemanha, dando autonomia aos estados federados (*Länder*), eleição proporcional à casa baixa do parlamento, o Nationalrat, e eleição indireta à presidência da federação. Mas, ao contrário de sua contemporânea mais ao norte, a constituição austríaca não terminava por gerar uma grande quantidade de partidos e nem estabelecia a possibilidade, contida no Artigo 48 da Carta Alemã, de que o presidente, caso a ordem fosse ameaçada, exercesse poderes de emergência e autorizasse intervenção militar nos estados (Allinson, 2002). Viena, controlada pelo Partido Social-Democrata enquanto o país estava nas mãos do Partido Social-Cristão, era vista como um modelo de governança progressista. Mesmo com a disputa política entre os dois principais partidos (o Social-Democrata e o Social-Cristão) gerando tensão belicosa e com a psicanálise sofrendo ataques porque era praticada também por não médicos²³, em 1927 o governo municipal doou uma área para que a Sociedade Psicanalítica construísse sua sede (Young-Bruehl, 2008, p. 197). A “Viena Vermelha” da década de 1920 parecia um ambiente estimulante para o pensamento freudiano, mas nas ruas o clima era outro. Também em 1927, no dia 15 de julho, o embate político ganhou a forma de “uma pequena, mas espontânea guerra civil nas ruas” e o Palácio de Justiça, o Justizpalast, “foi incendiado completamente . . . Os protestos demonstraram o profundo racha dentro da Áustria e minaram ainda mais a república” (Allinson, 2002, p. 77). De férias em Semmering, e ainda sem saber das notícias, no mesmo dia 15, Freud escreveu a Eitingon sobre o incômodo com uma nova prótese maxilar e anunciou

²² Sobre o papel de Hans Kelsen nesse momento da história política da Áustria e seu debate com Carl Schmitt, jurista e ideólogo que se filiou ao Partido Nazista alemão, conferir Nunes Pereira, 2013. As diferenças entre os dois refletem as orientações tomadas na formulação das constituições austríaca e alemã, respectivamente.

²³ Sobre o tema, conferir Roudinesco (2016, pp. 361-388). Sobre a posição do próprio Freud sobre o assunto, conferir *A questão da análise leiga: diálogo com um interlocutor imparcial* (1926b).

que no mês de setembro, já de volta ao trabalho, sua agenda contava com o início de novos pacientes e algumas visitas, “Jones, Ferenczi, Laforgue, Binswanger e, creio, ainda outros” (Schröter, 2009 p. 514). No dia seguinte, informado, seu comentário ganhou outro tom, como pôde ler Ferenczi que, em Baden Baden, recebeu uma missiva do professor: “Este verão é realmente catastrófico, como se houvesse um grande cometa nos céus. Soubemos agora sobre a revolta em Viena, estamos quase isolados, e sem saber ao certo o que está acontecendo por lá e no que dará”; e arrematou, “É uma coisa podre” (Brabant & Falzeder, 2000, p. 319).²⁴

O fim da década de 1920 e o começo dos anos 1930 viu um aumento do confronto político e acrescentou novas dificuldades à República. Em 1929, a constituição foi reformada; o presidente da federação passou a nomear um primeiro ministro, podia dissolver o parlamento e convocar novas eleições em no máximo três meses, e baixar decretos. As novas funções fortaleciam o executivo e, conseqüentemente, enfraqueciam o parlamento. No final de outubro do mesmo ano, a quebra da bolsa de Nova Iorque fez tremer também a economia europeia, dependente do capital americano e açodada pelo pagamento de indenizações relativas à Primeira Guerra. Em cinco de novembro de 1930, Freud comentou com Ferenczi: “A agitação política e a miséria econômica tem o direito de trazer a atenção das pessoas, antes e acima de tudo, para si mesmas” (Brabant & Falzeder, 2000, p. 402). Um esperado recolhimento narcísico, em termos psicanalíticos. No mesmo mês, os nazistas triplicaram a proporção de votos recebidos no Conselho Nacional, o que não lhes deu o poder, mas indicou a crescente adesão da população ao campo mais à direita. Pouco tempo mais tarde, em 1931, o Creditanstalt, maior banco comercial austríaco, foi a pique; com ele se esvaíram os fundos do setor industrial e das editoras psicanalíticas (Gay, 2008; Young-Bruel, 2008). Um acordo aduaneiro e de cooperação entre a Áustria e a Alemanha foi impedido – a sombra da ordem anterior à guerra, do Anschluss, da anexação, expressamente proibida pelo Tratado de Saint-Germain-en-Laye, escurecia as tentativas de solução. O país não poderia permanecer como estava. “Com a crise bancária”, escreve Young-Bruehl (2008, p. 198), “foi-se embora qualquer possibilidade de coalisão política no governo nacional e qualquer independência que a Áustria gozou

²⁴ A carta também é citada por Peter Gay (2008). Sobre o gatilho da revolta de 15 de julho de 1927, o autor escreve: “Vários assassinos de direita, inquestionavelmente culpados de crimes políticos, tinham sido absolvidos por um júri complacente, e essa falha gritante levou os social-democratas às ruas. Saldo do dia: 89 mortos e um desastroso enfraquecimento da ala moderada dos socialistas” (Gay, 2008, p. 533).

dos apoiadores de seu status de estado-nação – a França, a Inglaterra e, mais importante, a Itália de Mussolini”. Mussolini, em especial, temia a reaproximação entre os dois países, o que traria a Alemanha às portas do Nordeste da Itália. Nenhum governo conservava o apoio parlamentar.

No ano da escrita da resposta a Einstein, 1932, o então ministro da agricultura Engelbert Dollfuss, do Partido Social-Cristão Austríaco, pouco conhecido por seus compatriotas, foi nomeado chanceler. Incitado por Mussolini, como relata Young-Bruehl (2008), Dollfuss rapidamente fez da Áustria um estado “autoritário, corporativo, fervorosamente católico e fervorosamente antissocialista e antisemita” (p. 198). *Il Duce* garantia, com o aliado do Partido Social-Cristão no comando austríaco, o afastamento da Alemanha, e Dollfuss ainda se colocava a tarefa, também ao gosto do italiano, de acabar com o bolchevismo austríaco (Allinson, 2002; Gay, 2008; Young-Bruehl, 2008). Menos de um ano depois, em março de 1933, com o Nationalrat equilibrado, uma disputa levou o presidente da federação e seus representantes a renunciarem aos cargos para votar com seus partidos. As cadeiras vazias deram a Dollfuss o ensejo para dissolver o parlamento (Allinson, 2002). Na vizinha Alemanha, a democracia parlamentar também se encerrava no mesmo mês. Em Berlim, onde residia Eitingon, Hitler chegava ao poder com o partido nazista.

A República de Weimar, de acordo com Niall Ferguson (2007), “tentou o impossível: simultaneamente criar um estado de bem-estar social e pagar as reparações impostas pelo Tratado de Versailles” (p. 236). Identificada com a derrota na guerra e as humilhações posteriores, a república surgida no pós-guerra alemão enfrentou a hiperinflação em 1923²⁵ e, seis anos depois, uma crise de desinflação. Em 1923, a Alemanha estava quebrada:

Especuladores e aproveitadores prosperavam. Mas as consequências materiais da hiperinflação para as pessoas comuns eram devastadoras e os efeitos psicológicos incalculáveis. Economias de uma vida inteira desapareciam em poucas horas. Apólices de seguro não valiam o papel em que estavam escritas. Aqueles que viviam de pensão e de rendas fixas viram sua única fonte de sustento se dissolver na inutilidade. Os trabalhadores foram menos atingidos. Os patrões, ansiosos por evitar a agitação social, concordaram com os sindicatos em indexar os salários ao custo de vida (Kershaw, 2010, p. 158).

²⁵ “Em julho de 1923, 353.414 marcos eram necessários para comprar um único dólar americano; em agosto a taxa era de 4.620.455 para um dólar; as prensas [de papel moeda] acharam difícil acompanhar a demanda” (Allinson, 2002, p. 66).

Essas medidas, porém, não impediram a maciça insatisfação e sua consequência, “uma forte radicalização política tanto à esquerda quanto à direita” (Kershaw, 2010, p. 158). A constituição também criava problemas, a autonomia dos estados e a multiplicidade de partidos dificultava a estabilidade de coalizões no nível nacional. Em 28 de outubro de 1922, a Itália ofereceu um modelo aos radicais de direita alemães. Mussolini e seu Partido Nacional Fascista (PFN) lideraram milhares de simpatizantes na Marcha sobre Roma, golpe de Estado que terminou com sua nomeação ao cargo de chefe de governo. Entretempos, em janeiro de 1923, o sentimento de unidade nacional alemão foi cimentado pela ocupação francesa do Ruhr, cujo mote fora o calote no pagamento das indenizações do pós-guerra. A reação do governo, de resistência passiva, teve o apoio popular, mas ofereceu um flanco à propaganda nazista. Em outubro do mesmo ano, Hitler, então presidente do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), pôde afirmar em entrevista ao jornal britânico *Daily Mail*: “Se à Alemanha for dado um Mussolini alemão . . . o povo cairá de joelhos e o adorará mais do que Mussolini jamais foi adorado” (Kershaw, 2010, pp. 145-146). No NSDAP, aos poucos se tornou comum a expressão *unser Führer* (nosso líder) para designar a figura voluntariosa de origem austríaca que admirava Mussolini (Kershaw, 2010, p. 144). A psicologia das massas, como se pode ver, é um tema sensível.

Com o fim da resistência passiva, em 26 de setembro, o chanceler (*Reichskanzler*) Gustav Stresemann, pragmático do Deutsche Volkspartei (DVP), renegociou a dívida do país, cortou os custos da máquina estatal, aumentou os impostos e trocou a moeda. A atitude conciliatória teve sucesso econômico, mas, nos estados, grupos radicais viram uma oportunidade de tomar o poder (Allinson, 2002). Na Baviera, após o fim da resistência passiva, e com a notícia de pretensões de golpe, foi proclamado estado de emergência e proibidos os comícios do NSDAP. No dia 8 de novembro, Hitler liderou uma tentativa frustrada de golpe – terminou ferido e preso.²⁶ Após sua soltura, o partido nazista ganharia cada vez mais força.

A influência da crise econômica de 1929 foi central na “ascensão meteórica do partido Nazista de Hitler”, como demonstra Gay (2008, p. 532):

Nas eleições de 1928 para o Reichstag, ele tivera que se contentar com doze cadeiras; nas eleições de setembro de 1930, ele disparou para um sinistro total de 107 cadeiras, inferior apenas aos social-democratas. O

²⁶ Sobre o *putsch* frustrado de 1923, conferir Allinson (2002) e Kershaw (2010).

que tinha acontecido era bastante claro: os novos eleitores da Alemanha, e os eleitores desiludidos com os partidos de classe média paralisados pelo desemprego crescente, pelas falências bancárias, bancarrotas comerciais, para não mencionar as divergências das soluções propostas, acorreram em massa para a bandeira de Hitler. A República de Weimar resistiu até janeiro de 1933, mas desde as eleições de 1930 estava sendo governada – por Heinrich Brüning, católico conservador – por decretos de emergência. O país estava a caminho de se unir à onda totalitária.

Após dissolver o parlamento, Dollfuss, na Áustria, também governava por decretos desde 1932 e, embora tenha logo aprendido pelo exemplo alemão como se tornar ainda mais autoritário, procurava manter distância da ligação com Berlim. Não demorou a fundar uma ditadura austro-fascista, ainda com os mesmos inimigos de quando chegou ao poder, os social-democratas, aliados do comunismo, e os nacional-socialistas. Freud, por sua vez, conservava a esperança de que o governo austríaco mantivesse os invasores alemães fora de Viena, como mais de dois séculos antes fizera com os turcos (Young-Bruehl, 2008).

Em 30 de janeiro de 1933, Hitler foi nomeado para a chancelaria alemã. “Para aqueles que não compartilhavam o delírio das hordas da SA que marchavam em comemoração através do Portão de Brandemburgo”, relata Kershaw (2010, p. 291), “o que o futuro reservava era, na melhor das hipóteses, incerto”. Hitler convocou novas eleições para o *Reichstag*, procurando ganhar maioria ao NSDAP. No dia anterior às eleições, em 27 de fevereiro, o *Reichstag* foi incendiado. “O governo culpou os comunistas, mas a velocidade da resposta oficial levou muitos a suspeitarem que os próprios nazistas atearam o fogo, como pretexto para impedir uma campanha eleitoral livre” (Allinson, 2002, p.88-89). Os líderes do partido comunista alemão foram presos e a sigla banida. Com base no artigo 48 da constituição de Weimar, a intimidação ganhou a forma de um decreto que limitava as liberdades de expressão, imprensa e reunião. É nessa passagem entre 1932 e 1933, envolto na fumaça do autoritarismo e da tensão política, que o texto sobre a guerra é parido e vai às prensas.

As cartas, trocadas de modo intenso entre o núcleo ao redor de Freud, ficam agudas, sombrias. Em 29 de março de 1933, sob o humor dos eventos, Ferenczi remeteu ao amigo, em Viena, um sinal de alerta:

Embora eu valorize pouco a acuidade mental do Dr. Ophuijsen em geral, devo admitir que desta vez seu senso de realidade fez boa impressão em mim, e na verdade minha impressão pessimista também se estende à situação em Viena e, finalmente, também a de Budapeste.

Curto e grosso: meu conselho é para fazer uso do tempo da, ainda não imediata, situação de ameaça perigosa e, com alguns poucos pacientes e sua filha Anna, ir para um país mais seguro, talvez a Inglaterra. . . .

Eu, também, estou nutrindo a ideia, no caso do perigo político chegar perto de Budapeste. . . (Brabant & Falzeder, 2000, p. 448).

Em dois de abril, Freud remeteu a Ferenczi sua resposta – que se tornaria quase um mantra quando o assunto era levantado – sobre a possibilidade de fugir: “vou informar-lhe, com gosto, que não estou considerando deixar Viena”. Argumentou que não tinha mais tanta mobilidade, que estava tratando a saúde, que não deixaria sua propriedade; não o faria mesmo se fosse jovem, afirmou. Em sua opinião,

Não é certo que o regime de Hitler vá subjugar a Áustria; é, claro, possível, mas todos acreditam que não vai atingir aqui o auge de brutalidade que atinge na Alemanha. Certamente não há perigo para mim, pessoalmente, e se você presume que a vida na opressão é amplamente desconfortável para nós, judeus, não se esqueça quão pouco contentamento a vida promete a refugiados em um país estrangeiro, seja a Suíça ou a Inglaterra. A fuga, eu penso, seria justificada só em casos de perigo letal, e incidentemente, se matarem você, é um tipo de morte como qualquer outra (Brabant & Falzeder, 2000, p. 449).

No dia seguinte, três de abril de 1933, o *Caro Max* recebeu em Berlim notícias semelhantes²⁷, mas Freud acrescentava duas informações novas. Seu neto, Ernst Halberstadt, há aproximadamente dois anos aluno no internato Scharfenberg, em Berlim, voltava das férias quando, a caminho de Viena, quase foi retido pelos nazistas em Dresden, porque era judeu. Nas palavras de seu avô, o jovem teve “seu primeiro contato com a história contemporânea” (Brabant & Falzeder, 2000, p. 449). A segunda notícia era a publicação, em francês e em alemão, de “Por que a guerra?”.

No mesmo tom Freud remeteu, no dia sete de abril, uma missiva a Ernest Jones, que acompanhava os eventos de Londres:

Apesar de todas as notícias nos jornais sobre turbamultas, demonstrações, etc., Viena está calma, vida sem perturbações. Podemos esperar com certeza que o movimento de Hitler se espalhará pela Áustria, de fato já está aqui, mas é muito improvável que vá

²⁷ Na tradução francesa da correspondência, lemos: “Les temps n’invitent guère pas à l’écriture et je ne peux pas vous faire de rapport. Personne ici ne comprend notre situation politique, on ne juge pas vraisemblable que l’évolution suive un cours analogue à ce qui se passe dans votre pays, la vie suit ici son cours sans trouble, mis à part les défilés qui occupent la police. Les tentatives de suggérer des ambiances de panique ne manquent pas, mas comme vous je ne céderai la place qu’au tout dernier moment, et même alors vraisemblablement pas” (Schröter, 2009, p. 788).

apresentar um perigo similar aquele na Alemanha. É muito mais provável que se combine pela aliança com outros partidos direitistas. Estamos numa transição para uma ditadura de direita, o que significa a supressão da socialdemocracia. Não será um estado de coisas agradável e não deixará a vida mais fácil para nós judeus, mas todos pensamos que declarações legais de emergência são impossíveis na Áustria porque os termos de nosso tratado de paz fornecem, expressamente, os direitos das minorias, o que não aconteceu no Tratado de Versailles (Paskauskas, 1995, p. 716).

O ar otimista ou, mais especificamente, de confiança nas instâncias de controle da ânsia por poder, foi reforçado na sequência da carta. “Aqui”, prosseguiu,

a perseguição legalizada de judeus resultaria, imediatamente, na intervenção da Liga das Nações. Para a Áustria, entretanto, anexar-se à Alemanha, caso em que os judeus aqui ficariam igualmente sem direitos, é algo que a França e seus aliados nunca permitiriam. Além disso, os austríacos não são inclinados à brutalidade alemã. Desse modo nos tranquilizamos em – relativa – segurança. Em todo caso, estou resolvido a não me mover uma polegada (Paskauskas, 1995, p. 716).

Freud, um pacifista, via a ameaça com os olhos de quem está completamente inserido na cultura e no império da lei. A Liga das Nações não admitiria a violência contra os judeus, e os aliados responderiam negativamente à sana de domínio representada pelo Anschluss. A crença era a de que a cultura, especialmente a lei, faria frente à violência.

Em 10 de maio de 1933, o antissemitismo e o processo de perseguição a tudo o que não refletisse o ideário nazista atingiu um momento de simbolismo importante; queimaram em fogueiras públicas as obras de autores vistos pelo regime como inaceitáveis. Às chamas jogaram livros de Thomas Mann, Kafka, Marx, Einstein e Freud, entre outros, num “auto-de-fé de um século de cultura alemã” (Gay, 2008, pp. 535-536) assistido por estudantes e docentes em várias cidades. “Conosco”, escreveria Freud a Lou Andreas Salomé quatro dias depois, “as coisas estão como deve ser esperado nestes tempos loucos. Mesmo Anna, em alguns momentos, está deprimida” (Pfeiffer, 1985, p. 200; Gay, 2008., p.536).

Tempos loucos, de fato. Não era a primeira vez que o professor se via envolvido pela fuligem do belicismo. Entre 1914 e 1918, Freud experimentou as privações e o perigo que a Primeira Guerra impôs a toda a Europa, temeu por seus filhos, por seu país e pela psicanálise. O horror da guerra de trincheiras e dos efeitos que era capaz de provocar no psiquismo dos soldados tornou-se um de seus objetos de estudo, e vários de

seus seguidores dedicaram-se ao tratamento das neuroses traumáticas de guerra (Dal Molin, 2016). Em 1915, o assunto mereceu um ensaio, publicado na revista *Imago*, com o título de “Considerações sobre a guerra e a morte”. Com a Primeira Guerra em curso e seus resultados ainda obscuros, dois pontos mereceram destaque: a desilusão causada pela realidade atroz e a mudança de atitude, exigida de cada envolvido direta e indiretamente, em relação à morte (Freud, 1915/2010g). Na época, a leitura que Freud fez do ambiente ao seu redor partia da constatação de que a guerra moderna “Não é apenas mais sangrenta e devastadora do que as guerras anteriores, devido ao poderoso aperfeiçoamento das armas de ataque e de defesa, mas pelo menos tão cruel, amargurada e impiedosa quanto qualquer uma que a precedeu” (Freud, 1915/2010g, p. 215). Além disso, chamou-lhe a atenção o desrespeito ao direito internacional e à separação entre as tropas e o resto da população: “Ela [a guerra] derruba o que se interpõe no seu caminho, em fúria enceguedida, como se depois dela não devesse existir nem futuro nem paz entre os homens” (Freud, 1915/2010g, p. 2015). A civilização dobrava-se à barbárie, retornava a ela, e nos idos de 1915 parecia-lhe que uma relação mais amistosa entre os povos envolvidos tomaria tempo. Como estamos a ver nos fatos políticos que sucederam a capitulação que encerrou a guerra de 1914-1918, sua percepção estava correta.

Foi no pós-Primeira Guerra, em 1920, que Freud apresentou o conceito de pulsão de morte, reordenando a teoria das pulsões e os princípios que considerava regerem o funcionamento mental. Quando recebeu a carta de Einstein no começo dos anos trinta, o tema em discussão não lhe era de todo novo, e sua contribuição podia contar com alguns desenvolvimentos teóricos que não existiam à época da assinatura do Tratado de Versalhes. O texto de 1932, portanto, é obra de um autor que já sofrera profundamente a desilusão causada pela guerra, que elaborara esse sentimento, que permanecia realista quanto à natureza humana, mas que voltara a se fiar na civilização – ou numa parte dela, ao menos – para evitar uma reedição da sana terrível experimentada menos de vinte anos antes.

Na carta de Einstein, Freud leu a afirmação de que muitos comungam do desejo de ver o homem livre da guerra. Esse grupo pacifista, porém, tem restrita influência no processo decisório, dependente, aos olhos do físico, dos políticos, que mantém uma relação com o poder que dificulta seu compartilhamento e, conseqüentemente, o sucesso de uma organização supranacional, como a Liga das Nações, com o objetivo de manter a paz. Einstein indicou ainda outras dificuldades ao propósito, como o latente anseio

humano pelo ódio e pela destruição (Freud, 1933/2010t) e o funcionamento da massa, capaz de gerar franco entusiasmo pela guerra.

Na resposta, Freud inicia a discussão estabelecendo a relação entre Direito (*Recht* – justiça, lei) e Poder (*Macht*). Pergunta retoricamente se poderia substituir “poder” por “violência” (*Gewalt*). “Direito e violência”, afirma, “são atualmente opostos para nós. É fácil mostrar que aquele se desenvolveu a partir desta. . .” (Freud, 1933/2010t, p. 419). Sua carta prossegue pela afirmação de que, em geral, os conflitos de interesse entre os homens são resolvidos pela violência. O mesmo poderia ser constatado no mundo animal, dentro do qual se inclui o homem. Não obstante, conflitos humanos de opinião, que envolvam graus maiores de abstração, possam demandar outras técnicas de resolução mais civilizadas e complexas, estas diriam respeito a um período tardio do desenvolvimento da espécie. Durante um estado original, o domínio sobre o outro era atingido por meio da violência bruta e, após o desenvolvimento de armas, pela violência ancorada no intelecto. A situação teria sido alterada no momento em que da violência foi-se ao direito, ou à lei. A ideia já fora expressa outras vezes. Dois anos antes, em *O mal-estar na civilização*, Freud (1930/2010r) defendeu que “A vida humana em comum se torna possível apenas quando há uma maioria que é mais forte que qualquer indivíduo e se conserva diante de qualquer indivíduo” (p. 57). Seu argumento fora então o de que o poder do grupo unido, da comunidade, funda o direito e a lei, capazes de fazer frente e submeter a “força bruta” de um único indivíduo. Quando tratou do assunto na primeira parte de “Considerações sobre a guerra e a morte”, o argumento já fora apresentado: o Estado proíbe o exercício da injustiça e da violência “não porque deseja acabar com ela, mas sim monopolizá-la, como fez com o sal e o tabaco” (Freud, 1915/2010g, p. 216). Em tempos de guerra, prosseguia o ensaio, o monopólio permitiria ao Estado “qualquer injustiça, qualquer violência que traria desonra ao indivíduo” (Freud, 1915/2010g, p. 216) e terminaria por afastá-lo da comunidade. No texto para a Liga das Nações, a mesma premissa é retomada, “A violência”, escreve, “é derrotada pela união, o poder daqueles unidos passa a representar o direito, em oposição à violência de um indivíduo” (Freud, 1933/2010t, pp. 420-421). Ainda se trata de violência, com os mesmos propósitos e meios, porém não mais individual, e sim coletiva ou, nas palavras de Freud, da comunidade, do Estado que a monopoliza. A grande mudança, representada por esse momento de passagem da violência ao direito, está na limitação que cada um aplica à própria possibilidade de satisfação; ao abdicarem todos, em acordo, da realização plena de suas pulsões,

ninguém se tornará “vítima da força bruta” (Freud, 1930/2010r, p. 57) de um único indivíduo.

Mas no pensamento freudiano encontra-se também uma figura que teria monopolizado a violência, um indivíduo que dominava por meio da força bruta e não via limites para a própria satisfação. Trata-se de uma personagem teórica – descrita quase duas décadas antes, em *Totem e Tabu* – cujo assassinato reorganiza o funcionamento do grupo: o *pai da horda*, “Um pai violento e ciumento, que reserva todas as fêmeas para si e expulsa os filhos quando crescem” (Freud, 1912-1913/2012, p. 216). Numa descrição mais tardia da mesma personagem, lemos:

Seus atos intelectuais eram fortes e independentes mesmo no isolamento, sua vontade não carecia do reforço dos demais. . . . seu Eu tinha poucos laços libidinais, ele não amava ninguém exceto a si mesmo, ou amava os outros apenas enquanto satisfaziam as necessidades dele. Seu Eu não dava nenhuma sobra para os objetos. . . . é-lhe facultado ser de natureza senhorial, absolutamente narcisista. . . (Freud, 1921/2011a, p. 86).

Para nossos propósitos, é bom guardar o detalhe: o pai da horda era “absolutamente narcisista”, e amava os outros “apenas enquanto satisfaziam” suas necessidades. Esse “estado primevo da sociedade”, onde reina um indivíduo com acesso exclusivo às mulheres e poder ilimitado para afastar possíveis rivais, não seria observável, argumenta o autor: “O que vemos como organização primitiva, que ainda hoje vigora em determinadas tribos, são *bandos de machos*, compostos de membros com direitos iguais e sujeitos às restrições do sistema totêmico” (Freud, 1912-1913/2012, p. 216). A passagem do domínio irrestrito de um só, para o contrato entre vários indivíduos limitados uns pelos outros, seria um ato de fundação:

Certo dia, os irmão expulsos se juntaram, abateram e devoraram o pai, assim terminando com a horda primeva. Unidos, ousaram fazer o que não seria possível individualmente. . . . O fato de haverem também devorado o morto não surpreende, tratando-se de canibais. Sem dúvida, o violento pai primevo era o modelo temido e invejado de cada um dos irmãos. No ato de devorá-lo eles realizavam a identificação com ele, e cada um apropriava-se de parte de sua força. A refeição totêmica, talvez a primeira festa da humanidade, seria a repetição e a celebração desse ato memorável e criminoso, com o qual teve início tanta coisa: as organizações sociais, as restrições morais, a religião (Freud, 1912-1913/2012, pp. 216-217).

Ao montar sua teoria sobre a gênese da cultura e do social, Freud atribuiu ao bando de irmãos intenso ódio ao pai, que não lhes permitia a satisfação dos anseios

sexuais e de poder, mas também salientou a admiração que lhe nutriam, pois queriam ser como ele, ocupar seu lugar. Cada um dos filhos era ambivalente quanto ao tirano. Pontalis (2011), partindo da leitura de *De la horde à l'État*, de Eugène Enriquez, argumenta que antes do crime não havia sequer um pai, mas um macho mais potente, mais forte, dominante. É enquanto organizam a ação que os membros do grupo se descobrem irmãos; e é ao matar o chefe da horda que “fazem dele um pai. O pai morto se transforma em pai real” (p. 70). O homem primitivo, escreve o autor, “não passa ao ato. *Ele é o ato*. A violência é nua” – ou seja, sem conflitos internos – “O ódio não está misturado” (p. 71). Noutras palavras, amor e ódio apresentam-se de maneira alternada em sua vida mental²⁸ ou são dirigidos a objetos experimentados como diversos, a repulsa quanto a uma figura, a atração sobre outra. Não haveria antecipação de culpa porque a união dos destinatários do amor e do ódio só é atingida após o ato.²⁹ Dessa perspectiva, é depois do crime original que a ambivalência ganha corpo e gera o conflito. Uma vez satisfeito o ódio, a preponderância dos sentimentos afetuosos gera arrependimento pelo ato e a consciência de culpa, mais tarde projetada em uma deidade punitiva. A própria origem do totemismo é indicada nesse momento da organização de uma pré-história social. Os irmãos do bando, escreve Freud (1912-1913/2012, p. 219), “revogaram seu ato, declarando ser proibido o assassinio do substituto do pai, o totem, e renunciaram à consequência dele, privando-se das mulheres então liberadas”. Os dois tabus, o respeito à vida do totem, substituto do pai, e a proibição do incesto, de desposar uma mulher do mesmo totem, teriam sido erigidos a partir da consciência de culpa, tão intensa quanto o desejo de realizar tais atos.

Cabe-nos fazer alguns esclarecimentos, sem os quais ficaria comprometida a compreensão das ideias que estamos a apresentar. O primeiro é o de que, para a correspondência, cara a Freud, entre a filogênese e a ontogênese, é relevante notar como os tabus fundamentais concordam com os “desejos reprimidos do complexo de Édipo”

²⁸ Como o próprio Freud observa em *Totem e tabu*, “Enquanto a pressão exercida pelo pai primevo se fazia sentir, os sentimentos em relação a ele eram justificados, e o arrependimento por eles teve de esperar outro momento” (1912-1913/2012, p. 243).

²⁹ A mesma leitura pode nos levar a supor que, caso amor e ódio se concentrem no mesmo objeto, este é cindido para que os sentimentos não pareçam coexistir em relação a um único objeto. Nesses termos, nota-se a ancoragem, no pensamento freudiano, da teorização de uma autora como Melanie Klein. Nosso intuito não é o de reforçar essa percepção – realizada por qualquer estudioso bem-intencionado da história dos conceitos psicanalíticos – mas notar como o problema da gênese do conflito causado pela ambivalência, e do sentimento de culpa, pode pressupor, já nesse momento da teorização freudiana, a internalização, pelo sujeito, da unidade do objeto a que se dirige o amor e o ódio.

(Freud, 1912-1913/2012, p. 219)³⁰, e tanto a ambivalência quanto o sentimento de culpa são localizados temporalmente junto a esse complexo. Noutros autores, como veremos, a dinâmica é antecipada, o que implica também um deslocamento temporal do início do complexo de Édipo e a observação de seus aspectos mais arcaicos. Convém lembrar também que, no pensamento freudiano, dois fatores, um interno e outro externo, concorrem para a mudança pulsional civilizatória. As pulsões egoístas – para utilizar a terminologia do ensaio sobre a guerra e morte – são influenciadas pelo erotismo; “Pela intromissão dos componentes eróticos”, defende, “os instintos egoístas são transformados em sociais” (1915/2010g, p. 220). Mesma ideia expressada no artigo sobre o narcisismo, escrito um ano antes, e mais tarde em *Psicologia das massas e análise do Eu*, onde lemos como o “amor a si”, o narcisismo, “encontra limite apenas no amor ao outro, amor aos objetos” (Freud, 1921/2011a, p. 58). O fator externo, também responsável pela alteração pulsional, é localizado na “coação exercida pela educação, que representa as demandas do ambiente civilizado, e que depois prossegue no influxo direto do meio cultural. A civilização”, continua o professor, “foi adquirida pela renúncia à satisfação instintual, e exige de cada ‘recém-chegado’ essa mesma renúncia. Durante a vida individual há uma contínua transformação de coação externa em coação interna” (1915/2010g, p. 220). Dito de outro modo, regras impostas pelo meio, como o respeito à vida do totem e a exogamia, transmudam-se em legislação interna com a qual o indivíduo considera e julga seus próprios desejos e pensamentos. Em *Totem e tabu*, a explicação desse argumento relaciona-se à maneira como o pai “morto tornou-se ainda mais forte do que havia sido o vivo... Aquilo que antes ele impedira com sua existência”, lemos, os irmãos “proibiram então a si mesmos, na situação psíquica da ‘obediência *a posteriori*’, tão conhecida da psicanálise” (Freud, 1912-1913/2012, p. 219)

O segundo esclarecimento diz respeito à afirmação de Pontalis sobre não ser oportuno ver no assassinato do pai uma passagem ao ato, uma vez que o ato é inerente ao homem primitivo. Ao final de *Totem e tabu*, Freud sintetiza a analogia, trabalhada ao longo de todo o livro, entre o neurótico e o selvagem. Em ambos, pensamento e ação se confundem,

³⁰ Em nota, Freud ainda reforçou seu argumento citando Smith: “Homicídio e incesto, ou ofensas desse tipo contra as sagradas leis do sangue, são na sociedade primitiva os únicos crimes de que a sociedade como tal toma conhecimento” (Smith citado por Freud, 1912-1913/2012, p. 219n192).

Mas o neurótico é inibido sobretudo no agir, nele o pensar substitui plenamente o fazer. O primitivo não é inibido, o pensamento logo se converte em ato, nele o ato seria antes um substituto do pensamento; por isso creio, . . . que no caso em discussão é lícito supormos que “no princípio foi o ato” (Freud, 1912-1913/2012, p. 244).

O ato, vemos, substitui o pensamento; impulsos e desejos, ao serem tomados como fatos materiais pelo homem primitivo, geram ações que se efetuam na própria realidade material. No ensaio de 1915 sobre a guerra e morte, a relação entre desejo e ato é retomada e ganha ainda mais clareza: “Nosso inconsciente não executa o assassinio, apenas o imagina e deseja” (Freud, 1915/2010g, p. 242). Essa realidade psíquica, porém, não se afasta, no que tange a seus efeitos sobre o indivíduo que deseja, da realidade factual. “Em nossos impulsos inconscientes”, vemos,

eliminamos, a todo dia e momento, todos os que nos estorvam o caminho, que nos ofenderam e prejudicaram . . . o nosso inconsciente mata inclusive por ninharias . . . se formos julgados por nossos desejos inconscientes, somos um bando de assassinos, tal como os homens primitivos (Freud, 1915/2010g, pp. 242-243).

O desejo inconsciente, posto nesses termos, altera o processo de atribuição de culpa, porque sobre ele também incide o julgamento que o neurótico faz de si. Quando o desejo hostil é dirigido a alguém por quem o indivíduo igualmente nutre amor, mesmo que nada seja realizado no plano das ações, a ambivalência resultante gerará culpa, ilustrando como o sentimento prescinde do ato para ter efeitos. Por outro lado, no homem primitivo, a conversão imediata do pensamento em ato não permite que a culpa seja sentida psiquicamente antes do assassinato ter ocorrido. Ao discutir o crime homicida, Pontalis (2011) oferece-nos instrumentos para compreender, no que diz respeito à violência, o movimento da passagem ao ato. A expressão designa “o ato impulsivo, incontrolável, muitas vezes mortal, que pode também tomar a forma de uma decisão súbita de fugir, de desaparecer” (Pontalis, 2011, pp. 53-54), de cortar laços sociais ou de morrer, por exemplo. Os impulsos e desejos não ficam contidos no âmbito da vida mental – “De repente, todas as barragens [a eles] cedem” (Pontalis, 2011, p. 54). No argumento, que desenha uma cronologia, o ato é seguido do pensamento e este, mais tarde, pode sucumbir, regredindo à ação. A pergunta que Pontalis se coloca é sobre a existência de um pensamento assassino que preceda o ato em si. Nos termos da hipótese freudiana sobre a horda, a questão poderia ser colocada nos seguintes termos: cada filho fantasiou – e imaginou-se realizando – o assassinato do pai? O que lhes passava na cabeça? Se tomarmos a descrição de Freud exclusivamente, a resposta deverá ser

negativa ou, no extremo, indicar um breve momento de pensamento em que o homicídio foi imaginado, mas que, sem demora, precisou ser convertido em ato. Para o psicanalista francês, por sua vez, existem duas possibilidades de resposta: ou não havia nada, “o sentimento insuportável de uma vida, uma agonia sem recurso”, ou havia demais, “uma violência pulsional contida há muito, ignorada, e aqui ela surge, explode, como uma erupção vulcânica, como se o dentro exigisse estar fora (Pontalis, 2011, p. 54). Hipótese que propõe ver, naquilo que antecede o ato violento, o puro desespero ou o transbordamento pulsional.

Por esse ângulo, defende Pontalis, o crime não é motivado por uma fantasia que demanda satisfação, mas por um momento alucinatório. A alucinação, capaz de impor-se à percepção, agiria “como um cataclismo natural, que transgride todo interdito, viola, esmaga, mutila o corpo e, no extremo, o despedaça ou o devora. . . O real, para o assassino alucinado, é o corpo” (Pontalis, 2011, pp. 54-55). Note-se como a motivação criminosa, nesse caso, não cabe tão bem ao selvagem freudiano, uma vez que a instauração do interdito é posterior à ação; mas a aparente preponderância do corpo na ação violenta já está presente na descrição de como se desenvolve o parricídio original. Voltaremos ao papel do corpo no fenômeno da violência mais à frente.

No “mito científico” freudiano sobre a origem do social, o passo seguinte dedica-se a explicar uma segunda etapa, o modo como os irmãos do bando teriam firmado o contrato, que organizaria as relações após a morte do pai da horda. “Os irmãos”, escreveu Freud,

havam se aliado para vencer o pai, mas eram rivais uns dos outros no tocante às mulheres. Cada um desejaria, como o pai, tê-las todas para si, e na luta de todos contra todos a nova organização sucumbiria. Nenhum era mais forte que os outros, de modo a poder assumir o papel do pai. Assim, os irmãos não tiveram alternativa, querendo viver juntos, senão – talvez após superarem graves incidentes – instituir a proibição do incesto, com que renunciavam simultaneamente às mulheres que desejavam, pelas quais haviam, antes de tudo, eliminado o pai. Assim salvaram a organização, que os havia fortalecido e que pode ter se baseado nos sentimentos e atividades homossexuais que teriam surgido entre eles no tempo da expulsão (Freud, 1912-1913/2012, p. 220).

Menos de dez anos mais tarde, ao escrever sobre a psicologia das massas, o autor voltou à ideia:

O pai primordial havia impedido os filhos de satisfazerem seus impulsos sexuais diretos; obrigou-os à abstinência e, por conseguinte,

ao estabelecimento de laços afetivos com ele e entre si, que podiam resultar dos impulsos de meta sexual inibida. Ele os compeliu, por assim dizer, à psicologia da massa. Seus ciúmes sexuais e sua intolerância vieram a ser, em última análise, as causas da psicologia da massa (Freud, 1921/2011a, p. 87).

Na origem das proibições, que fundam o campo social para Freud, encontramos, em síntese, a figura de uma autoridade plena de poder que tolhe aqueles que a cercam; uma revolta organizada por opositores que dirigem sentimentos ambivalentes a quem tem o poder; há um ato violento fundante, o assassinato do pai, seguido pelo banquete em que se devora seu corpo; surge a necessidade de um acordo que limite a busca individual por satisfação pulsional desenfreada – de todo e qualquer desejo sexual e de poder –; e o estabelecimento formal de vínculos horizontais, que talvez já existissem antes do assassinato, quando o bando estava disperso.

As críticas à versão contratualista de Freud vem de todos os lados. Os antropólogos não tardaram em notar que as referências utilizadas pelo autor eram problemáticas. Outros apontaram como cada etapa descrita pelo autor “pressupõe a existência e o funcionamento prévio dessas mesmas instituições cuja origem se pretende explicar” (Costa, 2003, p. 46) o que consistiria numa falha argumentativa. Em resposta às críticas cabe notar, como fez Mezan (2006), “que o mito talvez seja a única forma, não de pensar, *mas de tornar representável* o momento da origem, em particular da origem do social” (p. 378n84). Mesma visão de Perelberg, ao argumentar que a versão mítica da origem da cultura apresentada em *Totem e Tabu* é “semelhante a outros mitos sobre as origens que oferecem narrativas capazes de expressar conflitos inconscientes fundamentais”, retirando, desse modo, a “necessidade de inquirir sobre se o ato fundamental realmente aconteceu” (Perelberg, 2015, p. 119). O resultado do mito científico, apesar da certeza de Freud, termina por ser uma resposta a “questões que cada cultura coloca a si mesma sobre suas origens e a relação entre os gêneros e as gerações” (Perelberg, 2015, p. 119). Sobre a falha na argumentação, ela em parte se deve “ao paradoxo de que, como mostra Marilena Chauí, o ato pelo qual os homens fundam a sociedade requer como condição a própria sociedade, em virtude da ‘imanência do ato fundador e da sociedade fundada’” (1981 citada por Mezan, 2006, p. 378n84). A estrita diferenciação entre o ato fundador e a sociedade fundada com ele não poderia ser feita com a clareza conceitual demandada pela crítica. Na verdade, é necessário considerá-los, ato fundador e sociedade fundada, simultaneamente.

Os psicanalistas, informados por essas críticas, puderam se dedicar a leituras que reavaliavam a tese de *Totem e tabu* de modo a esvaziá-la de parte daquilo que Freud gostaria que ela fosse: uma descoberta valiosa sobre a gênese do social, passível de prova no campo antropológico, que aproxima o homem primitivo, a criança e o neurótico. Mezan (2006), por exemplo, explicita como uma das funções do mito, além daquela sobre o surgimento da sociedade, é a de “permitir a introdução, na teoria, da categoria do pai morto, diferente do pai real e do pai idealizado” (p. 620). A categoria é essencial, em sua opinião, “para a determinação do sujeito como limitado e, por conseguinte, como capaz de desejar e de pensar” (Mezan, 2006, p. 395), porque oferece dados ao eixo genético da metapsicologia, responsável pela explicação de como se dá o desenvolvimento psíquico humano. Perelberg (2015), por sua vez, também indica a ligação teórica, que Freud sempre reforçará a partir daí, entre o pai morto e a própria fundação da cultura, limitadora da satisfação do desejo. Philippe Van Haute e Tomas Geyskens, numa leitura ancorada no pensamento lacaniano, destacam como o “assassinato não resulta, portanto, em um acesso a um prazer incestuoso e ilimitado, mas, em vez disso, na submissão à lei do pai” (Van Haute & Geyskens, 2016, p. 147), à castração.³¹ Nosso objetivo não é o de reproduzir a pletora de interpretações e críticas que o texto recebeu³², mas encontrar o campo em Freud que fez atuar um conceito, mesmo quando de modo problemático.

³¹ A profícua leitura lacaniana de *Totem e tabu* nos levaria a uma série de temas que não cabe no escopo desta tese. Não posso me furtar, entretanto, de indicar a discussão de Van Haute e Geyskens (2016), que explicita como, para Lacan, “o tema freudiano do assassinato do pai, esse sonho [de Freud, diz Lacan] e mito original de *Totem e tabu*, todos esses elementos indicam uma tentativa de obscurecer a castração do pai; em outras palavras, sua real limitação e mortalidade. . . . enquanto acreditarmos que o parricídio coletivo extermina o prazer do pai, seremos também capazes de deixar de reconhecer o caráter estrutural da castração – a impossibilidade de um prazer ilimitado fora da lei (Lacan, 1969-1970, pp. 141-143)” (pp. 148-149). “De acordo com Lacan”, prosseguem Van Haute e Geyskens, “a ênfase freudiana no caráter histórico da origem do mito em *Totem e tabu* e, de maneira geral, sua ênfase no assassinato do pai devem ser compreendidos como um falso reconhecimento do caráter estrutural da castração. . . . Ao postular a semelhança entre o pai morto e o prazer ilimitado ou gozo (*jouissance*) . . ., essa narrativa aponta para uma impossibilidade. Alguém que está morto não pode, no fim das contas, ter prazer” (Van Haute & Geyskens, 2016, p. 149).

³² Jurandir Freire Costa (2003), em *Violência e psicanálise*, apresenta várias delas. Destacamos duas, que sem dúvida não fazem justiça à riqueza de ideias presente em seu texto: 1) Poder e violência são diferentes, o primeiro pode ser instrumentalizado de modo a tornar-se a última, mas não o é necessariamente, isto é. o campo de ação do poder é maior e mais rico que o da violência, o que Freud parece ignorar em muitos momentos; e 2) “a violência nasce para arbitrar conflitos e satisfazer necessidades individuais e sociais, mas há sempre uma instância exterior à violência que determina seu início e decreta seu fim. É impossível isolar . . . o que pode justificar a concepção da cultura como um produto da violência. A violência, diríamos, por tudo que é possível constatar e demonstrar, é um artefato da cultura e não seu artífice” (Costa, 2003, p. 62). Uma discussão pormenorizada das leituras contra e a favor da versão antropológica freudiana pode ser encontrada em Perelberg (2015, pp. 95-125).

Seus textos sobre a cultura repetidamente salientam a história de violência da organização social: há a violência do pai da horda, há a violência do assassinato cometido pelo bando de filhos, e há a necessidade de contenção de atos dessa natureza. Em *O mal-estar na civilização* e nas *Novas conferências introdutórias à psicanálise*, textos do início da década de 1930, próximos temporalmente da carta-resposta a Einstein, a violência ganha ainda mais ênfase. Mas nos trabalhos de Freud sobre a cultura anteriores à década de 1920, a limitação e a necessidade de renúncia à hostilidade e à agressividade também são encontradas. Vejamos três exemplos.

No livro sobre o chiste, o paralelismo entre a criança e o homem primitivo e a necessidade de contenção ganham os seguintes termos: “Desde nossa infância individual, e, de maneira similar, desde a infância da humanidade, impulsos hostis contra outros homens foram sujeitos à mesma restrição, ao mesmo progressivo recalque, que nossas vontades sexuais” (Freud, 1905/2001h, p. 102). As leis, afirma Freud, proibiram que a hostilidade fosse exibida de modo brutal, e a substituíram pela “invectiva verbal”, mais sofisticada. A cronologia é a mesma que mais tarde observamos em *Totem e tabu*; do ato, pela restrição da lei, à palavra.

O segundo exemplo encontra-se em “A moral sexual ‘cultural’ e o nervosismo moderno”, em que o autor sustenta que “nossa civilização está baseada na repressão dos instintos.” E prossegue, dando os pontos centrais da narrativa que seriam retomados menos de uma década depois: “Cada indivíduo renunciou a um quê do que possuía, à plenitude de seu poder, às tendências agressivas e vingadoras de sua personalidade; dessas contribuições originou-se o patrimônio cultural comum de bens materiais e ideias” (Freud, 1908/2015b, p. 368).

O terceiro exemplo consta do ensaio sobre a guerra e a morte de 1915, no qual lemos como a recriminação da comunidade contém de modo tão severo a vida instintual que, durante a guerra, somos tomados pela desilusão ao constatar com que facilidade a diminuição da tutela social faz cessar “a repressão dos apetites maus, e as pessoas cometem atos de crueldade, perfídia, traição e rudeza que pareceriam impossíveis, devido à incompatibilidade com seu grau de civilização” (Freud, 1915/2010g, p. 217).

Vemos como o enredo de *Totem e tabu*, já esboçado antes em linhas gerais e retrabalhado posteriormente por Freud, passa a envolver a necessidade de barreiras ao poder individual, para que cada membro do grupo o exerça de maneira igual, ou na medida do socialmente aceitável, o que é outra forma de dizer que um indivíduo não deve apropriar-se do lugar antes ocupado pelo pai da horda e exercer o poder de modo

irrestrito e, portanto, violento. Igualmente, deve limitar seu narcisismo e aquilo que, em 1915, Freud nomeou de pulsões egoístas ou “apetites maus”.

A substituição de *Macht* por *Gewalt* – de poder por violência –, na linha da teoria freudiana sobre a origem do social, e que parece linear, merece nossa atenção. Por que a escolha de uma palavra “mais dura e forte” (Freud, 1933/2010t, p. 419)? Antes de nos dedicarmos à resposta, ressaltamos que Freud também usa ao longo de sua obra outra palavra para designar “violência”, *Heftigkeit*, como notou Rozine Perelberg (2009b, p. 40). O resultado da conferência que a autora realizou nas 104 ocorrências da palavra *violence* (utilizada para traduzir tanto *Gewalt* quanto *Heftigkeit*) na *Standard Edition* será discutido mais tarde. A *Heftigkeit* pode ser traduzida como violência, mas também como força, veemência e tempestuosidade. Tomemos a palavra mais dura e forte, escolhida por Freud em 1932, e suas relações semânticas.

Paulo C. de Souza, tradutor de Freud para o português, acrescenta uma nota à substituição de palavras feita pelo autor: “‘Poder’: *Macht*; ‘violência’: *Gewalt*; mas a palavra *Gewalt* também pode significar ‘força’ e ‘poder’, segundo o contexto” (Freud, 1933/2010t, p. 419n). O substantivo feminino *Gewalt*³³ pode ser utilizado para determinar autoridade ou um domínio do poder; como em “poder judiciário”, *richterliche Gewalt*. Exemplo do uso encontra-se quando Fausto, na primeira parte da tragédia de Goethe, vê Margarida na rua, oferece-lhe companhia e ouve uma recusa, dirige-se então a Mefistófeles e afirma que quer a moça imediatamente. Ao identificar a jovem, recém-saída do confessionário e inocente, Mefistófeles diz a Fausto: “*Über die hab ich keine Gewalt*”, “Sobre ela não tenho poder” (Goethe, 1999, p. 153), indicando que ela estava fora de seu domínio, de seu campo de influência. A mesma palavra, num contexto próximo, significa “força” – no sentido de “à força”, “forçadamente”, *mit Gewalt* – como vemos nos versos do poema “Der Erlkönig”, também de Goethe, cuja versão musicada mais conhecida é a de Franz Schubert. Um pai galopa à noite com seu filho na sela e não crê na figura que o garoto lhe descreve com temor; o “rei dos elfos” primeiro convida-o a ir consigo, depois ameaça: “*Und bist du nicht willig, so brauch ich Gewalt*” (“E se não quiser, então usarei a força”). Luiz Hanns, também tradutor de Freud, lembra-nos que *Gewalt* é um termo próximo de *bewältigen* (dominar), com o qual divide a mesma raiz, *wält*, que “corresponde ao radical do verbo *walten* (reinar,

³³ Os sentidos, assim como os exemplos não literários deste parágrafo, foram colhidos do *Dicionário de Alemão-Português* (2006).

dominar etc.)” (Hanns, 1996, p. 176). Os três termos (força, poder e violência) exibem uma manifesta ligação.

Nas línguas latinas, como o português, a palavra vem do latim *violentia*, que designa um modo de ser da força (dos elementos) e do caráter de algo ou alguém que pode ser adjetivado como *violentus*. Na forma de verbo, “violar”, do latim *violāre*, encontramos o sentido de ofender, transgredir, profanar, danificar, lesar, ferir. A raiz que une essas palavras é *vis*, cujos sentidos precisaremos listar: 1) força, vigor; 2) força exercida contra alguém, emprego da força; 3) força das armas, ataque, assalto; 4) forças militares, tropa, recursos; 5) influência, poder, ascendência, autoridade; 6) valor, natureza, essência, sentido; 7) quantidade, grande número. *Vis*, quando acrescida da terminação (*u*)*lentus*, indica o excesso, como em *opulentus*, *virulentus*. A ligação entre violência, força e poder também aqui fica evidente, ela pode ser observada tanto nos sentidos do termo de uso corrente quanto na profusão de ocorrências ao nos remetermos à palavra de origem – a primeira envolve o excesso das últimas. O poder sem restrições do pai da horda, sua força e domínio sobre todos, tem uma natureza excessiva porque profundamente coercitiva para todos os outros, capaz de mobilizar os indivíduos, uni-los e levá-los a uma reação na mesma medida. O que se desenha assim é uma faixa do campo semântico da palavra sob a pena do autor, o que pode, a meu ver, servir como primeiro aspecto de definição. Caso procuremos tratar a violência como uma categoria geral, um gênero (*genos*) de fenômenos, no sentido aristotélico, nossa definição inicial deve ser a de que o conceito se aplica a ações, processos e experiências marcadas pelo excesso da força e do poder.³⁴

Quando Freud utiliza o termo como adjetivo – ao modo de qualquer um que procure descrever determinados fatos – essa característica é imediatamente notada. Nas

³⁴ Num ensaio clássico, “Da violência”, a partir da reflexão sobre problemas políticos, Hannah Arendt propõe outras definições aos termos com os quais estamos trabalhando. Poder, para a autora, “corresponde à capacidade humana não somente de agir, mas de agir de comum acordo. O poder nunca é prioridade de um indivíduo; pertence a um grupo e existe somente enquanto o grupo se conserva unido” (Arendt, 2013, p. 123). O poder seria sempre exercido com o apoio de um grupo (de tamanho e natureza variável) de modo que a perda do amparo significa também a perda do poder. Sem o grupo, o indivíduo possuiria “fortaleza”, uma “propriedade inerente a um objeto ou uma pessoa” (Arendt, 2013, p. 123), sempre passível de ser “sobrepujada por um grupo, que muitas vezes se forma com a única finalidade de arruinar a fortaleza precisamente por causa de sua particular independência” (Arendt, 2013, p. 123). Força, argumenta Arendt, deveria ter seu uso restrito “para indicar a energia desprendida pelos movimentos físicos e sociais” (Arendt, 2013, p. 123); e o termo violência diferencia-se por “seu caráter instrumental. . . . uma vez que os implementos da violência, como qualquer outra ferramenta, são projetados e usados para multiplicar a fortaleza natural” (Arendt, 2013, p. 124). Essas definições terminam por opor, no campo da política, poder e violência. Para uma discussão das ideias de Arendt e os ecos que ela gera na compreensão do tema, conferir Freire Costa (2003).

passagens de seus textos dedicadas ao social, encontram-se alguns exemplos: o início da moralidade, da religião e da ordem social, como vimos, “está ligado ao *violento* assassinio do chefe e à transformação da horda paterna em uma comunidade de irmãos” (Freud, 1921/2011a, p. 84); o “pai primevo ascendeu à divindade apenas muito depois de sua morte *violenta*” (1930/2010r, p. 117); e com ironia, “Se ocasionalmente ele [o homem] se mostra *violento*, brutal, cruel, são apenas transtornos passageiros de sua vida emocional” (1933/2010s, p. 252). Noutros textos a palavra também indica determinada intensidade, excessiva; assim, em *A interpretação dos sonhos* somos apresentados a uma paciente grávida que, “em um ataque de raiva depois de uma cena *violenta* com seu marido, bateu com os punhos no próprio corpo para atingir a criança ali dentro” (1900/2001f, p. 154). No caso do “Homem dos ratos”, lemos sobre uma surra recebida pelo paciente, quando era criança, depois de ter feito algo ruim, provavelmente mordido alguém; Freud levanta a hipótese de que o delito teria sido de natureza sexual, mas acrescenta: “é possível que a babá ou a própria mãe tenha punido o garoto por alguma coisa banal, de natureza não sexual, e depois o pai o tenha castigado por sua reação *violenta*” (1909/20113b, p. 69n). Em *Um esboço de psicanálise*, já no fim da vida, Freud (1940[1938]/2001j), ao falar do complexo de Édipo, cita Diderot para explicitar a diferença entre o mundo “civilizado” e o “primitivo”: “Se o pequeno selvagem fosse deixado sozinho, preservando sua imbecilidade e adicionando à pequena razão da criança no berço às *violentas* paixões de um homem de trinta anos, ele estrangularia seu pai e se deitaria com sua mãe” (p. 192, tradução e itálicos meus).³⁵

Nas acepções descritas acima e nos exemplos de uso, pudemos constatar a violência como fato ou ação e como caráter da força ou de um sentimento. Tomado este último sentido, a violência opunha-se à medida, uma vez que encontramos a ênfase no excesso. A medida necessariamente é estabelecida em relação a pelo menos um referente, quem a considera, o que pode fazê-la variar enormemente: a força é violenta quando ultrapassa uma medida social aceitável (diferente para cada cultura), quando é maior que a capacidade de reação ou oposição do outro (e que varia de acordo com este); um sentimento torna-se violento quando deixa de ser controlável por quem o sente, como no caso das paixões, que não se atêm à medida (pessoal de controle) e, por isso, tiram o sujeito de seu estado normal.

³⁵ No original: “Si le petit sauvage était abandonné a lui-même, qu’il conservât toute son imbecilité, et qu’il réunit au peu de raison de l’enfant au berceau la violence des passions de l’homme de trente ans, il tordrait le col à son père et coucherait avec sa mère”.

Christophe Regina (2011) relaciona o sentido do termo violência à noção grega de ὕβρις, *hýbris* (ou *hubris*), “desmesura”. Utilizada no âmbito da mitologia, da literatura e da filosofia gregas, *hýbris* diz respeito tanto à profanação da natureza quanto a uma transgressão das leis – a desobediência a um tabu –; seu sentido envolve a arrogância e a prepotência do homem que se coloca numa posição reservada aos deuses, além da própria medida, e por isso cai em desgraça.³⁶ Para Regina, “a violência

³⁶ Junito de Souza Brandão (2000), ao discutir a mitologia presente na *Ilíada*, escreve que a *areté* (a excelência) “é uma outorga de Zeus: é diminuída quando o herói comete uma *hýbris*, uma violência, um excesso, ultrapassando sua medida, o *métron*, e desejando igualar-se aos deuses” (p. 143). Na mitologia cretense, por exemplo, Ícaro é filho de Dédalo, artista talentoso e responsável pela construção do labirinto onde foi encerrado o Minotauro. Pai e filho acabam presos no labirinto, mas encontram facilmente a saída e Dédalo fabrica “para si e para o filho dois pares de asas de penas, presas aos ombros com cera” (Brandão, 2000, p. 63) para que voassem. Mas alerta o filho para que “não voasse muito alto, porque o sol derreteria a cera, nem muito baixo, porque a umidade tornaria as asas assaz pesadas. O menino, no entanto, não resistindo ao impulso de se aproximar do céu, subiu demasiadamente. Ao chegar perto do sol, a cera fundiu-se, destacaram-se as penas e ele caiu no mar Egeu, que, daí por diante, passou a chamar-se Mar de Ícaro (Brandão, 2000, p. 63).

Ícaro, diz-nos Brandão, é o símbolo da *hýbris*, por ter extrapolado sua medida, seu *métron*, destruindo-se. “O erro grave de Ícaro foi a ultrapassagem, sem o necessário *gnôthi s' auton*, o indispensável ‘conhece-te a ti mesmo’” (Brandão, 2000, p. 65). Notemos como o termo designa, em princípio, uma dinâmica interna ao indivíduo, mas sob a influência de algo que lhe é externo. Isso fica ainda mais claro na *Odisséia*, em que a novidade, escreve o autor, “está no embrião da ideia de culpa e castigo, em que a *hýbris*, a violência, a insolência . . . que será a mola mestra da tragédia, começa a despontar” (Brandão, 2000, p. 134). Os limites da outorga recebida dos deuses devem ser conhecidos por cada um e, caso sejam transpostos, o indivíduo torna-se culpado e será castigado – o *métron* excedido por ignorância ou prepotência, um movimento interno ao sujeito, tem consequências porque ofenderia algo que lhe é externo e poderoso, os deuses e a ordem das coisas. Em Hesíodo, no poema pedagógico *Os trabalhos e os dias*, a palavra *hýbris* também é usada para nomear o que vemos como uma dinâmica interna ao sujeito, cujos efeitos são colhidos na relação com algo que lhe é externo, a divindade ou o meio social, e, em determinado contexto, para se referir diretamente a atos contra outras pessoas. Na *Teogonia*, Hesíodo narrou e organizou uma genealogia dos deuses, enquanto em *Os trabalhos e os dias* é a organização do mundo dos homens, com sua origem, seus deveres e limitações, que é apresentada (Brandão, 2000; Lafer, 2002) A primeira ocorrência do termo *hýbris* no segundo poema está no verso 134, quando da exposição da raça de prata, sucedânea à raça de ouro: “pouco tempo viviam padecendo horríveis dores/ por insensatez;/ pois louco Excesso não podiam/ conter em si, nem aos imortais queriam servir . . . (Hesíodo, 2002, p. 31).

Mary de Camargo Neves Lafer, tradutora do poema, acrescenta a seguinte nota à palavra “Excesso”, explicitando o caráter interno da noção, mas que ressoa no plano jurídico-religioso: “A palavra *hýbris* significa “violência provocada por paixão”, “ultraje”, “golpes desferidos por alguém”, “soberba” etc. Assim, não me parece adequado traduzí-la por “Desmedida” ou por “Violência”, conforme consagrou a tradição, já que ambas refletem apenas parcialmente o sentido do original; parece-me que “Excesso” se presta melhor para traduzir esta noção em português” (Hesíodo, 2002, p. 31n12).

No mito das cinco raças (Ouro, Prata, Bronze, Heróis e Ferro), a oposição central é entre a noção de *díke*, justiça, e *hýbris*, a ausência de *díke*. O Excesso incontido da raça de prata torna-se, na de bronze, que lhe segue, a brutalidade à serviço da guerra, como vemos nos seguintes versos (143-145): “E Zeus pai, terceira, outra raça de homens mortais/ brônzea criou em nada se assemelhando à argêntea;/ era do freixo, terrível e forte, e lhe importavam de Ares/ obras gementes e violências [*Hýbrieis*] . . . (Hesíodo, 2002, p. 31).

Vamos do plano jurídico-religioso, da oposição entre justiça e excesso, nas raças anteriores, ao da “força brutal e do terror” na raça de bronze, dedicada às obras identificadas com Ares. Lafer (2002) comenta: “Aqui não se fala nem de *Díke* nem de piedade. Eles [os homens da raça de bronze] não são aniquilados por Zeus, morrem pelas suas próprias disputas” e terminam no “Hades em total anonimato, sem nenhuma

enquanto excesso” (Regina 2011, p. 17), a *hýbris*, permite problematizar o elemento ligado à intensidade presente no fenômeno. Não seria exclusivamente a presença da força no ato ou no sentimento que lhe atribuiria o adjetivo de violento, mas, podemos dizer, seu caráter excessivo, sua intensidade acima da medida, sua desmesura.

Trata-se, como vemos, do aspecto do fenômeno mais arredio a uma apreensão dotada de critérios objetivos e normatizante, porque diz respeito ao “elemento de caos, de fúria, de transgressão que torna indefinível o caráter da violência” (Michaud, 2012, p. 8). A medida, acima da qual a classificação ganharia sentido, é sempre uma imposição da sensibilidade que avalia a situação, seja ela social, jurídica ou pessoal. Essa sensibilidade, todavia, é determinada historicamente e pode se expressar por meio de regras conhecidas em detalhe pelos membros do grupo (Hobsbawm, 2016, p. 393).³⁷ No mais prosaico mundo das experiências pessoais, o episódio da vaca ilustra bem esse aspecto.

Matar o animal não me pareceu então um ato violento, já presenciara cenas de abate antes. O que deu esse caráter às ações que se organizavam na mangueira foi a sensibilidade despertada pela visão do machado e pela consideração de que ele seria utilizado, junto com a faca, para dar fim à vida do animal. É importante notar como o julgamento comportou um duplo equívoco. Em primeiro lugar, imaginei que seria a

glória. Esta raça está próxima e distante da que a antecede [sucede]; ambas são devotadas às funções guerreiras, mas se contrapõe porque os heróis se pautam pela *Dike*” (p. 80).

As duas acepções de *hýbris* colhidas de Hesíodo já apresentam dificuldades, uma vez que estamos, ao usá-las, caminhando entre sentidos que, embora próximos, aplicam-se a fenômenos de natureza diversa. Como oposta à justiça, num antagonismo que também encontramos em Freud quando tratou de *Recht* e *Gewalt*, a noção relaciona o individual e o social ou, seria mais correto dizer quanto ao termo grego, a adequação do sujeito ao meio e à hierarquia que o organiza, seja esta última identificada ou não com uma cosmogonia. Na segunda ocorrência, a *hýbris* caracteriza as obras, os atos agressivos presentes na guerra, num cenário onde a oposição com a justiça teria deixado de ser central na organização social – a raça como um todo empreende violências, de modo que, entre os homens, reina o belicismo. No mito, a suspensão da *dike* na raça de bronze não exime a todos os que viveram sob a pauta da *hýbris* de terem, como destino final, o anonimato no Hades; e a raça seguinte, a dos heróis, é valorosa porque reestabelece a incompatibilidade anterior. Logo, o desaparecimento temporário da oposição no plano da conduta humana quando da raça de bronze não espelha uma alteração no antagonismo fundamental entre a *dike* e a *hýbris*, que permanece válido. No modo como Hesíodo ordena as raças, a dimensão jurídico-religiosa jamais é eliminada, e o Excesso aparece também como violência física contra outros homens, sem abandonar o pano de fundo permanente: o de ser o oposto da justiça – “Tu, ó Perses, escuta a Justiça e o Excesso não amplies!” (Hesíodo, 2002, v. 213), escreve o poeta dirigindo-se a seu irmão, a quem procura ensinar.

³⁷ É o caso, por exemplo, das regras da *vendetta*, como relata Eric Hobsbawm (2016): “Nas montanhas da Sardenha, elas constituem um verdadeiro direito consuetudinário, que foi descrito formalmente em termos jurídicos por observadores externos. . . . o furto de uma cabra não é um ‘delito’, salvo se o leite da cabra for consumido pela família do ladrão ou se houver intenção clara de ‘ofender’ ou magoar a vítima. Nesse caso, a represália é progressivamente mais séria, até a morte” (p. 394).

lâmina do machado que desceria sobre o animal, num ato de mutilação que não teria qualquer função objetiva; leia-se, não reduziria a dor do animal nem preservaria sua carne para consumo posterior. Esse erro de interpretação acentuou minha percepção de que havia excesso de crueldade nos agentes e teve por resultado a mudança de posição em relação ao animal e a tentativa de diferenciar-me dos demais, desistindo de assumir um papel ativo na cena. O segundo equívoco também diz respeito ao uso do machado e à identificação de um elemento extra de prazer no ato de matar. É comum, no abate em condições menos cerceadas por legislações sanitárias ou de proteção, o processo de “tontear” o animal. Usa-se algum objeto de maça, não cortante, contra o crânio, de modo que a degola seja realizada sobre um animal com menos capacidade de reação, contrainvestidas ou mesmo dor. Não me parece que uma discussão sobre a veracidade deste último ponto altere a leitura que podemos fazer da cena; a crença do agente e seu hábito, nesses casos, vê a ação como necessária. Quem não toma o procedimento como dentro da medida, conforme ao propósito de abater o animal, é a sensibilidade pessoal não completamente habituada a ele; ou seja, a percepção do caráter desmesurado e, portanto, violento da ação, não é compartilhada com o resto do grupo, que o vê como regra. Desse modo, a violência na cena é uma interpretação congruente com o deslizamento do papel de agente para o de observador (que pode ignorar informações sobre a motivação do ato) e com a mudança nas identificações.

Um entrejogo de forças (um embate, por exemplo, a dinâmica de um sistema ou dado processo) está longe de ser necessariamente violento, mas poderíamos classificá-lo assim quando um dos lados em conflito é experimentado por agente, objeto ou observador como excessivo, quando ultrapassa a medida do outro e se expressa com tal intensidade que domina ou destrói o que lhe faz oposição. Exemplo disso é a descrição sobre como o pai da horda agiria e, em seguida, sobre como o grupo unido reagiu ao assassiná-lo e devorá-lo. A outra palavra utilizada por Freud para designar violência, *Heftigkeit*, do mesmo modo se oferece à aproximação com *hýbris*, pois é empregada também no sentido de força acrescida de veemência, tempestuosidade, impulsividade – ou seja, do excesso. O caráter de intensidade – ou quantitativo, poderíamos dizer – dá forma ao conceito, indica “seu aspecto performativo” (Michaud, 2012, p. 9), mas está longe de recheá-lo por inteiro de conteúdo. Há benefícios e prejuízos na escolha dessa ênfase. Quando ignorados outros aspectos, ela é alvo de críticas justificadas (Costa, 2003; Hobsbawm, 2016) porque termina por homogeneizar falsamente situações que ocorrem em planos próximos (como a agressão física e a guerra, por exemplo) de outras

que conservam mais distância do uso que a língua corrente faz do termo (como o processo de educação ou a coerção cultural). Por outro lado, o uso da palavra “violento”, diferente de “agressivo”, para adjetivar uma série de comportamentos, como faz Balier (1988), tem a “vantagem de destacar a quantidade de energia em jogo e sublinhar o ponto de vista econômico” (p. 8-9) que, como vimos, não deve ser ignorado. Mesmo no campo do pensamento freudiano, porém, a violência enquanto gênero de fenômenos, cujos contornos trazem a marca do excesso, será imediatamente ligada a outros elementos.

Um deles, que se anunciava de modo nada circunspecto na descrição do “mito científico” e de seus desdobramentos, é o narcisismo, ou melhor, sua forma desmesurada. O pai da horda, lembremos, era “absolutamente narcisista”. Caso o tratemos como uma personagem teórica que representa um determinado estado e um momento específico da vida psíquica, talvez possamos relacioná-lo, depois de morto, ao Superego, nascido do ideal de Eu e, enquanto vivo, ao Eu ideal. Voltaremos a esses termos à frente. Outro elemento, por vezes tratado como sinônimo de violência, é a agressividade, que tem uma história própria no pensamento freudiano. Mais dois elementos também estão ligados ao gênero de fenômenos que o campo abarca para o autor, trata-se da pulsão de morte, ou instinto de destruição, e o par sadismo e masoquismo. Nos próximos capítulos, nosso trabalho será o de organizar teoricamente esses elementos, que ao mesmo tempo envolvem e dão conteúdo ao fenômeno da violência. Estaremos então no lado ativo do fenômeno, mas em Freud também se encontra o outro polo. Um último elemento relacionado à violência diz respeito exatamente ao lado passivo, aquele que recebe ou sofre a violência – trata-se do conceito de trauma. A presença desses dois polos, com redes conceituais que pendem mais, no professor vienense, para o campo ativo do fenômeno, corresponde à complexidade que Barbara Cassim e seus colegas Vinciane Despret e Marcos M. Diaz (2014) notaram a respeito do termo *hubris*³⁸, que serve para cobrir “todas as mais sérias injúrias feitas contra alguém” e “pode aplicar-se a ambos, ator [actor] e objeto” (p. 1.198). Esse último aspecto é fundamental a nossa investigação e reitera a problemática antes exemplificada, na cena da mangueira e no caso de Quinze, de intercâmbio entre as posições de algoz e vítima. Se em Freud o uso do termo encontra premência no plano

³⁸ Também indicam os autores que “uma etimologia popular conecta” o termo com “*hyper* [ὕπερ] ‘ser superior’” (Cassim, Despret, & Diaz, 2014, p. 1.198).

social, ele não deixa de escorrer também para o contato com os pacientes e suas vidas mentais.

2. As raízes pulsionais

Na continuidade do texto sobre a guerra, após a apresentação de suas ideias sobre o surgimento da cultura e da necessidade de uma instância que conte com a autoridade para suprimir o afã de poder de países isolados, Freud volta-se a outra afirmação de Einstein, sobre um instinto de ódio e destruição que conduz o homem à guerra. A teoria pulsional é reapresentada nos seguintes termos:

Nós supomos que os instintos humanos são de dois tipos apenas: os que tendem a conservar e unir – nós os chamamos eróticos, exatamente no sentido de Eros, no *Banquete* de Platão – e os que procuram destruir e matar, que reunimos sob o nome de instinto de agressão ou destruição (Freud, 1933/2010t, p. 426).

A oposição entre pulsões de vida e pulsão de morte, assim descrita em 1932, seria análoga a outras mais conhecidas, entre amor e ódio e atração e repulsa, mas, na teoria que se volta a fatos como o porquê da guerra, é necessário notar que as pulsões de vida e a pulsão de morte encontram-se amalgamadas, trabalhando em conjunto. Há prazer na destruição e agressividade no ato de dominar o objeto de amor. Na lógica das pulsões, estabelecida em 1920, Freud pôde inclusive utilizar termos que remetem à organização pulsional anterior. Lemos como “o instinto de autoconservação é certamente de natureza erótica, mas necessita dispor de agressividade para fazer valer sua intenção” (1933/2010t, p. 427). Outro exemplo oferecido pelo autor é do “instinto do amor, voltado para os objetos”, que precisa de uma parte do “instinto de dominação para se apoderar dos objetos” (Freud, 1933/2010, p. 427t). O amor, o erótico, opõe-se ao domínio e à agressividade, e as ações, resultantes de uma composição entre as pulsões de vida e a pulsão de morte, exibem elementos de ambas. Nessas passagens, o foco está na apresentação da pulsão de morte, que “age no interior de cada ser vivo e se empenha em leva-lo à desintegração, em fazer a vida retroceder ao estado da matéria inanimada” (Freud, 1933/2010t, p. 428), e receberá também o nome de instinto de destruição. Essa reordenação da vida pulsional será fundamental, como veremos, para a compreensão da variedade de leituras que a psicanálise fez sobre o tema da violência e para a caracterização, não mais quanto à forma (o gênero), mas ao conteúdo encontrado nos fenômenos que estudamos.

Ao prescrever a agressividade, a destrutividade e a morte à vida pulsional, Freud as localiza no centro – na natureza mesma – do homem. Ideia também encontrada no livro sobre a psicologia das massas, onde o narcisismo responde pela afirmação de si sobre o outro e sobre o acento da diferença, mesmo quando mínima, que o contato implica. Na ênfase da busca por diferenciação em relação ao outro e os comportamentos que ela acarreta, Freud (1921/2011a) notou “uma prontidão para o ódio, uma agressividade cuja procedência é desconhecida, e à qual se pode atribuir um caráter elementar” (p. 58). Em *O mal-estar na civilização*, a inclinação adquire uma relação ainda mais íntima com o social, sem por isso deixar de ser algo primário:

o ser humano não é uma criatura branda, ávida de amor, que no máximo pode se defender, quando atacado, mas sim que ele deve incluir, entre seus dotes instintuais, também um forte quinhão de agressividade. Em consequência disso, para ele o próximo não constitui apenas um possível colaborador e objeto sexual, mas também uma tentação para satisfazer a tendência à agressão, para explorar seu trabalho sem recompensá-lo, para dele se utilizar sexualmente contra sua vontade, para usurpar-lhe o patrimônio, para humilhá-lo, para infligir-lhe dor, para torturá-lo e matá-lo (Freud, 1930/2010r, p. 77).

Tudo o que, argumentou à época, gostaríamos de negar. Tudo o que, de diversas formas, só pôde reconhecer de modo pleno em 1920, ao escrever *Além do princípio do prazer* e rever sua teoria da libido. A história dessa revisão, contada na quinta parte do texto, ganha um enredo que merece ser tratado, para nossos propósitos, em mais detalhe do que fez Freud ao discuti-lo. Vamos a ele, o enredo pulsional.

O trabalho terapêutico com as neuroses apresentou uma primeira necessidade teórica de distinção na vida pulsional, que seria composta por pulsões de autoconservação – mais tarde, do Eu – e pulsões sexuais, dirigidas, essas últimas, a objetos capazes de satisfazê-las. O primeiro uso do termo pulsões do Eu ocorreu em 1910, no artigo “Concepção psicanalítica do transtorno psicogênico da visão”, onde lemos:

Nem sempre esses instintos são compatíveis entre si; com frequência têm conflitos de interesses; as oposições das ideias são apenas expressão das lutas entre os instintos que servem à sexualidade, à obtenção de prazer sexual, e os outros, que têm por meta a autoconservação do indivíduo, os instintos do Eu (Freud, 1910/2013c, pp. 317-318).

Nessa ordenação, a libido caberia exclusivamente às pulsões sexuais que, em busca de satisfação por meio dos objetos, entram em confronto com o outro grupo, responsável pela realização das tarefas necessárias à vida. Como lembram Laplanche e

Pontalis (2001), “a ideia de contrapor às pulsões sexuais outro tipo de pulsão é anterior” (p. 405) e pode ser encontrada, de modo implícito, na descrição de como a sexualidade apoia-se nas funções corporais, feita nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2001i). Algumas ideias contidas nesses ensaios são de nosso interesse.

No livro de 1905, Freud atribui às pulsões sexuais um objeto, a quem ou a que a pulsão é dirigida, e uma meta, “o ato para o qual tende a pulsão” (1905/2001i, p. 136). Dez anos depois, no artigo “Instintos e seus destinos” (Freud, 1915/2010i)³⁹, esses aspectos são retomados e somam-se a eles outros dois. O objeto passa a ser definido como “aquele com o qual ou pelo qual o instinto pode alcançar sua meta” (Freud, 1915/2010i, p. 58); o *Ziel*, a meta, é “sempre a satisfação, que pode ser alcançada apenas pela supressão do estado de estimulação na fonte” (Freud, 1915/2010i, p. 58) da pulsão. A fonte, por sua vez, “compreende o processo somático num órgão ou parte do corpo, cujo estímulo é representado na psique” (Freud, 1915/2010i, p. 59) pela pulsão; e Freud ainda identifica uma pressão (*Drang*), que seria “o elemento motor, a soma de força ou medida de trabalho” (Freud, 1915/2010i, p. 57) exigida, a partir da fonte, para a satisfação com determinado tipo de objeto. A fonte da pulsão e a pressão ganharam traços mais claros em 1915, quando Freud acrescentou novos trechos e notas às páginas dos ensaios de 1905 sobre a sexualidade. Num desses trechos, a pulsão é definida como

o representante psíquico de uma fonte contínua de estimulação endopsíquica, contrastando com um “estímulo”, que é acionado por excitações singulares vindas de *fora*. O conceito de pulsão é portanto um daqueles que estão na fronteira entre o físico e o psíquico. . . . em si mesma, uma pulsão não tem qualidade, e, no que concerne à vida mental, só deve ser vista como uma medida da demanda de trabalho feita à mente (1905/2001i, p. 168).

A distinção entre uma pulsão e outra, aquilo que dá a cada uma determinada qualidade, são as relações que estabelecem com a fonte corporal de onde se originam, e as metas que se colocam. A excitação em determinada parte do corpo, uma “zona erógena”, nas palavras de Freud, pede imediatamente um esforço de satisfação, aqui entendido como a “remoção do estímulo orgânico” (Freud, 1905/2001i, p. 168). O exemplo mais bem-acabado e modelar desse processo refere-se à pulsão oral:

³⁹ Também traduzido como “Os instintos e suas vicissitudes” ou “Pulsões e destinos de pulsões”. Escolhemos, nesta tese, utilizar o termo pulsão para *Trieb*, ao invés do “instinto”, preferido por P.C. de Souza ou do *instinct*, escolhido por J. Strachey. Nas citações colhidas da edição em português, entretanto, mantivemos a opção do tradutor.

o comportamento da criança entregue a chupar o dedo é determinado pela busca por algum prazer que já foi experimentado e que é agora rememorado. . . . Foi a primeira e mais vital atividade da criança, sugar o seio de sua mãe, ou seus substitutos, que o familiarizou com esse prazer. Os lábios da criança, em nossa visão, comportam-se como uma zona erógena, e não há dúvidas de que o quente leite materno é a causa da sensação prazerosa. A satisfação da zona erógena é associada, na primeira oportunidade, à satisfação da necessidade por alimento (Freud, 1905/2001i, pp. 181-182).

A pulsão sexual, como faz notar Freud e como destacaram um sem número de seus leitores, apoia-se nas pulsões de autoconservação, ligadas às funções básicas necessárias à vida. Nos *Três ensaios*, a passagem que sintetiza a “origem” do autoerotismo é a seguinte:

Em um tempo em que o começo da satisfação sexual ainda está ligada à absorção dos alimentos, a pulsão sexual tem um objeto sexual fora do corpo da criança, no seio da mãe. Só mais tarde a pulsão perde esse objeto, no tempo, talvez, em que a criança é capaz de formar uma ideia do conjunto da pessoa a quem pertence o órgão que lhe dá satisfação. Em regra, a pulsão sexual torna-se, então, autoerótica, e só depois que o período de latência passou a relação é restaurada. Não é portanto sem razão que um bebê sugando o seio da mãe tenha se tornado o protótipo de toda relação de amor. Encontrar um objeto é, de fato, reencontrá-lo. (Freud, 1905/2001i, p. 222).

Laplanche e Pontalis (2001) organizam de maneira clara o momento:

O ato de sugar ou chupar, que para Freud é o modelo do autoerotismo, é efetivamente secundário numa primeira fase em que a pulsão sexual se satisfaz por apoio na pulsão de autoconservação (a fome) e graças a um objeto: o seio materno. Ao separar-se da fome, a pulsão oral perde seu objeto e torna-se assim autoerótica (p. 48).

Caso se possa dizer, como argumentam os autores, na sequência, “que o autoerotismo não tem objeto, não é porque apareça antes de qualquer relação com um objeto” – o seio da mãe, na verdade, tem esse papel tanto para as pulsões de autoconservação quanto para a pulsão sexual nelas ancorada – “nem mesmo”, prosseguem, “porque com a sua chegada qualquer objeto deixe de estar presente na busca por satisfação, mas apenas porque o modo de apreensão do objeto se acha clivado” (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 48) na medida da separação entre a pulsão sexual e aquela na qual se apoiava, ligada a uma função vital.

Laplanche faz questão de destacar, a partir de sua leitura, como “o apoio da pulsão sobre a função não consiste numa gênese abstrata, uma dedução metafísica, mas num processo descrito com grande precisão” (1970, p. 31), com base no modelo da

oralidade, revelador de dois tempos. No inicial, da sucção do leite, temos a função alimentar, instintual em cada um de seus elementos, com objeto, meta, fonte e pressão. No segundo tempo, prossegue o autor, “começa a aparecer um processo sexual. Paralelamente à alimentação, ocorre a excitação dos lábios e da boca pelo mamilo e pelo fluir do leite quente. Essa excitação é de início modelada sobre a função, ao ponto que, entre as duas, é difícil fazer uma diferença” (Laplanche, 1970, p. 32). Ao ser repetido enquanto processo – como autoexcitação – inaugura-se a diferença e o segundo tempo, do autoerotismo. A partir do momento de afastamento da possibilidade exclusiva de obter prazer junto ao objeto antes compartilhado com as pulsões de autoconservação, ocorrem dois processos fundamentais: a sexualidade encontra substitutos na fantasia e, paralelamente, no próprio corpo (os próprios lábios, os dedos). O resultado, como Freud observara ao discutir as aberrações sexuais, é a independência posterior entre a pulsão sexual e seu objeto, que pode ser substituído com liberdade desconhecida pelas pulsões de autoconservação.⁴⁰

Sobre cada zona erógena capaz de excitação será apoiada uma pulsão sexual parcial, herdeira, no modo como procura obter prazer, de meios característicos de sua fonte inicial somática. Três características da sexualidade infantil são depreendidas desse modelo: 1) ela “está ligada, em sua origem, a uma das funções somáticas vitais”, alimentar-se, evacuar, por exemplo; 2) “ainda não tem objeto sexual [externo], e é portanto autoerótica”, pois a necessidade de repetição da satisfação será empreendida utilizando o próprio corpo; e 3) “sua meta sexual é dominada por uma zona erógena” (1905/2001i, pp. 182-183). A preponderância do autoerotismo e das zonas erógenas, entretanto, não é total; algumas das pulsões parciais indicam, desde o início, uma relação com o outro enquanto objeto sexual.

Um desses casos, de particular interesse para nós porque desperta ampla gama conceitual relacionada à violência, é o da crueldade. Observada no comportamento sexual de perversos e em manifestações sexuais infantis, Freud relaciona a crueldade à pulsão de domínio (*Bemächtigungstrieb*). “A crueldade”, escreve, “vem fácil à natureza infantil, já que o obstáculo que limita a pulsão por domínio na dor de outra pessoa – notadamente, a capacidade para a compaixão – é desenvolvida relativamente tarde”

⁴⁰ Nosso interesse não é acompanhar detalhadamente o surgimento da sexualidade, mas apresentar o movimento de ordenação teórica da vida pulsional. Para uma rica leitura sobre o tema, conferir Laplanche (1970), em especial o capítulo I, “Ordre vital et genèse de la sexualité”.

(Freud, 1905/2001i, pp. 192-193).⁴¹ Sua hipótese é que a crueldade antecede, no desenvolvimento sexual, a chegada à fase genital, mantendo características das fases oral e anal anteriores. Na primeira, a fase oral ou canibalística, como vimos, pulsões de autoconservação e pulsões sexuais de início dividem o mesmo objeto e têm igual meta, a incorporação, numa lógica que mais tarde envolverá o processo de introjeção. Mas Freud também localiza – a partir de outros autores – um elemento agressivo da pulsão sexual que seria herdeiro dos desejos canibalísticos, “uma contribuição derivada do aparato para obtenção de domínio” (Freud, 1905/2001i, p. 159). O banquete com o corpo do pai assassinado, descrito em *Totem e tabu*, teria, nesse modo de lidar com o objeto encontrado durante a organização pré-genital, seu ponto de ramificação. Na segunda fase, a anal-sádica, opõem-se duas correntes, uma ativa e outra passiva. A relação posterior de oposição entre masculino e feminino, que o autor também utiliza para organizar as polaridades, surgiria depois, na fase genital. Durante a organização pré-genital, “A atividade”, diz Freud, “é posta em operação pela pulsão de domínio através do controle da musculatura corporal; o órgão que, mais que nenhum outro, representa a meta sexual passiva é a erógena membrana da mucosa anal” (Freud, 1905/2001i, p. 198). Cada corrente, ativa e passiva, opera simultaneamente sobre objetos que “não são idênticos” (Freud, 1905/2001i, p. 198). A mesma ligação entre atividade e domínio será feita oito anos mais tarde, no contexto da discussão sobre “A predisposição à neurose obsessiva”, onde se pode ler que “A atividade é fornecida pelo ordinário instinto de apoderamento” (Freud, 1913/2010e, p. 332). Em ambos os textos, o de 1905 e o de 1913, atividade e pulsão de domínio estão ligadas umbilicalmente, e a última está contida entre as pulsões de autoconservação, o que pode ser constatado na ideia de que, quando a serviço da função sexual, unida a ela, a pulsão de domínio ganha a forma do sadismo (Freud, 1913/2010e). Dito de outro modo: a pulsão de domínio, componente do grupo mais amplo das pulsões de autoconservação, permite a atividade e poderá ser utilizada pela ordem sexual, adquirindo outra forma ao desenvolver-se num sentido que não lhe fora atribuído originalmente.

Neste ponto de nossa investigação, a agressividade já funciona como um complicador da síntese. No primeiro dos três ensaios, sobre as aberrações sexuais, ao apresentar o par sadismo e masoquismo, Freud descreve um elemento agressivo na

⁴¹ Em termos winnicottianos, ocorre uma “progressão da *ruthlessness* até o *concern*, da dependência do EU ao relacionamento do EU, da pré-ambivalência à ambivalência, da dissociação primária entre os estados de tranquilidade e excitação à integração destes dois aspectos do self” (Winnicott, 1990, p. 89).

sexualidade (masculina, a seu ver), “um desejo de subjugar; cuja significância biológica parece residir na necessidade de vencer a resistência do objeto sexual por outros meios além do cortejar” (Freud, 1905/2001i, pp. 157-158). Além disso, atribui ao par uma posição importante, pois teria em sua base a oposição entre atividade e passividade, que “está entre as características universais da vida sexual” (Freud, 1905/2001i, p. 159). Em “O delírio e os sonhos na *Gradiva* de W. Jensen”, publicado dois anos depois, a ideia é reencontrada num episódio da história em análise: Norbert, o protagonista, apodera-se da face de sua amada, “depois de seus lábios, acionando a agressividade que cabe ao homem no jogo do amor” (Freud, 1907/2015a, p. 55). A constatação não aponta para a perversão, mas para um elemento característico da pulsão, o que ainda é explicitado, nesse momento da obra freudiana, por duas passagens dos *Três ensaios*. Na primeira, o sadismo é definido como: “um componente agressivo da pulsão sexual que se tornou independente e exagerado e, por deslocamento, usurpou a posição de destaque” (Freud, 1905/2001i, p. 158). Na segunda, mais longa, Freud afirma ser sugestivo o fato de que

a existência do par de opostos formado por sadismo e masoquismo não pode ser meramente atribuído ao elemento da agressividade. Estamos mais inclinados a conectar a presença simultânea desses opostos com a oposição masculino e feminino que é combinada na bissexualidade – um contraste que frequentemente tem sido substituído, em psicanálise, pelo que existe entre atividade e passividade (Freud, 1905/2001i, p. 160).

Temos aqui um ponto de discussão pelo qual passaremos algumas vezes. Parece necessário distinguir e estabelecer de maneira mais clara em qual grupo de pulsões, se nas de autoconservação ou nas sexuais, localiza-se a atividade, a agressividade e mesmo o sadismo nessa altura da obra de Freud. No conjunto das pulsões de autoconservação, como vimos, localiza-se uma, em especial, que fornece os meios para a atividade, trata-se da pulsão de domínio. Domínio ou apoderamento – ambas as palavras cabem para traduzir o termo original – expressam uma determinada atitude perante o objeto: o indivíduo age sobre ele, procura submetê-lo, colocá-lo como passivo num modelo de interação em que o papel ativo é ocupado pelo próprio indivíduo. Nesse sentido, o domínio é exercido sobre o seio, quando ativamente é buscado, dele retira-se o que é preciso, quando é mordido; sobre as fezes, quando são retidas ou expulsas; sobre todo e qualquer objeto, quando se procura controlá-lo com a atividade muscular.

Joel Birman (2009) lembra “que a problemática da agressividade não tinha uma elaboração teórica autônoma, no contexto do discurso metapsicológico sobre as

pulsões”, mas aparecia “inscrita na oposição entre as ordens do sexual e da autoconservação” (p. 47); o movimento da teorização freudiana identifica-a ora em uma ora em outra. Exemplo dessa oscilação conceitual pode ser constatado na identificação dos elementos do sadismo. No trecho dos *Três ensaios* em que o sadismo é definido, o vemos como resultado da independência, do exagero e do deslocamento do componente agressivo da pulsão sexual. Oito anos depois, no artigo sobre a predisposição à neurose obsessiva, é a pulsão de domínio ou apoderamento (componente das pulsões de autoconservação) que, ao servir à função sexual, desenvolve-se como sadismo. Como enfatiza Laplanche (1970), o problema localiza-se exatamente na distinção entre o que é sexual e o que não é sexual. Oposição que, em sua opinião, “não é regularmente fixada em uma distinção terminológica absoluta”, de modo que os termos são utilizados “tanto para designar a violência não sexual, quanto para uma atividade ligada mais ou menos diretamente a um prazer sexual” (pp. 135-136).

Jean Bergeret (1994), às voltas com o problema em sua tentativa de refletir sobre a violência na obra freudiana, critica a maneira como os analistas em geral deixam de atender o suficiente para a “posição claramente favorável de Freud em favor de um impulso instintual violento, autônomo e primitivo” (p. 32), que subsistiria em toda sua obra. Nesses anos de elaboração da primeira teoria pulsional, se há variação sobre o espaço que cabe à agressividade e, extensivamente, ao sadismo, a questão fica mais complexa quando o que se procura é a violência, ou um instinto que lhe seja particular. Uma das recomendações de Bergeret para o esclarecimento está na famosa passagem do caso do Pequeno Hans, em que Freud discute a possibilidade de uma pulsão agressiva autônoma. Vamos a ela, integralmente.

Recentemente, num trabalho rico em ideias, do qual retiramos a expressão “entrelaçamento de instintos”⁴², Alfred Adler sustentou que a angústia vem da repressão do que ele chama “instinto de agressão”, e, numa vasta síntese, atribui a esse instinto o papel principal nos acontecimentos, “na vida e na neurose”. Ao chegar à conclusão de que em nosso caso de fobia deve-se explicar a angústia pela repressão daquelas tendências agressivas, as hostis em relação ao pai e as sádicas em relação à mãe, parecemos trazer uma patente confirmação da concepção de Adler. Mas não posso aprová-la, pois a considero uma generalização equivocada (Freud, 1909/2015d, pp. 275-276).

E prossegue:

⁴² Fusão pulsional, na terminologia utilizada por Freud mais tarde.

Não posso decidir-me a supor um instinto de agressão especial, ao lado e no mesmo plano dos instintos sexuais e de autoconservação que nos são familiares. Parece-me que, injustificadamente, Adler hipostasiou num instinto especial uma característica de todos eles, ou seja, o “instintual” [*triebhaft*] e premente nos instintos, o que podemos descrever como a capacidade de dar ímpeto à motilidade. Dos outros instintos restaria apenas sua relação com uma meta, depois que lhes é retirada, pelo instinto de agressão, a relação com os meios de atingir essa meta. Não obstante a pouca clareza de nossa teoria dos instintos, no momento prefiro ater-me à concepção habitual, que deixa a cada instinto sua capacidade de tornar-se agressivo, e enxergar conhecidos componentes da libido sexual nos dois instintos que em Hans são afetados pela repressão (Freud, 1909/2015d, pp. 275-276).

Ora, a visão de Freud é clara nesse momento; ele 1) não reserva à agressividade um dos lados em conflito na dualidade pulsional, que cabem à pulsão sexual e às pulsões de autoconservação; 2) a ideia de entrelaçamento pulsional lhe parece uma referência organizadora da relação que as pulsões podem estabelecer; 3) vê o que caracterizaria um instinto agressivo como elemento presente em todas as pulsões, a saber, a força capaz de gerar o movimento ou, noutros termos, a “demanda de trabalho” exigida para a satisfação, a chamada pressão (*Drang*), que faz parte de sua composição⁴³; 4) quando essa força é retirada, sobra à pulsão uma meta distante, que não poderá ser atingida porque lhe falta o móvel para tanto; e 5) cada pulsão tem um caráter agressivo – melhor seria dizer, de atividade que pode ser excessiva – na maneira como lida com os objetos reais ou fantasiados. O que podemos dizer, porém, é mais do que isso.

Nos dias 26 e 27 de abril de 1908 foi realizado o Congresso de Salzburg, uma reunião amigável entre os membros da Sociedade psicanalítica de Viena. Uma das conferências, “O sadismo na vida e na neurose”, foi apresentada por Adler. Em três de junho, o trabalho volta à baila, dessa vez numa sessão não congressual, e é publicado numa revista médica no mesmo ano. Em comunicação escrita por Karl Abraham sobre a literatura psicanalítica austríaca e alemã, em 1909⁴⁴, o trabalho de Adler é resumido:

Cada pulsão tem sua origem na atividade de um órgão. Os órgãos inferiores distinguem-se por uma pulsão particularmente forte. Os

⁴³ “O caráter impulsivo [*Drang*] é uma característica geral dos instintos, é mesmo a essência deles” (Freud, 1915/2010i, p.57). Para uma discussão mais detalhada, conferir Hanns (1999).

⁴⁴ O texto de Abraham, “Bericht über die österreich und deutsche psychoanalytische Literatur bis zum Jahre 1909”, não se encontra na edição de suas obras completas em francês ou inglês. O trecho aqui apresentado e referenciado foi colhido do primeiro volume das minutas da Sociedade Psicanalítica de Viena.

órgãos inferiores desempenham um papel importante na gênese das neuroses.

O sadismo baseia-se em um “entrelaçamento” [*Verschränkung*] da pulsão de agressão e da pulsão sexual. A pulsão de agressão – como todas as outras pulsões – pode aceder à consciência em uma forma pura ou sublimada, ou bem pode ser revertida em seu contrário devido a um efeito inibidor de outra pulsão, ou ainda se voltar contra o sujeito, ou ser deslocada para outra meta (Abraham, 1909 citado por Nunberg & Federn, 1976, p. 418).

Os comentários dos ouvintes dão o tom de como o assunto estava longe de ser límpido para o grupo e ambos, o texto e os comentários parecem estar na vista de Freud quando chega sua vez de falar. Nas minutas da reunião, lemos como concordou com Adler sobre muitos pontos, não sem ironia (o que alguns dos presentes, caso de Federn, por exemplo, teriam deixado de notar) ou um espírito pacificador (vestimenta que nem sempre lhe caiu bem). A concordância tinha “uma razão determinada: o que Adler chama de pulsão de agressão é nossa libido” (Nunberg & Federn, 1976, p. 419).

A crítica à confusão prossegue de modo didático. Adler teria “amalgamado a pulsão sexual e o sadismo”, de modo que cabia esclarecer o que Freud entendia por pulsão e por sadismo. A primeira é “aquilo que deixa o indivíduo inquieto (uma necessidade insatisfeita); a pulsão contém: a necessidade, a possibilidade de prazer e qualquer coisa de ativo (a libido). De todo modo, a libido não pode ser separada da possibilidade de prazer” (Nunberg & Federn, 1976, p. 420). O que Freud procura evidenciar é que o caráter ativo do fenômeno deve ser prescrito à libido e à imposição de uma ação que busque satisfazê-la; mas também se vê que a ideia sobre o entrelaçamento pulsional escapou-lhe naquele momento. Como podemos ler no trecho de “O pequeno Hans”, a correção sobre esse último ponto não tardou muito; talvez não seja correto dizer o mesmo sobre o papel da agressividade, embora os comportamentos agressivos já fossem considerados pelo professor (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 11).

O sadismo, por sua vez, não aparece com a mesma clareza nas notas do dia; Freud teria dito que se trata de “uma forma particular da pulsão de agressão, uma forma ligada ao sofrimento infligido a outro” (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 11). A primeira parte é contraditória com a ideia que o comentarista expressa no geral – já que se trata, exatamente, de não dar à agressividade uma pulsão especial – e a segunda parte reitera a observação feita nos *Três ensaios*. Atividade não seria igual, portanto, à agressividade e – muito menos, podemos dizer – à violência. Equação negativa que parece chegar às raias do óbvio quando olhamos o problema à distância, mas não é de lá que o

emaranhado de fios é desfeito. Precisamos nos aproximar, chegar em cada uma das pontas, olhar o que está acima e abaixo do quê.

A discórdia, na versão freudiana, é por alguns axiomas: centralidade do sexual; existência da libido, que, na analogia da pulsão sexual com o “instinto de nutrição”, é a contrapartida da fome (Freud, 1905/2001i, p. 135); vida pulsional conflitiva e a angústia como “estado da libido insatisfeita” (Nunberg & Federn, 1976, p. 419). Estamos, cabe lembrar, no final da década de 1900, na primeira dualidade pulsional, na primeira teoria da angústia, na época em que o prazer rege o funcionamento mental, e antes do narcisismo, por exemplo. O mais primitivo, nesse momento, é a própria libido, e a preocupação freudiana a toma por lados diferentes; a pulsão a exhibe, dirige-a aos objetos, o indivíduo inquieta-se devido ao seu aumento, busca reduzi-la. Há uma série de postulados que regem a compreensão da vida mental, e Freud procura mostrar como os seus são diferentes dos de Adler. Os dois casos publicados em 1909 permitem evidenciar ainda mais o posicionamento do professor e acrescentam, cada um a seu modo, ramificações teórico-clínicas importantes para nosso estudo.

Pudemos observar no caso de Hans o que Freud identificou – no trecho dedicado à discórdia – como elementos que mereceram repressão e causaram angústia no pequeno paciente. O conteúdo da fobia, aquilo que “fornece material para os sintomas”, são determinados componentes de sua vida psíquica que foram excitados pelo evento que deu forma final à doença, a visão da queda de um cavalo, que passa a ser o objeto fóbico. Tais componentes são, em Hans, “tendências que antes já eram reprimidas e, tanto quanto sabemos, nunca puderam manifestar-se de forma desinibida, sentimentos hostis-ciumentos em relação ao pai e impulsos sádicos, correspondentes a vagas intuições de coito, em relação à mãe” (Freud, 1909/2015d, pp. 273-274). Uma série de dados importantes compõe a história do caso, mas aqui nos dedicaremos apenas a dois deles. Os sentimentos hostis em relação ao pai frutificam na constatação feita com frequência pelo menino de que, quando o pai viajava, ele, Hans, podia ficar sozinho com a mãe e, quando o pai estava presente, a relação era limitada por sua presença. A mesma ordem de sentimentos é sobredeterminada pela ameaça de castração, que a criança teme realizar-se pelas mãos do pai, devido a sua atividade autoerótica. A hostilidade do menino, portanto, dirige-se a um rival com potencial ameaçador, que deve ser temido. O movimento posterior de deslocamento do medo para cavalos conserva, em sua composição, relações com a figura paterna. Os impulsos dirigidos à mãe são de natureza mais complexa. Para ilustrá-los, tomemos uma passagem do caso.

Uma noite, Hans sai de sua cama e vai à cama dos pais. Diz que contará o motivo da ação no dia seguinte. Ao acordar e ser indagado pelo pai sobre o porquê da troca de camas noturna, a criança responde: “Tinha uma girafa grande e uma girafa amassada no meu quarto, e a grande gritou porque eu tirei dela a amassada. Então ela parou de gritar porque eu sentei na girafa amassada” (Freud, 1909/2015d, p. 160). O pai, responsável por anotar os diálogos com o filho e levá-los a Freud, procura saber se a criança sonhou ou fantasiou a cena, e a que relacionava a girafa amassada, a girafa grande e as ações representadas na curta narrativa. Hans constatara a diferença de tamanho entre os genitais (o “faz-pipi”, em suas palavras) do adulto e da criança, e fora esclarecido, pouco tempo antes, sobre a diferença anatômica entre os sexos: nem todos os animais têm pênis, o que comporta o risco de que, aqueles que o têm, possam perdê-lo. Nesse contexto, o pai encontra a seguinte solução para a fala da criança: a girafa grande seria ele, pai, que tem um pênis grande (o pescoço comprido) e a girafa amassada representaria a mãe. “O conjunto”, prossegue,

é a reprodução de uma cena que se repetiu quase toda manhã nos últimos dias. Hans chega até nós bem cedo, e minha mulher não pode deixar de recebê-lo na cama por alguns minutos. Então começo a adverti-la para que não o deixe ficar (“a girafa grande gritou porque tirei dela a amassada”), e ela responde de vez em quando, talvez irritada, que isso é um absurdo, um minuto não tem importância etc. Hans fica, então, um pouco de tempo com ela. (“Então a girafa grande parou de gritar e eu me sentei na girafa amassada”). “A solução para esta cena conjugal transposta para o mundo das girafas é, portanto: ele ansiou pela mãe durante a noite, por seu carinho, por seu membro, e por isso veio ao quarto. O conjunto é prosseguimento do medo de cavalos” (Freud, 1909/2015d, pp. 162-163).

Freud acrescenta uma observação à solução feita pelo pai de Hans: “‘sentar em cima’ [*das Draufsetzen*] é, provavelmente, a representação que faz Hans do ‘tomar posse’ [*Besitz ergreifen*]” (Freud, 1909/2015d, p. 163). Em termos com os quais já nos familiarizamos, podemos dizer que um dos atos representados é o de dominar o outro, aqui transposto na linguagem do pequeno paciente. Na fantasia das girafas, ele senta em cima, toma posse, domina a mãe. Poucos dias depois, Hans conta outras fantasias ao pai: teria entrado em um espaço proibido e “‘Eu ia com você no trem e nós quebrávamos uma janela e o guarda nos levou’” (Freud, 1909/2015d, p. 165). Freud considera essa segunda fantasia uma continuação da anterior, que exhibe a intuição de Hans sobre a proibição do incesto, de que a posse da mãe lhe é proibida. O ato com a mãe, que ele não pode realizar, é levado a termo por outra pessoa, o pai, que nessa

última fantasia o acompanha noutra atividade proibida, a de quebrar a janela, e igualmente sofre a consequência. “Ele acha”, diz-nos Freud, “que o pai também faz com a mãe aquela coisa misteriosa e proibida, que ele substitui por algo violento como quebrar uma janela, ao penetrar num espaço fechado” (Freud, 1909/2015d, p. 165).

Todas essas fantasias são identificadas como expressão do “complexo de tomada de posse da mãe”, o que nos conduz à melhor identificação dos impulsos sádicos que a ela são dirigidos. “No menino”, lemos,

há como que uma vaga noção do que poderia fazer com a mãe, algo com que estaria consumada a posse, e para esse algo inapreensível ele encontra certas representações visuais que têm em comum o caráter violento e proibido, e cujo teor nos parece harmonizar-se notavelmente com a realidade oculta. Podemos dizer apenas que são fantasias simbólicas do coito, e não é nada secundário que nelas o pai seja cúmplice: “Eu quero fazer algo com a mamãe, algo proibido, não sei bem o quê, mas você também faz” (Freud, 1909/2015d, p. 257).

Temos dois aspectos importantes a considerar neste momento, que ganharam discussão pormenorizada enquanto Freud redigia o caso de Hans. O primeiro diz respeito à chegada de um novo bebê que, como a criança descobrirá, cresceu dentro do corpo da mãe. A curiosidade infantil dirige-se para essa descoberta e a relacionada à existência do pai. Mas de que maneira?, pergunta-se a criança. A solução do problema, argumenta Freud, passa pela indicação fornecida pela excitação do pênis: “certamente o pênis participa desses eventos incompreensíveis, o que é atestado por sua excitação em todo esse trabalho de pensamento” (Freud, 1908/2015c, p. 402); leia-se, a investigação sexual causa excitação no menino. Junto a essa excitação, prossegue o autor no artigo “Sobre as teorias sexuais infantis”, “estão impulsos que a criança não sabe interpretar, obscuros ímpetos a fazer algo violento, penetrar, destroçar, abrir um buraco em algum lugar” (Freud, 1908/2015c, p. 402), ou com alguns deslocamentos, podemos acrescentar, quebrar uma janela, sentar sobre um animal para dominá-lo. O que falta para uma solução da investigação, no modelo freudiano da evolução das teorias sexuais infantis, é a concepção do genital feminino.

O segundo aspecto que devemos salientar é como a formação de uma fantasia simbólica do coito reproduz, em seu caráter e em sua forma, a interpretação que a criança faz do ato sexual. Aqui é importante acompanhar tanto a descrição como a discussão que Freud (1908/2015c) oferece:

Não importando a parte dele que vêm a observar, seja a posição relativa das duas pessoas, sejam os ruídos ou as circunstâncias, elas sempre chegam ao que podemos chamar de *concepção sádica do coito*, enxergam nele algo que o lado mais forte faz, com violência, ao mais fraco, e comparam, sobretudo os meninos, a uma briga, tal como a conhecem de sua vivência com outros meninos, e à qual não deixa de se mesclar alguma excitação sexual (p. 404).

O ato sexual é interpretado como violento e a “teoria sádica do coito” permeia a leitura da cena como uma situação de domínio, de controle, de submissão, de agressão. Essa é a principal constatação que faz Perelberg (2009a) ao recensear as ocorrências do termo violência na obra freudiana: quando não utilizada no âmbito de uma teoria sobre a gênese do social, a “violência está conectada à cena primária” (p. 40) – uma representação do coito entre os pais – e, conseqüentemente, à dinâmica edípica. No caso de Hans, em especial, os impulsos sádico-amorosos dirigidos à mãe contam com a pulsão de domínio, com a excitação genital relacionada a sua investigação sexual e com fantasias sobre a cena primária como cena sádica, na qual há uma luta e o prazer é obtido às custas da violência realizada contra um dos participantes. Estamos aqui com os pés fincados de modo firme no campo do sexual. Mas podemos observar os fios teóricos entrelaçarem-se por outro ângulo. É interessante constatar o limite da diferença explicitada por Freud, entre ele e Adler, colocando-a próxima a outra ideia, também anotada nas minutas da Sociedade Psicanalítica de Viena, em que há relativa concordância entre os dois.

Na sessão de 24 de fevereiro de 1909, Freud apresenta uma comunicação sobre a gênese do fetichismo, assunto ao qual voltaria publicamente em 1927 (Nunberg & Federn, 1978, p. 163), o que indica o modo como podia gestar por longo tempo os temas sobre os quais refletia, e de como utilizava os encontros para apresentar suas ideias. O papel da agressividade, como estamos vendo, foi submetido a um processo similar. Na semana seguinte, em 3 de março, a discussão desenvolve-se ao redor de uma conferência do dr. Bass sobre “A palavra e o pensamento”, que contava com dois casos nos quais “o indivíduo é torturado por uma incerteza relativa à expressão de um pensamento” e, no molde da neurose obsessiva, manifestava a incerteza acrescentando, a cada palavra mais precisa que pronunciava, “um suplemento restritivo ou destinado a pesá-la” (Nunberg & Federn, 1978, p. 165). O comentário de Adler foi:

em todos os casos, o pensamento é um ato de motilidade, um ato de agressão (é isto que mostra a criança, quando uma satisfação pulsional direta lhe é negada)... Devemos, portanto, considerar o órgão psíquico como um órgão de agressão, que dirige o organismo de tal

maneira que a satisfação faltante pode ser obtida por um desvio, por meio de um movimento. . . podemos chegar à uma concepção da linguagem e do pensamento como atos de agressão (Nunberg & Federn, 1978, p. 165).

Tomar os pensamentos ou os desejos por atos, como vimos em *Totem e tabu*, é algo que Freud atribuiu à neurose. Sabemos que a ideia já entrara em pauta menos de dois anos antes, quando o autor apresentou para o mesmo grupo o caso de Lanzer, o Homem dos Ratos, nas sessões dos dias 30 de outubro e 6 de novembro de 1907. No caso publicado, Freud dedica alguns parágrafos à discussão da onipotência dos pensamentos encontrada na neurose obsessiva. O paciente atribuía a seus desejos, fossem eles de caráter bom ou mau, efeitos na realidade externa, e lemos como exemplo:

Na segunda vez em que foi para o estabelecimento hidroterápico. . . solicitou o mesmo quarto que, por sua localização, facilitara [da primeira vez] o relacionamento com uma das enfermeiras. Responderam-lhe que o quarto não estava disponível, um velho professor o havia tomado, e a essa notícia. . . ele reagiu com palavras hostis: “Que ele tenha um ataque por isso!”. Duas semanas depois, acordou com a perturbadora imagem de um cadáver, e de manhã soube que o professor realmente tivera um ataque. . . (Freud, 1909/2013a, p. 96).

O episódio recompunha o cenário do desentendimento de Lanzer com seu pai, que fora contrário à pretensão do filho de desposar certa moça; noutras palavras, mais uma vez alguém o impedia de satisfazer-se sexualmente. Como em relação ao pai, embora sem reconhecê-lo, o paciente dedicara ao velho professor o mais fulminante ódio. Ele mantinha a convicção de que seu pensamento e suas palavras, reveladores de forte hostilidade, teriam sido responsáveis pela morte do rival na tomada do quarto. O paciente “Chegou”, escreve Freud (1909/2013a, p. 96), a convencer-se da onipotência de seu amor e de seu ódio”, e nutria ambos os sentimentos em relação a uma sorte de objetos. Mas o componente negativo, o ódio, em especial quanto ao pai, era recalcado. Para tal “constelação afetiva”, Freud adota o termo ambivalência, cunhado por Eugen Bleuler, e destaca-o na neurose obsessiva, sem, todavia, deixar de apontar como “O ódio retido pelo amor com a supressão no inconsciente também tem um grande papel na patogênese da histeria e da paranoia” (Freud, 1909b, p. 102). Em sua opinião, o diferencial da neurose obsessiva a esse respeito é a maneira como

o componente sádico do amor desenvolveu-se constitucionalmente de forma bastante acentuada, daí experimentando uma supressão prematura e demasiado radical, e os fenômenos neuróticos observados

derivam, por um lado, da ternura consciente elevada ao máximo pela reação e, por outro lado, do sadismo que prossegue atuando como ódio no inconsciente (Freud, 1909/2013a, p. 102).

Notamos que o psiquismo como órgão de agressão descrito por Adler não é alheio às constatações freudianas, ao contrário, ele pode ser aplicado na leitura de uma parte fundamental do que se observa na psicopatologia, em especial na neurose obsessiva. O pensamento de fato pode ser considerado como um ato de agressão, quando carregado de hostilidade, de ódio; caberia acrescentar que o mesmo órgão é capaz de dirigir ternura aos objetos, de amá-los, de enamorar-se deles. Como pudemos acompanhar durante a discussão de *Totem e tabu* e das ideias expressas por Freud no ensaio sobre a guerra e a morte, o desejo humano submete tudo que incomoda o Eu aos mais terríveis sofrimentos, mata-o e o faz sofrer. Todavia, um dos conflitos arma-se porque, com frequência, aquilo que limita o Eu também é alvo de seu amor, também lhe oferece satisfação. A ambivalência é identificada como signo da relação estabelecida com os objetos, e não se deve esquecer sua dupla face: amor e, simultaneamente, ódio. Mas a passagem ainda nos traz outra informação importante sobre a ordenação conceitual: “o componente sádico do amor”, “o sadismo . . . atuando como ódio no inconsciente”.

Que o sadismo pode ser localizado entre os componentes do amor, sabíamos, Freud já o dissera nos *Três ensaios*, explicitara o ponto no caso de Hans e discutira como a teoria sádica do coito corresponde ao próprio modo de interpretar o ato sexual. A informação nova é a relação entre sadismo e ódio, e como este último é dirigido àquilo que limita as pretensões do Eu. As discussões com Adler sobre o papel da agressividade e a apresentação diferente, mas complementar, do sadismo nos casos publicados em 1909 indicam dois âmbitos de tratamento que Freud dá ao tema, cada um ligado – como escreverá mais tarde, em “Os instintos e seus destinos” – a “grandes polaridades que governam a vida mental” (1915/2010i, p. 80).

Para compreender esse movimento de extensão e aprofundamento conceitual, é necessário submergir na metapsicologia. Não há outro modo, precisaremos esgarçar o fio que temos na mão para poder entrelaçá-lo depois.

3. A economia das intensidades

Há uma dificuldade quando se procura, com um instrumento desenvolvido para determinado lugar e momento, usá-lo em espaços e tempos diferentes daqueles de origem. O próprio material sobre o qual é aplicado pode ter natureza diversa do imaginado e não responder de acordo com a pretensão; algo como tentar extirpar um nódulo no corpo com um serrote, ou cortar o galho de uma nogueira segurando um bisturi. Os conceitos e suas relações têm vida similar, servem de instrumentos para trabalhar o material em cima da mesa, mas o resultado será diferente a depender das características da lâmina. O efeito pode ser a limitação do uso do conceito a certa classe de fenômenos ou, o que encontramos com frequência na teoria psicanalítica, sua elaboração tendo em vista um novo material ou um problema antigo, já conhecido, que com o tempo pôde ser contemplado por ângulos que antes pareceram pouco frutíferos.

Vimos como, na discórdia com Adler sobre uma pulsão agressiva autônoma, Freud argumentou que seu contendedor identificava na pulsão agressiva algo que seria característico, na verdade, a todas as pulsões. Na descrição que fez de *Trieb* naquele momento, localizamos o que, anos mais tarde, chamaria especificamente de *Drang*, pressão ou impulso. Cabe retomar o que Freud caracteriza ao utilizar o termo: o “elemento motor”, da pulsão,

a soma de força ou medida de trabalho que ela representa. O caráter impulsivo [de pressionar para a satisfação] é uma característica geral dos instintos, é mesmo a essência deles. Todo instinto é uma porção de atividade; quando se fala, desleixadamente, de instintos passivos, não se quer dizer outra coisa senão instintos com meta passiva (Freud, 1915/2010i, p. 57).

Seria errôneo considerar que a “essência” da pulsão muda entre 1908 e 1915, ao contrário, o propriamente “instintual” ou “pulsional” permanece o mesmo. O que encontramos é uma sofisticação do instrumento com o intuito de aplicá-lo de modo mais coerente ao problema que toma a atenção do pesquisador. Em “Os instintos e seus destinos”, Freud procura – e não pela primeira vez (Freud, 1895/1995, 1900/2001g) – estabelecer com clareza a diferença e a relação entre pulsão e estímulo. O último, oriundo da fisiologia, obedece ao processo envolvido no esquema do arco reflexo: o estímulo externo agita o sistema nervoso, que emite uma ordem de ação com o objetivo de fazê-lo cessar. “Esta ação se torna apropriada na medida em que subtrai a substância estimulada à influência do estímulo, afasta-a do raio de ação dele” (Freud, 1915/2010i,

p. 53). A fuga ante um perigo, o afastar o nariz de determinados odores, o fechar os olhos quando lhes é dirigida uma luz muito intensa são atos reflexos que procuram evitar o estímulo externo que se apresenta. O psiquismo, como Freud o compreende, está sujeito aos estímulos externos, mas também aos estímulos pulsionais, que surgem “do interior do próprio organismo” (Freud, 1915/2010i, p. 54). A diferença enfatizada diz respeito a como o estímulo externo é singular, age como um impacto que exige determinada ação, enquanto a pulsão, “não atua jamais como uma *força momentânea de impacto*, mas sempre como uma *força constante*” (Freud, 1915/2010i, p. 54) capaz de acumular-se.⁴⁵ Um estímulo externo, lemos no artigo “A repressão”, do mesmo ano, pode agir também a partir de dentro, caso lesione um órgão e dê “origem a uma nova fonte contínua de excitação e aumento de tensão” (Freud, 1915/2010k, p. 84). É o caso da dor, uma pseudopulsão, diz Freud, cuja meta restringe-se à mudança necessária no órgão para que a sensação pare. Ao estímulo pulsional cabe o termo, mais funcional, de necessidade, que pode ser aplacada pela satisfação – como o estímulo externo o é pela fuga –, por algo capaz de alterar a pressão da fonte interna, diminuindo-a.

Não é de poucas consequências o desenvolvimento de uma capacidade responsável por discriminar os estímulos que podem ser afastados pela fuga daqueles que não o podem. Freud recorre à imagem de “um ser quase totalmente desamparado, ainda desorientado no mundo, que acolhe estímulos no seu tecido nervoso” (Freud, 1915/2010i, p. 54), para descrever sobre quais bases se dará a identificação inicial entre o que é interno, um “dentro”, e o que é externo, um “fora”. Ao receber os estímulos externos, o ser perceberá com a experiência que estes podem ser afastados com determinada ação, e perceberá, paralelamente, que outros estímulos permanecem ativos a despeito de ações musculares que busquem a fuga. Há um sentido para o qual se orienta a compreensão do autor, um pressuposto ordenador que é descrito como biológico. Ele

faz uso do conceito de tendência (eventualmente de finalidade) e diz que o sistema nervoso é um aparelho ao qual coube a função de eliminar os estímulos que lhe chegam, de reduzi-los ao mais baixo nível, um aparelho que, se fosse possível, gostaria de manter-se verdadeiramente livre de estímulos (Freud, 1915/2010i, p. 55).

⁴⁵ A distinção, em formato similar, como pudemos observar no capítulo anterior, foi acrescentada no mesmo ano aos *Três ensaios*: “o representante psíquico de uma fonte contínua de estimulação endopsíquica, contrastando com um “estímulo”, que é acionado por excitações singulares vindas de *fora*” (Freud, 1905/2001i, p. 168).

Isolado, cabe dizer, sem contato com o que lhe é externo e capaz de demandar ações como a de fuga, e sem necessidades que peçam outras alterações em seu estado. Noutras palavras, de início, o psiquismo seria – e mais tarde, no fundo de suas aspirações, gostaria de voltar a ser – uma mônada fechada a tudo o que vem de fora, e insensível ao que lhe desperta o “dentro”.⁴⁶ A tarefa que Freud atribui expressamente ao sistema nervoso, tendo em vista essa tendência, implica uma função específica, a de “*dominar os estímulos*” (Freud, 1915/2010i, p. 55). Um ano antes, em “Introdução ao narcisismo”, a ideia aparecera em termos similares: “Em nosso aparelho psíquico reconhecemos sobretudo um expediente para lidar com excitações que de outro modo seriam sentidas como penosas ou de efeito patogênico” (Freud, 1914/2010f, p. 30).

O funcionamento mental seria regido por um princípio que já ganhara numerosas descrições na obra freudiana (Freud, 1895/1995, p. 26; 1900/2001g, p. 565; 1911/2010a, p. 111). Em 1915, lemos como “mesmo a atividade dos mais evoluídos aparelhos psíquicos está sujeita ao *princípio do prazer*, ou seja, é automaticamente regulada por sensações da série prazer-desprazer” (Freud, 1915/2010i, p. 56), o que conduz ao postulado de que tais sensações devem corresponder ao modo como os estímulos são dominados pelo aparelho psíquico, equivalente aqui ao sistema nervoso. A “sensação de desprazer”, continua Freud, “está ligada ao aumento, e a sensação de prazer ao decréscimo do estímulo” (1915/2010i, pp. 56-57). Duas passagens, distantes uma década uma da outra, ajudam a esclarecer como o autor concebe a ideia e como, para descrevê-la, recorre à imagem do bebê no princípio da vida.

A primeira está em *A interpretação dos sonhos*:

[A] Hipótese... diz-nos que de início os esforços do aparelho estavam dirigidos para manter-se, tanto quanto possível, livre de estímulos; conseqüentemente sua primeira estrutura seguia o plano de um aparelho reflexo, de modo a que qualquer excitação sensória que lhe fosse impingida podia ser rapidamente descarregada por uma via motora. Mas as exigências da vida interferem nesta função simples, e é a elas, também, que o aparato deve o ímpeto para mais desenvolvimento. As exigências da vida confrontam-no primeiro na forma das maiores necessidades somáticas. As excitações produzidas pelas necessidades internas procuram descarga no movimento, que pode ser descrito como uma “mudança interna” ou uma “expressão de emoção”. Um bebê com fome berra e chuta desesperadamente (Freud, 1900/2001f2001g, p. 565).

⁴⁶ Veremos neste e nos próximos capítulos como essa caracterização é, na verdade, um dos mitos teóricos de origem que Freud utiliza para organizar cronologicamente o início da vida mental.

Retornaremos a esse movimento de descarga pelo corpo à frente; prossigamos mais um pouco no trecho do livro sobre os sonhos:

Uma mudança só pode acontecer se, de um jeito ou de outro (no caso de um bebê, por meio da ajuda externa), pode-se atingir uma “experiência de satisfação” que ponha um fim ao estímulo interno. Um componente essencial dessa experiência de satisfação é uma percepção particular (a de alimentar-se, por exemplo) cuja imagem mnêmica permanece associada, a partir de então, com o traço de memória da excitação produzida pela necessidade (Freud, 1900/2001f, p. 565).

Caso a necessidade imponha-se outra vez – e a vida caracteriza-se, entre outras coisas, exatamente por essa recorrência – a imagem da percepção particular ligada à experiência de satisfação será reinvestida na tentativa de “reestabelecer a situação original de satisfação” (Freud, 1900/2001g, p. 566). O reinvestimento pode e tende a ser exagerado – uma alucinação, que equaliza a imagem da memória e a realidade – para que a experiência de satisfação seja vivida no momento presente. Nessa construção teórica sobre o começo da vida psíquica, o aumento da excitação corresponde a uma sensação de desprazer; e a descarga da excitação pela via motora, ou sua diminuição temporária, por meio da alucinação da imagem mnêmica ligada à satisfação, corresponde à sensação de prazer.

Dez anos depois, em “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico”, a ideia retorna ao centro da mesa de trabalho. Freud (1911/2010a) volta à hipótese publicada em 1900 e escreve sobre a suposição de “que o estado de repouso psíquico foi inicialmente perturbado pelas exigências imperiosas das necessidades internas” (p. 111). O impulso de reinvestir a memória da experiência de satisfação, o desejo, nos termos que o autor utiliza em ambos os textos, é realizado de modo alucinatório. Esse procedimento, característico da maior parte da vida psíquica, só perde exclusividade porque não conduz, de modo suficiente, à satisfação da necessidade. É preciso voltar-se à realidade e à implementação de ações que alterem a fonte do estímulo. A imagem da criança recém-nascida volta a ser utilizada:

Com razão se objetará que tal organização, que se abandona ao princípio do prazer e negligencia a realidade do mundo externo, não poderia se manter viva por um tempo mínimo, de modo que nem sequer chegaria a nascer. O emprego de uma ficção como essa se justifica, porém, pela observação de que o bebê, se considerarmos igualmente o cuidado materno, quase que realiza um sistema psíquico desse tipo. Ele provavelmente alucina o atendimento de suas necessidades internas, revela seu desprazer com o estímulo crescente e

a ausência de satisfação, através da descarga motora dos gritos e do esperneio, e então experimenta a satisfação alucinada. Mais tarde, quando criança, aprende a utilizar essas manifestações de descarga intencionalmente, como meios de expressão. Como o trato dos bebês é o modelo do posterior cuidado das crianças, o domínio do princípio do prazer só pode realmente acabar quando há o completo desligamento psíquico dos pais (Freud, 1911/2010a, p. 112n4).

O desprazer aparece, como podemos notar, na ação corporal incontida, que revela a necessidade em seu caráter ainda insatisfeito⁴⁷; e vemos também, como *conditio sine qua non* para a operacionalidade teórica de um tal sistema, a inclusão do cuidado materno. A ideia está longe de ser nova, como veremos nos textos da década de 1890. As exigências externas conduzirão ao imperativo de conter a descarga, postergá-la para um momento oportuno, e mesmo o afã de expressá-la com ações será limitado. Se a vida mental, nesse modelo, é inaugurada na experiência alucinatória de satisfação, todos os desvios posteriores que procurem diminuir, conter ou desviar a excitação premente de descarga estão relacionados ao desenvolvimento do aparelho psíquico e a uma maior adaptação à realidade.⁴⁸ O processo a que está sujeita a pulsão foi sintetizado de maneira didática por Luiz Hanns (1999):

Os estímulos pulsionais, às vezes abreviados pela designação geral de “estímulos”, provêm de fonte orgânica interna, são gerados incessantemente e têm uma finalidade. Brotam de uma fonte somática (geralmente um órgão ou glândula) que emite estímulos. Estes chegam à psique e lá são percebidos pelo sujeito sob forma de imagens (*Vorstellungen*, representações) e afetos. Esta onda de estímulos pulsionais gerados pela fonte pulsional pode então, gerar um acúmulo (*Stauung*, um represamento que pressiona) de estímulos (de energia) e causa uma pressão . . . provoca uma necessidade ou urgência do sujeito de livrar-se do excesso, procurando a descarga (*Abfuhr*) dos estímulos e a consequente satisfação (*Befriedung*). A ação que leva à descarga será guiada por imagens . . . e afetos que representam e qualificam o objeto de satisfação desejado e o percurso para atingí-lo (pp.50-51).

O leitor terá notado que estamos mergulhados na metapsicologia e, ao olharmos ao redor, as bruxas com que se familiarizou parecem distantes. Talvez alguns pontos da teoria permaneçam obscuros. O que significa, por exemplo, a ideia de que, por serem constantes e nem sempre poderem ser afastados como os de origem externa, os

⁴⁷ A agressividade poderia ser localizada nesse movimento físico, numa leitura que a iguala, de início, à motilidade, é o que faz Winnicott (1990).

⁴⁸ Freud (1914/2010f) vê na elaboração psíquica uma ajuda “no desvio interno de excitações que não são capazes de uma direta descarga externa, ou para as quais isso não seria desejável no momento” (p. 30).

estímulos pulsionais acumulam-se e, eventualmente, podem transbordar os limites de contenção do psiquismo, sendo transformados em ações? Um dos lados da hipótese de Pontalis, sobre ver no ato criminoso violento um transbordamento pulsional, ancora-se exatamente nessa ideia. Parece-me que o romance de Camus, ao qual nos dedicamos na primeira parte deste estudo, oferece uma ilustração da resposta.

Há um crescente de tensão, experimentado por Meursault como um aumento de excitabilidade às percepções de calor e luz, que se encerra com o assassinato do árabe. Acompanhamos esse processo numa sequência de cenas: o protagonista crê que ele e Raymond podem estar sendo seguidos, mas não tem a confirmação da suspeita; mais tarde, na caminhada pela areia, ocorre o primeiro entrevero com o grupo de árabes; retornam, e Meursault fica em casa com as mulheres, sente-se desconfortável; Raymond quer voltar à praia e é acompanhado pelo protagonista; reencontram um dos árabes e Meursault desaconselha o amigo a matá-lo com o revólver que trazia; a arma vai para as mãos do protagonista; ambos retornam para casa e, desta vez sozinho, Meursault volta armado para o local do último encontro; na cena do crime, ele pauta seus movimentos pelos do outro homem; ao ver a faca, dá um primeiro tiro, e depois, no corpo já inerte, outros quatro. O incômodo crescente com o sol indica o acúmulo de excitação que, na descrição dos fatos, parece faltar. O argumento da leitura de Stamm (1969), como vimos, é localizar o motivo do crime na vida psíquica da personagem e não, como faz crer o narrador, nos dados da percepção. Não seria a faca nas mãos do árabe, nem o sol, que precipita o ato homicida de Meursault, mas sua vida psíquica. Noutras palavras, ao invés dos estímulos externos, a análise procura as representações e os afetos relacionados à estimulação interna para a ordenação compreensiva da ação de descarga. Inverte-se a avaliação das causas indicadas pela narrativa, que exhibe exatamente o oposto: a estimulação externa parece acumular-se ao modo do que Freud argumentou ser característico dos estímulos endógenos. Stamm (1969) acrescenta a ideia de que uma alteração dos limites do Eu, uma despersonalização, diminuiu a habilidade de contenção da excitação pela personagem – Meursault teria passado ao ato porque a excitação pulsional tornou-se excessiva e transbordou sua capacidade de representação e distribuição econômica interna.

Não creio que será prejuízo se recuarmos um pouco no tempo a fim de compreender a gênese dessas ideias que consideram o aparelho psíquico de um ponto de vista econômico. Ao fazê-lo, teremos como objetivo compreender o processo de excitação, sua representação no psiquismo e as possibilidades de descarga.

Em 1888, Freud escreve alguns artigos para uma enciclopédia médica organizada por Villaret. Uma de suas contribuições teve por tema a histeria, cujas manifestações têm “a característica de serem excessivas” (Freud, 1888/2001a, p. 48). Na parte dedicada às características gerais do quadro, Freud afirma que, ao lado da sintomatologia física,

um número de distúrbios psíquicos podem ser observados... São mudanças na passagem e na associação de ideias, inibições da atividade da vontade, magnificação e supressão de sentimentos, etc. – que podem ser resumidos como *mudanças na distribuição normal sobre o sistema nervoso das quantidades estáveis de excitação* (Freud, 1888/2001a, p. 49).

A observação clínica revelava que o amplo espectro de sintomas não correspondia às condições anatômicas do sistema nervoso, inexistiam lesões neurológicas e as áreas corporais afetadas, com hipersensibilidade ou analgesia, podiam mudar pela influência de métodos artificiais como a estimulação. Mesmo o que era contado entre os sintomas psíquicos da histeria, defendeu Freud, como “instabilidade da vontade, mudanças de humor”, o nomeado “temperamento histérico”, não estava presente na maioria dos casos; o ponto em comum entre os pacientes deveria ser procurado nas “mudanças psíquicas” que ocorrem “inteiramente na esfera da inconsciente, automática, atividade cerebral” (Freud, 1888/2001a, p. 49). A ênfase foi dada à observação sobre como, nesses pacientes, “a influência dos processos psíquicos sobre os processos físicos no organismo (como em todas as neuroses) é aumentado”, o que leva o histérico a lidar “com um extra [*surplus*] de excitação no sistema nervoso – um extra que se manifesta, ora como um inibidor, ora como um irritante, e é deslocado dentro do sistema nervoso com grande liberdade” (Freud, 1888/2001a, pp. 49-50).

Na apresentação do quadro psicopatológico, notamos o destaque à ideia de uma excitação do sistema nervoso relacionada a processos psíquicos intensificados. O conceito de pulsão ainda não ganhara corpo no pensamento freudiano. No mesmo ano, num prefácio à tradução que fez para o alemão do livro de H. Bernheim, *De la suggestion*⁴⁹, Freud escreve que alguns fenômenos observados na hipnose, como a ideia de dormir e a consequente sensação de cansaço, de peso nas pálpebras, só podem ocorrer porque são “baseados nas trocas de excitabilidade de amplas porções do cérebro, na inervação dos centros vasomotores etc., e apresentam de modo similar um

⁴⁹ O título completo do livro de Bernheim é *De la suggestion et de ses applications à la thérapeutique*.

aspecto psicológico e um fisiológico” (Freud, 1888/2001b, pp. 83-84) associados. Esse mesmo duplo aspecto, assim como teorizações sobre o que chamou de quantidades de excitação, será elaborado em textos posteriores.

No começo da década seguinte, em uma carta endereçada a Josef Breuer, com a data de 29 de junho de 1892, Freud (1892/2001c) esboça várias ideias que, no ano seguinte, seriam publicadas conjuntamente por ambos com o título de “Sobre o mecanismo psíquico do fenômeno histérico: comunicação preliminar” (Freud & Breuer, 1893/2001k) e, mais tarde, como primeiro capítulo dos *Estudos sobre a histeria* (Freud & Breuer, 1893-1895/2001l). Alguns postulados, descritos de modo dogmático no início da carta, foram organizadas em cinco tópicos. O primeiro destes, “Nossas teorias”, contava com três itens: “(a) O teorema a respeito da constância da soma de excitação”; “(b) A teoria da memória”; e “(c) O teorema que estabelece que os conteúdos de diferentes estados de consciência não estão associados entre si” (Freud, 1892/2001c, p. 147). Nosso interesse está no item (a), um teorema excluído da versão final da “Comunicação preliminar”, mas que – como tivemos a oportunidade de notar – pode ser reconhecido ao longo de toda a obra. Breuer leu:

O sistema nervoso procura manter constante algo em suas relações funcionais que podemos descrever como a “soma de excitação”. Coloca esta pré-condição da saúde em vigor dispondo associativamente de cada aumento sensível de excitação ou o descarregando por uma ação motora apropriada (Freud, 1892/2001c, pp. 153-154).

A ideia da constância da “soma de excitação” sem grandes alterações, a “pré-condição da saúde”, nas palavras de Freud, não aparece na “Comunicação”; o resto do teorema, entretanto, que estabelece a necessidade de frequentes, mas nem sempre realizáveis ações motoras de descarga do excesso, é exposto no texto escrito com Breuer (Freud & Breuer, 1893/2001k). Na impossibilidade de realizar a ação motora específica por diferentes motivos (de natureza interna e/ou externa), a alternativa para a manutenção da soma de excitação seria um tipo particular de trabalho psíquico, o “pensamento associativo” (Freud, 1892/2001c, p. 154). No *Projeto*, de 1895, a concepção quantitativa volta a ser discutida como “primeiro postulado principal” e a encontramos mais aprofundada, num esforço que merece ser contextualizado.

No final de abril de 1895, Freud escreve a Fliess sobre como seu intenso trabalho de escrita, entremeado pelo uso da cocaína, era interrompido com frequência pelo horror à pena. Na mesma carta anuncia que está “preso na ‘Psicologia para

neurologistas’, que regularmente me consome totalmente até que, sobrecarregado, devo parar” (Masson, 1985, p. 127). A incerteza sobre o resultado do esforço trazia preocupação. Quase um mês depois da referência à escrita do *Projeto*, em 25 de maio, Freud volta a enviar mais novidades a Berlim, onde Fliess residia. Continuava trabalhando muito e, no tom íntimo das missivas ao amigo, reconhece:

um homem como eu não pode viver sem um hobbyhorse, sem uma paixão que o consuma, sem – nas palavras de Schiller – um tirano. Encontrei um. Em seu serviço não conheço limites. É a psicologia, que sempre foi um objetivo que dava sinais [*beckoning*], distante, mas que agora, desde que cheguei ao problema das neuroses, veio para muito perto (Masson, 1985, p. 129).

Na sequência, disse estar “atormentado por dois objetivos”, que, na escrita do texto, haviam lhe tomado todo o tempo nas últimas semanas:

[1] examinar que forma adquire a teoria do funcionamento mental caso se introduza considerações quantitativas, um tipo de economia das forças nervosas; e [2] segundo, arrancar da psicopatologia um ganho sobre a psicologia normal (Masson, 1985, p. 129).

Os dois objetivos não deixarão de ser tormentos – ou, vistos por outro ângulo, linhas mestras de teorização – para Freud, e aqui aparecem intimamente ligados. Que a psicopatologia pudesse esclarecer processos comuns, presentes no funcionamento psíquico normal, deve-se à ideia de que entre o patológico e o normal a diferença poderia ser prescrita a variações de intensidade: o primeiro consistiria na maior quantidade, no excesso, de algo presumível no segundo. A investigação, portanto, deveria penetrar no problema das quantidades, o que, num curto intervalo de tempo, em 6 de agosto de 1895, trouxe Freud a uma compreensão sobre a defesa patológica. O $\phi\psi\omega$ ⁵⁰, como Freud refere-se ao *Projeto* – utilizando as letras gregas com as quais nomeia tipos diferentes de neurônios – retinha-se nos elementos necessários à discussão e merece o desabafo:

Tudo o que tentava fazer era explicar a defesa, mas tente explicar algo do próprio núcleo da natureza! Tive que desenvolver meu caminho pelo problema da qualidade, sono, memória – em suma, toda psicologia. Agora não quero mais saber do assunto (Masson, 1985, p. 136).

⁵⁰ Carta de 6 de agosto de 1895.

Não foram palavras duradouras. No *Projeto*, Freud parte de duas proposições iniciais, a primeira “concebe o que diferencia atividade de repouso como Q, submetida à lei geral do movimento”, a segunda “toma os neurônios como partículas materiais” (1895/1995, p. 9). O trabalho clínico permitia a constatação da existência de representações superintensas de modo mais claro; além disso, os processos mentais apresentados pelos pacientes indicavam “diretamente a concepção da excitação n[ervosa] como quantidade em fluxo” (Freud, 1895/1995, p. 10). Lembremos que no ano anterior, em janeiro de 1894, Freud apresentara a seguinte “hipótese de trabalho”:

a concepção de que nas funções mentais algo deve ser distinguido – uma *quota de afeto ou soma de excitação* – que possui todas as características de uma quantidade⁵¹ (embora não tenhamos meios de medi-la), que é capaz de aumento, diminuição, deslocamento e descarga, e que se espalha pelos traços de memória de ideias como uma carga elétrica espalha-se pela superfície de um corpo (1894/2001e, p. 60, grifos meus).

Entre 1888 e 1895 a dimensão quantitativa foi repetidamente citada e trabalhada por Freud. A hipótese de trabalho, cuja síntese no artigo “As neuropsicoses de defesa” (1894/2001e) acabamos de ler, passou, no *Projeto* (1895/1995), a contar com o detalhamento do que Freud chamara, na carta a Breuer de 1892, de “teorema a respeito da constância”. Se há uma soma de excitação ou uma quota de afeto funcionando como quantidade (Q), que poderia estar em repouso ou em movimento e era passível de aumento, diminuição, deslocamento e descarga, Freud toma por certo que estaria submetida a leis físicas. Os movimentos de tais quantidades deveriam ser regidos, em primeiro lugar, pelo que nomeia “princípio da inércia n[ervosa]”, ou seja, “que [o] n[eurônio] aspira a libertar-se de Q” (Freud, 1895/1995, p. 10), à descarga. Ao descrever um sistema nervoso primário, Freud (1895/1995) relaciona-o, “enquanto herdeiro da irritabilidade geral do protoplasma, com a superfície externa irritável [de um organismo], interrompida por grandes segmentos [superficiais] não irritáveis” (p. 10) – como voltaria a fazer mais tarde, em 1920 – e atribui-lhe uma função também primária: a eliminação do estímulo externo.

Observemos como a função, dita primária, procura resolver a alteração em Q (medida de atividade, oposta, no *Projeto*, ao repouso), causada pelo estímulo externo, com uma descarga motora ou com a fuga do estímulo, caso esta última não exigisse,

⁵¹ Q, no *Projeto*.

para ser realizada, ainda mais atividade por parte do organismo, ou seja, um aumento de Q . A ideia, como já pudemos notar em textos posteriores, será retrabalhada e reapresentada algumas vezes e diz respeito a como os estímulos não têm sua origem apenas no que é externo ao sistema. Há toda uma gama de incitações ao organismo cuja fonte é interna e para a qual a estratégia utilizada para o que vem de fora não alcança os mesmos resultados. “Eles só cessam”, os estímulos endógenos,

sob condições determinadas que têm de ser realizadas no mundo externo, o carecimento de alimento [por exemplo]. Para executar esta ação, que merece ser chamada de *específica*, é preciso um desempenho independente de Q --- η endógena; em geral é superior a ela, pois o indivíduo está colocado sob condições que podem ser designadas como *necessidade da vida*. Com isto, o sistema nervoso é coagido a abandonar a tendência originária para a inércia, isto é, para $nível = 0$. Tem de permitir a ocorrência de armazenamento de $Q\eta$ para satisfazer a exigência da ação específica. Na forma como o armazenamento faz-se, mostra-se, no entanto, a permanência da mesma tendência, modificada no esforço de manter a $Q\eta$ no menor nível possível, em defender-se contra a elevação, ou seja, em mantê-la constante. Todos os desempenhos do sistema nervoso devem ser considerados sob o ponto de vista da função primária ou da função secundária imposta pela necessidade da vida (Freud, 1895/1995, p. 11).

O que temos aqui é a descrição econômica pormenorizada dos princípios e dos processos envolvidos naquilo que, na “Comunicação preliminar”, fora descrito como “ação motora” específica que busca descarregar o excesso de excitação. Mais do que isso, a própria ideia de excesso é trazida à sua mínima medida, já que qualquer excitação, por menor que seja, induz o sistema à atividade o que, ato contínuo, exigiria a descarga e o retorno de Q à zero. O princípio de constância revela-se como uma adaptação dessa função primária, de inércia, devido à impossibilidade de agir contra os estímulos internos da mesma maneira com que se lidava com os estímulos de origem externa ao organismo. De modo sintético, somos apresentados a duas funções do sistema nervoso, que mais tarde caberão também (como tendência e princípio) ao aparelho psíquico: eliminar completamente a quota de excitação (ou fazer a atividade voltar ao repouso) e, na inviabilidade desta, porque $Q=0$ impossibilita a vida, manter a quota de excitação tão baixa quanto possível e constante (Freud, 1920/2010q).

Somos também apresentados, pela primeira vez, em 1895, à condição original e incontornável para a possibilidade de qualquer ação específica que procure descarregar a excitação. Em 1911, na nota ao artigo sobre os dois princípios, lemos como “O emprego de uma ficção como essa se justifica, porém, pela observação de que o bebê, se

considerarmos igualmente o cuidado materno, quase que realiza um sistema psíquico desse tipo” (Freud, 1911/2010a, p. 112n4). No *Projeto*, a necessidade já fora expressa da seguinte forma:

O organismo humano é no início incapaz de levar a cabo a ação específica. Ela se efetua por *ajuda alheia*, na medida em que, através da eliminação pelo caminho da alteração interna [expressões de emoções, gritos, inervação vascular], um indivíduo experiente [o cuidador] atenta para o estado da criança. Esta via de eliminação passa a ter, assim, a função secundária, da mais alta importância, de *comunicação*, e o desamparo inicial do ser humano é a *fonte originária* de todos os motivos morais (Freud, 1895/1995, p. 32).

Gabbi Junior acrescenta uma nota explicativa a esta passagem do texto de 1895: “O estado de tensão interna produz no desamparo, no infante, uma eliminação motora: o grito”, e prossegue: “Seus efeitos no mundo externo chamam a atenção do agente prestativo. A partir daí, por ter sido atribuído um sentido a essa descarga, ela passa a ter o papel de portadora de sentido e serve à comunicação” (Gabbi Junior, 1995, p.133n94).

Não se trata aqui de inventariar o uso de termos que se tornarão – vista a obra freudiana de modo diacrônico – centrais a seu pensamento, mas de destacar a origem e, conseqüentemente, o exercício de contínua elaboração que determinados conceitos recebem pelas mãos do autor; como suas lâminas serão paulatinamente trabalhadas a fim de tratar de modo mais eficiente os problemas, velhos ou novos, que se apresentam. Nossa compreensão sobre como a violência aparece na clínica psicanalítica não pode prescindir, portanto, da apreciação dos detalhes sobre o surgimento da relação entre a impossibilidade de levar a cabo a ação específica que visa à descarga da excitação, o caráter comunicacional das alterações internas, a presença de uma figura atenta a essas alterações, e a situação original de desamparo⁵² do bebê. Cabe dizer aqui de passagem, pois retornaremos à questão algumas vezes, que em alguns casos o trabalho analítico se dá exatamente em torno das comunicações expressivas do paciente “incapaz de levar a cabo a ação específica” de maneira não violenta.

Há um problema que não podemos deixar de considerar neste momento, o de o estímulo externo não responder aos meios habituais de descarga, leia-se, quando seu afastamento, ao modo de um estímulo endógeno, é uma “necessidade da vida”. Tomemos mais um trecho da carta a Breuer que esboçava a “Comunicação preliminar”.

⁵² Para uma discussão mais tardia do desamparo original, conferir Freud (1926/2014b); e o capítulo 5, Parte II, desta tese.

Após a sumária explanação do princípio de constância, Freud assoma a definição de um conceito que teria vida longa na psicanálise, o de trauma psíquico. Para o autor, nesse momento, “qualquer impressão que o sistema nervoso tem dificuldade em dispor por meio do pensamento associativo ou de uma reação motora torna-se um trauma psíquico” (Freud, 1892/2001c, p. 154). Seria o caso, por exemplo, se imaginássemos Meursault sem o revólver na mão e, portanto, incapaz de descarregar a excitação acumulada.

No ano seguinte, em 1893, num estudo comparativo entre as paralisias histéricas e as de fundo orgânico, reencontramos a mesma defesa em mais detalhes: “Todo evento, toda impressão psíquica contém uma certa quota de afeto (*Affektbetrag*) da qual o eu se livra” pelos meios já apresentados – reação motora ou trabalho associativo – mas, se “o sujeito é incapaz ou não quer se livrar desse extra [*surplus*], a memória da impressão ganha a importância de um trauma e torna-se a causa de sintomas histéricos permanentes” (Freud, 1893/2001d, pp. 171-172).

Podemos ver como o conceito de trauma psíquico é historicamente soldado ao teorema sobre a existência de uma soma ou uma quota de excitação cuja constância é indicativa de saúde mental, assim como à ideia de que o excesso dessa soma pode ser descarregado por meio de uma ação ou do trabalho associativo, e às primeiras postulações freudianas sobre a histeria. Cabe destacar, em especial, que a impossibilidade de descarga adequada da excitação – ou, para emprestarmos o vocabulário que o autor utilizaria no *Projeto*, o fracasso no cumprimento das funções primária e secundária do sistema nervoso – torna-se um trauma. Essas ligações merecem duas observações de valores distintos. A primeira é a de que a perspectiva econômica não é posterior, enquanto paradigma, aos pontos de vista dinâmico e topológico considerados na compreensão daquilo que seria o psíquico – isto diz respeito à ordenação do pensamento freudiano. A segunda observação concerne nosso tema de pesquisa, a violência, que “em psicanálise”, como afirma Costa (2003), “é uma noção com contornos metapsicológicos imprecisos”, e acrescenta: “A ideia que mais se aproxima do termo, no vocabulário analítico usual, é a do trauma” (p. 120).

Trata-se desse mesmo trauma apresentado no início da década de 1890? À primeira vista, parece-nos que não. O próprio Costa (2003) corrobora a resposta ao esclarecer que “nem todo trauma é violento” (p. 120); o que nos leva um passo para trás e pede a inversão dos termos, conduzindo à seguinte pergunta: toda violência deve ser considerada traumática? Caso envolva um excesso que não pode ser contido por quem o

experimental, a resposta tende a ser positiva. Mais uma vez, o determinante será a sensibilidade que a avalia, o que nos leva a outro problema.

Nos *Estudos sobre a histeria*, Freud e Breuer (1893-1895/20011) defendem que os sintomas histéricos poderiam ser retracados até um ou mais episódios que agem como traumas para o paciente; a relação causal entre essas experiências e os sintomas poderia ser direta ou simbólica. Como exemplo da primeira, citaram “uma emoção dolorosa surgida durante uma refeição e suprimida no momento, e então produzindo náusea e vômitos que persistem por meses na forma de vômitos histéricos” (Freud & Breuer, 1893-1895/20011, p.4); o sintoma reflete de modo idêntico a experiência física quando da “emoção dolorosa”, logo, entre evento precipitante e sintoma atual, há uma conexão causal direta. A segunda relação, a que chamam de simbólica, é exemplificada pelos casos nos quais “uma neuralgia pode seguir-se à dor mental ou vômitos após um sentimento de nojo moral” (Freud & Breuer, 1893-1895/20011, p. 5); o sintoma físico teria como causa uma experiência psíquica que foi simbolizada no – ou convertida para – o corpo do paciente. Ainda noutros casos, a relação não apareceria com tanta evidência, o que não impediu os autores de estabelecer “uma analogia entre a patogênese da histeria comum e aquela das neuroses traumáticas, e justificar uma extensão do conceito de histeria traumática” (Freud & Breuer, 1893-1895/20011, p. 5). Nessa última, como em todas as neuroses traumáticas, “a causa operativa da doença não é a insignificante lesão física, mas o afeto de susto – o trauma psíquico” (Freud & Breuer, 1893-1895/20011, p. 5-6). Do mesmo modo, ao analisar a sintomatologia histórica, escrevem: “Qualquer experiência que desperta afetos aflitivos – como os de susto, angústia, vergonha ou dor física – podem operar como traumas deste tipo” (Freud & Breuer, 1893-1895/20011, p. 6). A memória de tais experiências, consideradas traumáticas, deixaria de ter efeito somente quando o paciente fosse capaz de colocá-las em palavras, de modo detalhado e com o afeto que lhes fosse correspondente. Começamos a ver assim os argumentos para a indicação de um objetivo terapêutico que não se realiza solitariamente.

No capítulo inicial dos *Estudos*, a “Comunicação Preliminar” (1893), os autores notam a importância da expressão do afeto na causa e, conseqüentemente, na terapêutica da histeria. Uma experiência que em princípio tivesse a possibilidade de agir como um trauma, porque desperta afetos desagradáveis, poderia perder força caso houvesse “uma reação enérgica ao evento que provoca” (Freud & Breuer, 1893-1895/20011, p. 8) o afeto. O que chamaram de reação compreendia “toda uma classe de reflexos voluntários

e involuntários – de lágrimas a atos de vingança – na qual, como a experiência nos mostra, os afetos são descarregados” (Freud & Breuer, 1893-1895/2001l, p. 8). O desenho aqui é, em traços gerais, o mesmo que mais tarde encontramos na figura do bebê chorando ou esperneando. Na ausência de tais reações, imediatas ou realizadas posteriormente, o afeto não se desligaria da memória. “A reação da pessoa lesada ao trauma só tem um efeito completamente ‘catártico’ se for uma reação *adequada* – como, por exemplo, a vingança”; e acrescentam: “a linguagem serve como um substituto da ação” (Freud & Breuer, 1893-1895/2001l, p. 8) também capaz de abreagir o afeto.

Notemos como o trauma psíquico é equiparado a uma lesão ou injúria que pede reação de quem o sofre, no que se aproxima da definição que demos à violência enquanto gênero de fenômenos caracterizado pelo excesso, pela *hýbris*.⁵³ Na falta de reações que – cabe mais uma vez salientar – vão das lágrimas às ações e palavras, “qualquer lembrança do evento mantém seu tom afetivo” (Freud & Breuer, 1893/2001k, p. 8). Caso pareça que estamos exclusivamente no âmbito de ideias que esclarecem o que pode experimentar a figura passiva no fenômeno da violência, ou seja, o que ocorre com quem recebe a estimulação externa, ou a injúria, ou que é vítima do excesso, é porque nos concentramos na descrição do início de um processo e não em seu desenrolar. A pessoa lesada pelo trauma, no sentido que os textos do fim do século XIX dão ao termo, estará em busca da ação específica capaz de abreagir o afeto intolerável – de descarregar a quota de excitação experimentada como excessiva. Algumas das ações elencadas, caso das lágrimas ou do grito, por exemplo, restringem o processo ao próprio sujeito traumatizado, que pode realizá-las sozinho ou, no limite, adquire um caráter comunicacional performático, quando feitas na presença de outra pessoa. Ou seja, o campo da ação é, por um lado, intrapsíquico e, por outro, intersubjetivo, na medida em que pode transmitir determinado estado emocional ao entorno e mobilizá-lo. Outras ações que procuram dar conta do problema econômico gerado pelo trauma são menos sutis, seja em seu caráter comunicacional seja no modo como mobilizam as pessoas ao redor. É o caso da vingança ou da passagem do excesso a outro indivíduo por meio de atos capazes de gerar, no alvo da ação, afetos da mesma natureza que os já experimentados por quem, agora, ocupa o papel de agente – ou seja, de modalidades

⁵³ Ou pelo ultraje, que consiste, de acordo com Aristóteles (2000), “em fazer ou dizer coisas que causam vergonha à vítima, não para obter uma outra vantagem para si mesmo, afora a realização do ato, mas a fim de sentir prazer, pois quem paga na mesma moeda não comete ultraje e sim vingança” (p. 9). O traumatizado equivale, nesse momento, ao ultrajado, que necessita da reação em igual medida, ou “na mesma moeda”, para retirar de si o ultraje, a *hýbris* e, numa faixa semântica muito próxima, o trauma.

violentas de levar a cabo a ação específica. Essa dinâmica aparentemente simples, de mudança da posição passiva para a posição ativa, extraída do prolongamento da observação do processo de abreação ao trauma por meio de uma ação, precisará ainda de mais elementos caso nosso intuito seja discuti-lo a fundo. Prossigamos no esgarçamento do fio que temos na mão.

Em meados da década de 1910, e já tendo um conceito mais complexo de pulsão à nossa disposição⁵⁴, encontramos a cota de excitação sob a alcunha de “montante afetivo”. A pulsão seria representada por dois elementos: o “representante da pulsão”, que consiste em ideias ou um grupo de ideias “investido de um determinado montante de energia psíquica (libido, interesse) a partir do instinto” (Freud, 1915/2010k, p. 91), e o “montante afetivo”. Em sua tarefa de defender-se contra a angústia, na repressão, por exemplo, o aparelho psíquico trabalha com o representante pulsional, formado por ideia mais montante afetivo. Se na repressão o fado da ideia é afastar-se da consciência devido a seu desinvestimento, o do montante afetivo pode ser triplo, escreve Freud: “O instinto é inteiramente suprimido, de modo que dele nada se encontra, ou aparece como afeto, qualitativamente nuançado de alguma forma, ou é transformado em angústia” (Freud, 1915/2010k, p. 92). O que o autor localiza com as duas últimas possibilidades – que o montante de energia psíquica possa ser convertido em afeto, e particularmente em angústia – são dois destinos pulsionais que não envolvem uma reconsideração sobre a dualidade pulsional; eles cabem na lógica que divide as pulsões entre as de autoconservação, ou do Eu, e as sexuais. Outros destinos, entretanto, demandaram mudanças teóricas.

O enredo freudiano de 1920, sobre a revisão da teoria das pulsões, descreve como, “em lento e ponderado avanço, a psicanálise observou então com que regularidade a libido é tirada do objeto e voltada para o Eu (introversão), e . . . chegou à percepção de que o Eu

⁵⁴ A primeira aparição do termo *Trieb* na obra freudiana, como lembra Gilson Iannini (2013), ocorre no *Projeto*, já em 1895: “Desde a primeira formulação da pulsão, as principais características atribuídas por Freud são o caráter constante da excitação interna e a impossibilidade que tem o aparelho psíquico, aqui ainda descrito em vocabulário fisicalista, de fugir ao estímulo corpóreo. Se lembrarmos o esquema proposto em 1895, temos o seguinte quadro. O aparelho psíquico, ou, mais precisamente, o aparelho neuronal está “exposto sem proteção” às pulsões oriundas do elemento somático, e nisso ‘reside a mola pulsional [*Triebfeder*] do mecanismo psíquico’ (Freud, 1895, p. 30). Desse modo, o registro das pulsões é anterior ao registro psíquico, e só conhecemos o elemento precipitado, o elemento derivado, das pulsões. O ‘impulso que sustenta toda a atividade psíquica’ é relativo ao abandono do aparelho psíquico à somação das pulsões. ‘Conhecemos esse poder como *vontade*, o derivado das *pulsões*’ (Freud, 1895, p. 31)” (Iannini, 2013, p. 118). Decidimos apresentar a longa citação de Iannini porque ela é clara na descrição do uso inicial que Freud faz do termo *Trieb* e porque os trechos que colhe do *Projeto* pertencem à tradução realizada por Gabbi Junior, também utilizada nesta tese (Freud, 1895/1995).

é o genuíno e original reservatório da libido, a qual somente a partir dele é estendida ao objeto” (Freud, 1920/2010g, p. 222). O conceito que coordenou a mudança de entendimento foi o narcisismo e mereceu, em 1914, um esforço de reflexão que pudesse reordenar a economia e a tópica psíquicas de modo a incluir, entre os objetos da pulsão, o próprio Eu. “Se quisermos”, como escreveu Laplanche (1970, p. 106), “comparar a evolução do pensamento freudiano à imagem de um movimento ondulatório estacionário, comportando uma sucessão de ‘núcleos’ e ‘ventres’, o ‘narcisismo’ marcará”, sem dúvida, um desses núcleos. Nos termos que temos utilizado para dar forma a esses rearranjos teóricos, o conceito de narcisismo aparece, em toda sua complexidade, como uma nova lâmina forjada para investigar e explicar também novos fenômenos.

Até então, como vimos, a dualidade pulsional conflitiva observava a restrição da libido às pulsões sexuais e, consequentemente, seu direcionamento aos objetos. Em “Introdução ao narcisismo”, Freud (1914/2010f) passa a considerar com cuidado a ideia – ademais constatada por outros autores como P. Näcke e Sadger, este último próximo de Freud – de que o próprio indivíduo também seja tomado como objeto sexual. Não só suas partes, para onde se voltava o autoerotismo, mas também o todo. A consequência é uma série de novas postulações que procuram localizar a fonte da libido e explicar como ela, antes nos objetos, poderia agora investir o Eu.

Diversas observações ancoram a mudança, notadamente algumas modalidades de escolha do objeto sexual, a doença orgânica, a hipocondria e a esquizofrenia. O movimento, portanto, cabe repetir, é o de compreender um fenômeno que não parece se conformar à teoria antes estabelecida. Sobre a esquizofrenia, Freud (1914/2010f) ressalta como os doentes “mostram duas características fundamentais: a megalomania e o abandono do interesse pelo mundo externo (pessoas e coisas)” (p. 15). A perda do interesse pelo mundo externo responde, em sua visão, pela impossibilidade de trabalho analítico nestes casos, uma vez que envolveria a incapacidade de transferir libido para novos objetos, dentre eles o psicanalista, extinguindo a possibilidade de alterações na economia afetiva pela via terapêutica. Uma grande parte da psicanálise posterior se contrapôs, devido à experiência clínica com psicóticos, a esse ponto de vista. Nos neuróticos, que também se afastam da realidade, a “relação erótica com as pessoas e as coisas” é mantida, com a substituição dos objetos externos por objetos de fantasia, e o doente abre mão de agir, no plano real, em busca de satisfação. O adoecimento, nesse segundo grupo de pacientes, envolve um processo que Freud chamou de introversão da libido (tomando a expressão criada por Jung). Antes dirigida aos objetos externos e

procurando por meio deles a satisfação, a libido frustrada é realocada para substitutos internos e para as lembranças do indivíduo, vai em direção ao mundo externo e depois retorna ao mundo interno. No caso da esquizofrenia, por outro lado, Freud não vê o mesmo processo. A libido retirada do mundo externo não ganha objetos substitutos, mas regride e investe o Eu, ampliando-o aos olhos do sujeito – a megalomania característica. Esse hiperinvestimento que aumenta o Eu, porém, está longe de ser uma disposição desconhecida para o indivíduo; na verdade, ela “explicita um estado que já existia antes” (Freud 1914/2010f, p. 16), que ganha o nome de narcisismo primário. Freud utilizará o termo em mais de um sentido, mas cabe adiantar que, ao apresentá-lo, em 1914, refere-se à condição do bebê que, amparado pelo ambiente, tem suas necessidades satisfeitas e prescinde da identificação realista do objeto. O conceito envolve um conjunto de postulações teóricas, mas também exige a consideração das condições reais de existência do bebê, como veremos nos próximos capítulos.⁵⁵ O narcisismo secundário, por sua vez, designará os movimentos posteriores de retração do investimento libidinal ao Eu, a regressão que implica um abandono dos objetos.

A evolução temporal e econômica da fonte e dos investimentos da libido ganha a seguinte organização:

Formamos assim a ideia de um originário investimento libidinal do Eu, de que algo é depois cedido aos objetos, mas que persiste fundamentalmente, relacionando-se aos investimentos de objeto como o corpo de uma ameba aos pseudópodes que dele avançam. . . . Notamos apenas as emanações dessa libido, os investimentos de objeto que podem ser avançados e novamente recuados (Freud, 1914/2010f, p. 17).

E “enxergamos também, em largos traços”, acrescenta Freud (1914/2010f, p. 17), “uma oposição entre libido do Eu e libido de objeto. Quanto mais se emprega uma, mais empobrece a outra”. A teoria psicanalítica encontra nesse momento uma nova dualidade pulsional que merece nossa atenção. Mas antes, uma observação.

O fio vermelho da violência na clínica conduziu-nos – como o leitor há de ter notado – a uma série de nós teóricos, a ponto de termos julgado necessário esgarçá-lo a fim de compreender melhor os conceitos que fazem parte de sua trama. Nossa investigação partiu dos usos que Freud fez do termo violência em sua obra e do

⁵⁵ Para o esclarecimento da questão, remetemos o leitor ao próximo capítulo (Parte II, cap. 4) desta tese, e a outros dois textos. O primeiro é o capítulo IV de *Vie et mort en psychanalyse* (Laplanche, 1970, pp. 103-129), intitulado “Le moi et le narcissisme”; o segundo, o capítulo II, “Le narcissisme primaire: structure ou état” de *Narcissisme de vie narcissisme de mort* (Green, 1966-1967/2007, pp. 88-147).

contexto no qual suas ideias sobre o tema foram mais trabalhadas; chegamos assim a uma definição ampla do conceito, de modo a abarcar um gênero igualmente amplo de fenômenos. Ao aproximarmo-nos dos elementos que trariam mais especificidade e detalhamento à tentativa de conceituar a violência, exatamente os capazes de informar sobre sua existência na clínica, foi necessário acompanhar um enredo, este freudiano, a respeito da teoria pulsional e do funcionamento econômico do aparelho psíquico. É neste ponto que nos encontramos. Vê-se logo como não está posto a termo o trabalho de apontar, explicar e relacionar esses elementos, e como nosso próximo passo deve ser o de especificar a dualidade pulsional contemplada nesse momento da obra freudiana. Retornaremos a outros aspectos igualmente importantes, agora alheios ao foco de nossa discussão, mais tarde.

Em 1914, o Eu aparece como fonte e depositário natural da libido que poderá ser dirigida, em um sistema mais ou menos restrito, aos objetos. A restrição do sistema deve-se ao valor absoluto e pouco alterável da quantidade de libido empregada nos investimentos, aumentá-la em direção a um objeto corresponde, necessariamente, a diminuí-la quanto a outro. É esse caráter econômico que permite a observação da diminuição do Eu – de sua humildade, dirá Freud – durante o enamoramento, quando o objeto é idealizado – e, no extremo oposto, do hiperinvestimento do Eu, exemplificado no “delírio de fim de mundo dos paranoicos” (Freud, 1914/2010f, p. 18). Os movimentos de direcionamento e retirada também explicitam algo da própria dinâmica psíquica, a saber, a capacidade de movimento libidinal, a possibilidade de alocar quantidades de energia dentro e fora do Eu e de deslocá-las, na linha da hipótese de trabalho apresentada na década de 1890. Nos últimos anos do século XIX e nos primeiros do século XX, entretanto, as quantidades de energia investiam e desinvestiam grupos de neurônios, como vemos no *Projeto* (1895/1995); traços de memória, como Freud (1894/2001e) afirma no artigo sobre as “Neuropsicoses de defesa”; e representações e sistemas (Inconsciente, Pré-consciente e Consciente), como se pode ler em *A interpretação dos sonhos* (Freud, 1900/2001f, 1900/2001g). Aqui, por outro lado, os movimentos da energia psíquica ganham um âmbito de mobilidade ainda maior, e passam a incluir tanto aquilo que é externo ao Eu, os objetos que o cercam – com seus correlatos no interior do aparelho psíquico, os objetos internos –, quanto partes do próprio Eu. A consequência imediata dessa expansão dos elementos sujeitos aos movimentos dinâmicos do psiquismo é a necessidade de um terceiro ângulo de leitura,

que diz respeito à tópica psíquica. Teremos de considerá-lo em breve; por ora, o problema econômico ainda ganha complexidade.

A doença orgânica, causadora de dor e de variados incômodos, revela como o sofredor é capaz de desinteressar-se por tudo aquilo que não diz respeito a sua condição, como “cessa de amar enquanto sofre” (1914/2010f, p. 26), como os pseudópodes que dirigia aos objetos recuam. Processo similar, diz Freud (1914/2010f), é observado no estado de sono, que “também significa uma retração narcísica das posições da libido para a própria pessoa, mais precisamente para o desejo de dormir” (p. 26). Os movimentos libidinais são descritos em termos de estratégia bélica, vemos avanços, recuos, manutenção e abandono de posições. A pulsão, condutora da libido, ganha ares de um pelotão que dispara, a partir do Eu, com o objetivo de conquistar determinado platô, de torná-lo parte do território que domina. Pode ser derrotada nesse propósito, entre outros motivos, por uma alteração no próprio comando que dá a ordem, por uma mudança de prioridades, um contra-ataque que demanda o retorno da tropa, uma divisão no cerne do estado-maior. Nos termos da economia psíquica, mudanças no Eu correspondem a “mudanças na distribuição da libido” (Freud, 1914/2010f, p. 26).

A hipocondria também exhibe uma retirada de investimento do mundo externo e sua concentração num órgão específico do corpo sem, entretanto – como na doença orgânica – a presença objetiva de uma lesão. O modelo dessa concentração, de um órgão capaz de aumento de sensibilidade e alteração, é o genital excitado. Na leitura da hipocondria – ao modo do que fizera quando procurou compreender a sintomatologia histérica – Freud estende a todas as partes do corpo o potencial de serem erogenizadas, de terem sua excitabilidade alterada. As partes “podem agir como substitutas dos genitais e comportar-se de maneira análoga a eles”, terem sua erogenidade aumentada ou diminuída, o que conduziria a uma “alteração paralela no investimento libidinal do Eu” (Freud, 1914/2010f, pp. 27-28). A proximidade entre a dor causada por uma lesão e o aumento da sensibilidade em determinado órgão devido a seu hiperinvestimento indica como o Eu é dependente da experiência que o indivíduo tem com seu próprio corpo, da maneira como o representa e de como sente as lesões objetivas ou não que o atingem. Em termos mais próximos dos usados à época dos *Estudos sobre a histeria*, poderíamos dizer que a suscetibilidade dos investimentos no Eu às experiências de excesso, sejam elas de origem interna ou externa, traz novos dados à equação que procura explicar o que será considerado traumático. Avancemos algumas polegadas nessa consideração.

Em *Além do princípio do prazer*, publicado em 1920, Freud retoma os princípios do funcionamento mental postulados na última década do século XIX, e que permaneceram atuantes, de modo mais ou menos explícito, ao longo de toda sua obra. Voltamos a encontrar as seguintes ideias: 1) desprazer e prazer relacionam-se, respectivamente, a aumento e diminuição da quantidade de excitação no aparelho psíquico; 2) “o princípio do prazer deriva do princípio de constância” (Freud, 1920/2010g, p. 164), este tendo sido deduzido daquele; 3) há uma tendência à busca por prazer que, embora dominante, enfrenta sérias oposições.

A primeira ideia receberá dois desdobramentos que já eram familiares a Freud: a energia, cuja presença é sentida como excitação no aparelho psíquico, pode ser encontrada em dois estados, móvel ou ligada; e o prazer e o desprazer dizem respeito ao aumento ou à diminuição da excitação em um determinado intervalo de tempo. Isso implica, como bem destacou Figueiredo (1999), que o importante “não é uma relação absoluta entre quantidades de energia livre, desprazer e prazer, nem uma mera proporção” (p. 53); a economia das intensidades ganha caracterizações relativas ao estado da energia e ao ritmo de suas variações. A segunda ideia, sobre a reordenação dos princípios, que conhecemos do *Projeto*, volta a ser trabalhada na identificação de que o princípio do prazer é posterior – caso se queira estabelecer uma sequência – a uma tendência à inércia, de trazer a quantidade de excitação a zero e, na impossibilidade desta, de mantê-la constante.⁵⁶ A terceira ideia, sobre as dificuldades enfrentadas na busca pelo prazer, apresenta-nos um último princípio, o da realidade, que “sem abandonar a intenção de obter ao final prazer, exige e consegue o adiamento da satisfação” (Freud, 1920/2010g, p. 165) devido à “influência dos instintos de autoconservação do Eu” (Freud, 1920/2010g, p. 165), como vimos antes. Trata-se, em todos esses aspectos, de uma reavaliação do estatuto e da soberania do princípio do prazer, embora o professor não subscreva a queda de imediato.

Freud localiza ainda outros dois impedimentos à dita função primária de obtenção de prazer: o estado atual do Eu e os estímulos externos intensos. Um modo de satisfação adotado em determinado momento do desenvolvimento pode, mais tarde, tornar-se desprazeroso ao Eu reorganizado. Como pudemos acompanhar, as maneiras de obter prazer alteram-se, ganhando novas formas, conforme a preponderância de

⁵⁶ O que, como bem aponta Laplanche (1970, pp. 173-177), é contraditório quando aplicado a um mesmo sistema, porque a descarga total envolveria, muitas vezes, algo oposto à constância.

determinada fonte pulsional (as zonas erógenas) solicita novas maneiras de descarregar o acúmulo gerado pela pulsão. O recalque consiste nessa reordenação dos modos e dos objetos de satisfação à luz das sensações conscientes de prazer e desprazer do Eu. Nas palavras de Freud (1920/2010g),

Se depois [as pulsões ou suas partes] conseguem, mediante desvios, obter uma satisfação direta ou substitutiva, algo que ocorre facilmente com os instintos sexuais reprimidos, tal sucesso, que de outro modo teria sido uma ocasião de prazer, é sentido como desprazer pelo Eu (p. 166).

O último impedimento ao princípio do prazer, que não permite seu domínio sobre todo o psiquismo, deve-se ao desprazer perceptivo, seja o oriundo das pulsões insatisfeitas, seja o de fonte externa, reconhecido em uma situação de perigo. Num movimento retórico que será característico desse texto⁵⁷, Freud argumenta, à revelia das considerações que acabara de fazer, que a dominância do princípio do prazer não é ameaçada de fato, salvo se a investigação, em especial quanto à reação do aparelho psíquico ao perigo externo, trazer novos dados. É com tais sinais de advertência que ele chega à pista das neuroses traumáticas, das quais ressalta duas características: que “pareciam causadas principalmente pelo fator da surpresa, do terror”, e como “uma ferida sofrida simultaneamente atuava, em geral, contra o surgimento da neurose” (Freud, 1920/2010g, p. 168).

O ponto fundamental consiste em uma necessária distinção, defende, entre “angústia”, “medo” e “terror” e as relações que cada uma dessas reações estabelece com o perigo externo. Nas neuroses traumáticas, o que vemos é uma reação de surpresa, de terror, frente a um perigo para o qual não se estava preparado. “Angústia”, por outro lado, diz respeito à “expectativa e preparação” (Freud, 1920/2010g, p. 169) para o perigo, mesmo na ausência do objeto; e “medo”, à reação que conhece o objeto de perigo. Freud faz notar que a angústia não poderia ser causa de uma neurose traumática, porque descreve um estado de expectativa – de incômodo antecipatório quando da iminência do perigo – que faltou ao indivíduo no momento do trauma. Caso houvesse angústia e, conseqüentemente, um investimento dos sistemas Consciente e Perceptivo, o indivíduo estaria atento e, por vezes, hipervigilante ao perigo. Um processo similar responde pelo fato de uma lesão física, em muitos casos, evitar o aparecimento da

⁵⁷ Conferir Figueiredo (1999), em que o autor explicita, numa leitura atenta à construção do argumento de um *além* ou *aquém* do princípio do prazer, a ironia e as idas e vindas retóricas de Freud.

neurose. A lesão física age nos moldes do que fora observado em 1914 a respeito da doença orgânica: o investimento psíquico recolhe-se ao Eu, narcisicamente, e a preocupação que toma o indivíduo é de natureza “egoísta”. A neurose traumática, paralelamente, estabelece uma lógica próxima da que foi descrita a partir da hipocondria: um hiperinvestimento que erogeniza partes do corpo relacionadas à experiência de terror, quando do perigo, também acompanhado por um retorno ao Eu da libido direcionada aos objetos. Nessa leitura, a diferença entre trauma físico e psíquico, como a encontrada entre doença orgânica e hipocondria, parece ser a de que, nos primeiros elementos de cada par, a lesão é objetiva e pode ser identificada e delimitada por quem a tem. A ideia condiz com a compreensão econômica de que seria menor a possibilidade de desencadeamento de uma neurose, mesmo nos casos em cuja etiologia pesasse sobremaneira um trauma psíquico, caso houvesse uma lesão física, já que o investimento direcionado à parte dolorosa retira energia, antes alocada noutros lugares, para a recuperação.

Dois comentários de Figueiredo (1999) esclarecem um aspecto importante dessa ideia capaz de unir algo da ordem do sexual, ligado a um processo narcísico de cura, digamos, que funciona também no campo de uma ordem pré-sexual. Em primeiro lugar, escreve, “é *sexual* a natureza da energia liberada pelo choque com a alteridade do objeto do ‘mundo externo’, e cujo excesso, como energia livre, é traumatizante” (Figueiredo, 1999, p. 76). Ou seja, o terror (ou o susto) no confronto com a alteridade, com o radicalmente diferente do Eu, traz um excesso de excitação psíquica, de energia sexual, que é vivido como traumático. Em segundo, mesmo sendo sexual a energia causada pelo choque, “seu investimento narcísico – seu uso para constituição e restauração do *próprio* – decorre de algo que se dá *além do princípio do prazer* e”, prossegue o autor, “corresponde a uma de-sexualização da energia libidinal que é ligada *em proveito da integridade do indivíduo, da sua identidade*” (Figueiredo, 1999, p. 76, grifos meus). Temos nessa descrição um processo que implica dois âmbitos diversos, mas relacionados, da formação e dos efeitos do trauma: uma experiência que causa alterações na energia sexual, mas disparadora de uma reação que, na tentativa de manter a integridade e a identidade do Eu, aciona mecanismos que não trabalham diretamente com o aspecto sexual da energia liberada.

Otto Fenichel descreve essas mesmas características de modo notável ao discutir as neuroses traumáticas, especialmente ao relacioná-las à vida psíquica do paciente antes do trauma:

Os traumas severos que transtornam toda a economia de energia mental também necessariamente transtornam o equilíbrio que existe entre os impulsos reprimidos e as forças repressoras. O primeiro tipo de transtorno desta ordem é geral e inespecífico. Visando cumprir a tarefa esmagadora em que consiste o controle retardado da excitação invasora, todas as funções mentais, a sexualidade inclusive, podem ser despojadas das suas catexias específicas, o mesmo podendo dizer-se das catexias que hajam sido ligadas por conflitos da repressão. A catexia das forças defensivas será mobilizada primeiro, esta sendo uma razão geral pela qual as forças reprimidas reaparecem de modo mais ou menos manifesto após os traumas. E o quadro que assim se cria é o de desintegração inespecífica da personalidade [e da identidade, acrescentemos], nesta predominando a abolição das diferenciações e a regressão à dependência infantil (Fenichel, 2005, p. 112).

O trauma, compreenda-se, desorganiza o equilíbrio econômico do aparelho psíquico e, conseqüentemente, sua dinâmica, acionando defesas mais primitivas e conduzindo *pari passu* à regressão a um modo mais arcaico de funcionamento e a um estado de dependência, que o autor localiza na vida infantil. Cabe notar que no mesmo ano da publicação de “Introdução ao narcisismo”, Freud acrescentou um parágrafo explicativo no capítulo sete, parte B, de *A interpretação dos sonhos*, dedicado à regressão. Ali, no âmbito da discussão sobre a figurabilidade usada pelo trabalho onírico e a experiência sensorial gerada pelo sonho, encontramos a distinção entre três tipos de regressão. A primeira seria a “regressão *topográfica*,”⁵⁸ no sentido da figura esquemática dos sistemas- ψ ” (Freud, 1900/2001g, p. 548), resultado tanto da oposição que algumas ideias enfrentam em suas tentativas de acesso ao sistema Consciente pelas vias facilitadas – da censura realizada pelo Consciente, em termos mais claros – quanto da atração “exercida sobre o pensamento pela presença de memórias que possuem grande força sensorial” (Freud, 1900/2001g, p. 547), localizadas esquematicamente no sistema Inconsciente.⁵⁹ Os outros dois tipos de regressão seriam a “regressão *temporal*, na medida em que o que está em questão é uma remissão a estruturas psíquicas mais antigas”, e a “regressão *formal*, em que métodos primitivos de expressão e representação tomam o lugar dos usuais” (Freud, 1900/2001g, p. 548). As três formas de regressão, escreve Freud (1900/2001g), são “no fundo uma e, em regra, ocorrem

⁵⁸ Ou tópica, a depender da tradução.

⁵⁹ Também em 1914, Freud (1900/2001g) acrescenta a seguinte nota ao livro dos sonhos: “Em qualquer descrição da teoria do recalque, seria necessário esclarecer que um pensamento torna-se recalcado pelo resultado da influência combinada de dois fatores que agem sobre ele. Ele é empurrado em um dos lados (pela censura do Cs.) e puxado pelo outro (pelo Ics.), da mesma maneira que as pessoas são carregadas para o topo da Grande Pirâmide” (p. 547n2).

juntas; pois o que é mais antigo no tempo é mais primitivo na forma e na topografia psíquica está mais perto da ponta perceptual” (p. 548) do aparelho psíquico.

O que a descrição de Fenichel sobre as neuroses traumáticas enfatiza é como o trauma severo tende a gerar um movimento regressivo – em todos os aspectos elencados por Freud – que desfaz a organização conquistada pelo psiquismo, levando-o a recorrer a métodos mais arcaicos de funcionamento e defesa. Observações muito próximas foram feitas a respeito de um quadro psicopatológico em cuja etiologia contavam-se experiências vividas durante a guerra.

Entre 1914 e 1920, na tentativa de compreender as neuroses de guerra – uma categoria nosográfica que não hesitaríamos em relacionar ao fenômeno da violência – uma série de autores foi levada a dedicar-se ao estudo do trauma, que apresentava frequência etiológica relevante na história dos pacientes. Freud (1919/2010p), por exemplo, procurou localizar o facilitador do quadro num conflito do Eu, especificamente entre um “Eu pacífico”, anterior à guerra, e um “Eu guerreiro dos soldados”, criado pela necessidade de combate, que não se coadunava com a necessidade e os hábitos de proteção contra o perigo do antigo Eu. O soldado, de quem se esperava atividade frente ao perigo, colapsava porque essa exigência estava em desacordo com seu modo de ser anterior, de fuga frente à ameaça. A este conflito entre um Eu de paz e um Eu de guerra, Freud acrescenta a possibilidade da ocorrência de traumas mecânicos, da existência, portanto, de uma neurose traumática relacionada à experiência de “um choque ou de acidentes graves” (Freud, 1919/2010p, p. 386), que não envolveria um processo diferente daquele encontrado nas neuroses traumáticas em tempos de paz.

Ferenczi (1916-1917/2002), por sua vez, discute como, nos casos de neurose traumática de guerra que atendeu, muitos pacientes apresentavam uma sintomatologia física relacionada diretamente à experiência do trauma mecânico. Os sintomas não eram decorrentes de uma lesão orgânica, mas ganhavam uma forma física na parte do corpo que simbolizava, ou que estava em movimento, quando ocorreu o choque, ao modo de uma histeria. Essas áreas tornavam-se erogeneizadas, sensíveis a estímulos posteriores que remetessem ao momento do trauma, como sons, cheiros ou imagens. Mesmo os pacientes para quem a formação traumática não se concentrou num único momento – leia-se, que experimentaram um paulatino aumento de tensão que, por fim, ultrapassou-lhes os limites de contenção – exibiam o que Ferenczi (1916-1917/2002) chamou de hiperestesia dos sentidos: uma erogeneização exacerbada dos órgãos dos sentidos que

procurava, *a posteriori*, dominar a estimulação e o consequente aumento de excitação psíquica causadores do trauma. A história e a análise desses pacientes ainda mostravam que, no geral, eram pessoas com elevado autoconceito, acreditavam-se corajosas e resilientes, de modo que o terror e o choque experimentados consistiam, também, num golpe na imagem que faziam de si mesmas, em suas identidades. Noutras palavras, as lesões causadas pelo choque com o mundo externo eram narcísicas, atingiam o Eu dos pacientes e a crença em suas capacidades de manterem-se incólumes diante do perigo.⁶⁰ Era possível localizar um conflito dominando o Eu, mas que não se apresentava como a oposição entre um Eu de paz e um Eu de guerra – o que o psicanalista húngaro constatou foi o confronto entre o Eu narcisicamente investido e uma série de experiências reais que minavam o equilíbrio econômico e identitário dos pacientes.

Uma de nossas “bruxas” ajuda na compreensão dessas ideias. Vimos como, no caso de Quinze, a fala de sua mãe a respeito do ato do padrasto quando o paciente contava um ano e meio teve um efeito desorganizador. A notícia do episódio, dada de modo súbito ao paciente, traz uma novidade que não se coaduna com a história e com os limites que formara sobre o próprio corpo. Trata-se, exatamente, da informação sobre uma invasão ao corpo, no passado, que é experimentada como uma invasão ao Eu, no presente. Há um evidente aumento de tensão devido à surpresa, e o efeito traumático, nos moldes da leitura econômica que vimos Freud fazer sobre funcionamento psíquico, é causado pela injúria sofrida e pela necessidade, que se forma a partir daí, de lidar com o afeto ligado à experiência. O “golpe” desferido pela fala da mãe resulta numa lesão à sua identidade, à qual Quinze reage com o pensamento-ameaça de que deveria matar o padrasto (vingar-se) e, simultaneamente, com uma alteração em seu Eu, que se fragiliza. Caso tenhamos a intenção de apontar como a violência aparece nesse momento de seu tratamento, seremos levados, forçosamente, a apontar duas ocorrências: o paciente é alvo da violência da fala de sua mãe, que age como um trauma – ele ocupa uma posição receptora, passiva diante do que lhe é dito – e, na sequência, exibe sua própria violência na forma de um movimento defensivo, de uma reação ao trauma. É improvável que fosse a primeira vez que sua mãe agia dessa forma, atormentando-o. Em seu caso, a relação entre uma suposta lesão devido à invasão de seu corpo e uma correspondente lesão aos contornos do Eu é explícita, embora distante temporalmente, assim como seu movimento defensivo posterior. Podemos inclusive identificar, em seu caso, os três

⁶⁰ Para uma leitura pormenorizada dessas ideias, conferir Dal Molin (2016).

tipos de regressão descritos por Freud: como em um pesadelo o paciente experimenta agora, ao saber a notícia, uma agressão que teve lugar no passado; retorna, também, a uma maneira de funcionamento mais antigo, com defesas menos sofisticadas; e seu modo de expressão regride a formas mais primitivas, menos coerentes que as usuais, como revela, por exemplo, a construção verbal “Nem sei de nada bem”.⁶¹

O trauma leva-nos, na esteira do que fez com boa parte dos psicanalistas que se debruçaram sobre o problema, ao estudo de até onde pode regredir um paciente que experimentou o que Fenichel chama de “trauma severo” e, conseqüentemente, a uma certa compreensão a respeito da origem do psiquismo. Sob a pena de Freud, o esforço não para na imagem do bebê, suas metáforas remetem a uma biologia dos começos da vida. “Imaginemos o organismo vivo”, escreve, “na sua maior simplificação, como uma indiferenciada vesícula de substância excitável” (Freud, 1920/2010g, p. 187). A superfície de seu corpo, localizada nos extremos do organismo e em contato incessante com meio, diferencia-se do resto e ganha uma função, a de “órgão receptor de estímulos” (Freud, 1920/2010g, p. 187). O órgão receptor, a membrana de superfície, precisa alterar “sua substância até uma certa profundidade, de modo que o processo de excitação desta transcorresse diferentemente do que sucederia nas camadas mais profundas” (Freud, 1920/2010g, p. 187). O impacto dos estímulos terminaria por mortificá-la, por deixá-la em uma condição capaz de receber a estimulação, mas incapaz de modificar-se ainda mais. A superfície impactada termina por constituir “uma *proteção contra estímulos*” (Freud, 1920/2010g, p. 188) sem vida, a envolver outras camadas, estas passíveis de modificação e capazes de absorver somente uma pequena parte da carga da estimulação que atinge o organismo. Para este, escreve Freud (1920/2010g),

a proteção contra estímulos é tarefa quase mais importante do que a recepção de estímulos; ele está equipado com uma reserva própria de energia, e tem de empenhar-se sobretudo em preservar as formas especiais de transformação de energia, que nele ocorrem, da influência niveladora, e portanto, destruidora, das imensas energias que operam do lado de fora (p. 189).

O organismo mantém uma cota de energia destacada, de investimento contínuo, para a manutenção da tarefa de proteção contra os estímulos que vêm de fora. A incessante

⁶¹ Retomaremos essa e outra construção discursiva do paciente à frente, no capítulo 5 desta Parte II, analisando-as.

estimulação é captada pelos órgãos dos sentidos, localizados em uma camada “imediatamente abaixo da proteção geral contra estímulos” (Freud, 1920/2010g, p. 189) e capazes de aterem-se a estímulos específicos, dentro de uma variação limitada de intensidade. Essa camada, abaixo daquela reservada à proteção contra o mundo externo, “se tornará”, escreve Freud, “o sistema Cs” (Freud, 1920/2010g, pp. 190-191), Consciente, voltado tanto para fora quanto para dentro, recebendo as estimulações internas e capaz de fazer uma avaliação qualitativa, na série prazer-desprazer, sobre o aumento ou a diminuição da excitação dentro do aparelho psíquico. No que diz respeito aos estímulos internos, a ordenação sofisticada dos princípios, entre os quais adquiriu predominância o do prazer, age de modo mais coordenado; o caso é outro quando os estímulos externos são excessivos, quando sua intensidade não pode ser contida pela camada de proteção – o que ocorre, nessas situações, é a formação do trauma. Lemos:

Às excitações externas que são fortes o suficiente para romper a proteção nós denominamos *traumáticas*. Acho que o conceito de trauma exige essa referência a uma defesa contra estímulos que normalmente é eficaz. Um evento como o trauma externo vai gerar uma enorme perturbação no gerenciamento de energia do organismo e pôr em movimento todos os meios de defesa (Freud, 1920/2010g, p. 192).

O rompimento da defesa voltada ao mundo externo traz – coloquemos as coisas nesses termos – um nivelamento entre as excitações de dentro e de fora que tem efeitos destruidores. O primeiro deles é a inoperância do princípio do prazer e o retorno do psiquismo a um modo de funcionamento anterior, notadamente sob o domínio dos princípios de inércia e constância: “Já não se pode evitar que aparelho psíquico seja inundado por grandes quantidades de estímulo; surge, isto sim, outra tarefa, a de controlar o estímulo, de ligar psicologicamente as quantidades de estímulo que irromperam, para conduzi-las à eliminação” (Freud, 1920/2010g, p. 192). O que encontramos aqui é a fonte das ideias que, mais de vinte anos depois, Fenichel sintetizaria em seu *Teoria psicanalítica das neuroses*, ao falar das neuroses traumáticas.

Nosso mergulho na metapsicologia não acabou, estamos com o fio vermelho nas mãos, olhando suas partes como quem procura adiantar que rumo ele toma e ver para onde seremos levados. É hora de trazê-lo conosco à superfície. Como se relaciona trauma psíquico e violência? São entidades diversas ou o trauma está contido no fenômeno da violência? Nossas indicações anteriores foram no sentido desta última possibilidade.

Uma série de autores apresenta críticas à organização dessa abordagem, que podem ser exemplificadas no posicionamento de Costa (2003). Ele não hesita em criticar a equivalência, sob o critério econômico, entre violência e trauma psíquico. Devemos acompanhar seu argumento, que indica dois possíveis equívocos no uso do critério econômico. O primeiro

decorre de uma redução pouco explicitada da *violência psíquica* à injúria ou sevícia físicas. O econômico psicanalítico é aqui equiparado ao efeito de um choque. O ataque de fora é assimilado ao ataque instintivo e a energia pulsional, sob as espécies de fisicalismo que caracterizou as primeiras raízes biologizantes do pensamento de Freud, cauciona o deslizamento conceitual. A violência é impressionisticamente fixada à ideia de impacto físico de grande amplitude, seja por sua ordem de grandeza absoluta, seja pela grandeza relativa do aparelho psíquico receptor (Costa, 2003, p. 121, grifo meu).

Concordamos que uma redução da violência – a qual Costa acrescenta o adjetivo de psíquica – à injúria física traz um problema central e que o aspecto econômico não deve ser equiparado exclusivamente ao choque. Injúria física e violência psíquica são fenômenos diferentes, de fato, mas relacionados, a despeito da agonia que uma ligação apressada pode causar. Ambos exigem o retraimento da libido dirigida aos objetos, ambos pedem alterações na economia energética e pressionam um movimento regressivo no aparelho psíquico. Via de regra, o que falta nas aproximações entre os dois é um ou mais pontos intermediários de raciocínio, conceitos que operem a passagem de um ao outro, se este for o caso. Por ora, tomamos o corpo (ou a corporeidade)⁶², onde se dá a injúria física, como tendo uma série de relações, de caráter representacional e energético, que podem ser afetadas pelo ataque externo; mais que isso, estendemos a ideia de injúria à identidade, que não pode ser circunscrita ao conceito de corpo, mas que mantém com ele algumas afinidades. Um dos pontos intermediários nessa ampliação é o conceito de Eu, que vemos Freud começar a

⁶² Estou de acordo com Coelho Junior (2012) quando descreve os problemas com o conceito de corpo, que “ocupa um lugar determinado por uma série de inflexões ideológicas. Seja de forma desvalorizada, seja de forma hipervalorizada, o corpo carrega, como conceito, a carga de suas posições na história de nossa cultura. . . . Ao ser oposto à mente (ou psiquismo), constitui-se como elemento identificável, com identidade própria e lugar garantido nos mais diferentes discursos e práticas” (pp. 75-76). A proposta do autor, que não adoto integralmente porque demandaria a feitura de um percurso que não caberia nesta tese, é o uso da “noção de corporeidade como alternativa à clássica oposição corpo-mente (ou psiquismo), ou seja, entendo que a corporeidade é também psíquica, como gênese de possibilidades Entendo que somos de ponta a ponta corporeidades (o que inclui a dimensão psíquica da corporeidade). A corporeidade é, ao mesmo tempo, interna e externa. É a presença irrecusável das pulsões e abertura permanente para o mundo, para os outros” (Coelho Junior, 2012, p. 76).

trabalhar em mais detalhe no texto sobre o narcisismo. Caso nos adiantemos até 1923, encontraremos as seguintes ideias: 1) “O corpo, principalmente em sua superfície, é um lugar do qual podem partir percepções externas e internas simultaneamente” (Freud, 1923/2011b, p. 31), que serão avaliadas qualitativamente como prazerosas ou desprazerosas pelo Eu; 2) a maneira como passamos a conhecer certas partes de nosso corpo, os órgãos internos, por exemplo, “é talvez um modelo para a forma como chegamos à ideia de nosso corpo” (Freud, 1923/2011b, p. 31), leia-se, a representação complexa e eventualmente unitária de algo que está, ou cremos estar, sob nossa posse durante uma parte do tempo; e 3) “O Eu é sobretudo corporal, não é apenas uma entidade superficial, mas ele mesmo a projeção de uma superfície” (Freud, 1923/2011b, p. 31) que age como limite ou fronteira porosa⁶³ entre aquilo que nos permite usar o pronome possessivo e aquilo sobre o qual o uso do possessivo não parece adequado.⁶⁴ Em 1927, com a autorização de Freud, foi acrescentada à tradução inglesa de *O Eu e o Id* a seguinte nota explicativa sobre a natureza corporal do Eu:

Ou seja, o Eu deriva, em última instância, das sensações corporais, principalmente daquelas oriundas da superfície do corpo. Pode ser visto, assim, como projeção mental da superfície do corpo, além de representar, como vimos acima, as superfícies do aparelho psíquico (Freud, 1923/2011b, p. 32n7).

A aproximação nos leva à consideração dos seguintes entrepostos conceituais: corpo – Eu – identidade. Nenhum é igual ou se resume ao outro, mas psiquicamente o ataque a um tende a afetar os demais, o que nos permite, não sem algum prejuízo, organizar esquematicamente as relações da seguinte forma: corpo ↔ Eu ↔ identidade. A conversão histérica exhibe suficientemente um processo que envolve o Eu e que ganha expressão no corpo. Na afirmação da identidade, igualmente, não é difícil observar mudanças corporais, de motivações conscientes e inconscientes, que buscam fazer o

⁶³ Tomo emprestado o termo de Coelho Junior (2008), para quem “a porosidade própria de nossos corpos é a condição de possibilidade, embora não a condição suficiente, de todo o trabalho analítico. É com nosso corpo que aprendemos afetos, que somos penetrados por introjeções e que realizamos projeções. Não é simplesmente o mundo mental que projeta. Não é exatamente algo interno que projeta. É com o corpo, através de sua porosidade, que projetamos e introjetamos e assim, talvez, nem caiba mais falar em projeções e introjeções sem aspas, já que são as próprias noções de interno e externo que precisariam ser transformadas” (pp. 100-101).

⁶⁴ Winograd e Sollero-de-Campos (2012) ainda elencam outras funções elementares do Eu: “(1) indução ao processo secundário, (2) controle da motilidade, (3) percepção, (4) prova de realidade, (5) antecipação, (6) ordenação temporal dos processos psíquicos, (7) pensamento racional (síntese) e (8) funções inibitórias, dentre as quais se destacam a racionalização, a preterição, o adiamento e as defesas contra as exigências pulsionais (censura, recalque etc.)” (p. 133).

corpo concordar com a identidade assumida ou desejada pelo indivíduo (as questões relativas à identidade de gênero ilustram bem essa relação). Partindo do primeiro entreposto conceitual de nosso esquema, podemos notar como alterações no corpo podem conduzir a alterações no Eu que, por sua vez, levam a mudanças (de natureza positiva ou negativa) na identidade. Exemplo extremo dessa relação íntima e cambiante pode ser observado em pacientes que sofreram lesões corporais causadoras de incapacidades. Monah Winograd e Flávia Sollero-de-Campos (2012), por exemplo, afirmam que “Uma das características mais radicais da experiência de lesão cerebral é o *golpe na identidade subjetiva* expresso, entre outros, pela perda dos lugares sociais, dos papéis profissionais e familiares e pelo sentimento de perda de uma parte de si mesmo” (p. 125, grifos das autoras). Uma lesão no corpo, portanto, geradora de alterações nos contornos do Eu e em sua autoavaliação, poderá ser vivida como um golpe na identidade (ou em alguns de seus aspectos) tal como era conservada pelo paciente.⁶⁵

Podemos, para esclarecer a terminologia utilizada, falar em “violência psíquica” na medida em que vemos seu alvo na identidade; ou seja, na integração temporária e passível de modificações da experiência corporal, histórico-social e idiossincrática do Eu, de aspectos conscientes e inconscientes, que o indivíduo arma para dar conta de seu lugar e de sua experiência no mundo. Façamos um necessário parêntese antes de prosseguir nossa leitura dos argumentos de Costa.

A definição de identidade que adotamos aproxima-se de – e pode ser vista como se sobrepondo a – uma gama de conceitos, que inclui o Eu e suas fronteiras, o *self*, ou mesmo a identidade social.⁶⁶ Como nosso intuito não é fazer uma conceituação que

⁶⁵ Minha prática clínica em uma instituição dedicada à reabilitação de pacientes com lesões encefálicas e doenças no aparelho locomotor leva-me a concordar com a afirmação das autoras. São frequentes os casos em que um acidente vascular encefálico, causador de hemiparesia e disfasia, por exemplo, demanda uma total reorganização da identidade, com seus aspectos conscientes e inconscientes, forjada pelos pacientes. Partes fundamentais da vida do indivíduo, como seu trabalho, seu papel na vida familiar e sua vida amorosa são afetados, em geral num sentido negativo, o que pode trazer para o primeiro plano angústias que, até o AVE, não tinham proeminência ou contra as quais o paciente fora capaz de defender-se com razoável sucesso. Pude observar o mesmo processo, de lesão física seguida de alterações no Eu e necessidade de reorganização identitária, em pacientes lesados medulares ou que apresentam, a certa altura da vida, doenças degenerativas neuromusculares.

⁶⁶ Uma rica apresentação e discussão do conceito de identidade e sua relação com o eu, no campo da pesquisa sociológica, é feita por Erving Goffman (1988, 2001, 2006). Como exemplo da dimensão que o problema assume para o autor, que trabalha com uma concepção de eu performático, cabe citar o seguinte excerto de *Manicômios, prisões e conventos*: “Considerando-se o estágio que qualquer pessoa atingiu numa carreira [moral], geralmente verificamos *que constrói uma imagem do curso de sua vida – passado, presente e futuro – que corta, abstrai e deforma de tal maneira que permite uma visão de si mesmo que possa expor de maneira útil nas situações presentes*. Muito frequentemente, a estratégia da pessoa com relação ao eu a coloca, defensivamente, num acordo fundamental com os valores básicos de sua

contemple a pluralidade de aspectos que o uso do termo “identidade” mereceria, restringir-nos-emos aqui a algumas considerações que localizam o problema e sua extensão, de modo que algumas das ideias já discutidas, e outras às quais nos dedicaremos à frente, ganhem mais clareza.

A visão de que existem fronteiras ou limites [*boundaries*] do Eu é particularmente merecedora de atenção. Glen O. Gabbard e Eva P. Lester (2003) sintetizam a visão de alguns autores sobre o tema: “Victor Tausk (1918) foi o primeiro a introduzir o termo *fronteiras do eu*, definindo-o como a consciência de alguém de ser único e separado de outros indivíduos” (p. 3). Mais tarde, em 1952, é publicado um artigo de Paul Federn, que fora apresentado à Sociedade Psicanalítica de Viena no fim da década de 1920, intitulado “The Ego as a subject and object in Narcissism”, em que o autor

concebeu o Eu não como uma estrutura estática, mas como a experiência contínua da psique, usando o termo *sentimento do Eu* para se referir a esta experiência. Federn sentiu que uma unidade coerente do Eu poderia ser subdividida em um Eu corporal e um Eu mental. . . . Federn descreveu o Eu “como uma experiência, como a sensação e conhecimento do indivíduo da permanente ou recorrente continuidade, tempo, espaço e causalidade, de seu corpo e sua vida mental. Essa continuidade é sentida e apreendida como uma unidade” (Gabbard & Lester, 2003, p. 4).

Além disso, Federn propôs dois tipos de limites do Eu:

(1) fronteiras internas do Eu que separam o Eu do não Eu (i.e., do Isso e do Superego, essencialmente constituindo um tipo de barreira contra pulsões e fantasias inconscientes) e (2) fronteiras externas do Eu separando o Eu do mundo externo. Federn acreditava que tanto as fronteiras internas como externas são enfraquecidas em certas doenças mentais, como a esquizofrenia, e em severos estados regressivos. . . . viu as fronteiras do Eu não como uma linha concreta

sociedade, e assim pode ser denominada uma apologia. Se a pessoa consegue apresentar uma interpretação de sua situação presente que mostre a atuação de qualidades pessoais favoráveis no passado, e um destino favorável que a aguarde no futuro, pode-se dizer que tem uma história de triunfo. *Se os fatos do passado e do presente de uma pessoa são extremamente sombrios, o melhor que pode fazer é mostrar que não é responsável por aquilo que veio a ser, e a expressão história triste é adequada. É interessante notar que, quanto mais o passado de uma pessoa a afasta de concordância aparente com valores morais centrais, mais parece obrigada a contar essa história triste para qualquer companhia que encontre.* Talvez responda, em parte, à necessidade que sente, em outros, de não receber afrontas aos seus desenvolvimentos de vida” (Goffman, 2001, p. 129, grifos meus). Para uma leitura das ideias de Goffman aplicada ao fenômeno da violência, conferir Scheff (2006); e Scheff & Retzinger (2017). Também fazendo uso de algumas ideias de Goffman para pensar o conceito de identidade e como ele pode ser ameaçado, temos o ótimo volume *Threatened Identities*, editado por Glynis M. Breakwell (1983). Para uma contundente teoria sobre identidade pessoal, desrespeito e formas de reconhecimento, conferir Honneth (2003).

de demarcação, mas como uma função (Gabbard & Lester, 2003, p. 5).

Isso implica a concepção, defendida repetidamente pelo autor, de que as fronteiras são uma metáfora que serve para pensar tais separações (entre externo e interno, entre sentimentos do Eu e fantasias inconsciente) mantendo a ideia de uma unidade não estática ou concreta do Eu, mas móvel e capaz de mudar seus componentes (Gabbard & Lester, 2003). Uma atualização dessas ideias poderia relativizar ainda mais a concepção das fronteiras como uma função, desconstruindo a subdivisão entre um Eu corporal e um Eu mental, o que levaria talvez à noção de corporeidade (Coelho Junior, 2012) e sua aplicabilidade para a compreensão de alguns fenômenos intersubjetivos. Nesse espaço, todavia, prosseguiremos mais alguns passos à cata do uso clássico que o termo “fronteiras do Eu” recebeu nas mãos de Freud.

No começo da década de 1930, o professor também adota a expressão “fronteiras do Eu” em *O mal-estar na civilização*. A passagem explicita ideias que retomaremos à frente:

Normalmente nada nos é mais seguro do que o sentimento de nós mesmos, de nosso Eu. Este Eu nos aparece como autônomo, unitário, bem demarcado e tudo o mais. Que esta aparência é enganosa, que o Eu na verdade se prolonga para dentro, sem fronteira nítida, numa entidade psíquica inconsciente a que denominamos Id, à qual ele serve como fachada – isto aprendemos somente com a pesquisa psicanalítica . . . Mas ao menos para fora o Eu deve manter limites claros e precisos (Freud, 1930/2010r, p. 16)

Freud acrescenta a ideia de que tais limites são alterados – ou seja, não são *tão* claros nem *tão* precisos – quando do enamoramento e do adoecimento mental. A ideia econômica que vimos há pouco ganha uma consequência tópica e um aspecto dinâmico:

A patologia nos apresenta um grande número de estados em que a delimitação do Eu ante o mundo externo se torna problemática, ou os limites são tratados incorretamente; casos em que partes do próprio corpo, e componentes da própria vida psíquica, percepções, pensamentos, afetos, nos surgem como alheios e não pertencentes ao Eu; outros, em que se atribui ao mundo externo o que evidentemente surgiu no Eu e deveria ser reconhecido por ele. Logo, também o sentimento do Eu está sujeito a transtornos, e as fronteiras do Eu não são permanentes (Freud, 1930/2010r, p. 17).⁶⁷

⁶⁷ Gabbard e Lester (2003), ao comentarem essa passagem, afirmam ser provável que Freud adotou o termo devido à elaboração da teoria estrutural “e provavelmente refletindo” (p. 3) o trabalho de Federn,

Não precisamos ir mais longe para afirmar que algo da ordem de um trauma, no sentido que discutimos, age exatamente sobre as fronteiras do Eu e, possivelmente, também sobre as representações que o Eu pode adquirir e seu nível de integração. Nosso parêntese fecha-se aqui, e devemos retornar aos argumentos de Costa (2003).

Ele criticava a redução “da *violência psíquica* à injúria ou sevícia físicas”, que equipara o econômico psicanalítico ao “efeito de um choque”, e é capaz de igualar um ataque externo e um ataque pulsional. Procuramos demonstrar como entrepostos conceituais permitem não uma redução, mas a consideração de algumas relações entre ambos. Assimilar o “ataque de fora” ao “ataque instintivo” é um movimento que, de fato, Freud realiza, como vimos; mas que não está concentrado exclusivamente nas raízes, bem ou mal vistas, de seu pensamento. É sempre o caso, quando uma questão assim se apresenta, de considerar no que resulta uma depuração do aspecto quantitativo. Dois passos adiante costumamos encontrar uma ênfase na representação, que termina por afastar, no todo ou em parte, qualquer consideração econômica. Uma consequência da leitura problemática, escreve Costa, seria a extensão do conceito de violência “a situações que contradizem e descaracterizam a intuição que temos do fenômeno” (Costa, 2003, p. 121). Intuição, cabe dizer, que nem sempre é a melhor conselheira em assuntos dessa ordem, uma vez que é determinada pela mesma série de resistências que se aplicam a outros fenômenos da vida mental. O jogo de ênfases tende a retirar de um lado a importância que procura atribuir a um outro; no caso, diminui-se o peso do fator quantitativo – não sem indicar que ele continua a existir em algum ponto menor do fenômeno – e aumenta-se a centralidade do fator representacional. O resultado é a busca de uma “representação causal da violência” (Costa, 2003, p. 126), uma “representação matriz ou geradora” (Costa, 2003, p. 124), uma “representação indutora da violência” (Costa, 2003, pp. 124-125) que seria apreensível na vida psíquica da vítima ou da testemunha, na medida em que a violência exprimiria, ao fim e ao cabo, “um fato da cultura que só existe em relação a uma lei” (Costa, 2003, p. 126), especialmente uma

mesmo sem citá-lo. A leitura parece-me correta e historicamente plausível. Outra afirmação dos autores, entretanto, tem um ar mais questionável: “Significativamente, Freud aludiu a processos projetivos e introjetivos, antes desses serem propostos e elaborados por Melanie Klein” (Gabbard & Lester, 2003, p. 3). Ora, introjeção e projeção são velhos conhecidos do professor em 1930, que já os utilizara numa dezena de textos, assim como os processos envolvidos. Além disso, Ferenczi descrevera-os, como veremos abaixo, em 1909, a partir de ideias de Jung, Abraham e do próprio Freud. As elaborações posteriores de Klein obviamente partiram da leitura desses autores (salvo, talvez, de Jung) e tanto revisaram como aprofundaram a compreensão desses processos, que já eram conhecidos e já haviam sido “propostos”.

lei, ou contrato, “que diz respeito ao direito que todo sujeito tem de ocupar um lugar irreversível na cadeia das gerações e uma posição em face da diferença entre os sexos, conforme o sistema de regras que ordena seu meio sociocultural” (Costa, 2003, p. 126). A representação geradora, leia-se, a que domina o psiquismo da vítima ou do observador, estaria ligada ao “sentimento ou pensamento da gratuidade e do arbítrio” (Costa, 2003, p. 125) no ato do agente.⁶⁸ Essa linha argumentativa permite a Costa (2003) indicar como “O sujeito violentado é o sujeito que sabe ou virá a saber, sente ou virá a sentir, que foi submetido a uma coerção e um desprazer absolutamente desnecessários ao crescimento, desenvolvimento e manutenção de seu bem-estar, enquanto ser psíquico” (p. 125). Estamos, com asserções nessa linha, irremediavelmente na posição de tentar considerar uma capacidade avaliativa do sujeito sobre sua relação com o mundo baseada no que é ou não *necessário* ao desenvolvimento e à manutenção de seu bem-estar psíquico; ou seja, teríamos de colocar o aspecto central do fenômeno no julgamento desenvolvimentista, de caráter positivo e bom, que o sujeito realiza sobre as experiências que tem. Com essa posição, podemos notar, chocam-se dois aspectos do fenômeno: a sensibilidade individual é determinante, *mas* somente na medida em que se coaduna com uma visão a longo prazo do desenvolvimento e do bem-estar psíquico. Além disso, terminaríamos por ver igualadas as perspectivas do agressor, da vítima e da testemunha ou espectador do ato violento, quando, a rigor, essa igualdade não é regra geral: determinada sociedade pode considerar uma ação geradora de desprazer como necessária, o indivíduo que sente o desprazer pode vê-la da mesma forma, mas um observador, por ser externo aos valores daquele grupo, não.⁶⁹ Da mesma forma, uma lei ou contrato pode desprezar o lugar de determinado indivíduo, seja na cadeia de gerações ou quanto à diferença entre os sexos – como fazem alguns regimes totalitários, por exemplo – em consonância com a perspectiva tanto da vítima (que poderá sentir-se culpada porque não se adequa à lei de natureza perversa, podemos dizer), quanto do observador (que talvez não verá a vítima como tal, porque participante ele mesmo daquele contrato e submetido àquela lei). Voltaremos a este ponto, de uma

⁶⁸ Aqui nos aproximamos de um conceito não-psicanalítico que teremos a oportunidade de discutir criticamente na sequência desta tese, o de “violência inútil”, cunhado por Primo Levi. Suas características seriam exatamente as de gratuidade e arbítrio, ou seja, de aparente inutilidade aos olhos da vítima ou do observador. Vale notar, desde já, que a inutilidade de determinado ato, sua gratuidade e arbitrariedade, também pôde ser identificado na cena do abate, na primeira parte deste estudo.

⁶⁹ O mesmo problema ocorre no julgamento moral do observador sobre os atos do agente. Para uma discussão sobre esse ponto, conferir Govrin (2016).

representação matriz ou causal da violência, ao fim do trabalho; nosso objetivo não é fechar o espectro do fenômeno em proveito de um ou outro ângulo de leitura, mas mantê-lo irremediavelmente aberto devido à complexidade que apresenta. Há um veio rico de possibilidades na tentativa de localizar uma representação indutora discernível na vítima, ou um “complexo nuclear” (Glasser, 1998) comum à ação violenta, quando tomado o polo ativo do fenômeno.

O segundo equívoco de que trata a crítica de Costa diz respeito a um argumento tautológico que pode ser construído relacionando, de um modo específico, o aspecto quantitativo e o representacional. Cabe citá-lo:

A representação [nesse argumento] é aceita como o termo que antecede o surgimento do estímulo. Mas esta é uma falsa aparência explicativa. A natureza da representação não é esclarecida... A intensidade é apontada como efeito mas também como causa da representação. A violência, diz-se, é produzida quando uma representação gera um estímulo cuja amplitude supera a capacidade de absorção do psiquismo. Porém, se perguntarmos o que é uma representação apta a provocar violência, a resposta é novamente a intensidade afetiva que ela pode desencadear (Costa, 2003, p. 124).

A dificuldade parece clara, mas coloca o problema em termos que excluem a possibilidade de pensar o fenômeno a partir de uma perspectiva anterior à representação, ou aquém dela. A própria concepção de trauma, no esteio dessa crítica, traz problema similar: o que tornaria “uma ‘neurose traumática’ e um ‘traumatismo cumulativo’ violentos”, escreve o autor, “não é o montante de excitação, mas a representação que lhe é associada a título de causa” (Costa, 2003, p. 123). Todo trauma, em alguma medida, deveria portar uma representação, mesmo que de difícil acesso, o que clinicamente está longe de ser o caso. Pontalis (2011) ofereceu-nos uma dupla hipótese para pensar a violência: ela seria efeito do transbordamento pulsional ou de uma “agonia sem recurso”.⁷⁰ Na organização pulsional até 1920, estaríamos sempre a tratar, como destacou Freud (1915/2010k), de ideia – representação – mais montante afetivo, de modo que a premência da representação pode ser destacada, sem excluir seu correlato afetivo, que antes fora nomeado de “quota de excitação”. Entretanto, isso não se mantém com a entrada em cena da pulsão de morte, como veremos à frente. Ainda

⁷⁰ Talvez Bion (1962/2007b, 1967/2007a) tenha inspirado Pontalis na escolha da expressão ao escrever sobre “um terror sem nome” [*a nameless dread*], efeito do desamparo prolongado e do consequente terror à intensidade pulsional. Voltaremos à ideia adiante, na discussão sobre o perigo e a experiência de desamparo (Parte II, capítulo 5).

restaria a possibilidade, sempre a se confirmar, de algo da ordem de uma “agonia sem recurso” – cuja compreensão pedirá uma nova ordenação conceitual, notadamente em torno da ideia de desamparo – também fora, portanto, do escopo imediato da representação.

O problema passa pela manutenção – como argumentou André Green (1973/1999), emprestando palavras de Serge Viderman – da complementaridade entre força e sentido, entre o econômico e o simbólico. “À categoria do econômico”, escreve Green (1973/1999),

liguei “quantidade móvel”, a força motriz das distribuições, trocas, transformações. À categoria do simbólico, liguei representação, criada pelas forças vitais do corpo pulsional, que vincula linguagem e pensamento. Essa transição só é possível caso se suponha que a pulsão, mesmo em suas formas mais elementares, possui uma organização cujos princípios de funcionamento psíquico governam as formas que ela assume. Pelo outro lado, embora o econômico transforme forças, ele também elabora valores (p. 230).

Valores, leia-se, de busca por prazer e fuga do desprazer, e do controle dos afetos. O autor prossegue, redistribuindo freudianamente os pesos na balança:

Força e sentido são interdependentes porque complementares, impensáveis uma sem o outro. Não são meros opostos. Na medida em que a força cria um *raio de forças*, ela é simbólica. Porquanto o sentido sempre se prende em um *conflito de sentidos*, ele é econômico (Green, 1973/1999, p. 231).

Na economia psíquica que procuramos delimitar, o trauma é efeito do terror, da surpresa, forma-se no momento em que o excesso, notadamente o causado por estimulação externa, se faz sentir no aparelho psíquico. O trauma é – e não pretendemos reificá-lo ao pôr as coisas nesses termos – formado quando de uma lesão aos contornos psíquicos do Eu (às suas fronteiras), que podem ou não concordar com os limites corporais. Nessa leitura, ao rompimento não pode ser, de início, atribuída uma representação porque a capacidade de formá-las é, ela mesma, insuficiente ou posta fora de ação junto com o princípio do prazer.⁷¹ Na mesma linha, não seria engano identificar

⁷¹ Sob essa mesma ótica argumentou Green (2003), respondendo a uma questão que lhe foi feita por Elias Mallet da Rocha Barros: “Existe um interjogo permanente entre os dois [afetos e representações]. Não estou dizendo com isso que a toda representação corresponde um afeto e que a todo afeto corresponde uma representação. Acho que há afetos destituídos de representações – pois são afetos do que não é representável. Para entender algo do afeto não-representável precisamos perceber que a primeira tópica é insuficiente; a segunda tópica pode nos ajudar nesta reflexão” (p. 41).

no fenômeno da violência um momento em que o Eu é rompido pelo estímulo interno ou externo que lhe chega; leia-se, em que o caráter excessivo da experiência, um trauma, inaugura o fenômeno. *A violência, como aqui a podemos localizar, parte do trauma – este responsável por profundas alterações em toda a economia psíquica – mas não se encerra com ele.* O aspecto representacional seria, portanto, resultado do trabalho de contenção demandado pelo nivelamento, efeito do trauma, entre os estímulos de fora e de dentro. Parece-me também possível identificar fenômenos que, embora mais distantes da descrição freudiana do trauma, incluem o nivelamento entre o dentro e o fora. Vejamos nossas três bruxas mais uma vez: há nelas algo que permita essa localização temporal da relação entre trauma e violência?

No caso de Quinze, cabe a algumas experiências o atributo de traumáticas: as surras que recebeu do pai e do padrasto; o ato sexual frustrante com o homem que o aborda; e a fala materna sobre a penetração de seu corpo quando era um bebê. Todos esses episódios implicam experiências, de natureza e intensidades diversas, que em princípio não puderam ser integradas ao Eu do paciente. Elas alteram os contornos estabelecidos do Eu, fragilizam as fronteiras entre o dentro e o fora e, por gerarem uma carga de excitação interna que não pode ser contida com os recursos psíquicos à disposição de Quinze, conduzem-no, por vezes, a ações defensivas – reações – que buscam a descarga: é o que vemos na agressão que dirige ao sedutor e nas ameaças que faz ao padrasto. Alguns de seus atos violentos têm início na vivência de um trauma, ou de situações que o remetem a vivências traumáticas anteriores. Com isso contemplamos as ocasiões em que ocupa uma posição ativa, de agente. Como nossa leitura do fenômeno busca compreender os processos nele envolvidos, precisamos considerar as relações entre as posições passiva e ativa ocupadas pelo paciente. Não é fácil separá-las, mas tentaremos fazê-lo em prol de uma melhor compreensão.

Quando sua mãe relata o episódio ocorrido na primeira infância do paciente, Quinze parecia manter um estado de maior equilíbrio, permanecia em uma única casa, abandonara a prostituição sem atenção aos riscos, que lhe trazia dinheiro, afastara-se da vida criminal e comparecia às sessões, demonstrando vivacidade e interesse. A fala de sua mãe o encontra, portanto, despreparado – o ambiente e sua rotina ganharam estabilidade, o que diminuía suas defesas ante o contato com os outros. As palavras, que constituíam uma narrativa de como seu corpo, desde cedo, fora alvo de invasões externas, foram elas também de natureza invasora, um excesso capaz de alterar sua economia interna: vemo-lo regredindo à desorganização que antecedeu o breve período

de equilíbrio. O efeito traumático da fala materna é o que introduz, propriamente, o caráter excessivo da experiência, e é ele que inaugura, naquele momento, o fenômeno da violência que desintegra o Eu de Quinze, como vemos no momento de ruptura de seu tratamento.

Noutro nível de intensidade encontra-se a cena na mangueira. O estímulo visual do machado a ser usado no abate da vaca – a despeito do desconhecimento do observador sobre sua necessidade, talvez devido a ele – alterou completamente a compreensão e a integração da cena no rol de experiências que incluía em meu Eu. Dito de outro modo, o estímulo gerou uma série de reordenações quanto ao papel que poderia assumir na cena: em face do símbolo de um excesso, que julguei desnecessário e arbitrário, na linha da defesa de Costa (2003), recuei da posição ativa. A visão do machado, embora longínqua do caráter de trauma severo que vemos nas experiências de Quinze, parece ter ativado, *a posteriori*, também algo de natureza traumática. Por ora, me absterei de prosseguir na análise desta bruxa e espero que o leitor aquiesça quanto à discrição a que me reservo ao apresentar, neste momento, somente mais um esboço da compreensão desse episódio.

Meursault, como já pontuamos algumas vezes, também apresenta um momento de indiscriminação entre os estímulos externos e os estímulos internos, que diz desconhecer, assim como a sensação de sofrimento, pois “perdera um pouco o hábito de interrogar a mim mesmo” (Camus, 1999, p. 69). Ainda afirma como “meus impulsos físicos perturbavam com frequência os meus sentimentos” (Camus, 1999, p. 69). Em seu caso, o excesso de excitação devido a estímulos externos-internos não pode ser identificado *stricto sensu* como um trauma nos moldes de 1920, mas é possível notar efeitos que remetem àqueles observados em outros indivíduos quando de uma experiência traumática. Notadamente, há uma alteração na integração do Eu, em suas fronteiras, e a diminuição da capacidade de contenção da excitação, que resulta numa descarga via ação. Temos dificuldade em identificar a injúria que poderia ter sofrido – se, de fato, for este o caso – mas somos remetidos à ideia de trauma expressa em 1893, que pede “*uma reação enérgica ao evento que provoca*” (Freud & Breuer, 1893/2001k, p. 8) o afeto desagradável. Reação que envolve “toda uma classe de reflexos voluntários e involuntários – de lágrimas a atos de vingança – na qual, como a experiência nos mostra, os afetos são descarregados” (Freud & Breuer, 1893/2001k, p. 8). A excitação da personagem, por certo, é descarregada contra o árabe, no ato violento.

Se nossas análises ainda não permitem uma compreensão adequada à complexidade do fenômeno, é possível que isso se deva à necessidade de entender melhor como a metapsicologia compreende os primeiros contatos entre o que mais tarde será chamado de dentro e o que, também posteriormente, será nomeado como fora. Noutras palavras, entre estados diferentes de integração do Eu capazes de ampliar ou reduzir a tensão excitatória causada pelas investidas do meio externo e experimentada como um apagamento de contornos, de rompimento de fronteiras, de ataque à identidade. A pista que nos mantém nessa linha investigativa, entretanto, é oriunda da clínica: como vimos no caso de Quinze, a dinâmica transferencial conduz à montagem, também no âmbito contratransferencial, de uma encenação violenta. Temos um conceito de trauma em mãos e uma hipótese que o localiza no despertar do fenômeno da violência como o apreendemos na clínica. É hora de recuar e ver como essas ideias se comportam em meio ao restante da metapsicologia.

Respiremos fundo, é necessário voltar a submergir.

4. O escolha freudiano

O leitor terá percebido que não acompanhamos um movimento retilíneo de construção teórica na obra de Freud, que não seguimos as ideias cronologicamente e que nosso objeto de estudo, a violência na clínica, ainda tem poucos ares de encontrar um terreno seguro em que possa assentar. Parecemos ter caminhado pouco, ter seguido pistas desnecessárias, ter de fato nos deixado levar pelo fio da digressão e não o da violência, ao que tudo indica muito mais direta em seus propósitos. “E ainda permanecemos junto à bruxa freudiana, a metapsicologia?”, poder-se-á com justiça perguntar. Permitam-me explicar, em termos *sterneanos*, a estrutura que nossa investigação adquire, trocando o caro *uncle Toby*, personagem de *The life and opinions of Tristram Shandy, Gentleman*, por nosso menos ilustre tema de pesquisa: “. . .você está agora muito mais familiarizado com [a violência na clínica] do que antes” (Sterne, 1759-1767/2003, p. 63). “Em uma palavra”, podemos afirmar, o “trabalho é digressivo, e é progressivo também, – e ao mesmo tempo” (Sterne, 1759-1767/2003, p. 63-64). Estamos mais uma vez às voltas com o narcisismo e com os destinos da pulsão, tentando compreender ali algo que esclareça problemas que ganharam outros aspectos mais tarde. Trata-se de um exercício teórico-clínico, resultado da consideração de um Eu passível de investimentos móveis e, conseqüentemente, de alterações.

A suposição de Freud é que o Eu não está integrado, formando uma unidade organizada, desde o início da vida; ao contrário, “o Eu tem que ser desenvolvido” (Freud, 1914/2010f, p. 19). O que se depreende dessa suposição, dado que toma o autoerotismo como primeira etapa da vida sexual, é a necessidade, dirá o professor, de “uma nova ação psíquica, para que se forme o narcisismo” (Freud, 1914/2010f, p. 19).

A contenção da libido, sua não satisfação, como já sabemos, é sentida como desprazer, o que, nas postulações freudianas sobre a economia psíquica, corresponde à “expressão de uma tensão mais elevada” (Freud, 1914/2010f, p. 29). Após determinada intensidade, a excitação não encontra escoamento suficiente caso fique restrita ao Eu, e procura outros meios, novos ou já experimentados parcialmente, de fruição. Nos termos do autor, “tal necessidade surge quando o investimento do Eu com libido superou uma determinada medida” (Freud, 1914/2010f, p. 29).⁷² Vejamos rapidamente uma parte da

⁷² Pouco tempo depois, a mesma ideia ganha a seguinte expressão: “Parece que, além de certa medida, a acumulação de libido narcísica não é tolerada. Podemos também imaginar que o investimento objetal se

história do conceito de narcisismo, que terminará por ilustrar algumas das ambiguidades que não discutimos no capítulo anterior e permitirá alguns acréscimos teóricos que nos serão úteis na continuidade de nossa investigação.

Como sabemos por Michael Balint, em 1910, Isidor Sadger definira publicamente o narcisismo como “um estágio necessário do desenvolvimento na transição do autoerotismo ao subsequente amor de objeto” (Sadger, 1910 citado por Balint, 1935/1965, pp. 50-51). Mas antes disso, nos dias 3 e 10 de novembro de 1909, a Sociedade Psicanalítica de Viena escutou a apresentação e discussão de um caso de “perversão multiforme”, feitas pelo próprio Sadger, em que o conceito entra em cena. O paciente descrito permitira a análise de uma série de aspectos de sua vida sexual que o orador e todos os ouvintes consideraram como notadamente perversos. Sadger afirma, no segundo dia de sua apresentação, que no paciente “Um grande papel é desempenhado pelo autoerotismo sob a forma de narcisismo” (Nunberg & Federn, 1978, p. 301). Sua visão do processo unia a prática autoerótica ao narcisismo. Na discussão que se seguiu, Adler notou, como de hábito, um “sentimento de inferioridade muito marcado no paciente em questão” (Nunberg & Federn, 1978, p. 303); e Freud destacou que as observações do orador sobre o narcisismo “pareciam novas e válidas”. O professor ainda acrescentou: “O narcisismo não é um fenômeno isolado, mas *um estado de desenvolvimento necessário na passagem do autoerotismo ao amor de objeto. Estar apaixonado por si mesmo (por seus próprios órgãos genitais) é um estado de desenvolvimento indispensável. De lá, passamos aos objetos semelhantes*” (Nunberg & Federn, 1978, p. 307, grifos meus). A definição que Balint atribuiu, na origem, a Sadger, ao que tudo indica saiu da boca de Freud ao comentar a ideia de seu colega médico.⁷³ Notemos também como a ideia, da maneira como é expressa em 1909, relaciona explicitamente a centralidade, no narcisismo, do hiperinvestimento dos órgãos genitais. O fenômeno seria posterior, dessa forma, às fases oral e anal.

Este ponto não é desimportante porque, dois anos depois, como apontou André Green (1976), ao discutir o caso Schreber, Freud torna público o que já observara na reunião bem mais restrita de 10 de novembro de 1909, ao comentar as ideias de Sadger: o surgimento do narcisismo é localizado num momento específico do desenvolvimento

produz justamente pelo fato de o Eu ter de enviar para fora sua libido, a fim de não adoecer com seu represamento” (Freud, 1916-1917/2014a, p. 557).

⁷³ Após ter contato com a biografia de Freud escrita por Ernst Jones, Balint (1969, p. 37) corrige a afirmação que fizera em 1935.

psíquico, uma “fase mediadora entre autoerotismo e escolha objetal” (Freud, 1911/2010b, p. 81), que envolve a unificação dos “instintos sexuais que agem de forma autoerótica” (Freud, 1911/2010b, p. 81). Ou seja, uma unificação das pulsões autoeróticas em torno de uma ideia mais integrada do Eu que dependeria, como pudemos ouvir em 1909, de um grande investimento numa parte específica do corpo, os órgãos genitais. Na mesma reunião da Sociedade Psicanalítica de Viena em que o assunto ganha corpo e desdobramentos, Freud continua sua observação:

Em geral, o homem tem dois objetos sexuais primários, e sua vida ulterior depende daquele ao qual ficará fixado. Esses dois objetos são, para todos, a mulher (a mãe, a enfermeira, etc.) e si mesmo [*soi-même*]; e é importante se liberar de ambos e não demorar muito com eles. Geralmente sua própria pessoa [*die eigene Person*⁷⁴] é substituída pelo pai, que não demora, contudo, a ocupar uma posição hostil. É neste ponto que se bifurca a homossexualidade (Nunberg & Federn, 1978, p. 307).

O autor identifica dois objetos sexuais primários, a mãe e a própria pessoa, que coexistem em dado momento.⁷⁵ O narcisismo aparece como um estado caracterizado pelo hiperinvestimento de um órgão do corpo, o genital, ao modo do que mais tarde foi afirmado em “Introdução ao narcisismo” a respeito da hipocondria; mas enquanto neste último artigo a hipocondria e o hiperinvestimento de um órgão interno servem de eixo à analogia com o investimento do genital, na reunião de 1909 o caminho é inverso: é a centralidade dos investimentos ao órgão na fase genital que localiza temporalmente o estado narcísico. Vemos também como Freud, ao falar sobre o tema, esboça alguns elementos da dinâmica edípica – como a castração e a identificação – que, nas décadas seguintes, ganhariam articulação mais detalhada: a própria pessoa, enquanto objeto sexual, é substituída pelo pai, capaz de afastar a criança da mãe e de tornar factível a possibilidade da castração – leia-se, da perda do órgão hiperinvestido que, em 1909, serviu como caracterizador do estado narcísico. A substituição dos objetos sexuais primários ou a fixação neles abre ou oblitera os caminhos identificatórios determinantes para a posterior escolha de objeto.

⁷⁴ Na tradução de Nina Bakman, editada por Nunberg & Federn (1978), a expressão é colocada entre colchetes.

⁷⁵ Do mesmo modo que o faria em “Introdução ao narcisismo”, quando escreve: “Dizemos que o ser humano tem originalmente dois objetos sexuais: ele próprio e a mulher que o cria, e nisso pressupomos o narcisismo primário de todo indivíduo, que eventualmente pode se expressar de maneira dominante em sua escolha de objeto” (Freud, 1914/2010f, p. 33).

Essas informações ajudam na compreensão de como Freud imagina a passagem do narcisismo ao amor de objeto, e somam-se à leitura econômica proposta em 1914. O enfraquecimento do narcisismo seria efeito do aumento da tensão que, acima de certa medida, não encontra escoamento suficiente caso fique restrita ao Eu e demanda a busca de outros objetos de investimento, que não a mãe e a própria pessoa, ou os próprios genitais. Os objetos encontrados, todavia, terão semelhanças com os anteriores (poderão ser tratados do mesmo modo) e merecerão um investimento que já esteve, noutro momento, restrito a determinada parte do corpo. A sequência não diz respeito exclusivamente às possibilidades de escolha objetual, mas também a certa ideia que descreve como o corpo pode ser estendido aos objetos ou, dito de outra forma, como o modo de investimento narcísico pode tomar outros objetos à semelhança do que antes fizera com os genitais, desde que os considere como partes de si mesmo, em última instância, como prolongamentos do próprio corpo e extensões do Eu. A passagem do autoerotismo ao narcisismo, a “nova ação psíquica”, entretanto, não é explorada mais a fundo.

Encontramos aqui uma dificuldade que parece ter efeitos na própria localização temporal que Freud dá ao narcisismo e na relação deste com o autoerotismo. Em 1915, um ano depois do artigo sobre o narcisismo, com ideias que já ouvíramos desde a apresentação de Sadger sobre o paciente perverso, o narcisismo e o autoerotismo tornam-se contemporâneos, e relacionam-se de uma maneira diferente. “Habituo-nos a chamar de *narcisismo*”, escreve Freud (1915/2010i, p. 70), “sem por inicialmente em discussão o nexo entre autoerotismo e narcisismo, a fase inicial da evolução do Eu, durante a qual os instintos sexuais têm satisfação autoerótica”. A pulsão de olhar, exemplifica Freud, quando voltada ao próprio corpo enquanto objeto de prazer, seria claramente narcísica. Mais tarde, entretanto, “se desenvolve o instinto ativo de olhar, à medida que [o sujeito] abandona o narcisismo” (Freud, 1915/2010i, p. 70), dirigindo-se a novos objetos, o que não conduz ao desaparecimento total do objeto narcísico, que é mantido no que o professor chama de “instinto passivo de olhar”. O que temos nesse caso – como no do sadismo e do masoquismo, ao qual nos dedicaremos na terceira parte desta pesquisa – é uma troca do sujeito narcísico, “mediante a identificação, por um outro Eu” (Freud, 1915/2010i, p. 70). Dito de outro modo, essa passagem do investimento no Eu ao investimento nos objetos recebe uma descrição que não deixa de considerar como “as vicissitudes que consistem no instinto, para se voltarem contra o

próprio Eu e se converterem de ativo em passivo, dependem da organização narcísica do Eu, e carregam a marca desta fase” (Freud, 1915/2010i, p. 71).

A possibilidade de fixações do investimento libidinal no próprio corpo, como vemos, mostra a importância de um estado narcísico original, primário, que não poderia – nos anos de reorganização da tópica psíquica – ser posterior ao modo autoerótico de obtenção de prazer. É o que lemos nas *Conferências introdutórias à psicanálise*, escritas e apresentadas entre 1916 e 1917: “É provável, antes, que esse narcisismo seja o estado geral e primordial, a partir do qual se desenvolveu mais tarde o amor objetual, sem que o narcisismo precisasse desaparecer” (Freud, 1916-1917/2014a, p. 550). O narcisismo assume publicamente um novo lugar na cronologia do desenvolvimento psíquico, e ainda lhe é atribuído o caráter de “estado geral e primordial”. Freud (1916-1917/2014a) prossegue:

Foi impossível não recordar, da história evolutiva da libido objetual, que inicialmente muitos instintos sexuais se satisfazem no próprio corpo – de forma *autoerótica*, como dizemos –, e que essa capacidade para o autoerotismo é a razão para que a sexualidade se atrase na educação para o princípio de realidade. Assim, *o autoerotismo seria a prática sexual do estágio narcísico da alocação da libido* (p. 550, grifos meus).

Como indicam Laplanche e Pontalis (2001), a ideia anterior, que localizava o narcisismo primário entre o autoerotismo e o amor de objeto, o vê como contemporâneo ao “aparecimento de uma primeira unificação do sujeito, de um ego” (p. 290). A segunda, que faz regredir o narcisismo primário à época da prática sexual autoerótica, pode chegar ao limite de localizá-lo antes “até mesmo à constituição de um ego, e do qual a vida intrauterina seria o arquétipo” (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 290). Uma possibilidade que encontramos, por exemplo, em *Inibição, sintoma e angústia*, na discussão sobre como não poderíamos atribuir ao feto uma experiência subjetiva de separação da mãe durante o nascimento porque ela “é completamente desconhecida, como objeto, do feto *completamente narcísico*” (Freud, 1926/2014b, p. 71, grifos meus). Ao nascer, argumenta Freud (1926/2014b), “O feto não pode notar senão um imenso distúrbio na economia de sua libido *narcísica*” (p. 75, grifo meu). Rastreado as experiências de angústia, o professor identificará no nascimento uma situação de separação da mãe que serve de modelo às experiências posteriores de angústia: sendo biológica e psiquicamente desamparado – questão que trataremos abaixo – o recém-nascido encontrará na mãe um objeto, mas não de imediato. Notemos ainda como as

expressões “feto completamente narcisista” e “libido narcísica” no feto passam a dispor do conceito para a descrição da vida intrauterina. O problema desta última concepção, afirmam os autores do *Vocabulário*, é que, ignorando ou não o termo, “designa-se sempre assim um estado rigorosamente ‘anobjetal’, ou pelos menos ‘indiferenciado’, sem clivagem entre sujeito e mundo externo” (Laplanche & Pontalis, 2001, p.290). Como o foco freudiano é o enredo da vida pulsional e, a partir de 1909, o Eu precisa ser arrolado entre os objetos de satisfação, a postulação de um momento em que não há relação com os objetos externos e/ou diferenciação entre o Eu (em sua forma mais arcaica) e o que lhe é externo torna-se uma necessidade teórica desenhada para dar conta de certa visão sobre 1) a gênese do psiquismo; 2) “o sentimento de completude ou onipotência” (Le Guen, 2008, p. 943); e 3) o fenômeno da regressão “nas formas patológicas do narcisismo” (Le Guen, 2008, p. 943). O conceito, como veremos, termina revisto e problematizado pelas observações de outros psicanalistas.

Identificamos que a violência ganhava três formas clínicas diferentes, mas relacionadas, ao mostrar-se a) nas narrativas e atuações dos pacientes, enquanto vítimas, agentes ou testemunhas de violência; b) pelo movimento que isso desperta no analista; e c) na dinâmica que pode se estabelecer entre a dupla. As perguntas que agora podemos nos fazer começam da seguinte forma: ao tornar-se vítima de um ato violento ou ao praticá-lo, o paciente regride a modos mais primitivos de funcionamento psíquico. Dito de outro modo: ao aparecer na clínica, a violência revela um movimento regressivo do paciente? Em caso positivo, regressão a que, ou a qual momento? Em caso negativo, o que responde pela variação no modo de agir do paciente, uma vez que não são todos os seus atos, em todo e qualquer momento, que têm uma natureza excessiva? Se supusermos que uma condição estável de integração do Eu nunca foi atingida, como é feito o trabalho de contenção das excitações internas?

Devemos retomar as polaridades da vida psíquica discutidas em “Os instintos e seus destinos”, que nos ajudarão tanto agora, no estabelecimento das bases para a compreensão de como o Eu passa a se relacionar com o mundo externo e, conseqüentemente, em alguns dos problemas que podem se formar desde esse contato inicial, quanto mais tarde, ao voltarmos a nos debruçar sobre a agressividade e o sadismo, estes imediatamente perceptíveis no fenômeno da violência.

A primeira polaridade, Sujeito (Eu) – Objeto (mundo externo), coincide com a segunda, Prazer – Desprazer, exatamente no momento de dependência quanto ao meio, de desamparo do bebê e de seu correlato, os cuidados oferecidos pela mãe ou quem faz

suas vezes, em uma “situação psíquica primordial” (Freud, 1915/2010i, p. 73). Durante o período do narcisismo primário, “O Eu-sujeito coincide com o que é prazeroso, o mundo externo com o que é indiferente (eventualmente com o que, enquanto fonte de estímulos, é desprazeroso)” (Freud, 1915/2010i, p. 74). O amor aos objetos, seu investimento, aparece aqui como que suspenso teoricamente a fim de conceber um estado do desenvolvimento do Eu em que o indivíduo prescinde da percepção do objeto, embora dele dependa. O bebê recebe objetos de satisfação do mundo externo por meio das pulsões de autoconservação; há desprazer, mas sua causa, que Freud organiza de modo a caber na cronologia hipotética, parece confusa e só discriminável em uma segunda etapa, quando o princípio do prazer ganha soberania.

A polaridade inicial, Eu – mundo externo, liga-se a uma outra que diz respeito à relação entre o amar e sua antítese: nesse momento, tudo o que é experimentado como fonte de prazer é incluído no Eu, e ao resto cabe a indiferença. Também “o sentido original do ódio”, escreve Freud (1915/2010i, pp. 75-76), designa “a relação para com o mundo exterior alheio e portador de estímulos”. Ligam-se à indiferença – melhor seria dizer, derivam dela – o ódio e a aversão, de modo a parear, cedo na vida psíquica, o “exterior, o objeto, o odiado” (Freud, 1915/2010i, p. 76). Com o domínio do princípio do prazer, ocorre “uma mudança do Eu-realidade inicial, que distinguiu interior e exterior conforme um bom critério objetivo, em um purificado *Eu-de-prazer*, que põe o atributo do prazer acima de qualquer outro” (Freud, 1915/2010i, p. 75) – tudo o que traz prazer, incluídos os objetos, é identificado com o Eu, e tudo o que causa desprazer, com o externo. O que causa desprazer será alvo do ódio. Cabe notar que o tal “bom critério objetivo” de que fala Freud quando da existência de um Eu-realidade inicial é tudo menos bom e objetivo. Sua descrição contempla um estado de indiscriminação nas primeiras interações que exclui as relações de objeto ao supor que elas não possam existir desde o início – estaríamos ainda no campo exclusivo das pulsões de autoconservação – e porque, caso observemos a questão com cuidado, tratar-se-ia de um momento muito inaugural, necessariamente temporário, em que não há capacidade de dar sentido às interações com os objetos externos, de representá-las.

A extensão do princípio do prazer altera, portanto, a chave de leitura utilizada para a ordenação da vida psíquica; de uma polaridade inicial Eu-mundo externo, a qual corresponde a oposição amor-indiferença, chegamos a uma segunda oposição, à época da entrada “no estágio do narcisismo primário” (Freud, 1915/2010i, p. 75), entre amor-

ódio, igualmente ligada às sensações de prazer-desprazer. Temos algumas ideias a discutir.

A primeira refere-se à continuação do texto freudiano, que toca no problema da relação entre a pulsão e os objetos. O argumento é o de que talvez pudéssemos falar em amor, relacionando-o à pulsão, se quisermos nos referir à relação entre esta e “o objeto que procura para sua satisfação” (Freud, 1915/2010i, p. 75), ou seja, se por amor estivermos designando o que se estabelece entre a pulsão e seu objeto de satisfação. Mas há imprecisão neste uso. Da mesma ordem é a dificuldade em nomear como “ódio” algo oriundo da pulsão; do que decorre um desdobramento importante: “amor e ódio não se aplicam às relações dos instintos com seus objetos, sendo reservadas para a relação do Eu total com os objetos” (Freud, 1915/2010i, p. 77). Se estivermos cogitando um estado em que a diferenciação se coloca entre Eu (de prazer) e mundo externo, na qual o que é bom e prazeroso é incluído no Eu e o que é desprazeroso é excluído do Eu e percebido como externo, não estaremos tratando propriamente de um Eu total – capaz de abrigar sob o mesmo teto elementos divergentes –, nem de objetos totais, mas de um Eu ainda por se integrar e de objetos que também não foram integrados numa unidade. As pulsões parciais estarão dirigidas a objetos que merecem o mesmo adjetivo, de parciais (Klein). Uma consequência nada óbvia dessa consideração é o tratamento que o Eu ainda não integrado dedica aos objetos de sua satisfação, que poderão ser alvo do que mais tarde Freud tratará sob a legenda do ódio. O problema relaciona-se a como o autor precisará de uma articulação que passe a envolver especificamente o ódio na constituição do Eu. Vale a citação integral do trecho:

Quando o objeto se torna fonte de sensações prazerosas, produz-se uma tendência motora que busca aproximá-lo do Eu, incorporá-lo ao Eu; fala-se então da “atração” que o objeto dispensador de prazer exerce, e diz-se que se “ama” o objeto. Inversamente, quando o objeto é fonte de sensações desprazerosas, há uma tendência que se esforça por aumentar a distância entre ele e o Eu, repetir a original tentativa de fuga face ao mundo externo emissor de estímulos. Sentimos “repulsão” do objeto e o odiamos; esse ódio pode então se exacerbar em propensão a agredir o objeto, em intenção de aniquilá-lo (Freud, 1915/2010i, p. 76).

Freud acrescenta outros conceitos para explicar o movimento. O Eu-de-prazer toma para si “os objetos oferecidos, na medida em que são fontes de prazer, introjetando-os . . . e por outro lado expelle de si o que se torna, em seu próprio interior, motivo de desprazer” (Freud, 1915/2010i, p. 75). O que causa desprazer será projetado, dirigido para fora do Eu-de-prazer e considerado como externo. O termo introjeção, utilizado por

Ferenczi em 1909, surge da observação do modo como o neurótico se relaciona com os objetos. Na opinião do autor – que se baseia nas ideias de Freud, Jung e Abraham disponíveis à época – o esquizofrênico retira todo o investimento do mundo externo e retorna ao autoerotismo infantil. O paranoico, por sua vez, não conseguiria recuar, de todo, a libido dirigida ao mundo externo, mas se defende excluindo do âmbito de seu Eu o interesse pelo mundo; suas tendências e desejos são projetados para fora do Eu. O neurótico, por fim, teria um Eu “dilatado”, pois “inclui em seu eu *a maior parte possível do mundo exterior*, tornando-o objeto de fantasias inconscientes” (Ferenczi, 1909/2002a, p. 47).⁷⁶ Ele tende a abarcar os objetos, expandindo o Eu na direção deles, transferindo-lhes libido. Mais tarde, como vimos ao discutir a noção de identidade e de fronteiras do Eu, esses movimentos serão indicativos do caráter móvel e passível de alterações do Eu.

Nosso interesse em não excluir a consideração sobre a existência de um estado indiferenciado, que poderia ser relacionado ao narcisismo primário, pede outras justificativas. O que Freud nos oferece, em 1915, é uma metáfora que se dedica a tentar explicar a gênese da vida psíquica e dos processos de diferenciação relacionados ao desenvolvimento do Eu. A dificuldade passa a ser como organizar aspectos díspares dessa constituição que envolve, por um lado, um movimento baseado na *ajuda alheia*, logo, na dependência inicial quanto ao meio e, por outro, no impacto desprazeroso dessa interação forçada, mas necessária, com o ambiente – que desperta, nas palavras de Freud, a “*original tentativa de fuga face ao mundo externo emissor de estímulos*” (Ferenczi, 1909/2002a, p. 47, grifo meu). A localização temporal dessa gênese deverá corresponder, em parte, aos primeiros movimentos de apoio das pulsões sexuais nas de autoconservação, caso o objeto cause prazer, e, também em parte, aos primeiros movimentos de fuga ou repulsa devido à estimulação desprazerosa causada pelo mundo externo. Para nossos propósitos, é igualmente importante marcar como a tentativa de afastar (e afastar-se do) o que causa desprazer pode ganhar intensidade e tornar-se uma agressão à fonte – real ou presumida – do desprazer. Encontramos, assim, duas

⁷⁶ Na tradução francesa, lemos: “*le nevrose cherche à inclure dans sa sphère d'intérêts une part aussi grande que possible du monde extérieur, pour faire l'objet de fantasmes conscients ou inconscients*” (Ferenczi, 1909/2011, p. 100). Em português, teríamos a frase, “o neurótico procura incluir em sua esfera de interesse a maior parte possível do mundo exterior, para fazê-la objeto de fantasias conscientes e inconscientes”. Mantive a tradução correspondente ao texto em inglês, mas, ao preferir o termo “esfera de interesses” e incluir o termo “conscientes” ligado às fantasias, a tradução francesa acertadamente amplia o escopo inicial das ideias de Ferenczi.

possibilidades que, numa linha de crescente intensidade, procuram lidar com um mundo externo fonte de estímulos desprazerosos: fuga ou repulsa e, no caso do fracasso destas, o ódio, a agressão, a tentativa de destruir o objeto. A linha de possíveis reações é condicionada pelo desprazer; veremos como, mais tarde, outro condicionante é incluído entre os causadores da fuga e da agressão, o perigo.

No caso de Quinze, como pudemos observar, os contatos iniciais na sessão contemplam dois aspectos. O primeiro diz respeito ao fato de que o paciente não comparece às sessões agendadas, é indiferente a elas. Mantive “seu” horário – aquele lhe atribuí na agenda – como uma abertura à possibilidade de que, quando pudesse ou quisesse, apareceria. O segundo aspecto envolve seu comportamento quando, por fim, vem à sessão: ele fica em silêncio, não responde às perguntas que lhe faço, sorri continuamente e só altera sua postura quando procuro encerrar a sessão. Ainda há, portanto, aparente indiferença, que só muda de figura quando digo que ficaríamos por ali. Quinze responde à notícia com uma reafirmação de sua identidade – ele diz seu nome completo – e acrescenta a informação de que poderia estar armado. O tempo em que permaneceu em silêncio corresponde à manutenção frágil de sua homeostase psíquica: narcisicamente recolhido, seu Eu não era incomodado pelo ambiente, pelo objeto que procurava interagir com ele, e o paciente conservava um estado de quietude. O anúncio do fim da sessão modifica esse estado de coisas e torna necessário, para Quinze, uma ação capaz de enfatizar a diferença entre ele e o meio e, também, capaz de comunicar como o encerramento do estado em que estava merecia uma reação hostil intensa (a informação sobre a faca), que abria a perspectiva de um ato violento de sua parte. Esses dois aspectos, a indiferença e a manutenção da quietude, seguidos pelo esforço em diferenciar-se e pela ameaça, parecem mostrar, em um curto intervalo de tempo, a alternância entre dois modos de funcionamento psíquico; entre, talvez possamos dizer, dois polos de regressão presentes no psiquismo do paciente. Ao realizarmos essa aproximação, supomos que cada um desses modos de funcionamento corresponde a diferentes estados do desenvolvimento de seu Eu e, consequentemente, a dois pontos de fixação que se apresentam já na primeira sessão. A dúvida sobre como caracterizar a exibição desses estados – se o paciente regride a eles ou se, na verdade, jamais os ultrapassou – permanece. A despeito da incerteza nesse ponto, prossigamos nossa investigação. Poderíamos relacionar o primeiro desses estados, o de manutenção da quietude, ao narcisismo primário?

A resposta não é simples. Se caminarmos no sentido da cronologia sobre a gênese do psiquismo, descrita em “Os instintos e seus destinos”, não tardaremos a vê-la como puramente hipotética, pois não há, no início da vida ou mesmo depois, uma situação objetiva de total e absoluto isolamento. É como se Freud deixasse sempre um flanco descoberto ao aventurar-se em especulações sobre os inícios, seja o da vida mental, seja o a civilização, como vimos em *Totem e tabu*. O que não está estritamente ligado à “realidade clínica” (Coelho Junior, 1995), a que tem acesso o psicanalista, estará, via de regra, numa condição vacilante que consiste em ser alvo de contínuas revisões. Não que haja problema nisso, ao contrário, encontramos assim a vitalidade exigida do pensamento teórico que se debruça sobre a clínica e para além dela; mas também não podemos deixar de notar como, em especial quando procura explicar as gêneses, a psicanálise termina por ser uma máquina de fabricar inícios.

Mal estávamos estabelecidos no escolha freudiano e já sentimos a necessidade de uma nova versão. É o momento de revisarmos alguns problemas e marcar o elo entre as duas mitologias científicas que discutimos e que o conceito de narcisismo aproxima. A localização do narcisismo primário relaciona-se ao conjunto de ideias que sustenta, ao menos no campo teórico, a possibilidade de um estado de não integração que é afetado, seja no sentido positivo, seja no negativo, pela *ajuda alheia*, pelo cuidador, pelo ambiente, e ao qual o indivíduo pode regredir em algumas situações. Talvez um dos aspectos do movimento regressivo no fenômeno clínico da violência é que ele parece conduzir, paradoxalmente, como tivemos a oportunidade de notar, a dois estados. O primeiro envolve a indiferença quanto ao objeto ou, melhor dizendo, a ilusão de que os atos podem ser “fortes e independentes mesmo no isolamento”, que não “carecem do reforço dos demais”, a impressão de um Eu capaz de “não dar nenhuma sobra aos objetos” e a quem seria “facultado ser de natureza senhorial, absolutamente narcisista” (Freud, 1921/2011a, p. 216) – expressões utilizadas por Freud para descrever o pai da horda. Identificamos, na primeira sessão de Quinze, uma silenciosa mas intensa relação com o ambiente – ele é sensível aos objetos que o compõem e aos momentos de quietude, de aparente relaxamento, poderíamos dizer, permitidos pelo meio em que está. O segundo estado, que também indicamos antes, é o gerado pelo fim desses momentos, que aparece na forma de uma reação hostil e agressiva, com a fala sobre o porte da faca. Aprofundemos um pouco mais nossa resposta ao problema e à relação entre as mitologias que destacamos.

Em “Introdução ao narcisismo”, o papel do ambiente – embora o termo não seja usado – é central. A atitude dos pais, de superestimação da criança e apagamento das restrições, diz Freud, é uma “revivescência e reprodução de seu próprio narcisismo há muito abandonado” (1914/2010f, p. 36). O narcisismo primário, suposto na criança, seria resultado desse movimento, realizado pelos pais, de hiperinvestimento do bebê e complacência com suas vontades. Alguns trechos que seguem essa afirmação, embora conhecidos, valem a citação. No primeiro, lemos:

As coisas devem ser melhores para a criança do que foram para seus pais, ela não deve estar sujeita às necessidades que reconhecemos como dominantes na vida. Doença, morte, *renúncia à fruição, restrição da própria vontade* não devem vigorar para a criança, tanto as leis da natureza como as da sociedade serão revogadas para ela, que novamente será centro e âmago da Criação. *His Majesty the baby*, como um dia pensamos de nós mesmos (Freud, 1914/2010f, p. 37).

São essas características da adaptação inicial dos pais à criança, de hiperinvestimento e suspensão das limitações inerentes à vida, que responde, nesse momento da obra freudiana, pelo estabelecimento do narcisismo primário. O professor acrescenta que “A observação do adulto normal revela que a sua megalomania de outrora” – quando o ambiente se dobrava às suas exigências e necessidades – “arrefeceu e que se apagaram os traços psíquicos a partir dos quais desvelamos o seu narcisismo infantil” (Freud, 1914/2010f, p. 39). Essa megalomania de outrora, fruto dos primeiros cuidados, oferece um campo profícuo não só para a sensação de ser o centro e o âmago da criação, mas também para o sentimento de onipotência. A equação é deveras simples: se tudo posso, se nada me falta, se nenhuma restrição recai sobre mim, acredito não precisar dos objetos; embora o espectador externo saiba que são estes que proporcionam a manutenção dessa crença. Trata-se de uma ilusão, mas de interessantes consequências. Uma delas é que, ao descrever a criança nesse estado, Freud estabelece – sem fazê-lo expressamente – a aproximação a que já nos referimos noutros momentos: Sua Majestade, o bebê, assume características que antes foram atribuídas ao pai da horda. Lembremos mais uma vez, para deixar as palavras exatas à disposição da memória, como Freud o caracteriza. Seus atos, escreve, podem ser “fortes e independentes mesmo no isolamento”, não “carecem do reforço dos demais”, ele parece capaz de “não dar nenhuma sobra aos objetos”, e lhe é “facultado ser de natureza senhorial, absolutamente narcisista” (Freud, 1921/2011a, p. 216). Se o narcisismo primário, como apresentado no texto que o introduz, permite a localização de um ponto

de regressão, este poderia ser identificado quando da ilusão de que o indivíduo é capaz de ser e agir independentemente, leia-se, quando é indiferente ao que lhe é externo. As mitologias freudianas sobre a gênese comportam esse elemento de ignorância ou ilusão: o pai da horda pode ser absolutamente narcisista porque se crê independente – não demorará muito a chocar-se com o fato de que o bando, antes submisso a suas vontades, assume outro comportamento –, e o bebê, cuja fruição não enfrenta limites, também não terá reinado muito longo. Estamos diante de outro aspecto que o conceito de narcisismo primário implica, ou melhor, a uma de suas faces teóricas; se quisermos concebê-lo em termos freudianos, teremos de mantê-lo em diferentes, e por vezes contraditórias, versões. Ele diz respeito a um estágio necessário na passagem do autoerotismo ao amor de objeto, mas também se refere a um momento em que, devido à adaptação e ao investimento do meio, é criada a ilusão de que não há limites para a obtenção de prazer, de modo que os objetos externos, caso percebidos, são tratados como se sua existência estivesse resumida aos usos que o indivíduo pode fazer dele.

O leitor talvez ache necessárias mais algumas palavras sobre a intrusão do pai da horda a esta altura de nossa pesquisa. Como pudemos acompanhar, é seu assassinato que, na mitologia científica sobre a gênese da cultura, recebe o status de ato fundador. Toda a discussão parte da perspectiva do bando de filhos, machos mais jovens, privados do acesso às mulheres, desterrados e que, posteriormente, ao criarem laços entre si, descobrem-se irmãos e voltam-se, em conjunto, contra o pai. Matam-no e devoram seu corpo. Por também admirarem o pai, o homicídio monta uma dinâmica ambivalente, geradora de culpa. A ação violenta e impensada traz consequências que, ao cabo, respondem pela necessidade dos tabus. Os irmãos demoram a descobrir que, unidos, têm mais força que o pai, o que corresponde a dizer que a autoridade paterna e seu poder são efeito de uma dupla ilusão, dos filhos e também do pai. É porque os objetos, digamos assim, respondem de acordo com suas vontades, que o pai primevo mantém seu lugar; quando deixam de fazê-lo, a tirania encontra seu fim. Ser absolutamente narcisista exige determinada disposição do ambiente em que se está. O bebê sem restrições, que ainda não conhece as limitações da cultura devido à atitude de seus pais, padece da mesma condição efêmera de majestade. A aproximação, entretanto, não torna iguais as duas figuras. Não vemos crueldade no bebê, a intenção de fazer o outro sofrer, como veríamos, levando a imaginação longe o suficiente, no pai da horda; e este último sabe-se diferente dos objetos que o cercam.

O segundo trecho de “Introdução ao narcisismo”, que merece também a citação, localiza o recalque:

Aprendemos que os impulsos instintuais da libido sofrem o destino da repressão patogênica, quando entram em conflito com as ideias morais e culturais do indivíduo. Com isso, não entendemos jamais que a pessoa tenha um simples conhecimento intelectual da existência de tais ideias, mas que as reconheça como determinantes para si, que se submeta às exigências que delas partem. Dissemos que a repressão vem do Eu; podemos precisar: vem do autorrespeito do Eu (Freud, 1914/2010f, p. 39).

Como Freud estava em meio à descrição de um bebê que ainda não encontrou as restrições culturais devido à ilusão criada pelo ambiente, nada há que se dizer a respeito de um Eu que não seja o mesmo que, no ano seguinte, o autor chamará de purificado Eu-de-prazer; muito menos sobre um Eu que tenha autorrespeito. O pai de horda – se levarmos à frente a aproximação, a despeito da natureza fantasística dessa figura – ao longo de sua existência, também prescindiria das restrições culturais, que são posteriores à sua morte e geradas por ela. O meio adaptado, submisso aos desejos e vontades sustenta, portanto, a onipotência e o hiperinvestimento do Eu rudimentar, que podemos supor na personagem fictícia do pai da horda e no início da vida do bebê. O recalque, argumenta Freud, em 1914, passa a ser necessário quando o ambiente deixa de sustentar a onipotência, quando o Eu encontra restrições à fruição. O que se opera é uma passagem da manutenção de um Eu muito investido – idealizado, nos termos do autor – para o investimento nos objetos e, conseqüentemente, na identificação de uma parte do Eu àquilo que dele exigem os objetos. O ideal muda, assim, de aparência. É o que encontramos no terceiro trecho que julgamos necessário citar:

A esse ideal do Eu dirige-se então o amor a si mesmo, que o Eu real desfrutou na infância. O narcisismo aparece deslocado para esse novo Eu ideal, que como o infantil se acha de posse de toda preciosa perfeição. Aqui, como sempre no âmbito da libido, o indivíduo se revelou incapaz de renunciar à satisfação que uma vez foi desfrutada. Ele não quer se privar da perfeição narcísica de sua infância, e se não pôde mantê-la, perturbado por admoestações durante seu desenvolvimento e tendo seu juízo despertado, procura readquiri-la na formação do novo ideal do Eu. O que ele projeta diante de si como seu ideal é o substituto para *o narcisismo perdido da infância, na qual ele era seu próprio ideal* (Freud, 1914/2010f, p. 40, grifos meus).

Percebemos que Freud fala em Eu ideal e ideal de Eu, aponta o movimento que vai de um a outro, mas não oferece maiores considerações metapsicológicas que tornem clara a distinção. André Green, ao tomar a questão trazida por essas passagens e pela

ligação entre purificado Eu-de-prazer e Eu ideal, tece alguns comentários que clarificam a compreensão. No primeiro, o autor organiza a diferenciação: encontramos “uma organização narcísica anobjetal derivada do único Eu (o Eu ideal) e uma idealização do objeto parental por identificação (Ideal do Eu)” (Green, 1990 pp. 322-323), que constituirá o núcleo do Supereu.⁷⁷ A constituição do purificado Eu-de-prazer, prossegue Green, ao englobar “na mesma negação o exterior, o mau e o estrangeiro”, é possível devido à manutenção do sentimento de onipotência, e à idealização feita pelo objeto (1990, p. 323) que, ao tomar o bebê como uma parte de si, dirige-lhe uma enorme parte de sua libido. Um terceiro comentário diz respeito a como o objeto ganha forma pelo ódio, indicando que “é por um só e mesmo movimento que são reconhecidos a impossibilidade de uma satisfação pulsional absoluta, a necessidade de tolerar a frustração pela inadequação inevitável do objeto, e o ódio como consequência da frustração e da separação com o objeto” (Green, 1990, p. 324). Temos a indiferenciação inicial, a sustentação dessa condição pelo objeto adaptado e idealizador, a impossibilidade de manutenção desse estado de coisas, seguida da diferenciação sujeito-objeto, da frustração, do ódio. O “Eu de prazer pode continuar a existir”, escreve Green (1990, p. 324), “o que cessará de existir é a purificação”. Quarto comentário: “Compreendemos portanto que o nascimento do Eu ideal repousa [*repose*] na satisfação automática, imediata, plena, inteira (que jamais existiu a não ser em uma fantasia retrospectiva da experiência de satisfação como modelo perfeito criado a posteriori)” (Green, 1990, p. 324). A fantasia retrospectiva age como um dogma teórico ao supor um momento em que houve satisfação nesses termos, e sustenta determinada posição para o objeto que, a rigor, pode não ser assumida completamente.

Os canadenses Dianne Casoni e Louis Brunet (2007), ao tentarem ordenar a psicodinâmica que conduz à violência em casos de “delinquentes cronicamente violentos” (termos dos autores), descrevem uma mudança na predominância da instância responsável pelo ideal. Certas formas de traumas precoces e repetitivos causados nas relações com os primeiros cuidadores demandariam um método de defesa descrito por Ferenczi (1932-1933/2002h) e por Anna Freud (1936/2006), a identificação com o agressor, que podemos sintetizar como uma alteração do Eu que busca evitar o

⁷⁷ A distinção, que não está em Freud, permite pensar uma transformação, dirá Green (1990), do “ideal de satisfação em satisfação do Ideal” (p. 297), resultado de uma sublimação de largo espectro somada a uma dessexualização radical. Uma ótima discussão sobre a diferença também pode ser encontrada em Hanly (1984).

desprazer introjetando o agressor – dilatando o Eu de modo a incluí-lo – e permitindo que seus desejos e vontades sejam reconhecidos antecipadamente, de modo que o sujeito possa responder, dessa vez ativamente, ao que antes sofrera passivamente. A resposta ativa pode ser a submissão (Ferenczi, 1932-1933/2002h) ou a mimetização de aspectos do agressor (Freud, 1936/2006).⁷⁸ A identificação com o agressor, escrevem Casoni e Brunet (2007), “habitualmente leva a uma *reversão da predominância do Supereu ao Eu ideal*” (p. 47, grifos dos autores). O Eu ideal, como concebido pelos canadenses, na esteira de Green (1990), citado há pouco, mas também de Daniel Lagache (1961) e Lussier (2006), aparece como uma “uma estrutura caracterizada por seus ilimitados desejos de satisfação pulsional e grandiosidade, criando assim uma estrutura em oposição ao Supereu” (Casoni & Brunet, 2007, p. 47). A reversão da predominância, leia-se, o reinvestimento do Eu ideal e o consequente desinvestimento do Supereu (herdeiro do Ideal do Eu), afrouxa as restrições impostas ao Eu e lhe dá liberdade para por em ato sua hostilidade – e, no limite, sua agressividade – contra o objeto identificado como fonte do desprazer.

Como introduzimos essas ideias a fim de ver como elas se comportam para a resposta de perguntas clínicas, voltemos a Quinze. Ele age de modo análogo ao que identificamos no bebê mítico freudiano, em termos que evocam o pai da horda, sob a preponderância do Eu ideal, sem dar sobra aos objetos? Sim e não.

Sua interação inicial *parece* alheia à minha presença; ele não responde, sorri e permanece inalterado. Sem dúvida há um grande investimento de minha parte no caso, já que dedico tempo a ele mesmo antes que venha à sessão. Quando vem, por fim, procuro conscientemente baixar minhas defesas – além da curiosidade pelo paciente, não é difícil perceber como me senti desafiado em atender alguém considerado perigoso. Mas o paciente não era aquilo que fantasiei, acho-o menor do que o imaginado, maltrapilho e com uma aparência infantil. Noutras palavras, Quinze não corresponde à representação que investi psiquicamente. Minhas tentativas de estabelecer um contato inicial são frustradas; ele não responde. Resolvo encerrar a sessão antes do previsto e só então o paciente reage com o aviso-ameaça. O fim da sessão retira-o de determinado estado, parece gerar desprazer e, conseqüentemente, causar uma reação violenta dirigida a mim. Ato contínuo, o paciente acrescenta mais um dado à ameaça,

⁷⁸ Voltaremos a discutir a identificação com o agressor na terceira parte desta tese. Outras apresentações do conceito podem ser encontradas nos próprios autores citados e em Dal Molin (2017, p. 77).

poderia estar portando “outra coisa”. Minha resposta é que estou cômico da possibilidade. Algo muda nesse momento: a ameaça é retirada de uma maneira pouco convincente e Quinze invoca um representante superegíco: “Meu pai falou para eu vir, porque a moça [a assistente social] foi na casa dele. Eu tenho que vir?”. Se o fim imposto ao estado que mantinha desperta um modo de funcionamento hostil ao objeto, visto como causador de desprazer – nos termos de Casoni e Brunet (2007), de preponderância do Eu ideal – logo este é substituído por um reinvestimento do Superego, na lembrança de como sua presença ali fora exigida pelo pai. A limitação de sua intensa hostilidade é realizada pelo investimento, no mundo interno do paciente, da figura de seu pai, que também, saberíamos mais tarde, era violento. À indiferença aos objetos segue-se uma propensão a agredi-los, que, por sua vez, desperta o temor quanto à possibilidade de punição. Estamos até aqui localizando os processos do paciente, mas a sequência do material mostra como é necessário olhar também para a outra personagem.

Ao discutirmos a leitura de Fenichel sobre as neuroses traumáticas, pareamos suas observações àquelas feitas por Ferenczi sobre como o trauma causa uma lesão narcísica, identitária, que demanda uma profunda reorganização do Eu. Para Fenichel (2005), a dinâmica entre pulsões reprimidas e força repressora é desequilibrada pelo trauma, que simultaneamente causa uma desintegração do Eu (“da personalidade”, em suas palavras) “predominando a abolição das diferenças e a regressão à dependência infantil” (p. 112). Abolição das diferenças entre dentro e fora, entre Eu-mundo externo, entre sujeito-objeto, se quisermos utilizar o vocabulário freudiano. A regressão à dependência contempla a adoção de um modo de funcionamento que demanda a intervenção constante de um cuidador externo, ou seja, uma regressão ao estado em que os limites entre o bebê e seu ambiente não foram delimitados por inteiro. As balizas da regressão, seu ponto de retorno, estão relacionados à forma como o trauma ativa as experiências anteriores do indivíduo:

Se uma pessoa tiver desenvolvido certa quantidade de angústia de castração ou de angústia pela perda de amor e, posteriormente, houver superado esta angústia por alguma tranquilização interna (“Afim de contas, não é tão ruim assim, talvez não haja castração verdadeira, não serei de fato abandonado”), a experiência de um trauma é capaz de transtornar esta tranquilidade e de remobilizar as antigas angústias. Quem tiver, por exemplo, negado até então esses temores mediante regressão parcial à segurança do narcisismo e da onipotência primitivos será obrigado pelo trauma a admitir que não é, enfim, onipotente; e as angústias antigas reaparecerão. É o que se vê,

particularmente, em certo tipo de angústia pela perda do amor (Fenichel, 2005, p. 112).

Confirmando as observações de Ferenczi sobre os casos de neuroses traumáticas de guerra que analisou, Fenichel (2005) prossegue:

Há indivíduos que têm a capacidade de apegar-se à crença de que o destino os protegerá, tal qual os pais os protegeram antes, na infância. As pessoas deste tipo experimentam um trauma como se fosse traição do destino, que se recusa a continuar a protegê-las. . . . O que melhor caracteriza a reação a um trauma é o fato de que conexões associativas se estabelecem de logo entre o trauma e os conflitos infantis que se ativam (pp. 112-113).

Essas passagens trazem uma pletora de ideias que merecem articulação. Vemos uma ou mais experiências inaugurais, identificadas pelo autor como sendo geradoras de angústia de castração ou de angústia pela perda do amor dos objetos; há um aplacamento narcísico dessas angústias por meio da negação da possibilidade real da ocorrência dos eventos que lhes serviriam de causa; a manutenção desse modo narcísico de avaliação da realidade é paralela à manutenção da onipotência infantil; e o trauma, argumenta Fenichel, faz colapsar essa forma de considerar a realidade. O que estamos acompanhando é o processo por meio do qual um evento é experimentado, pela sensibilidade individual, como traumático. A reação ao trauma contemporâneo, prossegue o autor, é efeito das conexões que a experiência mantém com “os conflitos infantis”. Em palavras mais de acordo com a psicanálise contemporânea, o trauma atual reativa traumas anteriores que foram engendrados na interação com os primeiros objetos de investimento, durante as experiências de dependência e de constituição da diferenciação Eu-mundo externo. Vimos no capítulo anterior que Fenichel procura descrever os efeitos de um trauma severo, mas se ampliarmos sua leitura também a experiências de menor intensidade, poderemos observar ainda outro aspecto. Antes de alcançar experiências muito arcaicas, o trauma atual – severo ou de menor intensidade – ativará outras, mais próximas temporalmente. É o que vemos no modo como recebo o aviso de Quinze.

Ele é o primeiro paciente com uma carreira criminosa que atendo individualmente. Antes, trabalhara com grupos de adolescentes que haviam sexualmente agredido crianças e, individualmente, com crianças vítimas de abuso. Trata-se, portanto, de uma experiência nova. De início, levado pelo modo como ele é encaminhado à instituição e à descrição que recebe, fico inseguro e penso em formas de proteger-me.

Os meios protetivos que planejo são abandonados um a um, porque pressuponho que tais medidas terminariam por impedir o trabalho. A certa altura da sessão, sou ameaçado, mas no momento não reajo com medo. O desafio colocado pelo caso e o modo onipotente como o enfrento revelam a forma que tratei o assunto, narcisicamente delimitado de acordo com a capacidade que julgava ter. Como vimos, o paciente não corresponde ao que espero dele e reorganiza a cena, fazendo com que eu reveja minha posição. Sua fala causa uma mudança psíquica que não é percebida de imediato. Listamos no capítulo anterior as variadas formas como a violência perpassa a vida de Quinze e defendemos que traumas – de natureza e intensidade diversas – inauguram o fenômeno da violência ao agir contra sua identidade, ou seja, contra os limites estabelecidos de seu Eu. Devemos aplicar o mesmo princípio aqui. Suas palavras de ameaça ganham o status de um trauma ao atacarem os contornos de meu Eu. Nas sessões seguintes, em que o silêncio é mantido, a tensão gerada pela informação sobre a faca continua, embora o paciente não fale sobre o assunto. Procuro negar o que a fala me causa a ponto de não tomar nenhuma precaução objetiva, mas pudemos notar que, contratransferencialmente, as coisas não seguiram o mesmo roteiro. A percepção atenta aos reflexos do sol, quando saía da instituição, evocam uma lembrança em que não estava numa posição passiva e insegura, mas seu oposto – a decisão sobre usar ou não a faca era minha. Não é difícil observar como a lembrança defensiva era narcísica e procurava reestabelecer uma fantasia de onipotência representada pela cena da mangueira, além disso, ela ajudava no movimento de contenção da angústia desencadeada pela fala do paciente.

Não pude identificar de pronto minha reação à ameaça porque a experiência fora caracterizada pelo susto ou, dito de um modo mais direto, porque algo de excessivo e invasor, para o qual não estava preparado, mostrou-se no campo transferencial-contratransferencial. Um trauma, não da severidade daqueles discutidos por Freud, Ferenczi e, mais tarde, por Fenichel, mas mesmo assim responsável por trazer à sessão, de imediato, a natureza violenta dos contatos. A questão é que meu movimento defensivo fica restrito à esfera psíquica, ou seja, a ameaça de invasão, o ataque à integridade do Eu, o excesso de excitação, traumático, geram uma reação que não entra no âmbito da ação. Não respondo à ameaça com uma ameaça ao paciente, mas a enceno mentalmente numa posição ativa e num contexto que me é favorável. A dinâmica poderia ter prosseguido de outros modos, como veremos à frente. O fato de Quinze e eu agirmos de maneiras diferentes a algo de natureza traumática implica que temos

histórias pessoais e defesas diferentes contra experiências de excesso. Seria possível dizer que a própria natureza das angústias que o contato ameaçador desperta em um e em outro são também diferentes, assim como as possibilidades de conter o que é sentido como uma ameaça aos contornos do Eu.

Por ora, deixemos nossa análise descansar, a incursão na dinâmica da sessão com pacientes que foram vítimas, autores ou testemunhas de atos violentos não pode ser levada à frente sem que consideremos com mais atenção alguns aspectos. Outros autores precisam entrar nessa conversa e outros pacientes devem vir tencionar nossa discussão.

5. Dear Balint e o perigo

Quando tentamos desfazer o nó em torno do conceito de narcisismo primário, demos livre curso ao exercício teórico de localizar, em meio às ideias freudianas, uma série de elementos que o autor não enfatizou ao discutir o conceito. As consequências que enfrentamos puderam ser vistas na necessidade de pensar o fenômeno regressivo, no caso de Quinze, junto às reações que ele despertou no campo contratransferencial. A pista leva-nos a avançar por entre algumas críticas que o conceito de narcisismo primário recebeu.

As mais importantes foram feitas e refeitas por Balint (1935/1965a, 1936/1965b, 1937/1965c) numa série de artigos na década de 1930, e concentradas em “Early developmental states of the ego. Primary object-love” (Balint, 1937/1965c), no qual defende não só a existência de relações de objeto desde o início da vida, mas a natureza libidinal do primeiro objeto, a mãe. Desde sua gênese, o psiquismo teria por alvo, mas também seria ele mesmo alvo, do objeto. Como sintetizam Figueiredo, Tamburrino e Ribeiro (2012), a mãe em Balint aparece como objeto “duplamente libidinoso: já é uma fonte de prazer para o bebê e já faz do bebê uma fonte de prazer para si” (p. 39). A fase inicial da vida mental seria governada, defende o psicanalista húngaro à época, por uma relação de objeto passiva: “*Devo ser amado e satisfeito, sem nenhuma obrigação de dar algo em troca*. Isto é e permanece para sempre o objetivo final de todo esforço erótico” (Balint, 1937, p. 82). Partindo da ideia ferencziana sobre um “estágio de passivo amor de objeto” (Ferenczi, 1932/1988; Ferenczi, 1932-1933/2002h), e baseado nas pesquisas de Alice Balint, então sua esposa, de Imre Hermann e de suas próprias investigações, Balint organiza, em 1937, algumas características do amor de objeto primário que, em sua opinião, excluiria a necessidade do conceito de narcisismo primário: trata-se de uma fase inicial que deixa vestígios em todas as que lhe seguem; é uma relação de objeto que não está ligada às zonas erógenas; está baseada na interdependência entre mãe e bebê, que formam uma unidade dual; cria uma “tendência a agarrar [*to cling*]”, a aderir aos objetos; e se “o desejo instintual é satisfeito em tempo, a experiência prazerosa nunca vai além do nível de pré-prazer, i.e. do tranquilo, quieto senso de bem estar” (Balint, 1937/1965c, p. 85).

Mais de duas décadas depois, em 1969, Balint publica *A falha básica*, livro em que revisa as ideias usadas por Freud para sustentar o conceito de narcisismo primário. O resultado é uma crítica das mais bem empenhadas em demolir o conceito e demonstrar

como ou Freud o apresenta em versões contraditórias, especula além dos fatos clínicos ao desenvolvê-lo, ao descrever o início da vida mental, ou está, na verdade, tratando do narcisismo secundário, como quando se refere ao sentimento de onipotência e de completude ou à regressão em determinados casos. Este último ponto da crítica vai de encontro à nossa dúvida a respeito dos estados psíquicos notados em Quinze. Balint (1969/1992) relembra como Freud, nas *Conferências introdutórias*, após identificar os pontos de fixação aos quais cada neurose regrediria, indica que, no caso da esquizofrenia, a regressão conduziria ao estágio do narcisismo primário (Freud, 1916-1917/2014a, p. 558). O psicanalista húngaro salienta que a visão freudiana, nesse caso, é puramente teórica, pois nenhuma observação clínica, argumenta, levaria a essa conclusão. Ao contrário, Balint nota como as alterações na técnica psicanalítica desenvolvidas para o atendimento de esquizofrênicos apontavam noutra direção, assim como o trabalho de outros autores, como Phyllis Greenacre (1953), com pacientes severamente perturbados, e Joffe et al. (1967), em casos de desorganização narcísica.

O analista que se dedica ao atendimento desses pacientes “deve ser capaz de provar que é capaz de entender o paciente e de trabalhar em ‘harmonia’ com ele” (Balint, 1969/1992, p. 53). Em acordo com o pensamento ferencziano, do qual é herdeiro, Balint destaca como todos os pacientes, na verdade, são sensíveis aos humores e preferências do analista e, quanto “mais regredido for o paciente, mais sensível ele se torna” (Balint, 1969/1992, p. 53) a aspectos reais do analista e ao que ocorre na sessão. Acompanhem os detalhes do argumento do autor a partir daqui, pois junto à crítica ao conceito de narcisismo primário vemos abrir-se um esclarecedor conjunto de ideias sobre a situação analítica em casos difíceis e sobre os pontos de fixação nesses pacientes.

O campo de investigação de Balint parte do processo analítico com pacientes regredidos. Vemo-lo defender a necessidade de manutenção de um estado em que o paciente não é perturbado pela presença do analista. Em suas palavras:

Para evitar esse distúrbio, o analista deve estar “em sintonia” com o paciente. Enquanto consegue alcançar isto, o trabalho analítico pode prosseguir constantemente, comparável a um crescimento contínuo; mas se ele não consegue permanecer “em sintonia”, o paciente pode reagir com ansiedade, com barulhentos sintomas agressivos, ou com desespero (1969/1992, p. 53).

A relação de sintonia, de “adaptação da família à criança” – nos termos que Ferenczi (1928/2002d) utilizou para descrever as interações iniciais entre o bebê e o

meio que o recebe – deveria estender-se a toda a vida do paciente; leia-se, a todo o ambiente que o cerca. Durante a análise, tais momentos de completa harmonia e adaptação terão sempre um caráter temporário e serão prejudicados tanto pela figura real do analista quanto pelas exigências do mundo externo, às quais o paciente é profundamente sensível. Balint defende, na verdade, que durante o trabalho terapêutico nesses casos o mundo externo deveria sustentar integralmente o paciente para que este possa concentrar o que resta de sua libido “em uma mais definitiva – terapêutica – relação com seu analista” (1969/1992, p. 53). Caso isso não ocorra, a tendência é que o paciente abandone o tratamento. Dessa observação decorre que o desinvestimento libidinal dos objetos, como realizado pelo esquizofrênico, não corrobora a visão de que há uma regressão ao narcisismo primário, como Freud argumenta, mas algo muito diverso. “De fato”, escreve Balint (1969/1992),

seria mais correto dizer que o esquizofrênico tem um laço muito justo com, e é muito mais dependente de, seu ambiente do que o chamado “normal” ou “neurótico”. É verdade que uma observação superficial de seu comportamento não revelará esse laço forte e essa *dependência desesperada*, pelo contrário, cria a impressão de um recuo e da falta de qualquer contato (p. 54, grifos meus).

Mas, “A esse respeito” – prossegue Balint, oferecendo o esboço de uma ideia que nos parece fundamental para a compreensão de pacientes que trazem a problemática da violência à clínica – “a regressão esquizofrênica pode ser a contrapartida da fase infantil ou fetal na qual também encontramos exatamente as mesmas condições: uma aparência exterior [*outward appearance*] ou independência narcísica, de nenhum conhecimento do mundo externo, de efêmeros e aparentemente desimportantes contatos com objetos parciais. . .” (Balint, 1969/1992, p. 54). Ora, o atendimento com Quinze, desde as primeiras sessões, traz os mesmos elementos que Balint descreve quando fala do atendimento a pacientes esquizofrênicos – embora Quinze não o seja – e em regressão. A aparente independência em relação aos objetos, seu constante movimento entre a casa da família e a casa do pai, os laços pouco estáveis que estabelece e sua atitude durante as primeiras sessões, de silêncio e indiferença, não se mostram, ao fim e ao cabo, algo além de uma visão superficial do modo como o paciente se relaciona com os objetos e com o meio. Assim que o final da sessão é anunciado, como vimos, Quinze revela um maciço investimento – apresenta-se, como a dizer que está ali – e fala sobre a faca de modo a não encerrar a sessão, o que denota não só a natureza crua do laço que rapidamente estabeleceu, como seu caráter potencialmente hostil e agressivo. Da mesma

ordem é a sensibilidade ao meio, depreendida na maneira como, frente a qualquer aproximação (do analista, do pai, do padrasto, do sedutor), Quinze cria um laço que, quando rompido, o conduz a um estado de menor integração. Dito de outro modo, parecemos ver uma tendência inexorável à dependência – “desesperada”, se quisermos utilizar o mesmo adjetivo escolhido por Balint – que, quando se mostra impossível, ou frustrante, gera o comportamento violento ou errático do paciente. Mas a contribuição de Balint traz ainda outros elementos.

Ao recensear os usos que Freud faz do conceito de narcisismo primário, o psicanalista húngaro identifica como, em muitos casos, o professor vienense termina por descrever o narcisismo secundário; o retorno do investimento ao Eu depois deste ter sido dirigido aos objetos.⁷⁹ Duas ocorrências, entretanto, não parecem diretamente ligadas ao que se convencionou chamar de narcisismo secundário. A primeira é a que acabamos de discutir, os estados regredidos na esquizofrenia – para dar conta deles, Balint precisou indicar a dependência do paciente em relação ao meio e à expectativa de uma concordância dos objetos com as necessidades do indivíduo. Isso, em si, não afasta a ideia de narcisismo primário, mas lhe atribui outras características, uma vez que contar com a sintonia do ambiente não envolve tomar seus componentes como objetos e, ainda mais, como diferentes do Eu. A segunda ocorrência que traz um problema à crítica de Balint está na relação que Freud estabelece entre o narcisismo primário e o sono profundo.

No profícuo ano em que escreve “Os instintos e seus destinos” (1915/2010i), “A repressão” (1915/2010k), “O inconsciente” (1915/2010h), “Considerações atuais sobre a guerra e a morte” (1915/2010g) e “Luto e melancolia” (1917/2010n), Freud também se dedica a uma revisão de suas ideias sobre o processo onírico em um artigo intitulado “Complemento metapsicológico à teoria dos sonhos” (1917/2010m). Tanto este quanto o artigo sobre a melancolia só seriam publicados dois anos depois, em 1917. Freud coloca algumas tarefas em sua retomada da metapsicologia envolvida no sonhar, notadamente, encontrar um lugar para o narcisismo no processo onírico e reavaliar o papel da prova de realidade. Lemos, já no início do texto, uma descrição da preparação

⁷⁹ Balint localiza três teorias contraditórias sobre o narcisismo primário na obra freudiana, cada uma relativa a um período diferente da obra do autor. Sobre a distinção, conferir Balint (1969/1992). Apresentaremos abaixo nossa própria organização dessas “versões” sobre o narcisismo encontradas em Freud, mas as tomaremos como suplementares, e não contraditórias, como defende Balint.

para o sono. Quem vai dormir tira as roupas e outras “peças complementares de seus órgãos”, como os óculos, por exemplo. Ao adormecer, prossegue Freud, o homem

realiza um desnudamento análogo na psique, renuncia a maior parte de suas aquisições psíquicas e efetua assim uma extraordinária aproximação, dos dois lados, à situação que foi o ponto de partida de seu desenvolvimento vital. Somaticamente, dormir é uma reativação da estadia no ventre materno, preenchendo-se as condições de repouso, calor e ausência de estímulos; e muitas pessoas retomam, dormindo, a posição fetal. O estado psíquico de quem dorme se caracteriza pela retração quase total do mundo que o cerca e cessação de todo interesse por ele (Freud, 1917/2010m, p. 152).

O estado de sono e o sonhar reproduzem – na verdade, são eles mesmos – movimentos de regressão (temporal, tópica e dinâmica) no percurso de desenvolvimento do Eu e, paralelamente, da libido. “Esta última”, dirá Freud, “chega, no estado do sono, até à instauração do *narcisismo primitivo*; a primeira chega ao estágio da *satisfação alucinatória do desejo*” (Freud, 1917/2010m, p. 153, grifos do autor). O narcisismo do sono não poderá ser total e completo porque as excitações internas, nota Freud, teimarão em fazer-se sentir e demandar o trabalho do sonho. Em suas palavras: “O desejo de dormir procura recolher todos os investimentos enviados pelo Eu, instaurando um *narcisismo absoluto*. Isso pode ter êxito apenas parcial, pois a parte reprimida do sistema *Ics* não acompanha o desejo de dormir” (Freud, 1917/2010m, p. 156, grifos meus). O que também é afirmado perto do fim do artigo, em termos ainda mais claros: “O estado de sono não quer saber do mundo externo, não se interessa pela realidade, ou apenas o faz quando há o risco de se abandonar o estado de sono, de se despertar” (Freud, 1917/2010m, p. 168). Notemos que, ao falar em narcisismo absoluto, Freud faz uma descrição de intenção, de movimento, e não de um estado passível de ser atingido. A organização das frases faz toda a diferença: lemos sobre uma “retração *quase total*”, sobre como o “desejo de dormir *procura* recolher todos os investimentos”; sobre o “êxito apenas *parcial*”. Esse estado de fechamento – cuja aspiração é ser completo, com a manutenção de toda a libido no Eu – será nomeado, 23 anos depois, em *Um esboço de psicanálise* (Freud, 1940[1938]/2001j), de “narcisismo primário, absoluto” (p. 150). Apesar disso, estaríamos, na leitura de Balint, diante de um fenômeno regressivo de outra ordem.

Um de seus argumentos, na mesma linha do que erigira para retirar do narcisismo primário o status de ponto de fixação e, portanto, de regressão, na esquizofrenia, está na observação de que

o ato de cair no sono pode ser atingido somente se um estado de “harmonia” ou, em todo caso, paz pode ser estabelecido entre o indivíduo e seu ambiente. Uma condição para este estado de paz é que o ambiente aceite o papel de proteger o indivíduo de qualquer estimulação perturbadora vinda de fora e não inflija, ele mesmo, nenhum estímulo excitante desnecessário ou incômodo (Balint, 1969/1992, pp. 49-50).

A afirmação merece, de nossa parte, um pequeno adendo, porque Balint parece descrever uma situação objetiva, quando, na verdade, este não é sempre o caso. O recolhimento narcísico do sono precisa da ilusão de um ambiente harmônico, e não da real existência dessa condição; soldados, por exemplo, dormem mesmo no *front*, no que supõem serem intervalos de menor risco. O sono, além disso, pode ser induzido por diversos meios, que têm em comum a característica – em termos metapsicológicos – de retirar ou bloquear o investimento do sistema Perceptivo. A regressão no dormir aproxima-se, continua Balint (1969/1992), “não àquela do narcisismo primário, mas um tipo de primitivo estado de paz com o ambiente em que – para usar a frase moderna – o ambiente ‘sutenta’ [*holds*] o indivíduo” (p. 50).

Outro argumento do psicanalista húngaro contra a relação entre a regressão ao dormir e o narcisismo primário diz respeito à aparência de isolamento psíquico durante o sono, que, se passada por um escrutínio mais cuidadoso, não deixaria de revelar como o indivíduo retira-se das relações atuais e regride a outras, mais primitivas, com objetos internos, ou representantes destes, que dividem com o sujeito os mesmos interesses (nessa categoria entram os travesseiros, o quarto, brinquedos, cantigas de ninar e objetos transicionais). Em síntese, defende, vemos como “a regressão de quem dorme é a esse mundo e não aquele do narcisismo primário, no qual não há ambiente com que se relacionar” (Balint, 1969/1992, p. 51). Nesses dois argumentos, os termos utilizados são reveladores, pois explicitam um deslizamento conceitual – ou metapsicológico, poderíamos dizer – que opera uma substituição. Lemos sobre um “primitivo estado de paz com o ambiente”, um estado de “harmonia” ou “paz . . . entre o indivíduo e o ambiente”, um “ambiente [que] aceite o papel de proteger o indivíduo”. Adiantando o que virá a seguir, é possível notar que, se antes Balint substituía o narcisismo primário – em sua opinião um contrassenso, um conceito problemático e contraditório, não observável clinicamente – pelo primário amor de objeto, em 1969, encontramos em seu lugar uma teorização a respeito da natureza da interação inicial entre o indivíduo e o ambiente. Balint, ao mesmo tempo, exclui o narcisismo primário enquanto conceito de valor heurístico – ao tomá-lo como estado de completo e absoluto fechamento ao

mundo e, conseqüentemente, aos objetos – e postula um estado em que indivíduo e ambiente funcionam em harmonia, em que aquele é sensível a este, o investe fortemente, embora não o perceba como diferente de si. As ênfases são da mesma natureza que as realizadas repetidamente por Winnicott, a quem se deve o uso do verbo *to hold*, citado antes, embora este último não descarte o termo “narcisismo primário”. Voltaremos a questão logo mais.

É oportuno, a esta altura de nossa investigação, destacar duas observações de Green que, a meu ver, se tornaram fundamentais quando trabalhamos com a categoria de narcisismo. A primeira é de cunho epistêmico e serve de resposta a uma parte considerável da crítica de Balint sobre o narcisismo primário, em especial a seu caráter especulativo e não baseado na observação. “O narcisismo”, escreve Green (1983/2007d), “é um conceito, não uma realidade” (p. 25). Há um nível de trabalho conceitual que, embora se volte à realidade, especialmente à realidade clínica e à descrição, oscilará também rumo ao polo especulativo, teórico, em razão daquilo que não pode ser diretamente observado, mas se mostra necessário à compreensão de determinado fenômeno. Trata-se de argumento na mesma linha do usado por Freud ao apresentar o narcisismo primário, que “pode ser mais facilmente confirmado por inferência retrospectiva de um outro ponto do que apreendido por observação direta” (1914/2010f, p. 36). A mesma resposta teria de ser oferecida a Laplanche (1992), que argumenta contra qualquer versão – ele dirá “mítica” – que procure dar conta do início da vida mental, numa diatribe que põe por terra toda releitura do narcisismo que não se restrinja a localizá-lo entre o autoerotismo e o amor de objeto. O Freud que vê o narcisismo primário no sono e relaciona-o à reprodução de um estado intrauterino torna-se inimigo mortal do muito mais científico, coerente e psicanalítico Sigmund, capaz de desenhar uma cronologia em que o narcisismo só pode existir após o surgimento de um Eu integrado. Mesmo Balint, que gerou no autor de *Novos fundamentos para a psicanálise* “um entusiasmo quanto à clareza da crítica” (Laplanche, 1992, p. 84), será igualmente merecedor de “circunspecção quanto à introdução do termo ‘amor primário’ [em 1937] que”, na visão de Laplanche (1992, p. 84) “nos faz cair novamente no reducionismo que tento exorcizar”. Como seu objetivo é o de sustentar, nos termos que julga mais adequados, a centralidade da ideia de apoio e a inoculação do sexual na criança pelo inconsciente do adulto que a toma sob seus cuidados, agradar Laplanche será uma tarefa deveras ingrata. O Balint de 1969, a introduzir um estado em que há

uma interação de mistura entre o indivíduo e o ambiente, deixará completamente de ser causador de entusiasmo.

A segunda observação de Green (1966-1967/2007a) a que nos referimos, derivada da argumentação freudiana em favor de um narcisismo primário – absoluto – no sono, é a de que “se o narcisismo primário é bem um estado absoluto, é na medida em que ele é o limite do que podemos conceber sobre uma forma de total inexcitabilidade” (p. 91); de busca pela cessação de toda e qualquer estimulação externa e interna. “A aspiração a um estado de inexcitabilidade total – inexcitabilidade dos sistemas não investidos a que já se fazia alusão no *Projeto* – é uma constante do pensamento de Freud” (Green, 1966-1967/2007a, p. 93). Estamos aqui numa rota que, mais cedo ou mais tarde, nos conduzirá de volta a *Além do princípio do prazer* e à economia das intensidades.

Imaginamos que, ao prosseguir por este caminho – tendo um Balint crítico entre os autores com quem dialogamos – não contaremos dois passos antes que nosso caro interlocutor húngaro exiba um virar de olhos e argumente que nada de útil encontraremos por aí. Mas ele está entre os autores que ofereceram coordenadas para o trajeto, ao afirmar que os estados de regressão na esquizofrenia e no sono profundo sem sonhos não podem ser explicados exclusivamente por meio do narcisismo secundário e ao lançar mão de uma nova categoria para dar conta do fenômeno. Em suas palavras, nesses casos “parece que o ponto de fixação para o qual tendia a regressão não era necessariamente o narcisismo primário, mas uma forma muito primitiva de relação na qual um provável ambiente indiferenciado estava muito intensamente investido” (Balint, 1969/1992, p. 59).

O foco de Balint ao tratar da regressão está naquilo que temporalmente antecede o Complexo de Édipo ou, dito de um modo mais de acordo com seu estilo, no nível de funcionamento mental anterior ao edípico, o que demandaria um nível correspondente e, portanto, tecnicamente adaptado, de trabalho analítico. São dois os termos utilizados pelo autor para apresentar a ideia: nível e área. Assim, ele pode referir-se a um “nível da *falha básica*”, de maneira a diferenciá-lo de “uma situação, posição [como em Klein], conflito ou complexo [como em Freud, mas também como em W. Reich e seu *Análise de caráter*]” (Balint, 1969/1992, p. 16); e pode falar em três áreas da mente: a do Complexo de Édipo, a da falha básica e a da criação.

A “área do conflito edipiano é caracterizada pela presença de ao menos dois objetos, além do próprio sujeito” (Balint, 1969/1992, p. 24), numa situação triangular

relacionada às fases genital e pré-genitais. O fundamental é a estrutura da relação, que sempre conta com mais de dois objetos. A explicação de Balint é clara: os objetos

podem ser pessoas, como na situação edipiana, ou uma pessoa e algum objeto, como na esfera do erotismo anal, e quase certamente também no oral. Na primeira, o segundo objeto é representado pelas fezes e seus múltiplos derivados, enquanto na última, ao menos em seus estágios finais, além da fonte ou provedor de alimento, há sempre a própria comida como um outro objeto presente (Balint, 1969/1992, p. 15).

No nível edípico, triangular, o trabalho pressupõe a existência do conflito e de uma capacidade de comunicação verbal entre dois adultos, que precisaria ocorrer entre paciente e analista. A literatura psicanalítica, em sua opinião, fora capaz de tratar do tema em extensão e profundidade. Já a área que nomeia como falha básica, observada no trabalho analítico com os ditos pacientes difíceis, merecera menos atenção. As principais características da área da falha básica apontadas por Balint (1969/1992) são que

(a) todos os eventos que ocorrem nela pertencem exclusivamente a uma relação entre duas pessoas⁸⁰ – não há uma terceira pessoa presente; (b) essa relação entre duas pessoas tem uma natureza particular, completamente diferente das bem conhecidas relações do nível edípico; (c) a natureza das forças dinâmicas operando nesse nível não é aquela de um conflito; e (d) com frequência, a linguagem adulta é inútil ou enganadora ao descrever os eventos nesse nível, porque as palavras não têm sempre um sentido convencional acordado (pp. 16-17).

Balint nota que alguns pacientes não permitem uma atitude de fria e objetiva passividade por parte do analista e parecem sensíveis e atentos às características de quem os atende. As interpretações oferecidas deixam de ser “experimentadas . . . pelo paciente como interpretações” (Balint, 1969/1992, p. 18) e passam a ser percebidas ou como ataques – na verdade, como uma série de falas sentidas como hostis –, ou como algo prazeroso e excitante – falas de natureza sedutora. O fundamental, a esta altura das

⁸⁰ Em inglês o termo utilizado é *two-person relationship*. Na edição do livro para o português, a escolha foi verter o termo para “bipessoal” (Balint, 1969/2014, p. 40). A opção é válida, mas prefiro utilizar o termo “duas pessoas” porque, historicamente, ele deriva de uma observação de John Rickman, que o próprio Balint citara duas décadas antes: “Toda a região da psicologia pode ser dividida em áreas de pesquisa de acordo com o número de pessoas em questão. Assim podemos falar de psicologia de um corpo, dois corpos, três corpos, quatro corpos e psicologia de múltiplos corpos” (Rickman 1948, 1950 citado por Balint, 1949/1956d, pp. 221-222). Para uma leitura atual e informativa dessa problemática, conferir Coelho Junior (2012, pp. 83-88).

postulações do autor, é que o ambiente analítico ganha novos matizes e a tarefa do analista passa a ser um exercício genuíno de adaptação ao paciente. Estamos em um domínio inaugurado por Ferenczi, e Balint segue seu amigo e contrerrâneo alargando a força terapêutica de suas ideias. No tipo de caso a que ambos se dedicam, o paciente regredido revive, na situação analítica, sua primeira relação com o objeto. “Estamos acostumados a pensar em toda força dinâmica operando na mente”, escreve Balint, “como tendo a forma ou de uma pulsão biológica ou de um conflito” (Balint, 1969/1992, p. 21); mas a falha básica não poderia ter sua força caracteriza por essas formas. O que os pacientes descrevem é “o sentimento de que a causa dessa falha é que alguém falhou com” (Balint, 1969/1992, p. 21) eles, que alguém – o objeto primário – não fez o que deveria fazer. O resultado é que “uma enorme ansiedade invariavelmente rodeia essa área, normalmente expressa como uma demanda desesperada para que, desta vez, o analista não deva – na verdade, não possa – falhar com o paciente” (Balint, 1969/1992, p. 21). A exigência feita ao analista é enorme, como vemos, e a origem que Balint aponta para essa área do funcionamento mental merece algumas considerações.

Lembremos que se trata de algo oriundo de uma relação entre duas pessoas, antes, portanto, da entrada de um terceiro elemento. A origem da falha básica, lemos,

pode ser retrçada a uma considerável discrepância, nas fases formativas precoces do indivíduo, entre suas necessidades biopsicológicas e o cuidado material e psicológico, a atenção, e a afeição disponíveis durante esses tempos relevantes. Isso cria um estado de deficiência cujas consequências e efeitos posteriores parecem só ser parcialmente reversíveis. A causa dessa discrepância pode ser congênita, i.e. as necessidades biopsicológicas podem ter sido muito específicas . . . , ou pode ser ambiental, como um cuidado que é insuficiente, deficiente, feito a esmo, muito ansioso, muito protetivo, duro, rígido, grosseiramente inconsistente, equivocado temporalmente, muito estimulador, ou incompreensivo ou indiferente (Balint, 1969/1992, p. 22).

Na época em que faz essa descrição, Balint não estava sozinho, e a história posterior da teoria e da clínica psicanalíticas mostra que ele nunca estará; diversos autores observam problemas semelhantes. Cabe citar alguns poucos, como ilustração: há casos em que o cuidado ao bebê é operativo e não afetivo (Spitz, 2004⁸¹), em que a sintonia da mãe com o bebê e suas necessidades não ocorre – a mãe não é tomada pela “preocupação materna primária” (Winnicott, 1956/2000c) –, em que o investimento

⁸¹ No prólogo que escreve ao livro *O primeiro ano de vida*, datado de 1963, Spitz (2004) cita “uma primeira versão resumida deste livro” (p. XV), publicada em francês, em 1954.

inicial sobre a criança é retirado devido à depressão materna (Green, 1980/2007c), ou ainda o bebê pode ser vítima de agressões físicas. Nove anos antes da publicação do livro de Balint, em 1960, Winnicott parte da nota de Freud sobre a “situação psíquica primordial”, em especial da observação sobre como haveria, entre o bebê e os cuidados maternos, um sistema fechado, para aprofundar a compreensão metapsicológica sobre esse momento do desenvolvimento do Eu. Teríamos aqui, em sua opinião, duas metades da teoria psicanalítica sobre as relações entre os pais e a criança. Na primeira, escreve Winnicott (1960/2007a), “a teoria da relação pais-criança diz respeito à criança, e é uma teoria sobre sua jornada da dependência absoluta, passando pela dependência relativa, à independência e, paralelamente, da jornada da criança do princípio do prazer ao princípio de realidade, e do autoerotismo às relações de objeto” (Winnicott, 1960/2007a, p. 42). Trata-se do campo em que o professor vienense orienta sua metapsicologia. A segunda rota identificada por Winnicott diz respeito ao “cuidado materno, isto é, as qualidades e mudanças na mãe que encontram as necessidades específicas e em desenvolvimento da criança a quem ela se dedica” (Winnicott, 1960/2007a, p. 42). O que Balint descreve a respeito da área da falha básica não deixa de ser uma tentativa própria de ordenar essas duas metades.

A área da falha básica também inclui aquela modalidade específica de relação de objeto que o autor chamara, em 1937, de amor primário:

Trata-se definitivamente de uma relação entre duas pessoas na qual, porém, só um dos parceiros importa; seus desejos e necessidades são os únicos que contam e devem ser atendidos; o outro parceiro, embora sentido como imensamente poderoso, importa somente enquanto está disposto a gratificar as necessidades e desejos do primeiro parceiro, ou decide frustrá-los; além disso, seus interesses, necessidades, vontades, desejos, etc., simplesmente não existem (Balint, 1969/1992, p. 23).

O que encontramos é a exposição de uma relação objetal – poderíamos igualmente dizer, com alguma liberdade, intersubjetiva – em que a existência de uma das partes é, e deve ser, ignorada. O objeto só tem sua existência reconhecida quando se mostra desadaptado àquilo que outro precisa. Em termos freudianos, estaríamos na polaridade Sujeito (Eu) – Objeto (mundo externo) num momento em que o “Eu-sujeito coincide com o que é prazeroso, o mundo externo com o que é indiferente (eventualmente com o que, enquanto fonte de estímulos, é desprazeroso)” (Freud,

1915c, p. 74). A mesma ignorância quanto à existência independente do mundo externo ganha ainda outro desdobramento.

Balint (1969/2014) identifica uma terceira área da vida mental, que chama de área de criação, em que “não há objeto externo presente” (p. 24). Até aqui, no vocabulário freudiano, poderíamos dizer: o bebê, desde o princípio, tem o ambiente a sustentá-lo, e o modelo de sua “organização, que se abandona ao princípio do prazer e negligencia o mundo externo” (Freud, 1911/2010a, p. 112n4), depende, como lemos no artigo sobre os dois princípios – e mesmo antes, no *Projeto* – do cuidado materno. Ainda nessa linha, o argumento prosseguiria, em palavras mais adequadas à metapsicologia posterior a 1914, da seguinte forma: o estado dos investimentos psíquicos do bebê, que podemos chamar de narcisismo primário e ao qual o psiquismo pode retornar, é resultado da relação de dependência mantida com cuidador, embora o bebê não a perceba como tal. O aluno de Ferenczi nos abandonaria sem piscar. Vimos brevemente como ele faz um deslizamento conceitual que exclui o narcisismo primário ao substituí-lo por um investimento inicial no ambiente. É nesse ponto que encontramos a área da criação, na qual “O sujeito está por conta própria e sua maior preocupação é produzir algo de si mesmo; este algo pode ser um objeto, mas não o é necessariamente” (Balint, 1969/1992, p. 24).

Um grupo heterogêneo de fenômenos embasa a postulação do autor: a criação artística, a descoberta científica, filosófica ou matemática, o *insight*, o adoecer e o recuperar-se espontaneamente. Como ele imagina essa área sem a existência de objetos externos, a transferência não poderia explicitá-la. A área da criação se apresentaria clinicamente por seus efeitos, em especial pelo silêncio do paciente – que não seria interpretado exclusivamente como resistência, mas como um intervalo potencialmente criativo, que pode constituir um objeto, embora nem sempre o faça. Em termos mais esquemáticos, sabemos “que por todo – ou a maior parte – do tempo, o sujeito não está sozinho ali” (Balint, 1969/1992, p. 25), e sim cercado pelo ambiente. O estado primitivo que Balint relaciona à área de criação é o do feto no útero. Vimos que ele salienta, no início da vida psíquica, a intensidade dos investimentos realizados no ambiente, propondo uma substituição da ideia de narcisismo primário – ou seja, de um investimento primordial do Eu, ou do Isso – pelo investimento no ambiente. Mas esse ambiente, escreve, “é provavelmente indiferenciado; por um lado, não há objetos nele; por outro, ele dificilmente tem alguma estrutura, em particular nenhum contorno exato quanto ao indivíduo; ambiente e indivíduo penetram um no outro, existem juntos em

uma ‘mistura harmoniosa’” (Balint, 1969/1992, p. 66). Se a área da falha básica conta com um objeto que é ignorado, a área da criação é composta por substâncias que, no máximo, poderiam ser nomeadas como pré-objetos disformes com os quais o indivíduo mantém interação constante. A analogia mais ao gosto de Balint é com o ar que respiramos: ele nos cerca, o usamos, o expelimos, e só damos por sua existência quando ele nos é retirado. Cabe indicar, de passagem, que algo dessa ordem não é ignorado por Freud. Em *O mal-estar na civilização*, ele procura localizar no processo de desenvolvimento do Eu um estado que corresponda ao “sentimento oceânico” – “Um sentimento de vinculação indissolúvel, de comunhão com todo o mundo exterior” (Freud, 1930/2010r, p. 15) – de mistura e indiferenciação com o ambiente, que ecoa nas postulações tardias do analista húngaro. Para Balint (1969/1992), o ambiente – a “substância primária” (p. 180), em suas palavras – tem uma natureza provedora, não intrusiva, capaz de sustentar a existência sem fazer demandas ao indivíduo. Seria neste ponto, ao colocar demandas, ao pedir adaptação, que o ambiente força o indivíduo a inaugurar, propriamente, uma relação de objeto.

Tanto a ideia sobre uma área primitiva de relação com o objeto, a da falha básica, quanto sua vizinha, a área de criação, não são cartas que Balint tira da manga sem qualquer aviso. A ênfase que ele aplica ao avaliar e caracterizar as relações iniciais entre o sujeito e meio, ou sujeito e objeto, assim como o fizeram outros autores, sublinha aspectos da vida mental que mereceram menos atenção de Freud. Se nos ajustarmos ao vocabulário deste último, entretanto, poderíamos dizer que a interação entre o bebê e mãe nem sempre permite que a criança se abandone ao princípio do prazer e negligencie o mundo externo – ele pode falhar, como vimos em Balint – ou, se o faz, não é senão temporariamente. Em palavras mais próximas do húngaro, seria nesses desencontros ou, melhor dizendo, nos efeitos da interação problemática entre a mãe e o bebê, de seus lapsos, atrasos ou falhas, que se identifica uma área capaz de reproduzir-se na situação analítica e, conseqüentemente, demandar releituras sobre o que ocorre durante o tratamento de alguns pacientes.

Quando Balint publica *A falha básica*, no fim da década de 1960, Winnicott contava vários anos dedicando-se a problemas da mesma ordem. Vimos a adoção da “frase moderna” sobre o ambiente sustentar (*holds*) o indivíduo, e agora podemos acrescentar que, no mesmo ano em que o livro é publicado, Winnicott vai, sinteticamente, expressar ideias muito similares. No artigo “The mother-infant experience of mutuality”, lemos: “Quando se diz que um bebê é dependente, e no

começo absolutamente dependente . . . , então se segue que aquilo que o ambiente é tem importância porque é uma parte do bebê” (Winnicott, 1969/1992c, p. 253). Outras duas frases do artigo sintetizam o mesmo ponto: 1) “Um bebê é um fenômeno complexo que inclui o potencial do bebê *mais* o ambiente” (Winnicott, 1969/1992c, p. 253); e 2) “a importância do ambiente para o bebê quando há dependência quase absoluta é tal, que *não podemos descrever o bebê sem descrever o ambiente*” (Winnicott, 1969/1992c, p. 253). Não há separação entre os dois, defende Winnicott, porque o bebê ainda não é capaz de diferenciar-se do mundo externo – ou, em termos mais apropriados, já que falar em mundo externo pressupõem uma oposição que não existe ainda – porque não se formou nele a capacidade de diferenciar o Eu do não-Eu.

Ao descrever as duas metades da teoria psicanalítica que apresentamos acima, em 1960, o foco de Winnicott já é, assim como o de seu colega húngaro, o fenômeno regressivo encontrado na clínica, em especial os prolongados silêncios de alguns pacientes e a relação entre o trabalho analítico e as primeiras experiências do bebê com o ambiente que o recebe e oferece cuidado. Os dois olham o mesmo problema, estão cada um a redigir em seu próprio vocabulário aquilo que notam na clínica, mas conservam diferenças. Em 3 de abril do mesmo ano, Balint apresenta um texto intitulado “Narcisismo primário e amor primário” na reunião científica da Sociedade Britânica de Psicanálise, cujo conteúdo formará a segunda parte de *A falha básica*, crítica à concepção freudiana do narcisismo. Dois dias depois, no dia 5 de abril, Winnicott toma uma folha, senta-se e escreve para o colega:

Caro Balint,

Fiquei imaginando como se sentiu sobre a última noite. . . . Como não fui um dos debatedores, pensei em lhe escrever uma linha.

Para mim, seu trabalho divide-se totalmente em duas partes. É possível que ao trazer as duas partes em um artigo você confunda um pouco o assunto, e como o artigo era muito longo foi especialmente difícil discutir as implicações totais dele. Quase todo o artigo pareceu tratar da história da teoria psicanalítica. Invejo bastante a maneira como consegue aproveitar seu conhecimento dos escritos de Freud e consegue discutir esses assuntos com uma boa dose de experiência sobre como as coisas desenvolveram-se naqueles tempos. Eu simplesmente não posso tomar parte nesse tipo de exercício, embora possa ver sua importância (Winnicott, 1960/2016, pp. 43-44).

Winnicott prossegue dizendo que embora não participasse de discussões metapsicológicas – o que está longe de ser verdade – começava a ver algum interesse no

ramo. Julgava desimportante se Freud se contradisse. “Em uma década ou duas”, asseverou, “as pessoas que se preocupam com isso estarão todas mortas” (Winnicott, 2016, p. 44). Referia-se aos colegas mais antigos, às controvérsias da década de 1940, e não podemos deixar de notar o viés crítico dirigido àqueles que se preocupam com o assunto. De nossa parte, crítica anotada. Vejamos pausadamente o resto da carta:

A última parte do seu artigo mostra que você não é uma dessas pessoas e que está realmente interessado em bebês assim como na teoria dos mecanismos iniciais. Você sempre deixou isso muito claro e, se tivesse deixado por inteiro a parte da discussão teórica sobre o uso da palavra narcisismo, acho que poderia ter continuado seus pedidos por um reconhecimento daquilo que chama de amor primário, e teria nos dado a chance de discutí-lo. Eu pessoalmente gostaria muito de discutir isso.

Embora trabalhemos de ângulos completamente diferentes e eu ache que não fomos influenciados um pelo outro, você e eu estamos interessados na provisão ambiental precoce. Acho que concordamos sobre o que acontece quando há um fracasso. Sua palavra[,] falha básica[,] entra aqui e tenho tido meu próprio modo de falar sobre essas coisas. Sem dúvida sua declaração nesses assuntos precede a minha em muitos anos. Onde discordo de você é quanto ao lado positivo, e devo dizer que não sei a resposta. Por isso uma discussão seria tão interessante, mas nunca teremos tempo para isso se antes tivermos de decidir o que Freud pensou sobre o narcisismo (Winnicott, 2016, p. 44).

A disposição de procurar a leitura freudiana com evidente ânimo de confronto e gana polêmica é, sem dúvida, diferente nos dois. Vê-se também o reconhecimento de um solo comum, seguido de uma espécie de demarcação do ponto ideal para, aos olhos de Winnicott, começarem a conversa: *após* Freud. Balint continuou a ler:

Pessoalmente, me pergunto se uma criança [*infant*] toma conhecimento [*is aware*] quando o ambiente é satisfatório, e de fato declarei em termos positivos como acho que a criança não tem conhecimento dessa provisão ambiental, mas é afetada quando ela falha. Por esta razão não posso usar o termo amor primário aqui, porque não consigo ver que exista uma relação. A criança ainda não estabeleceu a capacidade de formar relações e, de fato, não está lá para relacionar-se, salvo de um modo não integrado.

Fico mais em desacordo com você quando usa a palavra harmonioso na descrição da relação que chama de amor primário. Assim que a palavra harmonioso é usada, sinto que sei que uma organização defensiva altamente complexa e sofisticada está funcionando em uma criança que não é mais um recém-nascido ou um feto (Winnicott, 2016, p. 44).

Balint pode ter dado atenção à discordância de Winnicott, mas manteve o termo harmonioso no livro de 1969. De resto, a carta termina com uma avaliação difícil: “Eu espero que tenha gostado da noite de ontem, embora, do meu ponto de vista, tenha sido em muitos sentidos frustrante, e ainda acho que, na Sociedade, não tem feito justiça a si mesmo há muito tempo” (Winnicott, 2016, p. 44). Vamos às perguntas: “Harmonioso” é uma palavra tão avessa às observações de Winnicott? O que seria um modo não integrado de relacionar-se?

Harmonioso traz a ideia de bem-estar, de um processo azeitado de interação gerando um resultado agradável. Figueiredo, Tamburrino e Ribeiro (2012), ao compararem o texto de Balint sobre o amor primário, de 1937, com as ideias de Winnicott, escrevem que, embora o último

ainda use o termo “narcisismo primário”, dá a ele um novo sentido: não se trata de um fechamento do bebê e si mesmo, mas de certo isolamento da unidade mãe-bebê em relação às forças e estímulos externos a esta unidade, e que poderiam perturbá-la. À própria mãe e ao pai cabem as tarefas de manter relativamente isolada e protegida esta unidade (Figueiredo et al., 2012, p. 39).

“Narcisismo primário em Winnicott corresponde a ‘amor primário’ em Balint”, prosseguem, mas no inglês a mãe é mais “um ‘ambiente’ do que um ‘objeto’ no sentido estrito do termo” (Figueiredo et al., 2012, p. 39). Assim como no Balint tardio: a mãe deixa de ser um objeto *stricto sensu* e dilui-se numa substância. O alvo da teorização sobre esses momentos, porém, é a experiência clínica, e como muitas vezes caberá ao analista, à maneira da mãe com seu bebê, “criar um ambiente, um clima, em que ele e seu paciente possam tolerar a regressão em uma experiência mútua” (Balint, 1969/1992, p. 177). Para ambos os autores, o estado não se confunde com o de narcisismo absoluto, como encontramos no texto sobre a metapsicologia do sonhar, de 1917, e no *Esboço*, de 1938, cuja concepção é o limite do estado de inexcitabilidade, como escreve Green.

No artigo contemporâneo à carta que escreve ao colega, “The theory of the parent-infant relationship”, Winnicott (1960/2007a) descreve o *holding* como uma provisão ambiental oferecida ao bebê, característica de uma fase em que

o ego muda de um estado não integrado para uma integração estruturada, e assim a criança torna-se capaz de experimentar a ansiedade associada com a desintegração. A palavra *desintegração* começa a ter um sentido que não possuía antes da integração do ego tornar-se um fato. No desenvolvimento saudável, nesse estágio, a criança retém a capacidade de reexperimentar estados não integrados,

mas isso depende da continuidade do cuidado materno confiável ou do acúmulo na criança de memórias do cuidado materno começando a ser percebido como tal (p. 44, grifos meus).

Trata-se de perspectiva deveras similar à de Balint, que parte das falhas no cuidado inicial dado ao bebê e que postula um estado de não integração em que indivíduo e ambiente não estão diferenciados. A mudança de um estado ao outro, para o inglês, tem uma direção: é maturacional, progressiva, na medida em que separa não-Eu de Eu, permite uma unidade corporal, a diferença entre um dentro e um fora divididos por “uma membrana limitadora” (Winnicott, 1960/2007a, p. 45), e funde experiências difusas de agitação muscular com as zonas erógenas. De acordo com Dreyfus (2001 citado por Caldwell & Joyce, 2011), a principal diferença entre os autores é que Balint considera a agressividade, o sadismo e o ódio como “fenômenos secundários, consequências de frustrações inevitáveis” (Balint, 1969/1992, p. 65), e Winnicott, por outro lado, toma-os, em especial a agressividade, como inatos. Nessa leitura, parte considerável da discordância ficaria na atribuição do termo “amor” a uma relação de objeto primária. Como veremos na terceira parte desta tese, o conceito de agressividade em Winnicott tem características particulares. Se o argumento de Dreyfus explica uma parte dos aspectos da diferença que a carta levanta, não o faz quanto ao todo. Temos de observar como Winnicott pensa os termos integração e, junto deste, não integração e desintegração.

“Não há dúvida”, escreve o inglês em *Natureza humana*, “de que existe uma tendência biológica em direção à integração” (Winnicott, 1990, p. 136), mas esta não nos leva muito longe na compreensão da vida psicológica do bebê. Torna-se necessário supor

um estado de não-integração a partir do qual a integração se produz. O bebê que conhecemos como uma unidade humana, seguro dentro do útero, ainda não é uma unidade em termos de desenvolvimento emocional. Se examinarmos [isto] do ponto de vista do bebê (embora o bebê, como tal, não esteja lá para ter ponto de vista), a não-integração é acompanhada por uma não consciência (Winnicott, 1990, p. 136).

No “começo teórico” da vida psíquica, Winnicott – em sua própria versão do início – toma a não-integração como um estado no qual predomina “uma ausência de globalidade tanto no espaço como no tempo” (Winnicott, 1990, p. 136). Poucos anos depois de ouvir Balint na Sociedade Britânica, em 1962, ele julgara útil pensar “o material do qual emerge a integração em termos de elementos motores e sensórios,

coisas do narcisismo primário” (Winnicott, 1962/2007b, p. 60), que com o tempo, e por meio do cuidado materno, ligam o corpo e suas sensações a um Eu. Antes disso, “é necessário não pensar no bebê como uma pessoa que tem fome, e cujas pulsões instintuais podem ser atendidas [*met*] ou frustradas, mas pensar no bebê como um ser imaturo que está o tempo todo *à beira de uma ansiedade impensável*” (Winnicott, 1962/2007b, p. 57, grifos do autor). O estado de não-integração precisaria ser acompanhado, por parte da mãe identificada com seu bebê, de uma cobertura egóica capaz de evitar tais ansiedades. Lemos:

Pode-se dizer que uma cobertura egóica boa o suficiente feita pela mãe (quanto às ansiedades impensáveis) permite à nova pessoa humana construir uma personalidade no padrão de uma continuidade do ser. Todas as falhas (que podem produzir ansiedades impensáveis) causam uma reação no bebê, e esta reação atravessa a continuidade do ser. Se uma reação que é disruptiva à continuidade do ser ocorre persistentemente, ela aciona um padrão de fragmentação do ser (Winnicott, 1962/2007b, p. 60).

A cobertura egóica serve de sustentação do (e no) tempo e do (e no) espaço, propiciando ao bebê uma experiência repetida de existência no próprio corpo e de variação entre estados excitados e estados tranquilos. Obviamente, o risco é que isso não ocorra, que a mãe não seja capaz de exercer a tarefa ou que cause intrusões desnecessárias. “Se tomarmos como analogia uma bolha”, escreve Winnicott (1990),

podemos dizer que quando a pressão externa está adaptada à pressão interna, a bolha pode *seguir existindo*. Se estivéssemos falando de um bebê humano, diríamos “sendo”. Se, por outro lado, a pressão no exterior da bolha for maior ou menor que aquela em seu interior, a bolha passará a *reagir à intrusão* [*impingement*]. Ela se modifica como reação a uma mudança no ambiente, e não a partir de um impulso próprio. Em termos do animal humano, isto significa uma interrupção no ser, substituída pela reação à intrusão. Cessada a intrusão, a reação também desaparece, e pode haver, então, um retorno ao ser (p. 148, grifos do autor).

O termo utilizado pelo autor é *impingement* e, embora, como lembre o tradutor de *Natureza humana*, exista alguma concordância em traduzi-lo por “intrusão”, a palavra não deixa de carregar, desde sua língua de origem, um campo semântico que, ao ser acionado em português, traz consigo outras opções, como “impacto” ou “choque”. Na analogia da bolha, que pretende ilustrar a vida fetal e, no limite mais simples, a vida em qualquer idade, encontramos algo muito próximo da vesícula freudiana, com algumas variações. De início, dentro e fora contêm a mesma pressão, são distinguíveis

ao observador externo, mas não às partes envolvidas – especialmente, não ao interior da bolha. Qualquer impacto externo causará mudanças em sua forma, mas nem todo impacto será intrusivo, leia-se, romperá seu contorno. A leitura winnicottiana atribui à figura um movimento interno com dois aspectos, ela progride, amadurece, como já tivemos a oportunidade de apontar, e, paralelamente, tende a dirigir-se ao que a cerca como que estendendo seus pseudópodes em direção ao mundo, ao modo vesícula descrita por Freud. Na eventualidade de que “a adaptação ativa [do ambiente] seja quase perfeita . . . O movimento do próprio indivíduo (talvez o movimento real da espinha ou a perna dentro do útero) descobre o ambiente” – encontra-o e dá a ele uma tonalidade própria – “Isto, repetido, se transforma num padrão de relacionamento” (Winnicott, 1990, p. 149) sadio. Pode ocorrer de não ser a bolha, ou a vesícula, que força o contato, mas o ambiente. Em termos estritamente freudianos, se o estímulo externo for forte o suficiente para romper os contornos protetivos da vesícula, teremos um trauma. Em termos winnicottianos, “Isto merece o título de intrusão. O indivíduo *reage* à intrusão que é imprevisível, por não ter relação alguma com o processo vital do próprio indivíduo” (Winnicott, 1990, p. 149, grifo meu). Leia-se: o impacto do meio externo sobre o indivíduo, quando alheio ao processo maturacional, é vivido como um ataque que demanda reação. O psicanalista inglês aciona a ideia de trauma para compor sua descrição desse contato problemático, como lemos em “The concept of clinical regression compared with that of defense organization”: o trauma aparece como “uma experiência contra a qual as defesas do ego eram inadequadas ao estágio de desenvolvimento emocional do indivíduo naquele momento, ou ao estado do paciente naquele tempo” (Winnicott, 1968/1992b, p.198). A falha ambiental, traumática, produz uma classe de ansiedades contra as quais a melhor defesa pode ser a fragmentação da própria experiência do ser. Logo,

O termo desintegração é usado para descrever uma *defesa* sofisticada, uma defesa que é uma ativa produção do caos contra [*in defense*] a não-integração na ausência do suporte egóico da mãe, isto é, contra a impensável ou arcaica ansiedade que é resultado da falha no holding no estágio da dependência absoluta (Winnicott, 1962/2007b, p. 61).

Winnicott critica a escolha de palavras feita por Balint porque, em sua leitura, a suposta mistura harmoniosa deduzida dos estados regredidos de alguns pacientes é, na verdade, uma defesa contra ansiedades muito primitivas desencadeadas por experiências em que o ambiente, por ausência ou intromissão, causou um trauma. Sua ênfase não se

concentra nos momentos de harmonia, mas no risco iminente que corre o bebê de uma ansiedade impensável ou, como dirá mais tarde, do “medo do colapso” (Winnicott, 1963/1992a, p. 90).⁸²

Embora nosso foco não seja a psicopatologia, este é o momento de apontar como o estudo de quadros não neuróticos levou vários analistas a identificarem formas de sofrimento – de angústia frente “ao risco iminente”, diria Winnicott – diferentes

⁸² Nossa discussão incluiu autores que não adotam a mesma perspectiva ao conceber como se dão as experiências do indivíduo com os objetos que o cercam. Ouvimos termos como isolamento, mistura, unidade dual, ambiente, que descrevem modos diferentes, mas suplementares, de pensar a interação entre o bebê e sua mãe, ou entre duas subjetividades que não se apresentam de modo igual. Coelho Junior e Figueiredo (2012) apresentaram matrizes da intersubjetividade, leia-se, modos de compreensão da experiência de mistura, confronto e relação com outras subjetividades, que ajudam na organização dessas ideias sem simplificá-las para caber nos limites que determinado autor esboça para o problema. A primeira dessas matrizes “procura referir-se ao campo de uma realidade primordial e ‘materna’ concebida como continente e, em certa medida, como um ‘continente engolfante’ (anterior à separação entre externo e interno) com relação à experiência subjetiva. É a experiência de um solo de acolhimento e sustentação, em que a alteridade emerge como constituinte das experiências subjetivas, mas não por oposição e confronto e sim por seu caráter de inclusão primordial. Trata-se, é evidente, de uma modalidade pré-subjetiva de existência” (Coelho Junior & Figueiredo, 2012, p. 26). Caso procuremos observá-la em relação à metáfora freudiana, precisaremos de início localizá-la junto à experiência em um tipo de “sistema fechado”, como o descrito por Freud em 1911 (1911/2010a) e, mais tarde, na concepção seguinte, que vimos no artigo sobre os destinos da pulsão, de um Eu ainda não integrado e envolvido em uma “situação psíquica primordial”. É a leitura que, quando realizada no campo freudiano e associada ao narcisismo primário, mereceu as críticas de Laplanche e Pontalis citadas acima. Aqui Freud é de alguma ajuda, mas não de toda aquela que precisamos. É mais útil, no caso, o posicionamento de Balint e Winnicott. A segunda matriz destacada pelos autores recebe o nome de intersubjetividade traumática e considera como “Não há plena adaptabilidade entre o eu e o outro. O outro não só me precede, [como] sempre me excede” (Coelho Junior & Figueiredo, 2012, p. 25). O que entra em jogo neste caso é uma concepção do outro como “radical alteridade, que não deve ser concebido nem abordado a partir de uma experiência que se caracterize como assimilação daquilo que a princípio já se oferece como” (Coelho Junior & Figueiredo, 2012, p. 29) não inteiramente assimilável e que, continuamente, pede um trabalho de adaptação (nunca perfeita) e de dor (porque interpeladora da estabilidade do eu) gerados pelo excesso do outro e seu efeito traumático. Aqui encontramos a maior parte do que poderíamos indicar como a visão freudiana e também a exposta por Ferenczi. Os autores ainda identificam duas outras matrizes. A terceira – a intersubjetividade interpessoal – descreve “o campo das relações construídas nas interações entre organismos e sujeitos individuais . . . em que os *gestos* dirigidos aos outros – atos parciais que os outros devem responder, sendo o *gesto* uma ação incompleta que os outros completam e cujo sentido só se constrói e define na própria interação – estão na base do que vem a se constituir como significado compartilhado” (Coelho Junior & Figueiredo, 2012, p. 31). Encontramos nessa matriz a perspectiva de uma “interação concreta entre organismos e sujeitos já diferenciados” (Coelho Junior & Figueiredo, 2012, p. 24) que compartilham ou começarão a compartilhar, por meio da interação, certo vocabulário simbólico comum que permitirá a mútua interpretação do gesto e, conseqüentemente, poderá criar nos sujeitos a expectativa quanto ao sentido daquilo que expressam se converter, a partir do outro e com ele, em comunicação. Na divisão feita por Balint, poderíamos localizar aqui aspectos da área edipiana e do modo como, clinicamente, ela pode ser trabalhada. A quarta e última matriz, presente na obra de psicanalistas como Melanie Klein, Fairbairn e também Winnicott, diz respeito à intersubjetividade intrapsíquica, “ao plano dos objetos internos e das fantasias e, de modo geral, ao que em psicanálise denomina-se como o modo *object-relating* de funcionamento” (Coelho Junior & Figueiredo, 2012, p. 32). Ao falar em área da criação, Balint localiza-se sob o ângulo da primeira matriz, a transubjetiva; mas, ao descrever a área da falha básica, imiscui-se na perspectiva da matriz traumática. Freud, da mesma forma, deve ser incluído entre os autores que, de modo geral, tomam o fenômeno a partir da matriz traumática, salvo quando se refere ao narcisismo primário, a experiências muito inaugurais da vida psíquica e ao sentimento oceânico – suas descrições, embora usem termos alheios aos adotados nessa classificação, contemplam uma inclusão primordial, de matriz transubjetiva.

daquelas encontradas nos neuróticos. Fenichel (2005) apontara como o trauma reativa a angústia de castração ou a angústia pela perda do amor do objeto, e agora vemos Winnicott falar em pacientes nos quais encontramos ansiedades impensáveis e uma defesa por meio da desintegração. Uma distinção feita por André Green (1990) parece útil ao nos defrontarmos com modos de sofrimento não neuróticos. Ao discutir os casos-limite e, neles, certa tendência ao agir (ao *acting-out*), Green destaca como encontramos uma diferença entre o recalque, a defesa neurótica por excelência, e a clivagem, uma defesa anterior. No processo do recalque, encontramos a separação entre representação – “o representante da pulsão” (Freud, 1915d/2010k, p. 91) – e montante afetivo; o posterior retorno do recalçado gera angústia sinal e a energia psíquica é ligada a outras representações. “As ligações” entre as representações “estão intactas”, escreve Green (1990, p. 153), “e podem servir a recombinações”. É o que vemos, por exemplo, na reativação da memória da cena da mangueira, quando me encontro em uma situação de perigo: a lembrança, convenientemente desinvestida, reaparece trazendo uma nova organização simbólica à situação de angústia.

Na clivagem, as ligações não foram mantidas, ao contrário, elas foram “objeto de uma destruição ou de uma alteração tal, que é somente por um esforço intensivo de construção imaginativa que o analista pode tentar reconstruir” (Green, 1990, p. 153) o que talvez estivesse ligado. As associações do paciente não seriam capazes, por si mesmas, de reestabelecer ou criar as ligações destruídas pela clivagem; um novo esforço ficará a cargo do analista. E, de modo diferente do visto no recalque, em que o retorno do conteúdo gera angústia sinal, o “retorno de elementos clivados é acompanhado de sentimentos de grave ameaça” (Green, 1990, p. 153) que não são transformados nem alterados. Esses sentimentos ganham nomes diferentes conforme o autor que os descreve: “desamparo, *Hiflosigkeit* (Freud), aniquilação (Melanie Klein), terror sem nome (Bion), desintegração ou colapso (Winnicott)” (Green, 1990, pp. 153-154).⁸³ Embora as palavras escolhidas variem, a tentativa é descrever algo anterior ao recalque, que se processa de modo diverso e cuja natureza é mais arcaica. O leitor atento terá reparado a proximidade de algumas dessas expressões às palavras escolhidas por Pontalis (2011) em sua dupla hipótese sobre o crime homicida – que adotamos no início desta tese também como hipóteses para o ato violento –, ele seria motivado por um transbordamento pulsional, ou pelo “sentimento insuportável de uma vida, uma

⁸³ No capítulo “Le concept de limite”.

agonia sem recurso” (Pontalis, 2011, p. 54). Retomaremos algumas dessas expressões na sequência, não sem antes trazermos o fio vermelho, mais uma vez, à tona.

No caso de Quinze, um nível diferente de comunicação é atingido quando o paciente retoma a fala sobre ter trazido uma faca à primeira sessão e escuta a interpretação, que liga essa atitude à necessidade de proteger-se. Ou seja, um perigo, de natureza vaga, é identificado e reconhecido como determinante para o movimento defensivo do paciente. Sua resposta é uma narrativa que procura identificar o motivo do encaminhamento à instituição e que explicita a dinâmica transferencial, com seus elementos de sedução, de agressividade e com uma reordenação das figuras masculinas. Havia uma escala de grandeza relacionada ao potencial erótico dos contatos, à violência que deles resultaria e à expectativa de proteção. O reconhecimento do perigo e, conseqüentemente, do medo no âmbito transferencial-contratransferencial, dá forma àquilo que, até então, não pudera ser nomeado. Embora o termo utilizado tenha sido “medo” – que me pareceu mais compreensível para o paciente – ele não indica propriamente a existência de um objeto específico como causador do medo. O que o paciente apresenta é de ordem mais difusa; se atentarmos ao vocabulário freudiano, deveríamos falar em angústia ou mesmo em terror. É a partir desse momento, do reconhecimento de uma situação de perigo e da atribuição de um estado mental reativo a ela, que Quinze começa a mostrar algum interesse – não reativo, cabe salientar – pelo espaço em que estava. No início, o movimento aparece preso aos elementos transferenciais que indicamos – a pergunta sobre se dirijo um carro branco – e, mais tarde, à curiosidade sobre os jogos e brinquedos na sala. O paciente decide utilizar os jogos, os brinquedos e desenhar. Cuida de acompanhar o modo como reajo a cada traço que faz e leva consigo o que produz na sessão. Notamos duas coisas: ele parece ter pouca experiência nessas atividades e procura certificar-se de que não o interromperei. Se pudermos atualizar a hipótese que apresentamos na primeira parte desta tese, diríamos que sua experiência com um ambiente intrusivo 1) despertou um tipo de ansiedade mais arcaica do que aquelas que funcionam no nível neurótico; e 2) a defesa contra essa ansiedade foi – em termos winnicottianos – a desintegração, “uma ativa produção do caos” ilustrada pelas várias descontinuidades que ele exibia: mudava de “casas”, ausentava-se de todo e qualquer encontro com frequência específica (as sessões, o projeto social), fragmentando aspectos de sua existência. É sua permanência contínua e interessada nos atendimentos, após sete meses, que indica uma alteração em suas defesas e em seu nível de integração; e é uma nova experiência de intrusão, de

violência, como já tivemos a oportunidade de indicar, que volta a despertar a ansiedade e as defesas anteriores. A fala disruptiva de sua mãe sobre a penetração do padrasto reestabelece o campo traumático e faz o paciente adotar os métodos que desenvolvera precocemente contra situações do mesmo tipo.

Argumentamos que a fala da mãe de Quinze, cuja motivação desconhecemos, é vivida como um ataque aos contornos do Eu estabelecidos por seu filho, à sua identidade, formando um trauma que reinaugura, naquele momento, uma experiência de violência. Em palavras mais de acordo com as ideias que apresentamos neste capítulo, diríamos que a fala ameaça a integração do Eu do paciente devido a seu caráter de intrusão, o que gera a reação defensiva passível de ser identificada como uma desintegração. “Nem sei de nada bem”, diz Quinze, quando vou visitá-lo. Ele ainda acrescenta, “Nada bem aqui, nada bem lá fora”. Depuremos o sentido dessas frases. Na primeira, o paciente explicita, a seu modo, a presença de um estado constante de agonia que não encontra forma exata. Podemos pensar em variações mais claras, como “Nem sei de nada” ou “Não estou nada bem”, mas elas parecem não se adequar exatamente ao que é comunicado. “Nem sei” é uma maneira de dizer “desconheço”, e “nada bem” indica o oposto do que imaginamos como uma sensação agradável, de harmonia – para usar o termo de Balint – ou tranquilidade. A frase gera confusão porque, embora o paciente claramente não esteja se sentindo bem, suas palavras parecem acrescentar algo como “desconheço a tranquilidade”. Poderíamos também dizer, retomando um dos caminhos da dupla hipótese de Pontalis (2011), que a frase expressa “o sentimento insuportável de uma vida, uma agonia sem recurso” (p. 54), que, entretanto, é a única conhecida por Quinze. Creio que possamos desfazer uma parte da confusão quando consideramos que o estado em que o encontro durante a visita exhibe quase as mesmas defesas encontradas no início dos atendimentos. O que não reaparece, na conversa em sua casa, é a expectativa erótica e agressiva quanto ao contato com os objetos. A descontinuidade e o caos, reativados após a fala da mãe, protegem-no de algo que seria vivido como muito pior. Encontramos paradoxo similar na literatura. A certa altura da novela “A felicidade conjugal”, Tolstói (2000) faz uma das personagens, o marido, murmurar os seguintes versos do poeta russo Mikhail Lermontov: “. . .E o insensato quer tormenta./ Como se nela houvesse paz” (pp. 286-287). Algumas formas de sofrimento, poderíamos acrescentar de modo menos poético, podem levar à busca ativa da tormenta, se o sujeito se acostumou a nela encontrar alguma paz.

A segunda frase do paciente, “Nada bem aqui, nada bem lá fora”, ilustra como a intrusão da qual se defende está tanto nos contatos feitos na rua como naqueles que experimenta em casa. O perigo é percebido em ambos os lugares e convém proteger-se assim que possível, mesmo quando a ameaça não corresponde, de fato, à realidade.

Falamos de passagem em angústia sinal e agora nos vemos numa discussão sobre o que é percebido como perigo. É necessário voltar ao ano de 1926, quando Freud destaca outro aspecto da interação precoce entre o bebê e a mãe e revê sua teoria da angústia.

Em *Inibição, sintoma e angústia*, (Freud, 1926/2014b) o professor identifica no nascimento uma experiência inaugural de separação entre o feto e mãe, que serviria de modelo para as demais experiências de angústia. Cabe lembrar que “na vida intrauterina a mãe não era um objeto, que naquele tempo não havia objetos” (Freud, 1926/2014b, p. 80) – o feto era absolutamente narcisista. O nascimento proporciona uma situação de angústia modelar, por ser a primeira mas não a maior experiência do gênero. “A angústia”, diz Freud (1926/2014b), “é a reação ao perigo” (p. 94). O bebê se depara com esse sentimento tão logo tenha identificado que algo do ambiente, um objeto em especial não está presente. As situações infantis de angústia ocorrem em contexto similar: quando “a criança está sozinha ou na escuridão, ou depara com uma pessoa desconhecida no lugar da que lhe é familiar” (Freud, 1926/2014b, p. 78). Nas três situações, o que falta é a pessoa esperada. Freud argumenta que, ao ver-se sozinha, a criança investe intensamente a imagem que conserva da mãe, de modo alucinatório, no início. Mas a imagem investida não produz a percepção do real surgimento do objeto – assim como a alucinação da experiência de satisfação, após a primeira mamada, não produz o seio e não dá fim à fome – e a expectativa transforma-se em angústia. Disso decorrem duas ideias. A primeira é que “a angústia aparece . . . como reação à falta do objeto” (Freud, 1926/2014b, p. 78); em termos análogos, o posterior medo da castração reapresenta a possibilidade da perda de algo muito investido (narcisicamente), e a angústia ligada ao nascimento tem, ela também, origem na separação entre o bebê e a mãe. Ficamos a um passo da identificação da situação de perigo:

Se o bebê exige ter a percepção da mãe, isso ocorre porque sabe, por experiência, que ela satisfaz rapidamente todas as suas necessidades. A situação que ele avalia como perigosa, contra a qual deseja estar garantido, é a da insatisfação, do *aumento da tensão gerada pela necessidade*, diante da qual é impotente (Freud, 1926/2014b, p. 79, grifos do autor).

O problema econômico reaparece, mas inclui, agora, a necessidade do objeto externo. Noutras palavras, a mônada, a vesícula – ou qualquer outra metáfora utilizada antes por Freud – passa a demandar, no trabalho com as intensidades que a tomam, de elementos específicos do ambiente. O modelo ainda é o do sistema fechado e perfeito, porque o bebê “sabe, por experiência, que ela [a mãe] satisfaz rapidamente *todas* as suas necessidades”, na mesma linha do que lemos em 1911, mas ganha complexidade:

A situação de insatisfação, em que magnitudes de estímulo alcançam nível desprazeroso, não sendo controladas mediante utilização psíquica e descarga, deve ser análoga à situação do nascimento para o bebê, uma repetição da situação de perigo. Comum a ambas é *a perturbação econômica gerada pelo aumento das magnitudes de estímulo a pedir solução, sendo esse fator, portanto, o autêntico núcleo do “perigo”* (Freud, 1926/2014b, p. 79, grifos meus).

A angústia aparece como reação ao perigo, mas ela pode não ser adequada, leia-se, não dar fim ao perigo, ao aumento da tensão gerada pela necessidade. No bebê, o choro e o esperneio, que antes encontramos sob a alcunha de ação específica, podem convocar o objeto externo capaz de satisfazer a necessidade, noutras situações, entretanto, a ação pode não despertar a atenção do objeto. Imaginemos, por exemplo, situações em que o cuidado materno falha, nos termos de Balint e Winnicott, ou em que o alimento é oferecido antes de qualquer ação do bebê que indique a necessidade. Embora não tenhamos como objetivo discutir em mais profundidade as teorias de outros autores, creio que entenderemos melhor o tipo de reação ao perigo que encontramos em Quinze se introduzirmos uma ideia de W. R. Bion.

O autor descreve uma função-alfa capaz de “converter dados sensórios em elementos-alfa e dessa forma prover à psique com o material para os pensamentos do sonho e conseqüentemente a capacidade de acordar ou dormir, de ser consciente ou inconsciente” (Bion, 1967/2007b, p. 115). A função-alfa é digestiva, na medida em que é capaz de transformar elementos crus da experiência em elementos passíveis de serem processados pela mente do bebê, e precisa ser realizada, de início, pela mãe. “Deixada sozinha, a personalidade da criança é incapaz de fazer uso dos dados sensórios”, escreve Bion, “mas precisa evacuar esses elementos na mãe, confiando nela para fazer o que precisa ser feito para convertê-los numa forma apropriada para que a criança empregue-os como elementos-alfa” (Bion, 1967/2007b, p. 116). Os dados sensórios incluem sentimentos – de estar morrendo, exemplifica Bion, mas podemos incluir também o aumento da tensão psíquica –, que a criança precisa projetar na mãe, para que essa os

transforme em elementos mais palatáveis, e depois reintrojetar. Voltaremos a algumas dessas ideias na terceira parte de nosso estudo; por ora, cabe acrescentar: “Se a projeção não é aceita pela mãe, a criança sente que seu sentimento de estar morrendo é despido do sentido que tem. Ela desse modo reintrojeta, não o medo de morrer tornado tolerável, mas *um terror sem nome*” (Bion, 1967/2007b, p. 116, grifos meus).

O perigo, portanto, pode envolver aspectos e ter desdobramentos que não foram considerados por Freud, como a incapacidade da mãe em elaborar, para o bebê, os dados sensoriais crus da experiência. A preocupação freudiana centra-se nas situações de necessidade e no consequente aumento tensional, outros autores, sem ignorar tais situações, destacam como a função da mãe envolve uma série de atividades além de só estar presente: ela deve sustentar o bebê, agir como um ambiente disponível e adaptado, receber as projeções do bebê e digeri-las, devolvendo-lhe elementos mais de acordo com a capacidade de processamento do psiquismo infantil e menos aterrorizantes. De toda forma, a ideia de perigo ainda tem outros desdobramentos, mesmo quando nos concentramos em sua versão de 1926.

Tendo-se constatado que um objeto externo apreensível pela percepção pode pôr fim à situação perigosa que lembra o nascimento, o teor do perigo se desloca da situação econômica para sua condição, a perda do objeto. A falta da mãe torna-se o perigo; tão logo este surge, o bebê dá o sinal de angústia, ainda antes que se instale a temida situação econômica (Freud, 1926/2014b, pp. 79-80).

Perder o objeto equivalerá a não encontrar contenção para excitação gerada pela necessidade, e a defesa consistirá no desenvolvimento da capacidade de antecipar a situação de perigo:

Essa transformação constitui um primeiro grande avanço no desvelo pela autoconservação, e ao mesmo tempo compreende a transição do automático e involuntário ressurgimento da angústia para a sua deliberada reprodução como sinal de perigo (Freud, 1926/2014b, p. 80).

A angústia aparecerá de duas formas, automaticamente, quando produto do desamparo do bebê, e como sinal, na tentativa de evitar a ocorrência de uma nova situação de desamparo. Freud (1926/2014b) propõe que “Chamemos de *traumática* tal situação de desamparo vivida”, para que possamos distingui-la da “*situação de perigo*” (p. 115, grifos do autor), que indica a possibilidade de ver-se, mais uma vez, desamparado. A capacidade de antecipar, de prever a situação traumática, é um

progresso na autopreservação que traz uma consequência importante ao fazer com que o indivíduo se comporte “como se ele [o trauma] já tivesse chegado, enquanto ainda há tempo para afastá-lo” (Freud, 1926/2014b, p. 116), o que conduz a identificar duas origens diferentes para a angústia: ela pode ser, por um lado a “expectativa do trauma, e, de outro lado, repetição atenuada do mesmo” (Freud, 1926/2014b, p. 116). A situação de perigo é uma antecipação, portanto, da situação traumática de desamparo. O professor sintetiza com clareza essas ideias:

A situação de perigo é a reconhecida, recordada, esperada situação de desamparo. A angústia é a original reação ao desamparo no trauma, que depois é reproduzida na situação de perigo como sinal para ajuda. O Eu, que viveu passivamente o trauma, repete ativamente uma situação atenuada do mesmo, na esperança de poder ele próprio dirigir seu curso (Freud, 1926/2014b, p. 116).

O que vemos é um processo intrapsíquico capaz de realizar a passagem entre a posição passiva, em que não se tem nenhum controle sobre o desenrolar do crescente de tensão, para a posição ativa, em que o trauma pode ser vivido de forma “atenuada”, e o controle econômico fica a cargo do próprio indivíduo. Essa tendência à mudança da posição passiva à posição ativa é uma das mais importantes observações, de consequências clínicas, que Freud realiza em *Além do princípio do prazer*, publicado seis anos antes. Lá encontramos o velho professor observando seu neto, então com um ano e meio. A criança parece encantadora, comportada, “Não incomodava os pais durante a noite, obedecia conscienciosamente às proibições de tocar em certos objetos e entrar em certos lugares e, principalmente, nunca chorava quando a mãe o deixava” (Freud, 1920/2010g, p. 171) sozinha durante muito tempo, embora o apego entre ambos fosse evidente. Mas o pequeno tinha o “hábito, ocasionalmente inoportuno”, escreve o avô,

de jogar todos os pequenos objetos que alcançava para longe de si, a um canto do aposento, debaixo da cama etc., de modo que reunir os seus brinquedos não era coisa fácil. Ao fazer isso ele proferia, com expressão de interesse e satisfação, um forte e prolongado o—o—o—o, que, no julgamento da mãe e no deste observador, não era uma injunção e significava “*fort*” [“foi embora”] (Freud, 1920/2010g, pp. 171-172).

O avô não tarda a perceber que se trata de um jogo, que podia ou não incluir os expectadores – eventuais recolhedores dos objetos – de “ir embora”. O jogo ganhou certa complexidade no prosseguimento da observação. Um dia, a criança

tinha um carretel de madeira, em que estava enrolado um cordão. Nunca lhe ocorria, por exemplo, puxá-lo atrás de si pelo chão, brincar de carro com ele [o que seu avô poderia imediatamente reconhecer, num movimento contido de regressão acompanhando o neto, como brincadeiras]; em vez disso, com habilidade lançava o carretel, seguro pelo cordão, para dentro do berço, através de seu cortinado, de modo que ele desaparecia, nisso falando o significativo o-o-o-o, de depois o puxava novamente para fora do berço, saudando o aparecimento dele com um alegre “*da*” [“está aqui”]. Então era essa a brincadeira completa, desaparecimento e reaparição, de que geralmente via-se o primeiro ato, que era repetido incansavelmente como um jogo em si, embora sem dúvida o prazer maior estivesse no segundo ato (Freud, 1920/2010g, p. 172).

A interpretação freudiana é límpida. A interpretação do ato completo não traz maiores dificuldades e corrobora a centralidade do princípio do prazer na vida mental, pois, após o desaparecimento, a criança encontra prazer no *da* [“está aqui”], dito de modo alegre. Mas existem dois atos no jogo completo. No primeiro, que consiste, por si só, num jogo, o menino arremessa os brinquedos, ou o carretel, de maneira a fazê-los desaparecer; nisso, ele reproduz o desaparecimento da mãe, situação que – na leitura do avô – não poderia ser prazerosa. Se quisermos utilizar os termos de 1926, diríamos que o afastamento da mãe consiste numa situação de perigo, ao anunciar que, caso haja “aumento da tensão gerada pela necessidade”, esta não será rapidamente satisfeita. A reação da criança à possibilidade de desamparo forma a primeira parte do jogo, na qual vemos uma “repetição atenuada do mesmo” com a mudança de posições. “Ele”, o neto, “achava-se numa situação passiva, foi atingido pela vivência e, ao repeti-lo como jogo, embora fosse desprazerosa, assumiu um papel ativo” (Freud, 1920/2010g, p. 173). O avô prossegue a interpretação atribuindo ao movimento do neto um “impulso de apoderamento”, de tentativa de domínio da situação, na linha de outras brincadeiras infantis: “Vê-se que as crianças repetem, brincando, o que lhes produziu forte impressão na vida, que nisso reagem e diminuem [abreagem] a intensidade da impressão e tornam-se, por assim dizer, donos da situação” (Freud, 1920/2010g, pp. 174-175). Ou seja, a repetição de uma situação desprazerosa ganha o seguinte mote: ela é uma tentativa de diminuir sua intensidade, de abreagir o que é de natureza traumática, por meio de uma passagem da posição passiva à posição ativa, com o consequente domínio sobre os elementos da situação que antes não estavam sob o controle do indivíduo. Repete-se o desprazer da separação, do desamparo da situação traumática, de modo atenuado e com uma inversão de posições.

Freud ainda acrescenta outra interpretação à primeira parte da brincadeira. Ao arremessar o objeto para fora de seu campo de visão, o menino satisfaria “um impulso, suprimido na vida, de vingar-se da mãe por ter desaparecido para ele, tendo então o sentido desafiador: ‘Sim, vá embora, não preciso de você, eu mesmo a mando embora’” (Freud, 1920/2010g, p. 174). Ele faria coisa similar um ano mais tarde, ao jogar os brinquedos no chão e dizer “Vá para a gue(rr)a!”, onde estava seu pai, o que lhe permitia a “posse exclusiva da mãe” (Freud, 1920/2010g, p. 174). Numa generalização dessa segunda interpretação, lemos: “Quando passa da passividade da experiência à atividade do jogo, a criança inflige a um companheiro de jogos [ou a um brinquedo, no caso do neto de Freud] o que lhe sucedera de desagradável, vingando-se, assim, na pessoa desse substituto” (Freud, 1920/2010g, p. 175).

Se nos dermos certa liberdade imaginativa e tentarmos sintetizar as ideias que apresentamos antes, sobre a economia das intensidades, e ligá-las a estas que vemos apresentadas em 1920 e 1926, é como se Freud nos dissesse, “O menininho gostaria de ficar quieto, tendo sua mãe a satisfazer todas as suas necessidades e, portanto, sem sofrer nenhum aumento de tensão. Gostaria, de fato, de permanecer num estado de inexcitabilidade, de tensão igual a zero, num estado de narcisismo absoluto, mas infelizmente não pode fazê-lo. Sua mãe, minha filha, precisa sair de casa, dar atenção ao marido, deixá-lo sozinho. Esse estado de coisas o leva a adotar a primeira parte do jogo, em que ativamente revive, por si mesmo, o trauma de estar só, fazendo desaparecer seus objetos. Mas sua reação ao ser deixado temporariamente de lado é também de hostilidade, pois não podemos ignorar que, com o mesmo jogo, ele mostra sua reação ao abandono. Temos assim dois motes na mesma brincadeira: dominar ativamente e vingar-se”.

Assim como a primeira parte do jogo do neto de Freud, o trabalho clínico exhibe situações em que o princípio do prazer parece não ser inteiramente respeitado. O paciente mostra-se incapaz de lembrar tudo o que recalcou, de modo que o objetivo estabelecido para o tratamento – “de tornar consciente o que era inconsciente” (Freud, 1920/2010g, p. 176) – não ocorre num ambiente de tranquilidade. O paciente, lemos,

é antes levado a repetir o reprimido como vivência atual, em vez de, como preferiria o médico, recordá-lo como parte do passado. Essa reprodução, que surge com uma fidelidade que não fora desejada, sempre tem por conteúdo algo da vida sexual infantil, ou seja, do Complexo de Édipo e seus derivados, e invariavelmente se dá no

campo da transferência, isto é, da relação com o médico (Freud, 1920/2010g, p. 177).

Cabe dizer, para que possamos acrescentar as ideias dos autores que também discutimos neste capítulo, que a transferência envolve outros elementos além dos descritos por Freud: os pré-edípicos, como as relações iniciais entre o bebê e o ambiente, o bebê e o primeiro objeto, que pode falhar, e a função digestiva dos dados sensoriais da experiência, que é realizada pela mãe. O paciente é levado a repetir, a remontar situações em sua análise que nunca foram prazerosas, mas que, ao contrário, trouxeram-lhe sofrimento e dor. Sentimo-nos “encorajados a supor”, escreve Freud (1920/2010g),

que na vida psíquica há realmente uma compulsão à repetição, que sobrepuja o princípio do prazer. Também nos inclinaremos a ligar a essa compulsão os sonhos das vítimas de neurose traumática e o impulso que leva as crianças a brincar. É preciso dizer, no entanto, que em raras ocasiões podemos notar somente os efeitos da compulsão à repetição, sem o concurso de outros motivos (p. 183).

No caso de Quinze, vemos algo dessa ordem na dinâmica transferencial-contratransferencial. O paciente, na primeira sessão, percebe uma situação de perigo – que nunca teria sido prazerosa, podemos supor – oriunda do contato, e a reproduz ativamente ao reordenar as posições com a ameaça: sou eu quem terá de elaborar, a meu modo, a angústia procedente da situação de desamparo. Mas porque Quinze toma o encerrar da sessão como uma situação de perigo, que merece reação?

Vimos como as relações que experimentara até ali o levam a estabelecer a transferência em termos particulares: torno-me, a seus olhos, um objeto com as características dos que ele já conhecia (pai, sedutor, padrasto), mas não somente isso – o ambiente que lhe é oferecido é, ele mesmo, vivido como potencialmente perigoso porque o ambiente que conheceu, e que pôde experimentar quando bebê, foi intrusivo de um modo violento, incapaz de deixá-lo quieto, narcisicamente recolhido, contínuo. O resultado é a leitura de todo e qualquer contato a partir de uma lente que só permite entrever o perigo. Como ainda hoje não creio que tenha oferecido qualquer perigo real a Quinze, sua reação violenta, a ameaça, só ganha sentido se supusermos que tenha reagido ao que identificou psiquicamente como uma situação de perigo. Somos levados, pela experiência clínica, a conjecturar que há um âmbito da violência correlato ao que o caso nos mostra, em que o fenômeno aparece como reação a uma situação traumática de desamparo ou a uma situação experimentada como de perigo. Mas o caso também

indica um segundo âmbito da violência, tanto daquela sofrida quanto da atuada contra os outros, que é erotizado.

De um fenômeno que, enquanto categoria geral, poderia ser identificado pelo excesso, e no qual identificamos um evento da ordem do trauma como elemento inaugural, chegamos a uma distinção relacionada ao que é vivido como perigo e ao que se liga à vida erótica. Como teremos a oportunidade de ver, esse exercício de suposição não é feito solitariamente. Neste momento, porém, a tarefa deve ser outra: distinção e classificação pedem um número maior de dados, precisamos de variabilidade clínica.

Para essas situações, mantenho, em cima da estante mais ao fundo, à esquerda, duas caixas de madeira com uma série de pastas alinhadas verticalmente, da época em que trabalhava cotidianamente em instituições nas quais atendia vítimas e autores de violência. Desço uma caixa, consulto, retiro uma pasta de seu lugar, devolvo-a, escolho melhor. Abro uma envelhecida, de onde caem cópias coloridas de desenhos que já estiveram em um caderno. A pasta é minha, o caderno e os desenhos, não.

Parte III – Ação

1. O caderno de Wassily⁸⁴

Wassily⁸⁵, então com nove anos, pediu-me para não contar para ninguém o que me diria, porque, se eu o fizesse, imaginava, ele perderia algo que lhe era caro. Uma pessoa contaria a outra, que contaria a outra, numa progressão que terminaria por roubar-lhe a dignidade. Esta é uma escrita ambígua: desacato à fantasia persecutória de Wassily, enquanto acato e tento lidar com a minha própria. O faço, entretanto, alterando alguns dados de seu caso, o que mantém sua identidade em sigilo, e porque não acredito que sua dignidade corra qualquer risco, ao contrário.

Um primeiro objetivo, ao organizar as notas sobre o caso, é fazer um exercício sobre o tema de nossa pesquisa: tentar, a partir de uma sessão, sintetizar um tratamento de três anos e repensar o manejo clínico durante uma sessão na qual o paciente atua, com violência, conteúdos que não pôde simbolizar a contento. As falas e a descrição do material estão em fonte normal, minhas associações durante a sessão e algumas elaborações contemporâneas àquela época estão *em itálico*. Restringi-me a explicitar apenas as associações que remetiam à psicanálise e ao próprio caso; e decidi tocar o menos possível na teoria durante a apresentação. Pareceu-me que todo o manejo transferencial, o trabalho interpretativo e a contratransferência explicitavam a teoria sem, no entanto, torná-la o centro do capítulo. O leitor a encontrará de forma insidiosa ao longo do relato e não terá dificuldades em *vê-la trabalhando, nos trechos em itálico, mesmo quando não há referência expressa*.

A sessão a que me refiro está dividida em três partes, ou atos, sob o nome de “Verão de 2010”. Para que alguns dos conteúdos que aparecem nessa sessão fiquem mais claros, entre cada parte incluí excertos de sessões anteriores com Wassily nomeados “Inverno de 2009” e “Outono de 2008”. O segundo objetivo diz respeito ao conteúdo da sessão: utilizo-a como um exemplo de atuação violenta, em análise, daquilo que – como dito acima – não pôde ser simbolizado a despeito dos recursos psíquicos do

⁸⁴ Apresentei uma primeira versão desse caso, elaborada durante a pesquisa de doutorado, na *International Sándor Ferenczi Conference: The Heritage of a Psychoanalytic Mind*, organizada pela Canadian Psychoanalytic Association, em 2015, e realizada em Toronto, Canadá (Dal Molin, 2015).

⁸⁵ O pseudônimo foi escolhido por ser o primeiro nome do pintor cuja obra o paciente reproduz.

paciente. A organização do material como uma peça não é, obviamente, gratuita. Loewald (1975/2000) defende que a situação e o processo psicanalíticos “envolvem um re-enactment, uma dramatização de aspectos da história de vida psíquica do paciente, criados e montados em conjunto com, e dirigidos pelo, analista” (p. 353). Sua argumentação procura aproximar a peça teatral daquilo que supomos ocorrer em todo consultório, a partir da afirmação de Aristóteles, segundo a qual a tragédia seria definida como “a imitação da ação na forma de ação”. Ação, para Loewald, não se restringe à realização de atos em sentido estrito – a ação motora, por exemplo – mas envolve também a verbalização. Na situação analítica encontraríamos imitações da ação original, em algum momento vivida pelo paciente, na forma de ações verbais ou pré-verbais. A questão parece tornar-se mais sensível quando a ação original encenada contém elementos que apontam para uma experiência de violência.

Verão de 2010, ato I

Wassily ensaia segurar minha mão para subirmos as escadas, mas não o faz. Jamais o fez. Antes, nunca sequer ensaiara o gesto. Volta a pôr a mão no bolso e sobe ao meu lado. Após alguns degraus, pergunta-me o que carrego em minha bolsa. “Livros, papéis, canetas”, respondo sem pestanejar. Mas depois pergunto o porquê de sua pergunta.

– É porque é uma bolsa de laptop.

– É sim, concordo – enquanto entramos na sala. – Dá para carregar laptop, mas não carrego. Gostaria de carregar, mas não carrego. *Não sei por que digo isso, revelo esse desejo, não me parece relevante em nenhum sentido a não ser como uma prova de um analista colocando muito de se sua própria subjetividade numa sessão. A consequência é óbvia, Wassily pergunta-me:*

– Por quê?

– Porque custa dinheiro, que eu não tenho. *Primeiro rubor; confesso. Se já não bastasse ter revelado que queria um laptop, mas não tinha um na época, ainda acrescento a informação, absolutamente desnecessária, de que estou durango.*

– Ah, tá – diz, com total desinteresse pela minha anódina declaração de renda.

Olha ao redor, vê o que tem no consultório e afirma, como o fizera outras vezes, que não tem nada na sala. *Talvez, não fora com total indiferença que recebeu a notícia sobre meus recursos: como o atendo numa instituição, a transferência dirige-se a mim*

e à instituição. Se noutras sessões seu comentário sobre não ter nada na sala – o que não era objetivamente verdade – talvez pudesse ter passado batido, nesta não. Sua observação, em tom de crítica, evidenciava uma parte negativa da transferência: nem você nem esse lugar têm o que eu mereço, o que eu quero, ou o que eu preciso – não prestam para mim. Num certo sentido, falhamos ao não corresponder a suas expectativas – o que teria sido impossível, salvo numa fantasia de onipotência minha ou da instituição.

– Não tem nada para eu brincar – continuou a reclamar.

– Mas tem bastante coisa aqui. *Faço um apontamento objetivo e, portanto, surdo ao que ele dizia. O resultado é a continuação de suas reclamações. Lembrei-me de um texto que lera pouco antes, “Formas clínicas da transferência”, de Winnicott (1955-1956/2000b), em particular de uma frase: “O paciente usa as falhas do analista” (p. 397, grifos meus). A ideia é herdeira de Ferenczi, que em seus últimos textos sobre a técnica (1928/2002d, 1928/2002e, 1930/2002f, 1931/2002g, 1932-1933/2002h) defendeu que o analista deveria reconhecer as percepções do paciente acerca de seus erros e falhas e até incentivá-lo à crítica. Dessa forma, a parte negativa da transferência – que sempre existe, mas nem sempre se revela – poderia vir à tona e ser trabalhada, o que aumentaria a confiança do paciente no analista. O acréscimo de Winnicott a essa ideia, parece-me, foi a clareza com que expressou a forma de lidar analiticamente com tais falhas. Já que uma adaptação perfeita do ambiente (o analista) ao paciente é impossível, sempre ocorrerão falhas – da mesma forma que essas ocorreram nas primeiras interações do bebê com o ambiente (seus cuidadores, o objeto primário). Logo, o erro ou a falha atual “está sendo usada e deve ser tratada como uma falha antiga, que o paciente pode agora perceber e abarcar, e zangar-se por isso” (Winnicott, 1955-1956/2000b, p. 397). O analista deveria trabalhar com essa chave da correspondência entre as falhas atuais e passadas, que geraram frustração e raiva, e responsabilizar-se por elas. “Se ele se defende”, escreve Winnicott, “o paciente perde a chance de zangar-se com uma falha passada justamente no momento em que a raiva tornou-se possível pela primeira vez” (Winnicott, 1955-1956/2000b, p. 397). Essa linha associativa tornou-se a hipótese temporária que nortearia o manejo transferencial na sessão.*

– Mas eu não gosto de nada. Nada para eu brincar. Nada que eu goste. Cadê a peteca?

– Você arrebitou – respondi. *O que eu não ouvira antes, ele repetiu, confirmando que minha defesa automática contra sua crítica não havia sido a melhor escolha. A peteca,*

que ele, de fato, arreventara na sessão anterior, estava imprestável e fora percebida por ele antes de perguntar sobre ela. Pareceu-me ser exatamente este o ponto ao qual se referia: talvez não prestássemos, eu e a instituição, porque não aguentávamos sua agressividade. A peteca que destruiu era um índice dessa incapacidade de resistir a seus ataques. Lembrei-me da história contada por Margareth Little sobre um de seus arroubos de raiva durante uma sessão com Winnicott. Ela jogou ao chão um vaso com flores que decorava o consultório. Winnicott saiu. Little ficou sozinha na sala. Winnicott voltou ao final da sessão e encontrou a paciente arrumando a bagunça. Disse, “Eu deveria esperar que fizesse isso, mas mais tarde” (Little, 1990, p. 43). No dia seguinte, ao entrar no consultório, Little deparou-se com um vaso no mesmo lugar do antigo. Meu pensamento? Por que cargas d’água não arranjei outra peteca e ajudei o paciente a entender que sua agressividade não me destruiria? Não tive essa presença de espírito. Entretanto, minhas associações corroboravam a hipótese que vinha formando para esta sessão, a saber: a falha apontada agora, geradora de raiva, remetia a uma falha ambiental passada, provavelmente ligada à incapacidade dos primeiros objetos de amor em lidarem com a agressividade do paciente; talvez, inclusive, à inépcia desses objetos em resistirem a seus ataques destrutivos e sobreviverem sem represálias reais ou atos que parecessem retaliações.

– E o UNO? – perguntou Wassily.

– Está na gaveta de sempre.

– Eu não quero jogar! Aqui não tem nada que eu gosto.

– Mas antes tinha – disse-lhe – você sempre encontra alguma coisa. . . O efeito de suas reclamações, de suas críticas, trouxe a sensação de que deveria apontar-lhe não só o que ele destruía, ou o que não prestava, mas o que era capaz de criar. Em suma: a falha tinha de ser reconhecida, mesmo que de maneira implícita, seu potencial destrutivo também devia ser reconhecido e tratado como algo que eu suportaria e, por fim, talvez coubesse uma indicação sugestiva sobre sua capacidade criar, de forma a facilitar seu trabalho psíquico. Wassily era uma criança inteligente e criativa, que usualmente inventava brincadeiras com os objetos a sua disposição. Fora encaminhado à instituição na qual eu trabalhava porque se masturbava compulsivamente, às vezes em locais “inadequados”, como o banheiro da escola e a sala de tevê no escritório onde sua mãe trabalhava. O hábito foi percebido pouco tempo depois de uma experiência sexual precoce, sobre a qual tínhamos poucas informações. Ele fizera uma terapia comportamental durante um ano, logo após o abuso, como uma tentativa de

ajudá-lo a lidar com o episódio e conter seu comportamento autoerótico. Quando começou sua análise comigo, desenhava com frequência e com evidente talento. Um dos primeiros desenhos que fez foi o de um garoto exibindo, como um fisiculturista, braços musculosos que estavam presos por grilhões. As correntes envolviam os braços e a virilha do garoto e faziam uma rede, terminando em pedras que restringiam seus movimentos. Ao lado do garoto, que Wassily chamou de “Homem-aparelho”, desenhou o que disse ser uma pipa, mas cujo formato, com uma ponta elíptica e preso a uma cauda, pareceu-me um espermatozoide gigante.

– Vai ter que ser isso – exclamou ao pegar duas espadas. – Vamos lutar?

– E quem seremos?

– Não sei.

– Invente – disse-lhe. Ele pensou um pouco e, erguendo a espada, nomeou-se: – Eu sou Sir Wassily.

– E eu?

– Sir Eugênio – decidiu, tocando meu ombro com a espada como manda o protocolo de ordenamento.

– E lutaremos pelo quê? – *já que agora podia empunhar uma espada e sabia que iria lutar, pareceu-me de bom tom perguntar o motivo pelo qual me arriscaria numa batalha que não sabia no que daria.*

– Terras – respondeu convicto. – Na França.

Inverno de 2009

Enquanto abro as cortinas e a janela, Wassily olha a sala. Descobre duas espadas em cima do armário. Nota que uma das espadas é nova e, esticando o braço para pegá-la, diz:

– Colocaram a espada lá em cima. Como tem gente burra!

– Por que burra?

– Burra, ué, botar a espada lá em cima. . . – *Não foi minha ideia colocar as espadas sobre o armário, quase fora da vista dos pacientes, se tivesse sido, talvez pensasse numa justificativa. Ao invés disso, chamou minha atenção a palavra “burra”, adjetivo que nunca o ouvira dizer.*

– Você conhece alguém que é burro?

– Tem um menino na minha sala que é burro – respondeu como se a suposta burrice de seu colega fosse de conhecimento geral.

– Por quê? Dê-me um exemplo. – *Se o garoto era burro ou não pouco importava, mas o uso do adjetivo era uma novidade e pareceu-me que, dando um exemplo, ficaria mais claro o que ele considerava “burro”.*

– Ah, ele senta assim – diz, sentando-se numa cadeira e cruzando as pernas de forma teatral – e fica batendo no outro menino – prossegue, enquanto dá palmadinhas na mesa imitando o colega. – E ele pega uma folha e diz “vou me defender com essa folha”. Ele é burro. Ele é burro e homossexual.

– Ele estuda com você?

– Sim. Ele é burro e viado, o Marcos Papalégua é burro e viadão – *note-se: o adjetivo novo não vem sozinho, ele não corresponde só ao sentido corrente do termo; o colega é burro porque se comporta de uma maneira que chama a atenção de Wassily pela sexualidade aparentemente homoerótica. Ao chamá-lo de burro, afasta de si o interesse no comportamento do colega e recusa qualquer identificação: ele, Wassily, é inteligente, não cruza as pernas daquela forma, não se defende com uma folha e não fica batendo em outros meninos, não os toca; logo, nada teria de homossexual.*

– Por que viadão? – pergunto.

– Ah, sei lá. . . Vamos lutar!

– E quem seremos? – *Embora o tema estivesse na pauta do dia, achei melhor respeitar sua recusa em continuar a falar de homossexualidade. A questão reapareceria, pensei. Talvez tenha sido minha pergunta sobre o ponto nodal do que ele dizia – o “por que viadão” – que intensificou a necessidade de defender-se da identificação com o comportamento homoerótico do colega. Sua proposta de uma brincadeira de luta só ratificou essa suspeita: para afastar-se da identificação, nada melhor do que apostar todas as fichas no clichê localizado no extremo oposto: a luta, “coisa de homem”. Paguei sua aposta.*

– Eu sou Sir Wassily – disse, dobrando o corpo para frente e fazendo uma careta. Ordenou-me Sir Eugênio, *como o faria inúmeras vezes.*

– E lutamos pela. . .

– Inglaterra – exclama.

– Toda ela? – pergunto. *Mesmo na brincadeira pareceu-me, naquele dia, terra demais.*

– Por Londres!

– Londres. . . Londrina – *A imaginação foi longe, mas manteve um pé no chão. A luta era, a princípio, por algo longínquo – mas ligado a seu pai, como veremos – e próximo: a cidade onde morava.*

Enquanto brincamos, Wassily cria uma história que contextualiza a luta e conta-a em voz alta. Neste dia, ele era o rei da Inglaterra e eu queria sua coroa. Ele acabara de tomar a coroa de outro rei, estava com ela há um dia e já precisava defendê-la de eventuais usurpadores como eu. Em seu primeiro dia de reinado, conta, declarou-se rei e seu primeiro ato foi colocar a coroa. *“O rei está morto, viva o novo rei”, pensei, numa primeira associação. A coroa claramente representa o reinado, o poder; o falo, pode-se pensar. Ao matar o rei, seu pai, como Édipo, ele ganha direitos sobre sua mãe? Pode tomar o lugar do pai? Aqui faço as vezes de ameaça a seu poder recém adquirido. Numa outra associação literária, fico numa estranha posição hamletiana, tentando tomar a coroa de quem se apoderou dela livrando-se do rei anterior. Não conseguia encaixar personagens e cena de uma forma coerente.* A luta prossegue. Sou morto, caio no chão e Wassily decepava minha cabeça. Em seguida, toma minha espada e diz que a está enfiando em minha cabeça e no meu corpo. Quer recomeçar a luta e volto à vida. Morro diversas vezes enquanto ele somente é ferido, sendo salvo na última hora por um servo ou por seu filho, o príncipe. Diz-me que ele não pode morrer porque “é o principal”. *Não deixo de notar a entrada em cena desses personagens e sua última colocação, sobre o papel que lhe pertence.*

– Interessante essa história. Você é o principal, mas também é todos os outros – digo.

– Você também é o principal.

– Tudo bem – *mais ou menos “tudo bem”.* Ele julgou que meu comentário sobre seu papel envolvia uma crítica, ao invés de uma constatação. *Pareceu-lhe, acho, que eu requisitava igual proeminência na história, quando na verdade quis apontar algo característico do processo onírico, que tanto se assemelha a algumas brincadeiras e que ali aparecia. Nestas e naquele, o sonhador não é só o principal, mas também os coadjuvantes.* – O que quero dizer é que como você inventou a história, você também é todos os outros personagens. Entendeu?

– Mais ou menos.

Pergunto se ele quer que eu explique e a resposta é óbvia: posso fazê-lo conquanto não deixemos de lutar, porque a sessão acaba em breve.

– Eu quis dizer que na sua história, de pais que são reis e morrem e assumem os filhos que vingam os pais. . . você é todos os personagens, eles são todos um pouco de você, já

que a história saiu da sua cabeça. Você já quis vingar seu pai, ou teve muita raiva dele?
 – *Desnecessário dizer no que penso ao fazer esta pergunta. Hoje, ao reler este trecho para digitá-lo, parece-me que poderia ter tocado no assunto de várias outras formas. Quando a brincadeira toma ares de tragédia grega ou peça shakespeariana, alguns elementos ficam de tal forma evidentes que um long-shot desse tipo pode trazer resultados.*

– Já tive raiva e sei lá – responde, parando de lutar – Eu já tive raiva. Às vezes ainda tenho.

– Por quê?

– Eu não gosto de falar disso. Eu guardo pra mim – diz, baixando a cabeça. Digo-lhe que se quiser falar disso, poderia ficar à vontade. Ele levanta a cabeça, olha-me e conta que na escola não sabe o que responder quando chamam seu pai para uma conversa. Fica com os olhos mareados e diz que, quando perguntam, ele inventa.

– Você fica bastante triste quando fala disso – *achei necessário nomear o sentimento despertado pela entrada em cena da figura de seu pai.* – Sempre se sentiu assim?

– Mais ou menos. Porque eu queria que ele viesse. E quando eu nasci, ele largou minha mãe grávida e foi pra Inglaterra estudar. Abandonou minha mãe e eu – *O pai de Wassily foi ordenado pela igreja anglicana. Filho de ingleses religiosos, nasceu no Brasil enquanto os pais estavam numa missão no país, mas voltou a Londres. Mais tarde, participou de uma missão no norte do Paraná, onde chegou acompanhado da esposa. A mãe de Wassily conheceu-o porque é anglicana e frequentava suas missas. Tiveram um caso e ela engravidou. Pouco após a concepção, e sabendo da gravidez, o pai voltou à Inglaterra para estudar e dar prosseguimento a sua carreira sacerdotal. As lutas edípicas de Wassily ocorriam psiquicamente tanto em Londres, onde estava seu pai, como em Londrina, onde vivia com a mãe.*

– Deve ter sido muito difícil – digo.

– Aham. E minha avó falou pra minha mãe: “você que fez, você que se vira”. E foi assim.

– Só você e sua mãe.

– É.

– Vocês ficaram muito próximos, um tendo só o outro por bastante tempo – *a falta de um terceiro que afastasse o investimento libidinal da mãe sobre o bebê e, mais tarde, sobre a criança, pode gerar um tipo de relação erotizada, difícil de discutir sinteticamente neste espaço. A mãe de Wassily, por exemplo, entrava sorrateira no*

banheiro enquanto o filho tomava banho para “cheçar” se ele não estava se masturbando; o que, com frequência era o que estava fazendo. Logo no começo da análise, achei necessário interceder na tentativa de evitar tais episódios – fazendo o papel de um terceiro que coloca limites à intimidade mãe/filho. Já que o banheiro não era um local público, as “checagens”, um pouco constrangedoras, não deveriam ser feitas enquanto Wassily tomava banho. Mais tarde, ele próprio pôde rebelar-se contra as intrusões de sua mãe dizendo: “Aqui é o meu espaço [o momento do banho]. Respeite meu espaço!”.

– É.

– E quando seu pai voltou? – *perguntei com o intuito de saber se ele exercia, mesmo que temporariamente, a função paterna.*

– Eu não sei. Mas deu um presente.

– Ele te trouxe alguma coisa?

– Aham. Ele trouxe um carrinho, mas não funcionava porque a bateria estourou dentro, porque ficou muito tempo guardado com ele antes de me dar – faz uma pausa e continua

– *E minha mãe tinha esperança, a gente tinha, que quando ele voltasse ele ia ficar com a gente, mas ele não quis. O objeto trazido pelo pai e dado ao filho estava estragado, não prestava. Um pai que abandona e que, ao voltar, oferece algo que não lhe serve, com o qual ele não pode brincar. Mais que isso, que “não lhe quis”. Cabe dizer: Wassily idealiza o pai que vive fora, que estudou – e pôde fazê-lo com intensidade porque a figura fantasiada era fruto do que lhe dizia sua mãe –, mas quando se encontram a frustração é dupla: seu pai não o quer por perto e lhe presenteia com algo que não pode usar. Uma parte da transferência negativa deve estar aqui, herdeira do abandono e da decepção. Começo a pensar na hipótese de que deve sentir que algo nele afasta os outros, algo que estraga seus contatos afetivos.*

Verão de 2010, ato II

Lutamos por terras na França. No contexto que cria, eu defendo minhas terras, que ele quer invadir. Vai dominar meu reino, “roubar” minhas “mulheres”. Diz ter uma namorada, a quem já beijara no intervalo das aulas. “Queria mais”, diz-me, “mas foi só”.

– O que você queria? – pergunto.

– Ah, Eugênio, você sabe. . .

- Sei?
- Sabe – *imaginava, mas não posso dizer que tinha certeza. De toda forma, arrisquei.*
- Fazer amor? – pergunto.
- Eugênio, vamos chamar pelo que é. Transar – Wassily segue dizendo saber que não podia fazer isso ainda, que teria de esperar porque ainda era uma criança. Faz uma longa pausa, ergue sua espada e volta à luta. Após alguns golpes, diz:
- Quando eu ganhar, vou capar você.
- Capar?
- É. Te capar e tirar sua dignidade. Cortar teu pinto e teu saco – *fico surpreso com essas palavras. Nenhuma de suas narrativas anteriores explicitava atitudes desse tipo. Matava-me das mais diversas formas – boa parte das medievais e algumas das maneiras modernas –, mas isso era novo.*
- E eu não vou mais ter o que fazer com as mulheres – digo, e sento-me numa cadeira. Ele concorda. Sem tocar-me, faz movimentos com a espada que corresponderiam ao processo de castração. *Aceito a simulação, penso que ela pode ajudar-lhe a expressar sua raiva e ajudar-me a compreender; mas fico um pouco atônito. Angústia de castração minha ou dele, que se presentifica na encenação?* Pergunto:
- Você tem medo que cortem o seu?
- Não – responde, sem parar os movimentos com a espada.
- E quer cortar o meu para que eu não te ameace?
- Isso!
- E quer fazer coisas de adulto. Usar o seu pinto como eu posso usar o meu – *faço uma aposta, porque o sentido do que está ocorrendo ainda não me é de todo apreensível.*
- É, eu quero. Mas não posso transar – *parece-me que uma parte do sentido veio à tona: sua sexualidade, frequentemente autoerótica e um pouco exibicionista, implica uma compulsão que pode estar relacionada à impossibilidade de realizá-la plenamente, como um adulto. Mas esse não é todo o sentido, a luz não recai sobre tudo o que está sobre o palco. A sexualidade contracena com outro elemento que, caso tenha se mostrado, o fez noutro contexto.*

Wassily olha uma garrafa d'água sobre a mesa. Para a castração e pergunta-me se pode tomar refrigerante. Digo que tem água, caso queira. Perto da mesa há uma caixa de brinquedos. Ele pega uma corda de pular. Tenta pular sozinho, mas não consegue. Irrita-se com a corda e a joga no chão.

- Eu vou te amarrar – diz.

– Por quê?

– Pra te capar – *e eu penso: “de novo?”*. Envolve a corda de maneira frouxa nos meus pés e diz: Você roubou minha mulher e eu vou roubar ela de volta! Finge que eu amarrei sua mão – eu finjo. – Abre a boca – ordena, apontando a espada para o meu rosto.

– Não abro. E não aponte a espada tão perto – *fico incomodado com o retorno da encenação e com a proximidade da espada. Uma dose de masoquismo faria sentido: assumir uma passividade que permitiria ao paciente, no jogo, ser ativo.*

Wassily dá-me um tapa na cabeça. A pancada não dói, mas me causa profundo desconforto e estranhamento, como se a brincadeira tivesse passado dos limites – do meu limite – da mesma forma que a colocação da espada, com a ponta muito próxima de meu rosto, o fizera.

– Não me dê tapas. Você pode brincar do que quiser, desde que não me agrida e nem se machuque. Isso não pode.

– Desculpa – diz baixando a espada. Pergunta-me se podemos continuar, ao que eu respondo que podemos, desde que ele não faça mais aquilo.

Wassily volta a apontar a espada para mim, agora mantendo alguma distância.

– Abre a boca senão eu vou. . .

– O quê? Me capar? Mas você já não ia fazer isso – *algo está errado, sinto. É uma sensação que me desconcerta, em especial seu modo de falar: embora ameaçador, não se trata de raiva, mas de uma violência que percebo pela intensidade de seu tom de voz, pelo olhar que me dirige.*

– Eu te mato!

– Vai acabar com a dor, pelo menos – *a fala é o resultado de um cálculo: melhor morrer de uma vez e parar de sentir tanta dor. Mas de que dor eu falo? Ele não me toca mais, então presumo a dor sentida por alguém que passa por algo do tipo.*

Wassily pega a garrafa d’água e toma um gole. Recoloca a tampa e diz que o refrigerante estava bom. *Satisfeito, pensei. O que acabou de acontecer? Não associo nada, só percebo que sentia um incômodo crescente que agora diminuía.* Mas ele diz:

– Eu vou pegar a garrafa de refrigerante e colocar Mentos e chacoalhar. E vou enfiar no teu cu. Aí vai estourar e vai sair aqui pela frente – na minha região genital. *A imagem mental que essas palavras criam transforma a situação; como se o conteúdo violento delas fugisse da brincadeira e escorresse para uma realidade presente e passada.*

– Isso seria horrível na realidade – digo, *é só o que consigo dizer*. – Tudo isso seria horrível se fosse de verdade.⁸⁶

– E vai arrebentar tudo! – Wassily grita com prazer, como num acesso de riso. *“Isso seria horrível se fosse real”, uma ideia fixa que não me sai da cabeça: aquela violência ocorrendo fora da brincadeira, fora da sessão, sem controle. Sinto-me invadido, não encontro palavras por alguns segundos. A imagem do ato, de seu riso, de ser subjugado – ou violentado, como se queira – para o prazer de outro. Digo:*

– Isso seria tortura e seria sexual. . . Nessa brincadeira você está falando de transar comigo – *a ideia fixa saiu, estava na sala, ao meu redor, na corda, na garrafa sobre a mesa, em todo lugar*. Wassily fica vermelho, tenta falar, gagueja, tenta de novo:

– Eu disse que queria transar. Eu não falei. . . eu. . . não com você – *ele está certo. Não falou que queria transar comigo, mas não me parece ser disso que se trata. Era com alguém que ali, pela transferência, ganhava meu aspecto. Minha interpretação – causadora também em mim de rubor – era dita do lugar que eu fora colocado, e precisava ser explicada a ele.*

– Mas você queria enfiar coisas na minha boca e no meu ânus. E me capar, para que eu não pudesse fazer a mesma coisa com você.

Ficamos em silêncio por alguns instantes, e pergunto:

– O que aconteceu?

– Fica quieto! Fica quieto!

– Deve ser difícil falar disso, mas você falou de outro jeito hoje.

Silêncio. Não sei quantos minutos; eu sentado e ele em pé, alguns passos à minha frente.

– Você vai contar para a mulher que atende minha mãe. E minha mãe vai acabar sabendo. E aí uma pessoa vai contar para outra e aí o mundo vai ficar sabendo.

– E você perde sua dignidade?

– É – diz. *Eu queria explicar-lhe que sua dignidade não seria perdida, que sua mãe sabia e estava preocupada, que deve ter sido horrível. Quero acalmar Wassily. Mas percebo que uma cota do que ele julgara que se perderia caso contasse transformou-se há tempo em agressividade. Esse era o elemento que contracenava com a sexualidade*

⁸⁶ Ao estudar o volume sobre relações de objeto em casos de trauma severo escrito por Prior (1996), encontro uma interpretação na mesma linha. Ele, Prior, durante os atendimentos a um paciente, Damon, era o Esqueleto, personagem do *He-man*. “Como Esqueleto”, escreve, “eu fazia fluidos que podiam seguir Damon pela sala. Quando afirmei como seria assustador caso eu realmente me transformasse no Esqueleto, Damon encenou. . .” (p. 146).

de forma escondida. Na brincadeira, ele tornara-se ativo na experiência que antes sofrera passivamente. Um violento Fort-da ao qual ele se permitiu comigo. Não foi por outro motivo que começou seu relato pelo nome do abusador. Eu lhe disse:

– Eu não conto se você não deixar.

– Eduardo. . .

– Mais de uma vez? – perguntei.

– Só uma.

– E como você se sentiu.

– Mal. Horrível. . .

E seguiram-se os detalhes de sua experiência real, os quais muitos pontos da encenação aludiram.

Outono de 2008, primeira sessão

Wassily entra na sala com um caderno de desenhos. Apresento-me e ele pergunta se pode me desenhar. “Sim pode”, eu digo. Conversamos enquanto desenha. Com lápis preto faz uma porta à esquerda da folha e começa o traçado de uma figura humana. Quando a termina, ela conta seis pernas, quatro braços, três olhos e tem a cabeça recoberta por orelhas. “Este é você”, me diz. Pergunto por que tenho tantos braços, pernas, olhos e ouvidos – *e penso que aquele menino me achou uma versão modificada do lobo mau. Ao invés de ter olhos e ouvidos grandes, eu os tenho em profusão.* “É porque você vai me ouvir de tudo, não é. E sei lá, ficou parecendo uma centopeia mutante”. *Transferência apressada esta, pensei. O menino deve ter muito que dizer.*

Peço que me mostre outros desenhos. Folheia algumas páginas, explica os que acha interessantes, mas me chama atenção uma folha colorida. Formas coloridas, circulares, curvas – o menino fez uma composição abstrata impressionante. No topo da página, em maiúsculas, li “KANDINSKY”.

– Onde viu isso? – perguntei.

– Numa revista, eu acho, ou num livro da biblioteca. Gostei e copiei. Ficou legal né?

Contratransferência apressada essa minha, pensei. Não, transferência mesmo. Estou surpreso ao ver um menino reproduzir por conta própria um quadro de Kandinsky. As inúmeras orelhas que ganhei são um sinal da confiança dele, minha surpresa, um sinal

claro de simpatia por ele. Que é preciso confiança do paciente para o trabalho analítico, o sabemos. Mesmo assim, darei um exemplo:

A poetisa americana Hilda Doolittle (HD), tinha 46 anos quando começou sua análise com Freud. Ele tinha 76. Na primeira sessão, esperava que Freud fosse silencioso, deixando-a fantasiar e sonhar; mas não: ele falou por boa parte do tempo, esmurrou o divã e incomodou-a com a intensidade de sua presença. Nas sessões seguintes, entretanto, HD começou a ver Freud de uma maneira diferente, achou-o atencioso, informal e engraçado. Na segunda semana de análise, ela preocupava-se se a morte não colocaria fim à relação dos dois, mas não conseguia falar desse medo. Disse algo, porém, que fez Freud perceber o que estava em sua mente. Ele começou a bater com o punho na cabeceira do divã. Escreve HD:

Conscientemente, eu não percebi ter dito qualquer coisa que justificasse a irrupção do Professor. . . O Professor disse, “O problema é – eu sou um homem velho – *você não pensa que lhe vale a pena me amar*”. O impacto de suas palavras foi assombroso – eu simplesmente não senti nada. . . (Doolittle, 1984, p. 16, grifos da autora).

A frase dita a HD contempla apenas um lado, aquele do paciente, e poderia ser traduzida como: *Me ame, para que possamos começar a trabalhar*. O outro lado, o do analista, estaria implícito: seu amor, nesse momento, seria demonstrado na disposição de escutar e de ajudar. Mas o que está implícito muitas vezes escapa aos olhos e aos ouvidos.

Numa entrada de seu diário clínico, em 18 de junho de 1932, enquanto estava às voltas com o tratamento de pacientes traumatizados e com experimentos técnicos, Ferenczi escreveu:

Ao final, fica-se convencido que os pacientes estão certos em demandarem-nos que sejam levados de volta à situação traumática, mas também de outras duas coisas: I) da convicção real, sempre que possível, da memória da realidade da reconstrução; II) como condição desta, um interesse genuíno, um desejo real de ajudar ou, mais precisamente, um ‘amor que tudo pode’... e constitui um contrapeso para a situação traumática... *nenhuma análise pode ter sucesso se nós não tivermos sucesso em realmente amar o paciente* (Ferenczi, 1932/1988, pp. 129-130, grifos meus).

A ideia é um pouco assustadora. Para que uma análise tenha algum sucesso, é preciso que realmente amemos o paciente. O que isso quer dizer? Acho que o trecho do Diário é muito amplo. Amar é ter um “interesse genuíno, um desejo real de ajudar”,

que pode subsistir mesmo depois de encerrada a análise, por meio da lembrança terna que temos de alguns casos e de nosso esforço ao tentar compreender o que se passou.

Verão de 2010, ato III

Wassily termina de contar o violento abuso que sofreu. Está fazendo nós na corda de pular. Ajudo-o a refazer um nó que deu errado e digo:

– O que o Eduardo fez com você foi errado. Ele não tinha o direito de fazer isso. Se fosse hoje, já seria errado, naquela época, talvez tenha sido pior. Mas sua dignidade não foi embora – *mais tarde, li sobre uma fala desse tipo como “palavras justas”* (Macedo, 2011, p. 3).

Wassily coloca a corda cheia de nós no ombro, abre uma gaveta e pega a caixa de massinhas de modelar. Aperta as massinhas enquanto fala:

– Eugênio. . . vou fazer um boneco meu para você. . . um boneco meu bebê. . . pra você cuidar. . . pode ser?

*O cenário no qual lutávamos remontava à sua primeira infância: entre Londres e Londrina, incluindo o estragado e o abandono – primeiro, mostrou-se um pouco abstrato, como num quadro de Kandinsky, e depois real, encerrado nas páginas de seu caderno.*⁸⁷

⁸⁷ Sou profundamente grato às diversas pessoas a quem pude apresentar este caso, do começo de minha clínica ao longo dos últimos anos, e que, como supervisores, colegas atenciosos ou leitores, ampliaram minha análise do material. Na impossibilidade de mencioná-los todos, cabe agradecer alguns, em especial, e às suas contribuições: Isabella Borghesi Dal Molin fez-me notar como, mesmo mantendo as palavras originais contidas na pasta do caso, minha análise passou a incluir elaborações posteriores que também ocorriam no nível pessoal; Renata Udler Cromberg problematizou cada uma de minhas interpretações, fazendo-me reconhecer como elas derivavam de teorias que eu havia acolhido em minha prática, dando a elas um estilo próprio; Renato Mezan fez-me ver a forma por vezes “kleiniana” da sessão, enquanto minha leitura, de início, permanecia “freudiana”; Myriam Uchitel indicou como minha reação à cena engendrada por Wassily talvez pertencesse à categoria da contraidentificação projetiva; Nelson Coelho Junior destacou como uma das questões centrais da dinâmica com o paciente residia no encontro e na elaboração de meus limites pessoais durante os atendimentos e a como talvez coubesse a ideia de *rêverie* para categorizar o processo mental do analista durante e após as sessões; Inês Rosa B. Loureiro incentivou-me a fazer do caso um dos núcleos desta tese, o que trouxe consequências à maneira como eu mesmo via o caso; o incentivo a continuar trabalhando o material e a torná-lo público também veio de meus colegas do Sedes e do grupo de orientação.

2. Do som e da fúria

Temos novo material em mãos, e devemos rever as lâminas de que dispomos. Discutimos algumas das apresentações que Freud faz sobre o sadismo entre 1905 e 1913. Ele aparecia como “um componente agressivo da pulsão sexual que”, tornado independente, exagerado e deslocado, “usurpou a posição de destaque” (Freud, 1905/2001i, p. 158). Além disso, não poderia ser limitado à agressividade, localizando-se nos primeiros elementos das polaridades masculino-feminino e atividade-passividade. Também nos *Três ensaios* vemos a crueldade e o domínio serem relacionados às fases pré-genitais e ao modo como a atividade é desempenhada. Na reunião da Sociedade Psicanalítica de Viena, em 1908, o sadismo é relacionado a “uma forma particular da pulsão de agressão, uma forma ligada ao sofrimento infligido a outro” (Nunberg & Federn, 1976, p. 419) – definição que, como vimos, imiscuía a ideia de uma pulsão de agressão antes desta ter sido diferenciada da libido.

No ano seguinte, lemos no caso do pequeno Hans a referência a impulsos sádicos relativos à tomada de posse de mãe e a fantasias simbólicas do coito como cena sádica. Também em 1909, noutro caso, o do Homem dos Ratos, Freud (1909/2013a) fala sobre “o componente sádico do amor” (p. 102) ganhando intensidade na neurose obsessiva, sendo recalcado prematuramente e subsistindo como “ódio no inconsciente” (1909/2013a). Poucos anos depois, ao retomar a discussão sobre a neurose obsessiva, encontramos o argumento de que “A atividade é fornecida pelo ordinário instinto de apoderamento, que chamamos de sadismo” quando “a serviço da função sexual” (Freud, 1913/2010e, p. 332). Para uma amostragem do tratamento que Freud dá ao tema, creio ser útil uma visão esquemática, mesmo que algo reduitiva:

Ano	Localização	Processo	Resultado
1905	Componente agressivo da pulsão sexual	tornado independente exagerado e deslocado	sadismo
1909	Componente sádico do amor	acentuado e radicalmente reprimido	ódio no inconsciente

1913	Pulsão de domínio	unida e a serviço da pulsão sexual	sadismo
------	-------------------	---------------------------------------	---------

Podemos refazer algumas observações a partir da tabela: 1) ora a agressividade não tem uma existência independente, aparecendo unida à pulsão sexual (ela é uma parte da pulsão sexual, um de seus componentes, que pode intensificar-se e deslocar-se para objetos substitutos); 2) ora encaixa-se temporariamente no âmbito do domínio, do apoderamento, logo, no campo das pulsões de autoconservação; 3) mas, quando aquilo que é da ordem da autoconservação se encontra exagerado, une-se à pulsão sexual e fica a serviço dela, tornando-se sadismo; 4) além disso, o componente sádico do amor – a agressividade circunscrita à ordem do sexual ou à ordem do não-sexual?, devemos nos perguntar –, quando acentuado, em especial na neurose obsessiva, será alvo do recalque e subsistirá como ódio no inconsciente. Atividade, domínio, agressividade, sadismo – Freud faz os termos trabalharem em articulações inconstantes. O enredo pulsional de 1920, que acompanhamos na segunda parte desta tese, ainda contém uma última dualidade pulsional, que precisamos discutir em mais detalhe – a entre pulsões de vida, Eros, e pulsão de morte – que pode esclarecer o problema.

Ao localizar o Eu entre os objetos sexuais, em 1914, a distinção entre pulsões do Eu (de autoconservação) e pulsões sexuais perdia algo de sua amplitude. Freud afirma que nada se deve rejeitar da formula que prescreve às psiconeuroses um “conflito entre os instintos do Eu e os instintos sexuais” (Freud, 1920/2010g, p. 223); mas acrescenta: “Apenas sucede que a diferença entre as duas espécies de instintos, originalmente pensada como de algum modo qualitativa, deve agora ser caracterizada de outra forma, isto é, como sendo *topológica*” (Freud, 1920/2010g, p. 223). As neuroses, reafirma, continuam a ser caracterizadas por um conflito entre o investimento no Eu e o investimento nos objetos, mas há algo além. Cabe incluir aqui uma longa citação de 1920:

Na atual penumbra em que se acha a teoria dos instintos, não convém rejeitar qualquer ideia que prometa alguma luz. Partimos da grande polaridade de instintos de vida e instintos de morte. O próprio amor objetual nos mostra uma segunda oposição assim, aquela de amor (afeição) e ódio (agressão). Se conseguíssemos relacionar essas duas polaridades, fazer uma remontar à outra! (Freud, 1920/2010g, p. 225)

Vimos a oposição amor-ódio discutida em 1915, e acompanhamos como a diferenciação Eu-mundo externo envolve um movimento de atração e repulsa dirigido ao objetos conforme eles satisfaçam ou frustrem o sujeito. Prossigamos.

Há muito reconhecemos um componente sádico no instinto sexual; ele pode, como sabemos, tornar-se autônomo e, como perversão, dominar toda a tendência sexual da pessoa. Ele também aparece como instinto parcial dominante, numa das “organizações pré-genitais”, como as denominei. Mas como pode o instinto sádico, que visa ferir o objeto, ser derivado do Eros conservador da vida? Não cabe supor que esse sadismo é na verdade um instinto de morte que foi empurrado do Eu pela influência da libido narcísica, de modo que surge apenas em relação ao objeto? Então ele entra a serviço da função sexual; no estágio oral da organização da libido, a posse amorosa coincide com a destruição do objeto, depois o instinto sádico se separa e enfim, no estágio da primazia genital, para a finalidade da procriação, assume a função de subjugar o objeto sexual até o ponto exigido para a realização do ato. Podemos dizer, de fato, que o sadismo expulso do Eu mostrou o caminho aos componentes libidinais do instinto sexual; depois estes acorreram para o objeto. Quando o sadismo original não experimenta atenuação ou fusão, produz-se a conhecida ambivalência de amor e ódio na vida amorosa (Freud, 1920/2010g, pp. 225-226).

Tudo muito ordenado e claro, mas o desenvolvimento das ideias não foi exatamente assim. A confusão entre o que poderia ser atribuído às pulsões de autoconservação e o que cabia às pulsões sexuais levou à variedade de localizações para o sadismo que acompanhamos e, a meio tempo, em “Pulsões e seus destinos”, o processo que leva do sadismo ao masoquismo foi mais cuidadosamente discutido. É nesse artigo que Freud reconhece quatro destinos da pulsão sexual: 1) “a reversão no contrário”; 2) “o voltar-se contra a própria pessoa”; 3) “a repressão”; e 4) “a sublimação” (Freud, 1915/2010i, p. 64). Nosso interesse recai sobre os dois primeiros, que são os apresentados no texto. Vale acompanhar uma parte da discussão.

O primeiro destino, a reversão no contrário, é dividido por Freud em dois processos separados: conversão da atividade em passividade e inversão de conteúdo. Notemos que é a atividade, característica essencial da pulsão, como Freud defendera contra Adler, que ocupa o momento inicial, podendo mais tarde ser convertida em passividade. “A reversão diz respeito apenas às metas do instinto; substitui-se a *meta* ativa: atormentar, olhar, pela passiva: ser atormentado, ser olhado” (Freud, 1915/2010i, p. 65). A pulsão, sempre ativa, é alterada em sua forma, na maneira como busca o prazer, na ação que empreende para satisfazer-se. Na inversão de conteúdo, de amor em ódio – como pudemos seguir na discussão sobre a diferenciação Sujeito (Eu) – Objeto

(mundo externo) –, a anterioridade da atividade não é perdida de vista. A localização temporal do sadismo antes do masoquismo é herdeira da própria concepção freudiana de pulsão até o momento, o que ainda em 1915 é indicado na ideia, ligada ao segundo destino apontado por Freud (1915/2010i), de que “o masoquismo, afinal, é um sadismo voltado contra o próprio Eu” (p. 65). O que a inversão de conteúdo opera é uma mudança neste último, mas que mantém a meta; a “fúria contra a sua pessoa” que traz prazer ao masoquista seria, originalmente, um prazer sádico que toma o próprio indivíduo como objeto. Freud organiza essas relações da seguinte maneira:

- a) O sadismo consiste em prática de violência, exercício de poder tendo uma outra pessoa como objeto.
- b) Esse objeto é abandonado e substituído pela própria pessoa. Com a volta contra a sua própria pessoa também se realiza a transformação da meta instintual ativa em passiva.
- c) Novamente se busca uma outra pessoa como objeto, a qual, em virtude da transformação de meta ocorrida, tem de assumir o papel de sujeito (Freud, 1915/2010i, p. 65).

O item “a” nos oferece uma definição nova de sadismo e evidencia uma ordenação capaz de unir uma prática, *de violência*, caracterizada como o exercício ou aplicação de *poder*, a um alvo, *uma outra pessoa*, sobre a qual se faz a ação com o intuito de obter prazer. Esses elementos, como vimos, reaparecem problematizados na discussão sobre o porquê da guerra, quase duas décadas depois, com o acréscimo da pulsão de morte: “O prazer na agressão e na destruição é certamente um deles [dos motivos para a guerra]; as inúmeras crueldades que vemos na história e na vida cotidiana confirmam sua existência e sua força” (Freud, 1933/2010t, p. 428). Mas há entre um texto e outro algumas diferenças fundamentais, desenhadas após *Além do princípio do prazer*, que revelam alterações.

Ainda em 1915, Freud (1915/2010i) escreve que junto ao “exercício do poder tendo uma outra pessoa como objeto”, o sádico faz uma “ação especial dotada de objetivo. Além da humilhação, do subjugamento [efeitos sobre o outro do próprio exercício do poder], a inflicção de dor” (p. 66). O professor vê esse acréscimo de uma ação especial à meta sádica como efeito da transformação do sadismo em masoquismo. A criança sádica – na verdade, a “criança agressiva”, dirá Laplanche (1970, p. 140) –, por exemplo, não teria o intuito de causar dor quando agride o objeto. Mas quando

abandona o objeto, alvo do “sadismo original”, e o substitui por sua própria pessoa, pode perceber que

as dores se prestam muito bem para uma meta masoquista passiva, pois temos todas as razões para supor que também as sensações dolorosas, como outras sensações de desprazer, invadem a excitação sexual e produzem um estado prazeroso, em virtude do qual se admite também o desprazer da dor (Freud, 1915/2010i, p. 67).

O desprazer é acolhido porque, junto a ele, ocorre um estado prazeroso de excitação. Laplanche (1970) argumenta que, desse modo,

a dor é um abalo [*ébranlement*] como todo outro abalo; como todos aqueles cuja lista já foi esboçada nos *Três ensaios*, ela pode ser “fonte indireta da sexualidade” do mesmo como que, por exemplo, o exercício físico e o trabalho intelectual. A ideia de “transbordar” sobre o domínio da excitação sexual evoca bem o caráter “marginal” dessa produção de prazer (pp. 140-141).

O item “b” implica um estágio intermediário entre o sadismo e o masoquismo, ao localizar o “voltar-se contra a própria pessoa sem a passividade diante de uma nova” (Freud, 1915/2010i, p. 66), como aparece nos casos de neurose obsessiva, em termos de autopunição, e de modo similar ao que Freud descreverá em *Luto e melancolia* (1917/2010n) a respeito da autocritica nesta última. “A ânsia de atormentar”, prossegue, “se torna tormento de si mesmo, castigo de si, e não masoquismo” (Freud, 1915/2010i, p. 66).⁸⁸ O item “c”, já parcialmente discutido, precisa de um adendo. O adjetivo de “original” ao sadismo, o que, consequentemente, exclui a ideia de um masoquismo primário, é o ponto que merecerá revisão. Para Laplanche (1970),

É no retorno da agressividade como autoagressão que está ligada a aparição do componente sexual, por apoio, de modo que é sempre o tempo “auto” que corresponde à emergência da sexualidade. Notamos também que nesse tempo “auto” o objeto é perdido, e não é reencontrado até o desdobramento fantasístico (no estado *b*), e na pesquisa do estado *c* onde intervém a inversão dos papéis ativo e passivo (pp. 142-143).

Estaríamos no campo do não sexual – da agressão – no ato dirigido ao objeto, que só transborda para o campo sexual ao retornar para o sujeito e ligar-se à dor, marginalmente. Em 1915, lemos: “A observação psicanalítica não deixa dúvidas quanto

⁸⁸ Freud acrescenta que não há uma transformação do verbo ativo em passivo, mas em médio reflexivo (1915c, p. 66). Uma discussão clara dessa caracterização pode ser encontrada em Dunker (2013).

ao fato de que o masoquista também frui [goza] da fúria contra a sua pessoa. . .” (Freud, 1915/2010i, p. 65), não originalmente, mas quando se realiza uma mudança de meta do sadismo, de dirigir a fúria para um objeto, a ser alvo da fúria no papel do objeto. Como avançamos na discussão freudiana sobre o trauma, especialmente a realizada em 1920 e 1926, sabemos que são as experiências de passividade as responsáveis pela revisão que o autor efetuará em sua teoria. O que Freud descobriria nos próximos anos, portanto, é que, no início, há a passividade; no início, há o masoquismo. A informação a que ele não chegara, ao escrever “Pulsões e seus destinos”, fora apresentada alguns anos antes, a partir de outra perspectiva.

Em 1911, Sabina Spielrein escreve um texto seminal, “A destruição como origem do devir” – que numa versão resumida foi sua carta de entrada na Sociedade Psicanalítica de Viena – no qual as posições ativa e passiva recebem desdobramentos que levarão a psicanalista a indicar a existência, na pulsão sexual, de dois movimentos (“dois componentes”, ela dirá) antagônicos, o devir e a destruição.⁸⁹ “Em todo amor”, escreve Spielrein,

é preciso diferenciar as duas direções da representação: uma, como amamos, e a outra, como somos amados. Na primeira direção, nós mesmos somos sujeitos e amamos o objeto projetado externamente, na segunda, nos transformamos no ser amado e nos amamos como seu objeto (Cromberg, 2014, p. 252).

Observemos, de passagem, como as palavras da autora remetem a algo próximo do que, 25 anos depois, pode ser identificado como o estágio do amor primário descrito por Balint, sem torná-lo um modo exclusivo de relação: há tanto o amor ao objeto como o ser amado enquanto objeto. Na dinâmica psíquica, há “representações do sujeito” (leia-se, em que o indivíduo se vê no papel de sujeito) e “representações do objeto” (em que o indivíduo se vê no papel de objeto). Spielrein continua:

No homem, o qual tem a função ativa de conquistar a fêmea, as representações do sujeito dominam, na mulher, por outro lado, a qual deve atrair o homem, as representações no sentido inverso normalmente passam a predominar. A isso está associado o conhecido coquetismo feminino: a mulher imagina como pode “agradá-lo”, mas a isso também está associado o mais intenso homossexualismo e autoerotismo da mulher. Transformada em seu amado, a mulher pode sentir-se, até certo grau, masculina (Cromberg, 2014, p. 252).

⁸⁹ Destacaremos apenas alguns elementos do artigo de S. Spielrein, para uma discussão cuidadosa e atenta ao contexto histórico em que o texto é escrito e publicado, ver Cromberg (2014).

A observação relaciona, na linha freudiana, atividade ao homem (ao masculino) e passividade à mulher (ao feminino), mas enquanto a autora destaca as representações associadas a cada posição, vemos, simultaneamente, o destaque à passagem de uma posição a outra por meio da identificação com o objeto e do lugar ocupado na representação. O autoerotismo torna-se, ademais, um índice da passividade:

A criança também é autoerótica, pois desempenha um papel passivo em relação aos pais. . . . ela precisa imaginar como pode ser amada e, para tanto, precisa se colocar no lugar dos pais. . . . Se a criança se irrita com os pais, a reação normal seria um ato de vingança, mas isso a criança não ousa, por isso a sua raiva é externada sobre um objeto qualquer ou a criança, em sua fúria inicial, não consegue fazer algo mais sábio do que, por exemplo, puxar os próprios cabelos enquanto se coloca no lugar dos pais que a deixam nervosa (Cromberg, 2014, p. 253).

A criança não ousa e também, muitas vezes, não pode externar sua fúria diretamente. *O-o-o-o*, “para longe”, diz o neto de Freud ao arremessar o brinquedo que substitui sua mãe. O ato de vingança pode ocorrer, mas deslocado e envolvendo, ao mesmo tempo, um exercício de domínio. A situação de desamparo pode ser revivida – se avançarmos rumo a meados da década de 1920 – desde que em menor escala, como situação de perigo que causa angústia sinal, ou procurando gerar no outro algo similar. Acompanhemos um último trecho do artigo de Spielrein.

Segundo o componente destrutivo contido no instinto sexual, o homem que tende a ser mais ativo também tem mais desejos sádicos: ele quer destruir a amada. A mulher, que se representa mais como objeto do amor, quer ser destruída. Naturalmente, esse limiar não pode ser determinado com muita precisão, pois todo ser humano é bissexual, além do que, na mulher também há representações do sujeito, e no homem, representações do objeto. Por isso a mulher também é sádica e o homem, também masoquista. Se as representações de objeto se tornam mais intensas quando o sujeito se coloca no lugar do indivíduo amado, então o amor voltado a si mesmo leva à autodestruição, como por exemplo, ao autoflagelo, ao martírio, sim, à aniquilação total da própria sexualidade, como na castração. Essas são apenas diferentes formas e graus de autodestruição.

O próprio ato de procriação consiste na autodestruição (Cromberg, 2014, p. 254).

A bissexualidade orienta a variabilidade de representações de sujeito (ativas) e de representações de objeto (passivas) em ambos os gêneros – destruir o objeto de amor ou autodestruir-se ganham maior ou menor intensidade conforme prepondera o primeiro ou o segundo grupo de representações. Com a intensificação das representações de

objeto – representações, dirá Cromberg (2014), comentando a passagem – “passivas pela identificação com a pessoa amada”, há o risco de que “o amor a si mesmo, devido a essa identificação consigo e com o outro” (p. 326) possa levar a destrutividade a ganhar formas mais agudas. O entreposto do narcisismo não havia sido introduzido plenamente quando da escrita do texto; Spielrein cita um artigo de Rank sobre o assunto, como referência ao falar sobre “o componente homossexual em doentes com *Dementia-praecox* que vivem em isolamento autoerótico” (Cromberg, 2014, p. 252), mas não usa o termo narcisismo. As ideias da autora permitem uma primeira aproximação das dinâmicas intrapsíquica e intersubjetiva expostas no caso de Wassily. Trata-se, como vimos, de uma reprodução, na sessão, de uma experiência de violência que cria em ambos, paciente e analista, representações de passividade. O paciente tenta evitar a todo custo a aproximação de representações em que ocupe o lugar de objeto – menos identificado com o masculino e com a atividade – como quando 1) fala de seu colega, que seria burro, não saberia se proteger e seria homossexual; quando 2) ao ser atingido na brincadeira da luta de espadas, é sempre salvo; e quando 3) reencena aspectos do abuso que sofreu, mas de modo ativo. De forma semelhante, ao ser colocado num papel passivo durante a brincadeira da luta, minha reação é algo vacilante, fico sem palavras ou tenho a necessidade de verbalizar meu desconforto com o que ocorre. A brincadeira compartilhada revela a tensão, tanto em um quanto no outro, em permanecer continuamente num papel que coincida com as representações de objeto, nos termos da autora.

Avancemos alguns anos. Freud argumenta, em 1920, que até então “Observações clínicas” conduziram “à concepção de que o instinto parcial complementar ao sadismo, o masoquismo” deveria “deveria ser entendido como uma reversão do sadismo para o próprio Eu” (Freud, 1920/2010g, p. 226). Fazendo referência a Sabina Spielrein, que teria antecipado as ideias que viriam em seguida, ao caracterizar “o componente sádico do instinto sexual como ‘destrutivo’” (Freud, 1920/2010g, p. 227n31), o professor acrescenta:

Mas em princípio não há diferença entre uma volta do instinto ao Eu, desde o objeto, e a volta desde o objeto para o Eu, de que tratamos (...). O masoquismo, *a volta do instinto contra o próprio Eu*, seria então, na realidade, um retorno a uma fase anterior dele mesmo, uma regressão. Em um ponto a descrição que ali se fez [nos *Três ensaios* e em “Pulsões e seus destinos”] do masoquismo necessitaria de correção, por ser demasiado exclusiva; o masoquismo também pode

ser primário, algo que ali pretendi contestar (Freud, 1920/2010g, pp. 226-227, grifos meus).

O problema passa a ser como dar ao masoquismo um caráter primário quando ele não parece encaixar-se no “esforço de diminuir, manter constante, a tensão interna dos estímulos (*o princípio do Nirvana*, na expressão de Barbara Low), tal como se exprime no princípio do prazer” (Freud, 1920/2010g, p. 228). Além disso, ao falar em “volta da pulsão contra o próprio Eu”, leia-se, uma regressão da libido dirigida ao objeto de volta ao Eu, Freud aciona a problemática narcísica. Quando retorna a Barbara Low, quatro anos mais tarde, o objetivo será corrigir a afirmação sobre a relação entre princípio de Nirvana e princípio do prazer. No artigo “O problema econômico do masoquismo” (1924/2011e), lemos como “apressadamente identificamos o princípio de prazer-desprazer com este princípio de Nirvana” (p. 186), o que não poderia estar correto. Vimos anteriormente que o fator quantitativo, por si só, não é capaz de explicar as sensações na série desprazer-prazer, o estado da energia – se livre ou ligada – e o ritmo das variações também são determinantes. O que Freud propõe em 1924 é uma nova classificação dos princípios de funcionamento psíquico que contemple a relação entre as pulsões de vida e a pulsão de morte:

devemos reparar que o princípio do Nirvana, que pertence ao instinto de morte, experimentou no ser vivo uma modificação que o fez tornar-se princípio do prazer, e de ora em diante evitaremos tomar os dois princípios por um. Não é difícil adivinhar de qual poder se originou essa modificação . . . Pode ser apenas o instinto de vida, a libido, que desse modo conquistou sua parte na regulamentação dos processos vitais, junto ao instinto de morte. Assim chegamos a uma pequena, mas interessante cadeia de relações: o princípio do *Nirvana* exprime a tendência do instinto de morte, o princípio do *prazer* representa a reivindicação da libido, e a modificação dele, o princípio da *realidade*, a influência do mundo externo (Freud, 1924/2011e, p. 187).

André Green (1966-1967/2007a) destaca uma mudança operada por Freud ao organizar os princípios dessa maneira. “A tarefa de redução das tensões”, escreve, “não cabe mais ao princípio do prazer – a noção de constância desaparece desse remanejamento – e torna-se tarefa exclusiva do princípio de Nirvana” (p. 99). O resultado imediato dessa caracterização é afastar os estados prazerosos do âmbito do princípio de Nirvana, da descarga: enquanto expressão de uma tendência da pulsão de morte, seu escopo não é evitar o desprazer e conseguir o prazer – que cabe às reivindicações da vida libidinal – mas o retorno ao zero, ao inorgânico. Duas linhas de esclarecimento tornam-se necessárias no pensamento freudiano; uma que localize o

conflito, já que temos uma reordenação de princípios, e outra que trate da gênese do funcionamento psíquico sob a nova ordenação. A primeira ganha a seguinte elucidação:

Nenhum dos três princípios é realmente colocado fora de ação por outro. Via de regra eles sabem tolerar um ao outro, embora ocasionalmente deva levar a conflitos o fato de a meta estabelecida ser, de um lado, a diminuição quantitativa da carga de estímulos, do outro, um caráter qualitativo da mesma, e, por fim, um adiamento da descarga e uma aceitação provisória da tensão devida ao desprazer (Freud, 1924/2011e, p. 187).

Temos uma coexistência que se torna conflituosa na medida em que os fins almejados são diferentes – o que não é nenhuma novidade no pensamento freudiano, mas aqui ela encontra nova versão –, trazer a tensão a zero pode ser inexequível se o que se busca é algum ganho de prazer, e este, por sua vez, muitas vezes precisará ser postergado por exigências da realidade. A questão ainda merecerá adendos.

O outro esclarecimento diz respeito à maneira pela qual começam a se relacionar as pulsões nesse novo ordenamento. Os fundamentos para a especulação em torno da pulsão de morte foram também – além dos dados clínicos, do sonho de pacientes traumatizados, do jogo infantil e da repetição desprazerosa na transferência – retirados da biologia mais ao gosto do autor. O resultado não é teoricamente desimportante, porque ao ancorar ali uma parte dos fundamentos para a descrição do conceito, Freud está, forçosamente, orientando a leitura numa direção temporal, está remetendo-a ao início da vida, ou melhor, a certa leitura de como começa a vida. De A. Weissman é retirada a ideia de uma

diferenciação da substância viva em uma metade mortal e outra imortal; aquela mortal é o corpo no sentido estrito, o *soma*, apenas ela está sujeita à morte natural, mas as células germinativas são *potentia* [potencialmente] imortais, na medida em que são capazes de, em certas condições favoráveis, desenvolver-se num novo indivíduo, ou, expresso de outra forma, rodear-se de um novo soma (Freud, 1920/2010g, pp. 213-214).

Em 1914, Freud usara termos muito similares para distinção entre pulsões sexuais e pulsões do Eu:

O indivíduo tem de fato uma dupla existência, como fim em si mesmo e como elo de uma corrente, à qual serve contra – ou, de todo modo, sem – a sua vontade. Ele vê a sexualidade mesma como um de seus propósitos, enquanto uma outra reflexão mostra que ele é tão somente um apêndice de seu plasma germinal, à disposição do qual ele coloca suas forças, em troca de um bônus de prazer – o depositário mortal de

uma (talvez) imortal substância, como um morgado, que possui temporariamente a instituição que a ele sobreviverá. A distinção entre instintos sexuais e do Eu apenas refletiria essa dupla função do indivíduo (Freud, 1914/2010f, p. 21).

A descrição envolve, realmente, uma dupla existência: em parte “mortal”, “como fim em si mesmo”, e em parte “imortal”, “como elo de uma corrente”. Mas em “Introdução ao narcisismo”, a existência breve é relacionada às pulsões sexuais, e sua contrapartida, às pulsões do Eu; seis anos mais tarde, esses lugares serão ocupados, respectivamente, por Eros e pulsão de morte. A perspectiva aberta pelo recurso à biologia é a de quem olha por trás das cortinas no palco e entrevê certo movimento de direção. Quase tudo se passa como se a direção não fosse aquela, como se a vibração em cena pudesse suplantear o fato de que, quando do fim, os atores retiram-se. Uma visão que, fora do campo da biologia, mereceu as seguintes palavras, colocadas por Shakespeare na boca de Macbeth, ao saber da morte da esposa:

Ela devia morrer só mais tarde;
 Haveria um momento para isso.
 Amanhã, e amanhã, e ainda amanhã
 Arrastam nesse passo o dia a dia
 Até o fim do tempo pré-notado.
 E todo ontem conduziu os tolos
 À via em pó da morte. Apaga, vela!
 A vida é só uma sombra: um mau ator
 Que grita e se debate pelo palco,
 Depois é esquecido; é uma história
 Que conta o idiota, todo som e fúria
 Sem querer dizer nada
 (Shakespeare, 1606/2015, pp. 123-124).

No campo menos alusivo das referências biológicas do professor, a teoria morfológica de Weismann oferece a possibilidade de pensar nas “forças atuantes” na substância viva, que o leva a “distinguir duas espécies de instintos, aqueles que pretendem conduzir a vida à morte e os sexuais, que sempre buscam e efetuam a renovação da vida” (Freud, 1920/2010g, p. 214). Mas a continuação das ideias de Weismann traz mais dificuldades que soluções, porque defende a distinção como atuante somente nos organismos pluricelulares; os organismos unicelulares seriam “potencialmente imortais” (Freud, 1920/2010g, p. 214). A morte, nesses termos, ganha uma relevância secundária e torna-se um fato somente nos organismos pluricelulares. Não é nessa teoria, portanto, que o novo dualismo poderá ser ancorado, e Freud busca

outros autores. A suposta imortalidade dos organismos unicelulares mereceu dedicação experimental.

Um americano, Woodruff, cultivou um infusório ciliado, uma paramécia, que se reproduz por cissiparidade, e acompanhou-o até a 3029ª geração – quando interrompeu a experiência –, a cada vez isolando uma das partes geradas e pondo-a em água fresca. Esse remoto descendente da primeira paramécia era tão vivaz como seu ancestral, sem qualquer indício de envelhecimento ou degeneração... a imortalidade dos protozoários pareceu demonstrável experimentalmente (Freud, 1920/2010g, p. 217).

Ainda de acordo com Freud (1920/2010g), outros pesquisadores dedicados ao assunto atingiram resultados diferentes. Ao realizarem experimento similar, observaram como o infusório ciliado torna-se mais fraco e menor depois de algumas divisões e, por fim, morre. A diferença entre o método utilizado nos experimentos poderia responder pelos resultados contraditórios. Enquanto Woodruff primeiro isolou uma das partes geradas e a colocou em novo material, os outros pesquisadores não faziam a mudança. “Ao deixar de fazer isso, [Woodruff] observou as mesmas transformações senis nas gerações que outros pesquisadores” (Freud, 1920/2010g, p. 218). Freud destaca duas observações oriundas desses experimentos. A primeira é que a cópula, a união e posterior separação, entre dois organismos revigora cada um deles, algo que teria paralelo na mudança de meio a que Woodruff submeteu uma das partes geradas por cada divisão do infusório. A segunda observação diz respeito a como o organismo, deixado numa mesma solução, terminará por saturá-la com os dejetos de seu próprio metabolismo e morrerá. Freud ainda recorre a um último biólogo, E. Hering, para quem “na substância viva operam ininterruptamente dois tipos de processos, em direções opostas – uns construtivos, anabólicos, e outros destrutivos, catabólicos” (Freud, 1920/2010g, p. 219). O passo seguinte será “ousar reconhecer, nessas duas direções dos processos vitais, a atividade de nossos dois movimentos instintuais, dos instintos de vida e dos instintos de morte?” (Freud, 1920/2010g, pp. 219-220); o que termina por ser feito, mesmo que a frase seja construída como uma interrogação.

O cerne do argumento será resumido três anos depois, em *O Eu e o Id* (Freud, 1923/2011b), de um modo que merece a longa citação a seguir, dividida, de modo didático, em três partes. A primeira parte:

Com base em reflexões teóricas amparadas pela biologia, supusemos que há um *instinto de morte*, cuja tarefa é reconduzir os organismos viventes ao estado inanimado, enquanto Eros busca o objetivo de,

agregando cada vez mais amplamente a substância viva dispersa em partículas, tornar mais complexa a vida, nisso conservando-a, naturalmente. Ambos os instintos comportam-se de maneira conservadora no sentido mais estrito, ao se empenhar em restabelecer um estado que foi perturbado pelo surgimento da vida. Este surgimento seria, então, a causa da continuação da vida e, ao mesmo tempo, da aspiração pela morte, a própria vida sendo luta e compromisso entre essas duas tendências (Freud, 1923/2011b, p. 50-51).

O efeito da síntese é deslocar a pergunta, da origem da vida, à sua finalidade. Na concepção freudiana pós-1920, a natureza conservativa da pulsão deveria ser atribuída tanto a Eros quanto à pulsão de morte, mas o caráter pulsional, propriamente, deixa de pesar sobre a atividade e recai sobre o caráter da repetição. Nas palavras de Green (1966-1967/2007a),

se a compulsão à repetição é o modo de atividade de toda pulsão – como o instinto do instinto, no dizer feliz de F. Pasche –, podemos dizer então que qualquer coisa da essência da pulsão de morte é passada a Eros, ou que Eros a capta em seu proveito, o que desqualifica a pulsão de morte e obriga a que não possamos falar dela a não ser como o termo invisível e silencioso de um par no qual o contraste não é entendido de outro modo que por uma sombra projetada sobre a luz de Eros (p. 106).

Se não atingimos uma resposta sobre como a vida começa, podemos, entretanto, perceber as direções que nela se apresentam. Na segunda parte do excerto do texto de 1923, encontramos duas tendências aparentemente antagônicas expressadas por “duas espécies de instintos”,

A cada uma . . . estaria associado um processo fisiológico especial (assimilação e desassimilação [anabolismo e catabolismo]), em cada fragmento de substância viva estariam ativas as duas, mas em mistura desigual, de modo que uma substância poderia assumir a principal representação de Eros (Freud, 1923/2011b, p. 51).

O que voltamos a encontrar aqui é a ideia introduzida por Adler, discutida em 1908 e, mais tarde, assimilada por Freud, de um “entrelaçamento” [*Verschränkung*] das pulsões. Na terceira e última parte do excerto que nos interessa, lemos:

Ainda não podemos conceber de que modo os instintos das duas espécies se ligam, misturam, amalgamam uns com os outros; mas que isso sucede regularmente e em larga medida é uma suposição inescapável em nosso contexto. Devido à ligação dos organismos elementares unicelulares em formas de vida pluricelulares, haveria êxito em neutralizar o instinto de morte da célula singular e desviar os impulsos destrutivos para o mundo externo, por meio de um órgão

especial. Esse órgão seria a musculatura, e o instinto de morte se manifestaria então – mas provavelmente só em parte – como *instinto de destruição* voltado para o mundo externo e outras formas de vida (Freud, 1923/2011b, p. 51).

Mais do que amálgama ou entrelaçamento, o que Freud expressa é como esse movimento de junção é responsável por neutralizar a pulsão de morte. Noutras palavras, como a pulsão de morte pode, ao fundir-se com Eros, ser deslocada para o mundo externo por meio da musculatura. Não estamos mais num campo tão claro como aquele encontrado em “Pulsões e seus destinos”. Se ali o objeto emissor de estímulos, gerador de desprazer, causa repulsa e ódio, e este pode “então se exacerbar em propensão a agredir o objeto, em intenção de aniquilá-lo” (Freud, 1915/2010i, p. 76), aqui a mesma propensão e intenção têm origem na fusão, em benefício do indivíduo, entre pulsão de morte e Eros. “Não poderei destruir-me, então serei algoz de algo externo a mim”, diria um sujeito capaz de articular em palavras esse movimento. Dois problemas se avizinham e apoiam-se mutuamente: se há junção, deve haver a possibilidade de disjunção; além dele, permanece a dúvida sobre como tratar o sadismo e o masoquismo à luz da novidade.

O primeiro problema traz implícita sua própria solução, pois se consideramos que há fusão, deveremos igualmente considerar que possa haver algo como a defusão ou a disjunção. Imaginemos as cordas da Armada Real com seu fio vermelho, que tão bem nos serviu de metáfora ao longo desta pesquisa. Ao concebê-lo, devemos imaginar que sua posição particular, em meio ao trançado, é resultado de ter sido, ele próprio, utilizado na feitura da corda. Desse modo, ao puxá-lo, alteramos não só seu lugar, mas comprometemos igualmente os outros fios da corda. A disjunção das pulsões segue regra similar, vemo-la ocorrer o tempo todo, junto com alterações mais ou menos evidentes no próprio funcionamento psíquico. É a patologia que oferece exemplos de disjunção pulsional e, entre elas, Freud escolhe, ainda em 1923, uma que não revela o extremo: “No componente sádico do instinto sexual teríamos o exemplo clássico de uma mescla instintual adequada a um fim” (Freud, 1923/2011b, pp. 51-52); caso este componente se torne independente – e exagerado, podemos acrescentar – como uma perversão, teremos um modelo de disjunção pulsional. Mas, nesses termos, tratar-se-ia de mescla entre pulsões de vida e pulsão de morte, ou de mescla entre as já conhecidas pulsões sexuais e do Eu? Vale a introdução de outro trecho em que Freud sintetiza e discute a relação entre Eros e a pulsão de morte:

A libido encontra nos seres vivos (multicelulares) o instinto de morte ou destruição que neles vigora, que busca desintegrar este ser e conduzir cada um dos organismos elementares ao estado de inorgânica estabilidade (ainda que esta possa ser apenas relativa). Ela tem a tarefa de fazer inócuo esse instinto destruidor, e a cumpre desviando-o em boa parte – e logo com a ajuda de um sistema orgânico particular, a musculatura – para fora, para os objetos do mundo exterior. Então ele se chama instinto de destruição, instinto de apoderamento, vontade de poder. Uma parte desse instinto é colocada diretamente a serviço da função sexual, na qual tem um importante papel. É o sadismo propriamente dito. Uma outra parte não realiza essa transposição para fora, permanece no organismo e, com ajuda da mencionada excitação sexual concomitante, torna-se ligada libidinalmente; nela devemos reconhecer o masoquismo original, erógeno (Freud, 1924/2011e, p. 191).

Temos aqui uma definição do masoquismo “original” – não mais posterior ao sadismo – e erógeno, porque libidinizado por meio da coexcitação de área corporais. Notemos ainda a variação de termos para descrever um mesmo elemento: “instinto de morte ou destruição”, “instinto destruidor”, “*Então* ele se chama instinto de destruição”, ao ser dirigido para fora. A pulsão de morte merecerá integralmente o nome de pulsão de destruição ao ser ligada a Eros e ter uma parte de sua intensidade desviada para fora do sujeito. A pulsão de natureza silenciosa, quando mesclada às pulsões de vida, que procuram ligar, poderá ser chamada por nomes que, nas dualidades pulsionais anteriores, couberam às pulsões de autoconservação ou do Eu: não só pulsão de destruição, mas “instinto de apoderamento, vontade de poder”. A parte capaz de ligação e redirecionamento aos objetos aparecerá como sadismo. Já no fim da vida, em 1938, no *Esboço*, Freud faz uma última exposição do tema: “O contraste entre os instintos de autoconservação e conservação da espécie, assim como o contraste entre amor-do-Eu e amor-de-objeto, recaem sobre Eros” (Freud, 1940[1938]/2001j, p. 148). À pulsão de morte caberá, num trabalho que não emite som algum por si mesmo, “desfazer ligações e portanto destruir” (Freud, 1940[1938]/2001j, p. 148).

O mesmo excesso que identificamos antes nos fenômenos ligados à violência será encontrado, no fim da década de 1930, relacionado às modificações e variações fusionais. Lemos como “um extra de agressividade sexual transformará o amante em um assassino sexual, enquanto uma aguda diminuição do fator agressivo o tornará tímido ou impotente” (Freud, 1940[1938]/2001j, p. 149). Uma das palavras-chave dessa leitura, ao lado da compulsão à repetição e do desligamento, sem dúvida é a agressividade. É por meio dela, aliás, que Freud indica, em termos topográficos, como a pulsão de morte aparece noutras instâncias:

Quando o Superego é estabelecido, quantidades consideráveis do instinto agressivo são fixadas no interior do Eu e ali operam auto destrutivamente. Este é um dos perigos encontrados pelos seres humanos no seu caminho de desenvolvimento cultural. Segurar a agressividade é, em geral, insalubre e leva ao adoecimento (Freud, 1940[1938]/2001j, p. 50).

Argumento similar ao que vimos a respeito da libido narcísica: ao superar “determinada medida” (1914/2010f, p. 29)⁹⁰, a libido narcísica não seria mais tolerada, devendo ser enviada para fora a fim de evitar o adoecimento. Mas Freud (1940[1938]/2001j) continua:

Uma pessoa em acesso de fúria vai frequentemente demonstrar como a transição da agressividade que foi impedida para a autodestruição é atingida com o desvio da agressividade para si mesmo: ela arranca seus cabelos ou bate no próprio rosto com os punhos, embora evidentemente preferisse aplicar esse tratamento à outra pessoa (p. 150).

O desenho é, sinteticamente, o que Freud utiliza para descrever o masoquismo secundário, em 1924, com o retorno de uma parte da pulsão de destruição desviada para fora sendo “novamente introjetados, voltado para dentro, desse modo regredindo à sua situação anterior” (1924/2011e, p. 193). A passagem do *Esboço* remete à criança descrita por Spielrein, que pode experimentar uma passividade radical em relação aos pais. Um dos elementos da hipótese clínica que fez com que eu permanecesse no lugar que Wassily colocara-me em sua brincadeira é a de que alguém precisaria ocupar essa posição; caso isso não ocorresse, sua fúria transformar-se-ia em autoagressão. É claro que a distribuição de papéis entrou, a partir de determinado momento, em desacordo com minha própria capacidade de suportar as vicissitudes dessa posição, que devemos identificar como masoquista. Vimos acima como Freud caracteriza o masoquismo erógeno – uma parte da pulsão de destruição não pode ser transposta aos objetos e fica retida no organismo, sendo ligada libidinalmente – e devemos acrescentar outros dois tipos, também apresentados pelo autor.

Ao estudar as fantasias masoquistas em homens, Freud (1924/2011e) percebe que elas “põem o indivíduo numa situação caracteristicamente feminina, isto é, significam ser castrado, ser possuído ou dar à luz” (p. 189) – os tipos de representação a que Spielrein chamou “de objeto” ou “passivas”. O adjetivo de feminino a essa forma

⁹⁰ Na Parte II, cap. 4 desta tese.

de masoquismo decorre do conteúdo das representações, tardiamente atribuídos ao âmbito do feminino, mas que na verdade revelam aspectos das fantasias sexuais infantis. Ao explicitar como o masoquismo erógeno ganha diferentes elementos no desenvolvimento da libido, Freud localiza o ponto de fixação do masoquismo que chama *a posteriori* de feminino:

O medo de ser devorado pelo animal totêmico (o pai) procede da organização oral primitiva; o desejo de ser surrado pelo pai, da fase sádico-anal que a ela sucede⁹¹; a castração, embora depois negada, introduz-se no conteúdo das fantasias masoquistas como precipitado do estágio fálico de organização; as situações em que o indivíduo é possuído ou dá à luz, caracteristicamente femininas, derivam naturalmente da organização genital infantil (Freud, 1924/2011e, p. 193).

Ainda teremos a oportunidade de apresentar o masoquismo moral, mas antes precisaremos relacionar essa organização dada por Freud ao material clínico de que dispomos. O que Wassily reproduz na brincadeira é uma cena de castração, seguida de uma de tomada de posse, que termina com algo saindo da região genital, numa representação mórbida tanto da castração como do dar à luz. Naquele dia, o leitor há de lembrar, lutávamos por terras na França. Wassily procura invadir minhas terras com o objetivo de dominar meu reino e minhas mulheres. Até aqui, sou um rival na posse. Ele introduz a informação sobre a namorada, a quem queria beijar e com quem queria transar. O paciente, a propósito, corrige o termo menos direto que utilizo para designar o ato – é o caráter sexual e potencialmente agressivo que precisa ser destacado. A

⁹¹ O recorte que escolhemos fazer nesta pesquisa deixou para outra ocasião a discussão do artigo “‘Batem numa criança’: contribuição ao conhecimento da gênese das perversões sexuais”, em que o tema explicitado. De todo modo, cabe expor o cerne do artigo, como resumido pelo autor: “Na menina, a fantasia masoquista inconsciente vem da atitude edípica normal; no menino, da atitude inversa, que toma o pai como objeto de amor. Na menina a fantasia tem um estágio preliminar (a primeira fase), na qual a surra aparece com significado indiferente e toca a uma pessoa ciumentamente odiada; ambas as coisas estão ausentes no menino, mas tal diferença poderia ser eliminada numa observação mais feliz. Na transição para a fantasia consciente que substitui a anterior, a menina retém a pessoa do pai e, com isso, o sexo da pessoa que bate; mas muda a pessoa que apanha e o sexo desta, de modo que, por fim, um homem bate em crianças do sexo masculino. O menino, pelo contrário, muda a pessoa e o sexo daquele que bate, ao substituir o pai pela mãe, e mantém a própria pessoa, de modo que, no final, a pessoa que bate e a que apanha são de sexos diferentes. Na menina, a situação originalmente masoquista (passiva) é transformada, por meio da repressão, numa situação sádica, cujo caráter sexual é obscurecido; no menino, ela continua masoquista e conserva, devido à diferença de sexo entre a pessoa que bate e a que apanha, maior semelhança com a fantasia original de sentido genital. Por meio da repressão e remodelação da fantasia inconsciente, o menino evita sua homossexualidade; a coisa notável, em sua posterior fantasia consciente, é que tem por conteúdo uma atitude feminina sem escolha homossexual de objeto. Já a menina, pelo mesmo processo, escapa às exigências da vida amorosa em geral, fantasia ser um homem, sem tornar-se masculinamente ativa, e apenas presencia como espectadora o ato que substitui o ato sexual (Freud, 1919/2010o, pp. 321-322).

correção é seguida pela constatação de que ele, Wassily, não poderia fazer isso porque era uma criança. Temos uma pausa, voltamos à luta, e a brincadeira recebe o tom que não a abandonará até perto do fim da sessão. “Quando eu ganhar, vou capar você”. De onde pode ter surgido essa nova dinâmica? Ela é realmente nova?

Permaneçamos junto ao material clínico. Ao falar sobre a namorada e sobre o que não poderia fazer com ela, podemos supor que algo se opera em Wassily, notadamente um retorno da lembrança de que algo da mesma ordem já fora vivido por ele, mas na posição passiva. Ou seja, o desejo atual, verbalizado na sessão, reativa traços de memória de natureza traumática que despertam angústia no paciente. No caso de Quinze, localizamos o trauma como inaugurando a experiência da violência, se procurarmos algo do gênero aqui, veremos como a ativação de um trauma reinaugura uma série de processos responsáveis pela entrada, na sessão, da violência. A simulação da castração, da retirada da “dignidade”, utilizando a palavra escolhida por Wassily, causa impacto. A interpretação que ofereço ao que está se passando, organizada como uma questão, tenta identificar tanto o sentimento ligado à simulação quanto algo que poderia estar sendo projetado. “Você tem medo que cortem o seu?”. Sua resposta é negativa, o que conduz à segunda parte da interpretação, também organizada como uma pergunta, “E quer cortar o meu para que eu não te ameace?”. “Isso”, concorda. Todo o movimento tem o sentido de retirar-me da condição fantasiada de rival (ativo e perigoso) e colocar-me na posição, igualmente fantasiada, de objeto passivo de sua ação. Pode-se supor, nesse momento da simulação, a existência de uma fantasia de fundo masoquista, oriunda da fase fálica, mas que surge já revertida em seu contrário: ao invés de, como Freud pôde defender em 1915, substituir a meta ativa pela passiva, o que vemos é a substituição da experiência passiva por uma ativa. A terceira parte da interpretação e a resposta que Wassily dá a ela reforçam essa compreensão. Digo que ele “quer fazer coisas de adulto. Usar o seu pinto [termo que ele introduziu na sessão] como eu posso usar o meu”. Ele confirma o desejo e, imediatamente, reafirma sua impossibilidade de concretizá-lo. O paciente faz mais uma pausa e volta-se a outro objeto, a garrafa sobre a mesa. Pergunta se pode tomar refrigerante, mas o que há na garrafa é água. Não identifico o intuito da pergunta, se ele quer manter o ar da brincadeira, um “vamos fazer de conta” – ao ver refrigerante onde havia água – ou se a maneira como a sessão progredia exigiu que a ação parasse ali. Minha resposta remete à realidade (ao fato de ser água o que temos sobre a mesa), e Wassily volta-se à caixa de brinquedos. Não podemos deixar de notar, entretanto, que uma parte posterior da cena

anuncia-se já aqui, com a informação de que a garrafa será, para seus propósitos, de refrigerante.

Ele retira uma corda da caixa e tenta brincar sozinho. Não tem sucesso, irrita-se. Talvez o fracasso na tentativa de brincar sozinho fez com que a ação voltasse a demandar a interação. Anuncia que vai me amarrar para retomar a castração. O elemento novo da brincadeira, a corda, e o modo como a usa, presta-se a inúmeras interpretações. Ficaremos restritos a duas: ela diminui ainda mais a atividade do outro e, paralelamente, arma mais uma vez o campo lúdico – que fora temporariamente suspenso – com as palavras “*Finge* que eu amarrei sua mão”. Dito de outro modo, o paciente retoma a anulação da atividade do contendor na brincadeira ao mesmo tempo em que reafirma a natureza lúdica das ações que realizamos ao expressar a necessidade de que fingíssemos. Com isso, aquiesço; mas Wassily também me manda abrir a boca, mantendo a espada próxima de meu rosto, e sobre esta ação estamos em desacordo. Sua voz é mais incisiva, os sons que emite tornam-se mais intensos. Começa a desenhar-se nesse momento outra fantasia de fundo masoquista, agora derivada da organização genital e invertida, como sua congênere anterior, da fase fálica: possuir o objeto (antes, ser possuído). Fico incomodado e digo que não o faria. É sobre os limites da brincadeira que não concordamos naquele dia: ele quer levá-la à frente, prosseguir para além do que permito. O que se segue é um ato de agressão.

Wassily dá um tapa em minha cabeça. Lembremo-nos que estou sentado, de modo que nossas alturas são similares, e que não sinto dor com a pancada, mas desconforto e estranhamento. Sua ação tendia a tornar-se mais física, a extravasar-se nessa direção, mas a reafirmação do campo lúdico fez-me crer que os limites seriam mantidos. Digo-lhe, como fizera logo nas primeiras sessões, sobre os elementos demarcadores do *setting*. O paciente pede desculpas e continuamos. Volta à mesma ação, mas mantém distância. Aceito, então, regredir com ele. Pouco depois, outra fantasia, com a mesma inversão das anteriores, é expressa. “Eu vou pegar a garrafa de refrigerante [o item incluído antes] e colocar Mentos e chacoalhar. E vou enfiar no teu cu. Aí vai estourar e sair aqui pela frente”. O abuso que Wassily sofreu ganha aqui uma representação mais direta, algo penetra o ânus e tem um triplo efeito, condensado na imagem criada por suas palavras: o próprio genital masculino será destruído, aquilo que o penetrou sairá pela frente e restará um produto disso. Wassily tem nove anos e uma história própria, em que se conta uma experiência sexual precoce e violenta. As polaridades sexuais que organiza em suas fantasias e na brincadeira não correspondem

exatamente à cronologia que Freud tinha em mente ao escrever “O problema econômico do masoquismo”. Um ano antes, em 1923, no artigo “A organização genital infantil”, que inclui a fase fálica no corpo teórico freudiano, lemos:

Uma primeira oposição é introduzida com a escolha do objeto, que naturalmente pressupõe sujeito e objeto [a diferenciação que já pudemos acompanhar]. No estágio da organização pré-genital sadicoanal não se pode ainda falar de masculino e feminino, prevalece a oposição *ativo e passivo*. No estágio da organização genital infantil que então se segue [a fase fálica] há *masculino*, mas não *feminino*; a oposição é: *genital masculino* ou *castrado*. Apenas ao se completar o desenvolvimento, na época da puberdade, a polaridade sexual coincide com *masculino* e *feminino*. O masculino reúne o sujeito, a atividade e a posse do pênis, o feminino assume o objeto e a passividade. A vagina é então estimada como abrigo do pênis, torna-se herdeira do ventre materno (Freud, 1923/2011c, p. 175).

Poderíamos localizar a dinâmica na sessão como pertencente à lógica genital masculino ou castrado, o que parece correto e suficiente, mas dois últimos dados devem ser considerados: a penetração causa um estouro que sai pela frente e, ao fim da sessão, Wassily molda um boneco que o representa como um bebê para ser cuidado. Sobre o estouro, podemos vê-lo como simbolização do orgasmo (do agressor) que põe fim à ação sexual violenta. Sobre o aspecto psicológico do processo do orgasmo, Ferenczi (1924) escreve que “Tudo se passa como se, nas condições do coito, uma tensão que atingiu um grau elevado de intensidade se acalmasse *de súbito e com extrema facilidade*, de forma que a mobilização intensa de energias de investimento torna-se bruscamente inútil” (1924, p. 48). Seu argumento é o de que investimentos libidinais de todo o corpo acorrem ao genital quando do coito e da masturbação, num fluxo que chama de “genitópeto”; com a descarga no orgasmo, dá-se um fluxo de libido na direção oposta, “genitófugo”, do genital para o resto do corpo. A satisfação do orgasmo corresponderia, “de certo modo, à *genitalização explosiva do organismo todo*, à identificação *total* do organismo com o órgão de execução sob o efeito da fricção” (Ferenczi, 1924, p. 48). O autor acrescenta que essa leitura não é capaz de contemplar todo o fenômeno, pois não inclui um ponto fundamental, em sua opinião, a “tendência para reestabelecer a situação pré-natal” (Ferenczi, 1924, p. 49).

O outro dado relacionado à polaridade masculino – feminino que ganha forma na sessão é a feitura de um bebê. Uma série de elementos perpassa essa representação que o paciente faz de si mesmo, mas cabe notar que se o orgasmo do agressor é o que põe fim ao ato sexual abusivo, os efeitos da violência continuam a adquirir forma nas

fantasias do paciente. O ato sexual gera filhos que não são assumidos (como ele mesmo não foi por seu pai), de modo que o pedido para que o bebê fosse cuidado, ganha a seguinte legenda: “você pode fazer algo diferente do que fizeram comigo?”. A compulsão à repetição envolve camadas diversas na mesma ação: reproduz-se a experiência traumática, de natureza, em seu caso, violenta; reproduz-se certa atribuição de papéis em que um ato sexual tem consequências que não podem ser assumidas por todos; e reproduz-se uma dinâmica de intrusão e reação à intrusão. O que se ganha na passagem da passividade radical para a atividade é o domínio da situação, por meio da ligação entre a destrutividade e a sexualidade, a possibilidade de controlar a intensidade da angústia, e um bônus de prazer, ao intensificar o componente agressivo. Há ainda outro ganho colateral na passagem.

A brincadeira da luta de espadas era uma escolha frequente de Wassily, assim como a narrativa em que sou morto, tenho parte de meu corpo decepada (a cabeça, normalmente) e volto à vida. Na sessão do verão de 2010, junto à fala explícita sobre a castração, o paciente assoma a informação de que o ato retiraria a “dignidade” do castrado. Dessa maneira, o caráter da ação ganha um atributo novo, que não fora tratado antes. Sabemos, por ter acompanhado a sessão como um todo, que no mundo interno do paciente a palavra “dignidade” associa-se a algo que pode ser perdido pela ação de outra pessoa; que o comportamento da vítima participa do cálculo; e que a notícia sobre a ação sofrida pode espalhar-se, comprometendo também a dignidade – a honra, o valor – do sujeito. Wassily preocupa-se, em particular, com a possibilidade de que sua mãe venha a saber do que ocorreu. À época do abuso, fizera vagas referências sobre o episódio para ela, das quais não se lembra. Mais tarde, o paciente intensifica seu comportamento masturbatório, o que causa preocupação na mãe, mas passa a silenciar sobre a experiência sexual violenta. A primeira terapia tivera sucesso quanto ao objetivo de diminuir a frequência da masturbação, de acordo com a vontade da mãe, mas o comportamento voltara. Logo nas primeiras sessões, o eco desse objetivo condizente com a expectativa materna foi representado no desenho do garoto acorrentado, o “Homem-aparelho”. Wassily quer mostrar potência e atividade, talvez a que lhe teria faltado quando do abuso, mas é impedido pelas exigências que lhe são impostas externamente. O termo “dignidade” parece oriundo do que o paciente imagina serem os valores aceitos por sua mãe e por seu pai, à luz dos quais ter sido abusado (submetido, castrado e possuído) não faz boa figura. A passagem da passividade à atividade traz, desse modo, o seguinte ganho colateral: Wassily fica, frente à sua consciência moral,

num lugar menos desvalorizado; diríamos, em termos freudianos talvez impróprios para descrever o fenômeno, que a mudança de posições diminui o sentimento de culpa, que não é verbalizado, ao mesmo tempo em que finda por revelá-lo. A impropriedade, parece-nos, está no uso das palavras “sentimento de culpa”.

A consciência moral é uma atribuição do Superego, e a “consciência de culpa”, escreve Freud, “a expressão de uma tensão entre Eu e Super-eu. O Eu reage com o sentimento de angústia (angústia da consciência) à percepção de que não ficou à altura das exigências colocadas por seu ideal, o Super-eu” (Freud, 1924/2011e, p. 196). Tivemos a oportunidade de discutir como a libido passa a investir os objetos, ao ponto de limitar a satisfação num movimento que termina por idealizar os objetos e identificar-se com eles. Em 1923, ao reorganizar o aparelho psíquico, Freud (1923/2011b) argumenta que

O Super-eu deve sua especial posição no Eu ou ante o Eu a um fator que deverá ser estimado a partir de dois lados: [1.] é a primeira identificação, acontecida quando o Eu era ainda fraco, e [2.] é o herdeiro do Complexo de Édipo, ou seja, introduziu no Eu os mais imponentes objetos” (p. 60).

As relações entre Eu e Superego ganharão formas mais ou menos agudas capazes de, em níveis variados, fazer preponderar a lógica da pulsão de morte.

Na melancolia, por exemplo, “vemos o Super-eu extremamente forte, que arrebatou a consciência, arremete implacavelmente contra o Eu, como se tivesse se apoderado de todo o sadismo disponível na pessoa” (Freud, 1923/2011b, p. 66). A destrutividade encontra espaço propício no Superego e dirige-se contra o Eu. “O que então vigora no Super-eu é como que pura cultura do instinto de morte” (Freud, 1923/2011b, p. 66), capaz de conduzir de fato o Eu à própria destruição, caso não surja uma defesa por meio da mania. Não é necessário que façamos um diagnóstico de Wally, mas que atentemos a como a dinâmica que apresenta é capaz de, por um lado, expressar a mais terrível fúria e, por outro, temer a avaliação que a fúria implica. Noutras palavras, parece necessário considerar como a compulsão à repetição a que se entrega durante a sessão liga-se a Eros quando permite uma maior atividade – há prazer no Eu, portanto, com a satisfação de impulsos sádicos – e temor de que o Eu sofra coerção do Superego devido à leitura moral. Nesse último aspecto há um pendor masoquista que não podemos ignorar, mas que se liga à vergonha e não à culpa. Todo

ato sexual, autoerótico ou não, torna-se exibição de virilidade para a mãe (e para o pai, por meio da mãe) e, paralelamente, possibilidade de perda da dignidade.

A terceira forma de masoquismo descrita por Freud, em 1924, seria perceptível no sentimento inconsciente de culpa – melhor seria dizer, na “necessidade de punição” – e nas dificuldades que seu derivado, a reação terapêutica negativa, traz ao trabalho analítico. Acrescentemos entre esses elementos a vergonha, que pode aparecer também como reação terapêutica negativa. O autor distingue as pessoas que são “moralmente inibidas de um modo excessivo . . . , sob o domínio de uma consciência particularmente sensível, embora não estejam cômicas dessa hipermoral” (Freud, 1924/2011e, p. 199) daquelas que apresentam o que chama de masoquismo moral. Prossegue: “Na primeira, a ênfase recai sobre o intensificado sadismo do Super-eu, ao qual o Eu se submete; no segundo sobre o próprio masoquismo do Eu, que anseia por castigo, quer do Super-eu, quer dos poderes parentais externos” (Freud, 1924/2011e, p. 199). Tanto a angústia de consciência como a moralidade ganham espaço com “A dissolução do Complexo de Édipo”, título de um artigo de Freud (1924/2011d) contemporâneo aos que estamos tratando, em que o autor discute o ponto [2] que anotamos acima, a herança do complexo de Édipo. Resumidamente, a ideia é que quando o menino passa a concentrar seu interesse no genital, ele intensifica os atos masturbatórios, o que não é aceito pelos adultos. O caráter da ameaça varia da rudeza a obscuras alusões, mas segue a mesma direção: “lhe roubarão essa parte do corpo que ele tanto estima” (Freud, 1924/2011d, p. 206). As satisfações ansiadas durante complexo de Édipo, de modo ativo, ocupando o lugar do pai, ou passivo, tomando a posição da mãe, precisam ser abandonadas porque a ameaça de castração torna-se uma ameaça real. O conflito que daí resulta, entre hiperinvestimento narcísico do genital e “investimento libidinal dos objetos parentais (Freud, 1924/2011d, p. 208), é resolvido em prol da manutenção do genital.

Os investimentos objetivos são abandonados e substituídos pela identificação. A autoridade do pai ou dos pais, introjetada no Eu, forma ali o âmago do Super-Eu, que toma ao pai a severidade, perpetua a sua proibição do incesto e assim garante o Eu contra o retorno do investimento libidinal de objeto. As tendências libidinais próprias ao complexo de Édipo são dessexualizadas e sublimadas em parte, o que provavelmente ocorre em toda transformação em identificação, e em parte inibidas na meta e mudadas em impulsos ternos. Todo o processo, por um lado, salvou o genital, afastou dele o perigo da perda, e, por outro lado, paralisou-o e suspendeu sua função. Com ele tem início o período de latência, que interrompe o desenvolvimento sexual da criança (Freud, 1924/2011d, p. 209).

O complexo de Édipo dessexualizado e as identificações dele resultantes formam, como já dissemos, a angústia da consciência e a moralidade; mas no masoquismo moral, escreve Freud (1924/2011d), “a moralidade é novamente sexualizada, o complexo de Édipo é revitalizado, abre-se o caminho para regredir da moralidade ao complexo de Édipo” (p. 200). Leia-se, encontraremos no masoquista uma frequente tentativa de realizar ações que mereçam punição, que tragam castigo, que lhe prejudiquem ou, no caso de Wassily, que lhe tragam temor de perda da dignidade. A pulsão de destruição ganha no masoquismo moral uma dupla existência, devido à repressão civilizatória que demanda o retorno do sadismo contra o próprio sujeito: ela surge “no Eu como intensificação do masoquismo” e “também é acolhida pelo Super-eu sem tal transformação, e eleva o sadismo deste para com o Eu” (Freud, 1924/2011d, p. 201).

Não me parece que possamos identificar *ipsis litteris* tal fenômeno em Wassily, salvo episodicamente, quando observamos um movimento similar ao que, antes, destacamos em Quinze: há na sessão uma passagem da preponderância do Eu ideal ao ideal do Eu. No caso de Quinze, vimos algo do gênero ocorrer quando, após a fala ameaçadora de que poderia estar portando uma faca “ou outra coisa”, surge uma referência a seu pai e à necessidade de comparecimento nas sessões; o “tudo posso” é substituído pelo investimento de uma figura superegógica ligada ao ideal do Eu. Em Wassily, após a satisfação na brincadeira de sua fantasia sádica, que trazia todos os ganhos já discutidos, a interpretação que liga a cena a uma experiência real faz acorrer o medo da perda da dignidade caso a informação chegasse a sua mãe. Mais uma vez, o que observamos é a passagem do investimento psíquico de uma estrutura marcada pela satisfação pulsional ilimitada e pela ilusão narcísica de tudo poder para outra, em que há limitação, julgamento moral e vergonha.

O acréscimo da palavra vergonha pede dois esclarecimentos. O primeiro, como indica Ruth Leys (2007), é que “a vergonha tem sido consistentemente teorizada como um *afeto especular que tem a fantasia da visibilidade e da divulgação [disclosure] em seu cerne*. O sentimento de culpa não tem essa dimensão de espectador” (p. 128). A vergonha, nessa leitura, tem elementos intersubjetivos mais visíveis do que o sentimento de culpa, mas podemos localizar ambos no âmbito do Superego. O segundo esclarecimento, também trazido por Leys, parte de como a concepção psicanalítica não prescreve ao inconsciente uma distinção entre intenção e ato; logo,

a psicanálise mantém a ligação entre intenção e ação considerada como intrínseca à noção de culpa. A vergonha, entretanto, é considerada como dizendo respeito não às suas ações, mas a quem você é, isto é, suas deficiências e inadequações como uma pessoa conforme estas são reveladas ao olhar vergonhoso do outro, uma troca do foco das ações ao Eu [self] que torna a questão da identidade pessoal algo de importância central (Leys, 2007, p. 11).

O que atemoriza Wassily é como será visto pelos outros, em especial por sua mãe, caso tenham notícia do que se passou, de sua sexualidade e do quão distante estaria do ideal que imagina ser esperado dele.⁹²

Retomemos algumas das ideias de Casoni e Brunet (2007), agora em mais detalhe e na medida em que possam nos ajudar a compreender o material clínico de que dispomos. O exercício, devemos salientar, é o de estudo de um modelo que possa esclarecer alguns processos que encontramos nos pacientes discutidos, mas que não pretende – nem pode pretender – encaixar os pacientes à força e integralmente naquilo que prescreve a teoria.

Ao montarem um modelo psicodinâmico para compreensão de delinquentes cronicamente violentos, os autores localizam, de início, repetidos traumas relacionais e privações. Referem-se dessa maneira a experiências precoces em que houve separação prematura entre o bebê e figuras de apego,⁹³ ou mesmo abuso físico e negligência; leia-se, “traumas associados a ansiedades massivas relacionadas à perda do objeto, ou à repetida experiência, cedo na vida, de um objeto não-confiável” (Casoni & Brunet, 2007, p. 45). As experiências assim caracterizadas compõem um “ambiente traumatogênico” (Casoni & Brunet, 2007, p. 45) gerador de recorrente desamparo, com três consequências diretas: a inveja, a busca por um objeto idealizado e a identificação com o agressor. Apresentaremos essas consequências a partir das definições utilizadas

⁹² O aprofundamento da distinção entre culpa e vergonha levar-nos-ia para muito longe de nosso tema de pesquisa. Um ótimo estudo conceitual e histórico sobre o tema pode ser encontrado em Leys (2007), já citada. Sobre a diferença no campo da neurose, ver Lewis (1971).

⁹³ J. Reid Meloy (1992) sintetiza como autores da Teoria do Apego, dedicados à compreensão da interação inicial entre o bebê e o ambiente, organizam os primeiros contatos: “No nascimento o bebê usa comportamentos de sinalização, como sugar e chorar, para solicitar a atenção do cuidador, qualquer cuidador, e causar proximidade com uma pessoa. Bowlby (1969) chamou esta primeira fase de ‘orientação e sinais sem discriminação de figura’, um período que Ainsworth e colegas (1978) renomearam ‘de fase inicial pré-apego’. O corolário das relações de objeto nesta fase é o do ‘autismo normal’ (Mahler, 1979), durante o qual o bebê estabelece um equilíbrio homeostático fora do útero materno” (p. 4). A fase seguinte já envolve a orientação e a sinalização dirigidos a um ou alguns cuidadores mais específicos – o apego está se formando. No paralelismo organizado por Meloy (1992), “esta fase é um corolário do estágio da ‘simbiose normal’ de Mahler (1979)” (p. 4). A terceira fase traz a marca de que já existe alguma representação do objeto primário, a mãe ou o principal cuidador. Já há a capacidade de “evocar memória do objeto em sua ausência” (Meloy, 1992, p. 5).

por Casoni e Brunet (2007), e as relacionaremos aos processos que cada uma, por sua vez, desencadeia.

A primeira consequência sobre a vida mental da criança nesse ambiente marcado, em especial, pela privação, seria a inveja. Casoni e Brunet (2007) conceituam-na como “uma fantasia em três fases, que se inicia quando sentimentos de vazio, ou de que ‘algo está faltando’, são associados à representação de um objeto externo visto como possuidor do que falta para satisfazer à necessidade, ou capaz de preencher o vazio” (pp. 45-46). A primeira fase da fantasia, portanto, consiste na ligação entre a sensação de um vazio interno ou de uma necessidade e a representação de um conteúdo no objeto que poderia aplacá-los. Dada a permanência da necessidade e da sensação de vazio, mesmo após tentativas de satisfação dirigidas ao objeto, a fantasia entra em sua segunda fase, esta já permeada de hostilidade: o objeto é visto como guardando para si, de maneira egoísta, o que poderia satisfazer o sujeito. Na terceira e última fase, “o sujeito rende-se à destrutividade que é a marca da inveja, como Klein a descreveu em 1957” (Casoni & Brunet, 2007, p. 46): uma vez que o objeto tem o que o sujeito precisa, mas, apesar dos inúmeros endereçamentos que lhe são feitos, não oferece o necessário ao sujeito, deve-se destruir em fantasia exatamente aquilo que, no objeto, poderia suprir a necessidade ou preencher o vazio. Algo dessa ordem pode ser identificado na relação que Wassily estabelece com seu pai ausente. O pai é idealizado por ele e por sua mãe, mas não assume Wassily como seu filho; além disso, quando se encontram, a enorme expectativa do paciente sobre o que o pai poderia lhe dar (tanto materialmente como simbolicamente) não se realiza: o brinquedo que ganha está estragado e não pode ser usado, e os contatos não adquirem maior frequência.

Prepondera dessa forma uma relação com o objeto mau que, mais do que frustrar, priva. Isso “não só causa desespero no sujeito, mas dá início ao segundo grande efeito [do trauma relacional repetido e da privação], que é *a busca por um objeto idealizado* na esperança de preencher o espaço provocado pelo efeito destrutivo da inveja” (Casoni & Brunet, 2007, p. 46, grifos dos autores). A busca, salientam os autores, está fadada a fracassar, uma vez que o ambiente traumatogênico é composto exatamente por objetos incapazes de oferecer aquilo de que o sujeito necessita. Nesse momento, delineiam-se “algumas formas cruas de ligação” (Casoni & Brunet, 2007, p. 46), que mais tarde poderiam constituir modalidades de transferência de intenso potencial terapêutico. Notemos: a idealização do objeto não poderia ser mantida sempre, e sem maior elaboração, no processo analítico, mas no caso de pacientes violentos

crônicos, a busca por um objeto idealizado forneceria o ímpeto transferencial necessário para uma “aliança terapêutica”. No caso de Wassily, que não pertence à categoria estudada por Casoni e Brunet, mas que conta entre suas experiências ao menos um trauma de grande monta e se permite uma atuação violenta na brincadeira, a idealização do objeto aparece no desenho que faz de mim ainda na primeira sessão: tenho seis pernas, quatro braços, três olhos, a cabeça recoberta por orelhas e vou “ouvir de tudo”, em suas palavras. A esta altura, cabe dizer também que não podemos classificar o ambiente inicial que interagiu com Wassily como traumatogênico – nomenclatura que, por outro lado, caberia ao ambiente experimentado por Quinze – de modo que o processo descrito ajuda tangencialmente na compreensão do caso sem, com isso, concordar com todo o material clínico.

O terceiro efeito direto do ambiente traumatogênico, de repetido trauma relacional e privação, seria a identificação com o agressor. Lemos no artigo dos canadenses: “De fato, deixada com uma vasta quantidade de raiva, e um tanto desesperada com o prospecto”, baseado em sua experiência prévia, “de encontrar uma resposta adequada a suas necessidades emocionais e relacionais, a criança é pressionada a encontrar figuras positivas de identificação, e forçada a identificar-se com aqueles que a frustraram” (Casoni & Brunet, 2007, p. 46).

Nossa primeira discussão desse conceito, feita na segunda parte desta tese, será agora retomada; mais tarde, voltaremos ainda outra vez a ele. A identificação com o agressor, na leitura de Casoni e Brunet (2007), seria um mecanismo de defesa contra a angústia gerada pelo desamparo que procura, na inversão de posições que propicia, uma proteção contra o cuidador, que exerce poder.⁹⁴ De nosso estudo podemos acrescentar que a mesma defesa, se possível, pode ser utilizada (isoladamente ou em concurso com outras) contra angústias de natureza próxima ou similar à do desamparo, e que já encontramos sob o nome de desintegração, medo do colapso, aniquilação e terror sem nome. O sujeito identifica-se, portanto, com o agressor, que é também o cuidador, ou seja, com quem frustra e priva, com a figura inconstante na tarefa de satisfazer as necessidades do bebê e que, por vezes, chega a agredir realmente a criança. Os autores citam Sarnoff que, em um artigo de 1951 a respeito do antissemitismo entre judeus,

⁹⁴ De acordo com Laplanche & Pontalis (2001), Daniel Lagache já preferia “situar a identificação com o agressor na origem da formação do ego ideal; no quadro do conflito de demandas entre o adulto e a criança, o sujeito identifica-se com o adulto dotado de onipotência [que a criança crê dotado de onipotência, idealizado, diríamos], o que implica o desconhecimento do outro, a sua submissão, até mesmo sua abolição” (p.231)

aponta dois pré-requisitos para a identificação com o agressor: [a] que a pessoa tenha sido “na realidade, objeto do comportamento agressivo de alguém que exerceu controle sobre ela [b] enquanto estava em uma situação social da qual não podia escapar” (Casoni & Brunet, 2007, p. 47). A descrição cabe à experiência abusiva que Wassily sofreu, mas não, do que sabemos, às suas primeiras interações com o ambiente. Quinze, por sua vez, foi alvo de agressões realizadas pelos objetos responsáveis também pelo cuidado. Um dos efeitos dessa dupla índole do ambiente, cuidador/agressor, é a natureza das angústias que desperta e a magnitude das defesas que entram em jogo.

Um resultado direto da identificação com o agressor, de acordo com os professores de Montréal, é aquele que já conhecemos: “a *reversão da predominância do Superego para o Eu ideal*” (Casoni & Brunet, 2007, p. 47, grifos dos autores). Uma verdadeira dominação do Superego pelo Eu ideal, devido à formação de uma aliança deste último com o Eu, “com o objetivo de evitar o sentimento de culpa ligado à destrutividade, que a identificação com o agressor desperta” (Casoni & Brunet, 2007, p. 47). O problema é que a identificação com o agressor aciona a destrutividade ou, seria mais correto dizer, intensifica-a, uma vez que ela já existia no sujeito (ligava-se também, no modelo que apresentam, à inveja). Essa destrutividade aumentada é avaliada criticamente pelo Superego, gerando culpa; o Eu, a instância que sente a culpa, alia-se então ao Eu ideal que, hiperinvestido, predomina sobre o Superego desinvestido, diminuindo o sentimento de culpa e causando uma “exacerbação de fantasias narcisistas de grandiosidade”. Este é o primeiro de dois efeitos que Casoni e Brunet (2007) apontam em seu modelo para “a reversão da predominância do Superego para o Eu ideal”. O segundo efeito, de que trataremos no próximo capítulo, é “uma atitude contrafóbica” (Casoni & Brunet, 2007, p. 48).

A exacerbação de fantasias narcisistas de grandiosidade, resultado do enfraquecimento do Superego e do domínio do Eu ideal, compensa “os sentimentos narcísicos de pequenez, desvalio, desamparo e falta de poder repetidamente sentidos na primeira infância” (Casoni & Brunet, 2007, p. 47). Como apontamos, a relação entre Eu e Eu ideal é de aliança, e não de submissão: o contato com a realidade é mantido e há uma “hipervigilância em relação aos objetos” (Casoni & Brunet, 2007, p. 48) característica de pacientes traumatizados, que se torna mais aguda devido ao uso da identificação com o agressor como mecanismo de defesa. Também os mecanismos de cisão e projeção são intensificados, de modo a afastar do sujeito o Superego cruel. Wassily não pode, ao mesmo tempo e conscientemente, fruir o prazer conquistado na

passagem da passividade para atividade e comunicar o horror que sentiu quando foi vítima de violência. Esse trabalho de ligação precisa ser feito por outra pessoa.

Conforme avançamos, o leitor pôde entremear-se às cenas, mergulhar em direção às bruxas, eventualmente fazer-se alheio ao que essas experiências lhe invocavam. Não há mais outro recurso a não ser puxar o fio vermelho em nossa direção, trazê-lo junto ao corpo e repetir: *Bom é mau e mau é bom/ Voa no ar sujo e marrom*. Falta nos dedicarmos à outra personagem em cena.

3. O ar sujo e marrom

Afirmamos antes que o fenômeno da violência ganhava forma clínica de três maneiras: nas narrativas e atuações feitas na sessão, seja no papel de vítima, agente ou testemunha de violência; na maneira como essas experiências ecoam no analista; e, por fim, na dinâmica estabelecida entre paciente e analista. A primeira forma é sem dúvida a mais simples. Tanto Quinze quanto Wassily relatam ou repetem nas sessões experiências em que foram vítimas, autores ou espectadores de atos violentos. O resultado desses relatos e repetições, entretanto, torna-se complexo quando aciona movimentos contratransferenciais que podem ganhar formas mais ou menos elaboradas. Neste capítulo, nosso foco estará na figura do analista enquanto polo da dinâmica criada na sessão. Se o leitor tiver a impressão de que nos afastamos desse objetivo, peço que não se engane por muito tempo, quanto mais puxamos numa direção, mais a corda fica justa ao redor de nosso corpo.

Escrever sobre o trabalho clínico não é tarefa fácil; o método perde algo de sua natureza de experiência estética e a teoria rapidamente oferece títulos coercitivos a fenômenos cuja polissemia não é abarcada pela nomeação. Donald Meltzer e Meg Harris Williams escrevem sobre essa dificuldade:

Comparada à complexidade do que transpira em nossos consultórios, nossas descrições parecem contos de fada tanto em sua simplicidade como em sua crueza. Tomem o material . . . : é só uma história da memória da minha impressão. Nenhuma quantidade de áudio gravado ou filmagem irá ajudar, porque o cerne da questão do que transpirou entre . . . [o paciente e o analista] foi inefável, infra-sensual e, além disso, tão complicado que meu débil órgão de consciência pode, no máximo, notar seus marcos mais grosseiros, como o que chamamos de sonhos ou associações (Meltzer & Williams, 2008, p. 23).

Tendo em vista o material clínico que trouxemos e a avaliação sobre como ele exhibe algo – e somente algo – sobre o próprio método psicanalítico, não há como evitar, a esta altura, uma incursão também na questão da técnica. Não podemos evitá-la, do mesmo modo que não podemos privar nossa descrição de parte do mundo interno do analista. Vale aqui a mesma observação feita há pouco, com um adendo: mesmo que se depare com informações históricas que já conhece, lembre-se o leitor que a corda se ajusta em determinada direção, mais para perto e sempre.

Em seus artigos técnicos publicados na primeira metade da década de 1910, Freud fez contar entre os conselhos endereçados àqueles que praticam a psicanálise a necessidade de “ser opaco para o analisando e, tal como num espelho, não mostrar senão o que lhe é mostrado” (Freud, 1912/2010c, p. 159). A recomendação procurava evitar voluntarismos causados por uma escuta que só identificasse, naquilo que dizia o paciente, uma parte do ouvinte; contra isso, argumentou, a recomendação para o clínico seria a análise pessoal.⁹⁵ “Não mostrar senão o que é mostrado” é um conselho de ordem negativa, como o são a maioria dos enunciados por Freud em suas recomendações, e há nisso algo deveras interessante. Como bem demonstram Beate Lohser e Peter M. Newton (1996), e discute Luís Cláudio Figueiredo (2008a), a prática clínica de Freud não seguia todos os preceitos defendidos nos artigos voltados à técnica; o professor vienense, ao longo de sua vida, desrespeitou a grande maioria das recomendações. E o mesmo fizeram alguns de seus seguidores.

Em quatro de janeiro de 1928, Ferenczi aparece como destinatário de uma carta-resposta de Freud a respeito do artigo “A elasticidade da técnica psicanalítica”. No ano anterior, em evento na Sociedade Húngara de Psicanálise, Ferenczi lera o texto em que retomava questões relativas à técnica, com destaque ao papel do analista no tratamento e à necessidade do tato, da “capacidade para empatia” nas comunicações feitas ao paciente. Freud comenta:

Porque minhas recomendações sobre a técnica, que dei naquela época, eram essencialmente negativas. Considerei a coisa mais importante enfatizar o que alguém não deveria fazer, demonstrar as tentações que trabalham contra a análise. Quase tudo que é positivo, que se deveria fazer, deixei ao “tato”, que foi introduzido por você. Mas o que atingi fazendo isso foi que os obedientes não tomaram notícia dessas dissuasões e submeteram-se a elas como se fossem tabus. Isto teria de ser revisto um dia, sem, é claro, revogar as obrigações (Brabant & Falzeder, 2000, p. 332).

⁹⁵ Mesma indicação que procurava resolver, no pensamento teórico, risco semelhante. O analista que “desdenhou da precaução de analisar a si mesmo” estaria assim prejudicado na capacidade de aprender algo novo com seus pacientes e “facilmente cairá na tentação de projetar sobre a ciência, como teoria de validade geral, aquilo que em obscura percepção ele enxerga das peculiaridades de sua própria pessoa” (Freud, 1912/2010c, p. 158). Tornava-se um perigo para os pacientes e para a psicanálise. A análise pessoal, entretanto, não funcionava como um colete salva-vidas de acionamento automático, pronto a inflar-se ao menor sinal de submersão. Ao entrar em análise, o sujeito, feito objeto da própria observação e daquela de seu analista, “será capaz de produzir as mais fortes resistências” (Freud, 1913/2010d, p. 168), demonstrando, ele também, as raízes psíquicas profundas que alimentam seu modo de ser e de pensar.

Os conselhos dirigiam-se ao crescente número de analistas ou aspirantes a analistas que tinham dúvidas quanto aos elementos fundamentais da técnica; mas não só isso: as recomendações, como os outros artigos da mesma temática que lhe são contemporâneos, explicitavam questões práticas e demarcavam fronteiras do trabalho analítico. Além disso, o próprio modo como eram seguidas revelava algo do psiquismo de cada leitor. Na continuação da carta de quatro de janeiro de 1928, lemos: “Todos aqueles que não têm tato verão nisto uma justificativa da arbitrariedade, i.e., do fator subjetivo, i.e., da influência dos próprios e descontrolados complexos” (Brabant & Falzeder, 2000, p. 332). Do mesmo modo que a leitura das recomendações sobre a técnica inclinava os obedientes a uma submissão muitas vezes acrítica, a ênfase no tato, no que Freud chamou de o “fator subjetivo”, poderia levar a condutas clínicas – e de pensamento teórico, acrescentemos – que ecoavam particularidades do analista e de seus “descontrolados complexos”. A questão sobre qual conduta tomar amplia-se ao ponto de incluir mesmo as tentativas de afinação consciente do procedimento: a força dos complexos pessoais é de tal intensidade que foi necessário um breviário sobre o que não fazer, e essa mesma força era determinante no modo como cada analista assumia para si o conjunto das recomendações. Notamos o acento nos mesmos pontos com os quais o leitor já se familiarizou, a saber, a força das tendências pessoais do analista no modo como trabalha e pensa, e o perigo que isso representa; mas com Ferenczi veremos a solução da análise pessoal ganhar outros ares, primeiro, idealistas e, depois, de uma crueza muito mais próxima da realidade.

No artigo que recebe os comentários de Freud no início de janeiro de 1928, o psicanalista húngaro escreve: “houve, e ainda há, muitas coisas na técnica psicanalítica que criaram a impressão de envolver um fator individual, pouco definível com palavras” (Ferenczi, 1928/2002e, p. 88), especialmente o fato de que o peso do observador, da pessoa do analista, seria muito maior do que o aceito em outras ciências. Continua:

Em seus primeiros ensaios sobre a técnica, o próprio Freud deixou aberta a possibilidade de que havia espaço na psicanálise para métodos diferentes do seu próprio. Mas essa opinião data de antes da cristalização da *segunda regra fundamental da psicanálise, regra pela qual quem quer analisar deve primeiro ser, ele próprio, analisado* (Ferenczi, 1928/2002e, pp. 88-89, grifos meus)

Não bastassem as recomendações anteriores, em 1928, a prescrição formal da análise do analista ganhou no texto de Ferenczi o status de regra fundamental – a segunda, só antecedida pela concernente ao método próprio da psicanálise, a

associação-livre. A “primeira” regra fundamental, a associação-livre por parte do paciente, já trazia uma exigência à escuta do analista, a de “não querer notar nada em especial, e oferecer a tudo o que se ouve a mesma ‘atenção flutuante’” (Freud, 1912/2010c p. 149). A contrapartida do analista ao método proposto evitaria a antecipação, a pressa e a intolerância aos desvios inevitáveis que o material recebe quando dito pelo paciente. Nas palavras de Freud (1912/2010c):

ao intensificar deliberadamente a atenção, começamos também a selecionar em meio ao material que se apresenta; fixamos com particular agudeza um ponto, eliminando assim outro, e nessa escolha *seguimos nossas expectativas ou inclinações*. Justamente isso não podemos fazer; seguindo nossas expectativas, corremos o perigo de nunca achar senão o que já sabemos; seguindo nossas inclinações, com certeza falsearemos o que é possível perceber. Não devemos esquecer que em geral escutamos *coisas cujo significado será conhecido apenas posteriormente* (pp. 149-150, grifos meus).

Vemos aqui um conselho de valor heurístico tanto ao analista quanto ao pesquisador: se selecionamos antecipadamente o material, aquilo do objeto que julgamos *a priori* como relevante, chegaremos a conclusões velhas e nada aprenderemos. A recomendação oportuna merece cada linha que ocupou. Se a atenção flutuante evita no detalhe a inclinação prévia do analista, o estabelecimento da “segunda regra fundamental”, defende Ferenczi, deveria fazer o mesmo quanto ao todo:

a importância do elemento pessoal introduzido pelo analista foi cada vez mais afastado. Qualquer um que tenha sido *completamente* analisado e que ganhou *completo controle e conhecimento* sobre as inevitáveis fraquezas e peculiaridades de seu próprio caráter vai, inevitavelmente, chegar às *mesmas conclusões* objetivas na observação e no tratamento do mesmo material bruto, e vai, conseqüentemente, adotar *a mesma tática* e métodos técnicos para lidar com ele (Ferenczi, 1928/2002b, p. 89, grifos do autor e meus).

Os dois trechos – o de Freud, em 1912, e o de Ferenczi, dezesseis anos depois – apontam na mesma direção. Mesmo em atenção flutuante, acrescenta Ferenczi, a nota pessoal do analista estaria presente, e não é difícil apontar o porquê: a escuta suspensa entre os fragmentos da associação do paciente sofre a influência do inconsciente do analista e de seus pontos cegos. A solução que o autor nos apresenta, porém, procura resolver a questão com a possibilidade de igualdade entre observadores ou, mais especificamente, no alinhamento esperado entre a escuta dos analistas a partir de uma experiência de análise pessoal. Nada mais otimista, nada mais de acordo com os ditames de outras ciências e nada mais equivocado quando aplicado à psicanálise. Mesmo que

treinados entre a fina flor do meio científico de sua época, dois sujeitos diferentes tomarão o mesmo material, em princípio, de perspectivas também diferentes. Para diminuir o problema, poderia ser útil armá-los com uma lista de pontos a notar, um *checklist*, por exemplo, e estruturar a escuta em um protocolo; ambos então seriam levados a focar a atenção e constatar, no material trazido pelo paciente, as mesmas coisas. Mais tarde, outros dois analistas servindo-se do mesmo *checklist* e do mesmo protocolo provavelmente atingiriam dados semelhantes aos colhidos pelos primeiros. Como a psicanálise não trabalha com um protocolo estabelecido – as recomendações estão longe de o serem – mas com um método, a associação-livre, e a escuta igualmente flutuante do analista, além de “dois outros procedimentos que servem para mesma finalidade: a interpretação de seus sonhos e o aproveitamento de seus atos falhos e casuais” (Freud, 1910/2013b, p. 253), e – não podemos deixar de acrescentar – a transferência, os detalhes a notar não podem ser conhecidos *a priori*. A possibilidade de concordância entre dois observadores perde muito de sua validade e existem outros aspectos que contradizem a pretensão otimista de Ferenczi. A formação do analista, a passagem pela análise pessoal, não poderia ser capaz de emudecer toda e qualquer tendência inconsciente que se apresente, ao ponto de fazer funcionar em uníssono a cata dos mesmos dados, a escuta de duas pessoas diferentes, mesmo porque a regra, para o analista, seria “manter toda influência consciente longe de sua capacidade de observação”, escreve Freud (1912/2010c), e “entregar-se totalmente à sua ‘memória inconsciente’, ou, expresso de maneira técnica: escutar e não se preocupar em notar alguma coisa” (p. 150). Logo, uma parte considerável – o “totalmente” utilizado por Freud parecerá exagerado a qualquer um que já se dedicou ao labor em questão – da escuta é inconsciente e, não hesitemos em manter a analogia, também o é uma parte da observação e da pesquisa, todas sujeitas aos pontos cegos do analista, do leitor e do pesquisador.

Tudo indica que um estudo psicanalítico exige o aprofundamento da análise pessoal, de modo a evitar, parafraseando Freud (1917/2010n, p. 181), que a sombra de si recaia sobre o objeto. A exigência da opacidade total não poderia ser realizável na prática, isso consistiria em apagar todo o mundo interno do analista, privá-lo exatamente daquilo com o que ele pode escutar. Nas palavras de Winnicott, das quais nos servimos no início desta tese, a exigência, quando levada ao extremo, poderia despojar o analista das “identificações e tendências oriundas da experiência e do desenvolvimento pessoal . . . , que fornecem as bases positivas do seu trabalho analítico

e tornam esse trabalho diferente do de outros analistas” (1947/2000a, p. 276). Mas faria sentido estabelecer, como meta, a possibilidade de uma escuta menos influenciada possível pelos complexos do analista, leia-se, pela diminuição da intensidade dos pontos cegos e da reverberação que eles geram. O ideal apresentado publicamente, entretanto, não poderia ser esse, ao menos não numa fase em que o próprio status da psicanálise enquanto ciência precisava de defesa,⁹⁶ porque, entre o analista *completamente* analisado, ou *bem* analisado, incólume em seu lugar, e o analista, digamos, *capaz de certa elasticidade psíquica e identificatória*, reside uma diferença fundamental que não cai bem em discussões pouco afeitas entre à realidade.⁹⁷ O primeiro se apresentaria para o público científico em geral, que o veria com bons olhos, e parecia já circular como *fait accompli* no meio psicanalítico. Vejamos duas passagens de 1932, do mesmo Sándor Ferenczi que nos pareceu quase ingênuo há pouco. A primeira foi lida em um congresso de psicanálise e publicada no ano seguinte. Ela é antecedida pelo argumento de que os pacientes têm uma sensibilidade aguçada às características e humores do analista, e identificam-se com ele antes de criticarem-no abertamente, o que, na maioria das vezes, não farão sem incentivo. Lemos em “Confusão de línguas entre os adultos e a criança”:

Aqui, entretanto, encontramos consideráveis resistências, desta vez em nós mesmos e nos pacientes. Antes de tudo, devemos nós mesmos ter sido bem analisados, até o ponto mais profundo [*rock bottom*]. Devemos ter aprendido a reconhecer todos nossos desprazerosos traços de caráter externos e internos de modo a que possamos estar realmente preparados para enfrentar todas aquelas formas de ódio e desprezo escondidos que podem estar tão habilmente disfarçados nas associações de nossos pacientes (Ferenczi, 1932-1933/2002h, p. 158).

⁹⁶ Como os ataques contra a cientificidade da psicanálise continuam, a tensão entre o ideal apresentado publicamente e realidade da prática – cujas dificuldades e questionamentos são tema de discussões nos mais diversos espaços frequentados por psicanalistas – não creio que o problema esteja resolvido. A bibliografia sobre o assunto é vasta, para o leitor interessado numa amostragem, ver Mezan (2002a, 2002b, 2014), particularmente o texto “Que tipo de ciência é, afinal, a psicanálise”; e Mills (2004).

⁹⁷ Desde 1910, ao menos, a comunidade psicanalítica escuta o argumento, já utilizado por Freud no Congresso de Nuremberg: “Desde que um bom número de pessoas vem exercendo a psicanálise e trocando experiências, notamos que cada psicanalista consegue ir apenas até onde permitem seus próprios complexos e resistências internas, e por isso exigimos que ele dê início à sua atividade com uma autoanálise e a *aprofunde continuamente enquanto amplia sua experiência com os doentes*. Quem nada obtém numa autoanálise pode muito bem abandonar a ideia de que é capaz de tratar analiticamente pessoas doentes (Freud, 1910/2013d, p. 293, grifos meus). Logo se acrescentou outro indivíduo à exigência, de modo a não bastar que se fizesse unicamente a *autoanálise*, mas uma análise de treinamento, o que por si só estava longe de resolver o problema, além de acrescentar outros. Sobre a questão, ver Kupermann (1996, 2008b); Meyer (2008b, 2008c); e o volume 41 do *Jornal de Psicanálise*, publicado pelo Instituto de Psicanálise “Durval Marcondes” da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (2008), dedicado à análise do analista.

Para o público a quem se dirigia, o palestrante defendeu mais análise e, também, que esta fosse feita em profundidade, não só por considerações epistêmicas como antes, mas porque muitos dos pacientes que atendia precisavam do reconhecimento e da elaboração da contratransferência. Logo, aqui o problema é de ordem ética com consequências na prática clínica.⁹⁸ Que o leitor não deixe sem a devida atenção a palavra “contratransferência”, faremos com que a tome em consideração logo adiante. O segundo trecho de 1932, do mesmo autor, foi escrito na privacidade de um diário, quando da realização de uma experiência fracassada com a técnica na qual, de forma intercalada, analista e paciente trocavam de papel em sessões subsequentes. Veremos logo mais alguns dos problemas gerados por este experimento. Diante do complexo mundo psíquico da paciente feita analista, Ferenczi recua com a suspeita de que poderia ser alvo da destrutividade de sua paciente e escreve:

por que então deveria ele, o paciente, colocar-se cegamente no poder do médico? Não é possível, ou mesmo provável, que um médico que não foi bem analisado (e quem *é* bem analisado?) não vai curar-me, mas ao invés disso vai atuar sua própria neurose ou psicose às minhas custas (Ferenczi, 1932/1988, pp. 92-93).

Nesse trecho, que não se voltava para o público, algumas das resistências do paciente são justificadas pelo temor de se submeter ao método e ser alvo, por exemplo, das tendências sádicas do analista. É claramente no campo transferencial-contratransferencial que Ferenczi, com ares menos otimistas, localiza o problema e relaciona-o às experiências infantis.⁹⁹

Antes do conjunto de artigos técnicos ganharem o papel, no segundo Congresso Internacional de Psicanálise, em Nuremberg, Freud discute mudanças no estado da arte e fez referência às inovações “relacionadas ao próprio médico”. A primeira dessas inovações diz respeito ao conhecimento da contratransferência, “que surge no médico

⁹⁸ Como argumenta Kupermann (2008a), “o fundamental de ‘Elasticidade da técnica psicanalítica’, ao contrário do que se poderia precipitadamente inferir, não é proposta de uma identificação do analista com o analisando, ou mesmo, mais grave, de uma projeção sobre este de conteúdos psíquicos do próprio analista. O aspecto decisivo apreendido no curso das formulações de Ferenczi, que reside no recurso a essa categoria [a *Einfühlung* – empatia] empregada pelos estetas do século XIX e início do XX, é a compreensão do campo transferencial como um plano de compartilhamento afetivo que, por meio do lúdico, favorece a produção de sentidos para experiências de cada um dos parceiros da análise” (p. 93). Na edição francesa, a *Einfühlung* foi traduzida por *sentir avec*, “sentir com”.

⁹⁹ Para o autor, a situação transferencial não é uma manifestação espontânea, mas produzida pela situação analítica; freudianamente, vale lembrar, o amor de transferência seria “a inevitável consequência de uma situação médica provocada pela situação analítica; . . . bastante intensificada pela resistência que domina tal situação; . . . [e] carece enormemente de consideração pela realidade” (Freud, 1915/2010j, p. 224).

quando o paciente influencia os seus sentimentos inconscientes, e estamos quase inclinados a solicitar que o médico reconheça e domine essa contratransferência dentro de si” (1910/2013d, p. 293). Ao modo de uma resistência, percebe-se, caso fosse ele o paciente, que precisa também ser admitida e superada.

Não é necessário – e nem é nosso intuito – reconstruir a história dos conceitos de transferência e contratransferência (tarefa realizada com bastante sucesso por outros autores) para que vejamos a mudança atravessada pelo par; basta, no escopo desta tese, que nos concentremos em alguns momentos-chave. O primeiro ocorre em 1909, um ano antes, portanto, da fala no Congresso de Nuremberg.

Jung mantinha uma relação amorosa com Sabina Spielrein, que fora sua paciente em Burghölzli, hospital em que trabalhava. Os detalhes do caso povoaram a correspondência que Freud trocava com Jung e, também, a que passou a trocar com Spielrein.¹⁰⁰ No começo de 1909, no dia 7 de março, mediante ameaças de que a relação se tornasse pública, Jung escreve a Freud reclamando da transferência erótica da paciente:

uma paciente, que há anos tirei de uma neurose incômoda, sem poupar esforços, traiu minha confiança e amizade da forma mais mortificante que se possa imaginar. Resolveu armar um torpe escândalo simplesmente porque me neguei ao prazer de lhe fazer um filho (MacGuire, 1993, p. 233 citado por Cromberg, 2008a, p. 95).

A relação não é reconhecida, e Jung sente-se traído. Entre as linhas que Freud envia como resposta, em 9 de março, lemos: “Sermos difamados e causticados pelo amor com que operamos – tais são os riscos do ofício, mas não será por causa deles que vamos abandoná-los. ‘Navegar é preciso, viver não é preciso’” (MacGuire, 1993, p. 236 citado por Cromberg, 2008a, p. 96). Jung acalma-se. No final de maio do mesmo ano, Spielrein escreve a Freud: quer lhe encontrar. Não demora a Jung receber de Viena nova missiva, dessa vez perguntando quem era a mulher. Em 4 de junho, a resposta é enviada a Freud, que lê:

A pessoa sobre quem lhe escrevi é Spielrein. . . . É que, por assim dizer, foi meu caso-teste, razão pela qual guardei por ela um carinho e uma gratidão especiais. . . . É claro que sistematicamente planejava me seduzir, o que julguei oportuno. Agora está querendo se vingar. Andou ultimamente a espalhar o boato de que vou me divorciar da

¹⁰⁰ Todas as cartas entre Freud e Jung citadas adiante, assim como a organização narrativa desse momento, foram colhidos da tese de doutoramento de Renata Udler Cromberg (2008a), *O amor que ousa dizer seu nome: Sabina Spielrein – pioneira da psicanálise*.

minha mulher para casar com uma estudante, o que deixou vários de meus colegas na maior vibração. Ignoro o que ela agora trama. . . . Como Gross, ela é um caso de guerra ao pai, e que em nome de tudo eu tentei curar com enorme paciência, chegando a abusar, para tanto, de nossa própria amizade (MacGuire, 1993, p. 252, citado por Cromberg, 2008a, p. 98).

Para quem estuda a história da teoria e da clínica psicanalíticas, as palavras de Jung carregam um tom que seria cômico, não fosse o drama da situação. A alegação de um senso de oportunidade pretensamente terapêutico na leitura da transferência erótica da paciente é duplamente risível, porque não toca na transferência (-contratransferência) erótica dele, Jung, e omite, como o resto da carta, a concretude da relação. As afirmações seguintes, após a notícia da boataria, agem do mesmo modo: reputam todo o episódio exclusivamente à vida psíquica de Spielrein (“um caso de guerra ao pai”) e colocam-no no papel de médico paciente e objetivo. Três dias depois, em sete de junho, Freud toma o papel e usa o termo que, em 1910, ganha publicidade em Nuremberg:

Tais experiências, embora penosas, são necessárias e difíceis de evitar. É impossível que, sem elas, conheçamos a vida e as coisas com as quais lidamos. Eu mesmo nunca estive em tais apuros, conquanto tenha chegado, não poucas vezes, bem perto, divisando, enfim, a “*narrow escape*”. Acho que só as necessidades implacáveis que me tolhiam o trabalho e o fato de ser dez mais velho que o senhor quando me dediquei à psicanálise salvaram-me de experiências análogas. Mas o dano que causam não perdura. Elas ajudam a desenvolver a carapaça que precisamos e dominar a “contratransferência”, que é afinal para nós um permanente problema; ensinam-nos a deslocar nossos próprios afetos sob o ângulo mais favorável. São uma “*blessing in disguise*” (MacGuire, 1993, p. 254 citado por Cromberg, 2008a, p. 99).

O primeiro momento-chave consiste, portanto, nessa consideração freudiana, que passa do âmbito privado ao público, sobre a necessidade de reconhecer a contratransferência, dominá-la e aprender com ela, a fim de que se possa deslocar os próprios afetos “sob o ângulo mais favorável”. No caso, trata-se primordialmente de transferência e contratransferência de natureza erótica, mas somos levados a supor que processo semelhante deverá ser aplicado também à transferência hostil, agressiva, mesmo violenta, e à sua congênere contratransferencial.

O segundo momento-chave que julgamos importante destacar será tratado em mais detalhe, porque está diretamente ligado ao nosso tema ao envolver um conceito do qual já nos aproximamos noutras duas oportunidades, o de identificação com o agressor. Em “Confusão de línguas”, Ferenczi organiza sua argumentação a partir do comportamento do analista diante de pacientes que experimentaram traumas. A

elasticidade da técnica, que passou a adotar com seus pacientes, conduzia-os a um estado maior de relaxamento em que vivências traumáticas eram repetidas durante as sessões. Na verdade, tais repetições eram encorajadas pelo analista húngaro, acreditando que, por meio delas, um material muito primitivo, a origem mesma da condição patológica – de “conflito entre o Eu e seu ambiente” (Ferenczi, 1931/2002g, p. 160) –, poderia ser expressado e ganhar, pela primeira vez, acesso à percepção e à memória. Disso resultavam estados de profunda regressão, de transe muitas vezes, em que o paciente reproduzia a situação traumática com os afetos e reações que tivera quando da experiência original. A hipótese inicial levantada pelo autor, de que a reprodução do trauma e a subsequente neocatarse proporcionada pela análise (Ferenczi, 1930/2002f) melhorariam o quadro, não se confirmou. Muitos pacientes “começaram a sofrer de ataques noturnos de angústia, mesmo de graves pesadelos, e a sessão analítica degenerava repetidamente para um ataque de angústia histérica” (Ferenczi, 1932-1933/2002h, p. 157). Presenciando o desespero, que ganhava formas corporais, e ouvindo o que diziam os pacientes durante as sessões e sobre como se sentiam nos intervalos entre as sessões, Ferenczi passou a dar atenção às críticas que lhe eram dirigidas:

Comecei a ouvir meus pacientes quando, em seus ataques, chamavam-me de insensível, frio, mesmo duro e cruel, quando me censuravam por ser egoísta, impiedoso, presunçoso, quando gritavam para mim: “Socorro! Rápido! Não me deixe perecer em desamparo!” Então comecei a testar minha consciência tentando descobrir se, apesar de todas minhas boas intenções conscientes, poderia haver alguma verdade nessas acusações (Ferenczi, 1932-1933/2002h, p. 157).

Observemos a reação do autor às críticas e reclamações. Seu primeiro movimento é “testar” a própria consciência à cata de fundamentos para o que lhe diziam os pacientes. Parece não os encontrar, mas insinua que, “apesar das boas intenções conscientes, poderia haver alguma verdade” nas acusações; noutras palavras, os pacientes talvez estivessem notando algo do inconsciente de seu analista, uma reação contratransferencial que o húngaro desconhecia. As manifestações, que Ferenczi identifica como de raiva e ódio, eram transitórias e, mesmo incentivados a darem-nas livre azo – a “não me poupar de forma alguma” (Ferenczi, 1932-1933/2002h, p. 157) – os pacientes recusavam-se a fazê-lo. Chegamos assim ao cerne do segundo momento-chave, que ocorre no começo da década de 1930 e ao qual nos referimos de passagem há pouco. Ferenczi (1932-1933/2002h) escreve:

Gradualmente, então, cheguei à conclusão de que os pacientes têm uma sensibilidade extremamente refinada aos desejos, tendências, humores, simpatias e antipatias de seu analista, mesmo se o analista está completamente desatento a essa sensibilidade. Ao invés de contradizer o analista ou acusá-lo de erros e cegueira, os pacientes *identificam-se com ele*; somente em raros momentos de excitação histérica, i.e. num estado quase inconsciente, podem juntar coragem o suficiente para fazer um protesto; normalmente não se permitem criticar-nos, tal criticismo não chega sequer a tornar-se consciente a não ser que lhes dermos permissão especial ou mesmo encorajamento para serem tão ousados. Isso significa que devemos discernir, em suas associações, não só os dolorosos eventos do passado, mas também – e com muito mais frequência do suposto que até então – seu recalco e suprimido criticismo quanto a nós (p. 158).¹⁰¹

O criticismo inconsciente dos pacientes encontra paralelo no não reconhecimento de aspectos contratransferenciais, conscientes e inconscientes, do analista. As ideias condensadas nesse excerto do artigo lido por Ferenczi, em Wiesbaden, em 1932, ampliam-se num raio que vai de problemas eminentemente metapsicológicos a dificuldades técnicas oriundas da dinâmica transferencial-contratransferencial. Cabe listá-los:

- a) a hipersensibilidade dos pacientes a características e estados afetivos do analista revela uma tendência presente no funcionamento psíquico do próprio paciente;
- b) o recalque e a supressão da crítica apontam para um mecanismo defensivo que está sendo repetido na análise; ou seja, não se trata de um fenômeno novo;
- c) a identificação com o analista, com suas vontades, humores etc. revela um processo, também de caráter defensivo, acionado pelo desamparo reexperimentado na sessão;
- d) é necessário um movimento contratransferencial específico tanto para trazer à luz o funcionamento, o mecanismo e o processo defensivos quanto para permitir que sejam elaborados psiquicamente.

¹⁰¹ Ferenczi (1928b/2002e) já expressara, na mesma linha, uma versão dessas ideias ao escrever: “Todo paciente, sem exceção, nota as menores peculiaridades no comportamento do analista, em sua aparência externa, ou modo de falar, mas sem encorajamento prévio nenhum deles falará sobre o assunto, ainda que a falha em fazê-lo constitui uma clara violação da regra primária da análise” (p. 93). Cabe notar como as ideias que vimos Balint defender mais tarde, sobre a sensibilidade dos pacientes, tem sua origem nessas observações ferenczianas.

O primeiro ponto que Ferenczi ataca é o último que listamos (d). “A maior parte do criticismo reprimido sentido por nossos pacientes é dirigido contra o que pode ser chamado de *hipocrisia profissional*” (Ferenczi, 1932-1933/2002h, p. 158). Sua descrição da postura do analista é embaraçosa: a educação com que recebemos o paciente, as promessas de uma escuta atenta e de dedicação integral não seriam verdadeiras. Afirma também que “Na verdade pode ocorrer que somente com dificuldade toleramos certos aspectos internos e externos do paciente, ou talvez nos sintamos desagradavelmente perturbados durante a sessão por algum assunto pessoal ou profissional” (Ferenczi, 1932-1933/2002h, p. 159). A solução que oferece é radical: trazer à nossa consciência as fontes dessas dificuldades e discuti-las com o paciente abertamente. Dito de uma maneira mais direta, a resposta ferencziana à dificuldade não é propriamente o domínio da contratransferência, mas o *disclosure* do analista, a revelação dos aspectos contratransferenciais negativos.

No limite de suas experiências com a técnica, Ferenczi levou essa leitura às últimas consequências, aceitando a proposta de uma paciente, Elizabeth Severn, que se apresentava como terapeuta, embora sem formação, para que ela também o analisasse enquanto era analisada por ele. Concordaram com a chamada “análise mútua”. As dificuldades, problemas e consequências dessa experiência podem ser acompanhadas na leitura do *Diário clínico* mantido por Ferenczi (1932/1988) em 1932. Na introdução escrita para uma reedição do livro *The study of the self*, de Elizabeth Severn (2017), Peter L. Rudnytsky (2017) identifica e discute algumas passagens, sobretudo o capítulo 5, em que Severn apresenta o caso de Ferenczi. Lemos, da pena de Severn (2017):

o paciente era um homem de posição moral e intelectual inusuais, com uma perspectiva balanceada sobre a vida e nítida serenidade de modos. Sofria de vários sintomas físicos que atribuía a causas físicas, ajudado por vários diagnósticos médicos que confirmaram seus medos. Essas doenças eram crônicas com um prognóstico desfavorável e o homem estava em um estado de constante depressão em relação a sua saúde. A análise logo revelou um definitivo quadro clínico psicológico suficiente para explicar seu estado de deterioração física. A análise não revelou, entretanto, a não ser após considerável trabalho, uma psicose claramente delineada.

O paciente não era a equilibrada, bem ajustada pessoa que ele, e outros, haviam imaginado.

Essa condição foi naturalmente percebida por mim antes do paciente e só foi reconhecida por ele depois de ser involuntariamente atuada. . . . Ele subitamente falou-me um dia sobre a peça *O pai*, de Strindberg, e tornou-se quase imediatamente ele mesmo o filho

insano. Ele desmoronou e perguntou com lágrimas nos olhos se eu algumas vezes pensaria nele com amabilidade depois que fosse internado em um asilo. Ele evidentemente esperava ser internado naquele momento, acrescentando como últimas palavras, com terrível emoção, “E gostamos, quando a camisa de força deve ser posta em nós, que isto deva ser feito por nossa mãe”. Imediatamente vi assim que o paciente estava reexperimentando um trauma severo no qual havia esperado que sua mãe se livrasse dele como louco, mas foi só no dia seguinte que se deu conta da importância desse impressionante incidente. Já sabíamos algo sobre essa história, sobre sua mãe ser uma mulher raivosa, histérica, frequentemente repreendendo e ameaçando seu filho, e especialmente por certo evento no qual ela o tratou com tal dureza e injúria que fez com ele se sentisse completamente louco e marcado como um criminoso (Severn, 2017, pp. 96-97).

Severn argumenta que “a inesperada reprodução na análise de uma parte da dolorosa cena permitiu a ele [Ferenczi] reconhecer essa insanidade traumaticamente-causada pela primeira vez como um fato em si mesmo” (Severn, 2017, p. 97), o que teria dado início à dissolução do quadro. O relato merece alguns comentários. O primeiro é introduzido por Rudnytsky (2017), para quem, embora a “imputação de uma ‘psicose’ a Ferenczi possa parecer extrema, ela é corroborada por sua admissão” (p. 10) feita no *Diário clínico*, na entrada do dia 19 de julho de 1932, de que a visão psicanalítica sobre seu “próprio vazio emocional, que estava envolto por supercompensação (recalcado – inconsciente – psicose) levou a um autodiagnóstico de *esquizofrenia*” (Ferenczi, 1932/1988, p. 160). O diagnóstico de ambos, Severn e Ferenczi, podemos contra argumentar, parece incorreto porque ignora, da parte de Severn, a intensidade do movimento transferencial de Ferenczi – que afinal tornou-se ele mesmo paciente de sua paciente – e, da parte de Ferenczi, porque embora reconheça a intensidade de sua contratransferência transformada em transferência e dirigida a Severn, não se demora no fato de que os afetos e seu estado mental durante as sessões reproduzem *sem contraste* aqueles que experimentou frente a sua mãe. Desde o início da experiência da análise mútua, Ferenczi já anotara em seu *Diário*, sob a data de 24 de fevereiro de 1932: “Para usar o modo de expressão de R.N.”, sigla pela qual identificava Severn, “em R.N. encontro novamente minha mãe, isto é, *a real*, que era dura e enérgica e de quem eu tinha medo” (1932/1988, p. 45, grifos meus). Na reprodução da cena traumática que se permite com Severn, Ferenczi e sua analista/paciente eliminam a necessidade de um “contraste entre o presente e o insuportável passado traumatogênico” (Ferenczi, 1932-1933/2002h, p. 160) repetido em análise. A realidade clínica aproxima-

se perigosamente da realidade traumática experimentada pelo húngaro. O resultado é julgar-se louco, como quando estava sob o domínio da mãe.

Outro comentário que o relato de Severn incita diz respeito ao claro equívoco na dimensão do *disclosure* ferencziano. Por motivos de ordem pessoal, especialmente o fato de que suas tentativas de análise com Freud sempre foram curtas e insuficientes, e por sua obsessão terapêutica que beirava o *furor curandis*, Ferenczi aceitou a proposta da análise mútua como uma forma de prosseguir sua análise sob o disfarce, nem sempre mantido, de que o fazia em prol da paciente. Não poderia haver sucesso nessa estratégia. Se nos voltarmos à passagem de “Confusão de línguas” cujas ideias listamos anteriormente, diríamos que, conforme o item (a) que salientamos, há no caso hipersensibilidade das duas partes, de Ferenczi às intenções e presunções de Severn, e desta à necessidade de mais análise revelada por seu analista e a certo pendor masoquista no húngaro. Ambos, ilustrando o item (c) depurado da mesma passagem, identificam-se com os desejos e vontades um do outro, uma vez que assumem simultaneamente as posições de paciente e analista. Ele intensifica seu masoquismo moral à procura de críticas e punições; ela, o próprio sadismo transfigurado em proposta de análise para o sujeito que sua sensibilidade identifica como igualmente traumatizado. Não é irrelevante notar que a análise mútua é empreendida por duas pessoas que, cada uma a seu modo, experimentaram traumas severos na infância e que mantiveram, ao longo da vida, frequentes mudanças de papel, da posição passiva à posição ativa e, também, da posição ativa à posição passiva. Antes de nos dirigirmos ao item (b), o recalcque ou a supressão da crítica como um processo defensivo já utilizado, que se prolonga no item (c), que discutimos brevemente, sobre a identificação com o analista, é preciso mais duas colheres de sal quanto à atividade e à passividade do analista, o que corresponde a dizer que tais posições contratransferenciais, quando intensificadas ou preponderantes, trazem um grave problema.

No próprio *Diário*, numa entrada do dia 30 de julho de 1932, Ferenczi trata do problema em meio a uma discussão sobre o que é, sem sua opinião, um trauma psíquico. Notadamente, Ferenczi divide o trauma em dois momentos, ou tempos,¹⁰² que chama de “Duplo choque” (1932/1988, p. 182). O primeiro seria o da experiência traumática em si mesma, leia-se, da confusão de línguas entre a criança e os adultos a

¹⁰² Para uma discussão detalhada dessa concepção, que procura articulá-la às ideias freudianas sobre o trauma e compreender como cada autor interpreta a “formação traumática”, conferir Dal Molin (2016).

respeito do que cada um espera do contato – terno para a primeira, passional para os últimos – ou da eclosão da paixão raivosa e agressiva do adulto sobre a criança, que não consegue integrar a situação em seu Eu. O segundo choque é efeito da negação (desmentido), do não reconhecimento da experiência anterior vivida pela criança, seja pelo agressor, seja por um segundo adulto que não o agressor. Num trabalho anterior (Dal Molin, 2016), nomeei esse tempo de busca por reconhecimento, intermediário entre o evento e sua posterior elaboração, de terceiro, por ter sido localizado e discutido pelo próprio Ferenczi depois da identificação, por Freud, dos outros dois tempos da formação traumática. O resultado do duplo choque, de acordo com o psicanalista húngaro, seria algo que pudemos observar em Quinze, por exemplo, uma “desintegração” (Ferenczi, 1932/1988) defensiva, verdadeira cisão do Eu que pode chegar à fragmentação ou à atomização caso os momentos de choque repitam-se. É no contexto dessa teorização sobre o trauma que o autor inclui sua leitura crítica do comportamento dos analistas, ao escrever que estes se preocupam com “1. Seus próprios confortos. Falta de consideração. Usando [os] analisandos ao invés de permitirem que se desenvolvam” (Ferenczi, 1932/1988, p. 183). O autor acrescenta um segundo ponto, sobre o qual recai nosso interesse:

2. Elementos sádicos e masoquistas permitidos na atmosfera que originalmente era claramente benevolente. Prazer na dor dos outros, porque o próprio sofrimento analítico é recalcado. Eu mesmo oscilei entre sadismo (atividade) e *masoquismo* (relaxamento). – Ao invés de ser sereno, bem disposto, benevolente:
Sensibilidade do analista (injustificada) (desejo por vingança).
 Ênfase excessiva na situação *analítica*.
 (Vaidade) TIRANIA: contra a independência.
 Analisandos são *crianças*. *Análise prolongada* (mantendo-os crianças ao invés de deixá-los ir) (Ferenczi, 1932/1988, p. 183).

O psicanalista húngaro reconhece sua oscilação entre o que, no limite, torna-se sadismo – um excesso de atividade da parte do analista geradora de desprazer, em especial quanto a prescrições sobre o que o paciente pode ou não fazer – e o que, também no limite, torna-se masoquismo – um excesso de relaxamento que finda por submeter o analista aos desejos e anseios do paciente e pode abolir as diferenças entre um e outro.¹⁰³ A análise mútua seria exemplo disso. O que se segue a esse

¹⁰³ Argumentos nesse sentido levaram Ferenczi (1928/2002e) ao contrargumento: “Não devo surpreender-me se um dia ouvir minhas visões sobre a paciência requerida do analista usadas para justificar uma *técnica masoquista*. De todo modo, o método que sigo e recomendo – o da elasticidade da técnica – não é

reconhecimento é uma listagem de problemas que exemplificam, de maneira não muito clara, as dificuldades contratransferenciais que notou: a sensibilidade injustificada do analista, sua identificação com o paciente, para além do “sentir com” (Ferenczi, 1928/2002h), da empatia necessária ao trabalho, pode conduzir a um desejo por vingança; a ênfase na situação analítica (leia-se, em sua caracterização clássica) também leva à oscilação entre posições; a vaidade do analista, seu narcisismo, diríamos, ganha a forma de tirania que impede a independência do paciente, ou seja, o fim da análise. Por fim, temos a frase sobre os analisandos serem crianças, que parece ignorar uma observação que o próprio autor fizera quando do início da análise mútua, numa entrada de seu *Diário* datada de 13 de março de 1932:

Certas fases da análise mútua representam a completa renúncia a toda compulsão e a toda autoridade dos dois lados: elas dão a impressão de duas crianças igualmente aterrorizadas que comparam suas experiências e, devido a seu destino comum, compreendem uma a outra completamente e instintivamente tentam se confortar (Ferenczi, 1932/1988, p. 56).

Há a criança no adulto em análise, e há a criança no analista. Se, em alguns momentos, a eliminação da (ou a alteração na) assimetria entre paciente e analista pode ser benéfica, porque propicia, por exemplo, o “entrar em um jogo” (Ferenczi, 1931/2002g, p. 129) que permite o aprofundamento da análise e abre novos caminhos para a comunicação, a repetição e a elaboração de situações traumáticas, não resta dúvida de que o benefício está fadado a transformar-se em problema caso o analista não se dê conta de que a necessidade de regredir com o paciente em determinadas situações pressupõem, como condição *sine qua non* para a confiança do paciente e para o trabalho terapêutico, que o analista também tenha a capacidade de eventualmente sair do estado regressivo e pensar sobre o que ocorreu ou está ocorrendo na sessão. Dito de outra forma, uma das duas crianças aterrorizadas deve conservar a percepção de que a *elasticidade identificatória* a que se permitiu, para acompanhar o paciente e “sentir com” (1928b/2002e) ele, demanda um retorno a uma posição adulta de natureza confiável, capaz de reflexão, e, se for o caso, analítica. Anos mais tarde, em *Playing and reality*, Winnicott (1971/2007c) defende tese semelhante:

equivalente à não-resistência e rendição. Verdade, tentamos seguir o paciente em todos seus humores, mas nunca deixamos de nos mantermos firmes ao ponto de vista que nos é ditado por nossa experiência psicanalítica” (p. 100). O contrargumento aos extremos nessa técnica, como vemos, termina sendo emitido pelo próprio Ferenczi.

A psicoterapia acontece na sobreposição de duas áreas do brincar, a do paciente e a do analista. A psicoterapia envolve duas pessoas brincando juntas. O corolário disso é que, onde a brincadeira não é possível, o trabalho do analista é direcionado para trazer o paciente de um estado em que não é capaz de brincar a um estado em que é capaz de brincar (p. 51).

No mesmo livro, pouco depois, a mesma ideia é defendida com alguns acréscimos:

O princípio geral que me parece válido é que a psicoterapia é feita na sobreposição de duas áreas do brincar, a do paciente e a terapeuta. Se o terapeuta não consegue brincar, ele não é adequado para o trabalho. Se o paciente não consegue brincar, então algo precisa ser feito para permitir que o paciente torne-se capaz de brincar, depois do que a psicoterapia pode começar. A razão pela qual o brincar é essencial é que é no brincar que o paciente está sendo criativo (Winnicott, 1971/2007c, p. 72).

Foi uma compreensão dessa ordem que fundamentou a hipótese, cabe lembrar, de que Quinze não tinha nenhuma experiência quanto ao brincar ou, melhor dizendo, que não desenvolvera a capacidade de fazê-lo. Uma parte do trabalho terapêutico precisou voltar-se, exatamente, ao acolhimento e à participação nos jogos e nas brincadeiras que ele descobria poder fazer durante a sessão. Caso exijamos um pouco mais de nossa memória, não poderemos ignorar que a iniciativa e liberdade criativa que Quinze permitiu-se não aparecerem desde o início da análise; houve um período inicial em que o ar nas sessões era mais escuro, tenso, ameaçador. Retornemos a Ferenczi e aos pontos (b) e (c) elencados anteriormente, pois cremos que um dos aspectos que carregava o ar nas primeiras sessões resultava de uma dinâmica transferencial-contratransferencial marcada pela identificação com o agressor.

O húngaro afirma que alguns dos mecanismos defensivos decorrentes do trauma são o recalque e a supressão da crítica, mais tarde reproduzidos durante a análise. Devemos salientar que a matriz clínica a partir da qual o autor elabora sua teoria consiste em pacientes que experimentaram traumas severos, especialmente de natureza sexual, mas inclui também os que sofreram ataques de agressividade e fúria dos pais, os que foram muito cedo colocados na posição de cuidadores responsáveis pela saúde dos pais (Ferenczi, 1932-1933/2002h) e os que foram abandonados (Ferenczi, 1931/2002g, 1932/1988). O fenômeno antigo repetido em análise, notado pelo autor, de recalque e supressão da crítica, relaciona-se à transferência do paciente, que vê no analista uma figura de autoridade na linha das outras figuras de autoridade com quem se relacionou,

em especial, os pais. Logo, a suposição de Ferenczi é que a ausência atual de críticas à autoridade (por transferência) reproduz a impossibilidade de crítica às figuras originais de autoridade. Cabe notar que o que Ferenczi chama de recalque aproxima-se muito mais do processo de cisão ou clivagem, que ele por vezes chama de “auto-clivagem narcísica”: a crítica não está desinvestida e impedida de aceder à consciência, mas está como que aprisionada em uma parte do Eu à qual o paciente não tem acesso, salvo em momentos de profunda regressão, para o autocuidado, por exemplo, ou com o incentivo do analista (que se mostra, dessa forma, *diferente, por contraste* daquelas figuras de onde o investimento foi transferido). O processo de introjeção do agressor, argumenta, faz com que a criança introjete também os sentimentos de culpa que o agressor, caso os tenha, não pôde conter em si. O agente da violência se volta à criança condenando-a pelo que ocorreu. “Quando a criança recupera-se do ataque, ela sente-se enormemente confusa, de fato, cindida – inocente e culpada ao mesmo tempo” (Ferenczi, 1932-1933/2002h, p. 162) e com a confiança em suas próprias percepções e sensações abalada. Além disso, devido ao não reconhecimento por outros adultos do que ocorreu, o sentimento de segurança e confiabilidade do ambiente é demolido, o que tem por efeito uma outra clivagem, esta a que o autor chama propriamente de narcísica:

Se, na situação analítica, o paciente sente-se machucado, desapontado, ou deixado abandonado, ele algumas vezes começa a brincar consigo mesmo, como uma criança solitária. Tem-se a impressão de que ser deixado abandonado resulta numa cisão da personalidade. Parte da pessoa adota o papel de pai ou mãe em relação ao resto, de tal modo desfazendo, por assim dizer, o fato de ter sido abandonado. . . . o que chamei de “autoclivagem narcísica” na esfera mental (Ferenczi, 1931/2002g, p. 135).

Para compreendermos a fundo a identificação com o analista descrita por Ferenczi, é preciso manter o paralelismo, criado pela transferência do paciente, entre as figuras de autoridade e dependência, e entender a dinâmica psíquica que o autor desenha a partir de sua matriz clínica. Ele descreve o modo como habitualmente ocorre o abuso sexual infantil e passa a discutir seus efeitos:

É difícil imaginar o comportamento e as emoções das crianças após tal violência. Poder-se-ia esperar que o primeiro impulso seria o da reação, ódio, nojo e energética recusa. “Não, não, eu não quero isso, é muito violento para mim, machuca, deixe-me sozinha”, isto ou algo similar seria a reação imediata se a criança não estivesse paralisada por enorme angústia. *A mesma angústia, entretanto, se atinge um certo limite, compele-as a subordinarem-se como autômatos à vontade do agressor, a adivinhar cada um de seus desejos e a*

gratificá-los; completamente indiferentes a si mesmas identificam-se com o agressor (Ferenczi, 1932-1933/2002h, p. 162, grifos do autor).

O autor prossegue:

Por meio da identificação ou, digamos, a introjeção do agressor, ele desaparece como parte da realidade externa, e torna-se intra – ao invés de extra-psíquico; o intrapsíquico é então sujeito, num estado aparentado ao sonhar como é o transe traumático, ao processo primário, i.e. de acordo com o princípio do prazer ele pode ser modificado ou alterado pelo uso das alucinações positivas ou negativas. . . . Para nossa teoria essa suposição, todavia, é extremamente importante – a saber, que *a personalidade fraca e pouco desenvolvida da criança reage ao súbito desprazer não pela defesa, mas pela identificação angustiada e pela introjeção de quem a ameaça ou agride* (Ferenczi, 1932-1933/2002h, pp. 162-163).

É difícil não classificar o que Ferenczi descreve como uma defesa; mas talvez, se não um mecanismo de defesa, estaríamos ao menos diante de uma atitude defensiva que procura tornar interno um objeto externo vivido como perigoso, ameaçador e agressivo. O que nos faz localizar o conceito de identificação com o agressor como o segundo e importante momento-chave da história do par transferência e contratransferência – em especial no que concerne ao nosso tema de pesquisa – é que ele arma metapsicologicamente e, no âmago da prática analítica, a possibilidade de que o paciente transfira e reproduza com seu analista modos de relacionamento oriundos de uma situação de agressão, violência e abandono experimentada na infância. Leia-se, a possibilidade de que se repita, na dinâmica transferencial-contratransferencial, a subordinação a uma figura que ganha os atributos do agressor, a identificação com seus desejos e com suas vontades, o que mantém o paciente em uma posição masoquista.¹⁰⁴ Obviamente o temor do húngaro é que, diante dessa tendência, o analista assuma contratransferencialmente o lugar que lhe é atribuído na transferência, ou seja, torne-se sádico: indiferente ao sofrimento do paciente ou um atormentador.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Escreve Cromberg (2004) a respeito da dinâmica frequentemente incestuosa do abuso sexual: “A falta de crença ou a não possibilidade de um contato íntimo com outro adulto que possa descarregar os ombros infantis de tamanho peso, promove um aprofundamento da clivagem produtora da identificação com o agressor, o que faz da criança um autômato em posição masoquista diante de um pai atormentado pela culpa que o transforma num atormentador sádico” (pp. 181-182).

¹⁰⁵ Não posso me furtar de citar uma observação extremamente crítica, mas na linha dos problemas que estamos tratando, feita por André Green a respeito da prática de Lacan: “. . . eu diria que Lacan ao iniciar seu sistema buscou relacionar sua teoria com a de Hegel, dizendo, em Hegel a luta é a morte da consciência. Portanto, para Lacan, situamo-nos dentro do sistema hegeliano em que a luta é a morte da consciência. Pois bem, a partir do momento que, na prática, o analista possui todos os direitos, e o enquadre não serve mais como regulador das relações entre o analista e o analisando, situamo-nos dentro

Mas há um problema adicional que torna esse momento-chave ainda mais relevante. Caso o paciente, uma vez identificado com o agressor e fixado ao trauma, passe a assumir a posição ativa, num movimento similar ao do neto de Freud com seu carretel, a situação clínica corre o risco de inverter-se, como já pudemos indicar, e o analista se encontrar numa posição passiva mediante o ódio, a vingança e a agressividade deslocados do paciente.¹⁰⁶ Observamos esse fenômeno na análise de Wassily, especialmente na sessão do verão de 2010, em que, na brincadeira, participo da encenação violenta, símile fantasístico da que ele sofreu, na posição passiva. E é o que percebemos no início da análise de Quinze: transferencialmente o interesse genuíno torna-se mau e, contratransferencialmente, a ameaça torna-se algo bom, porque dá início à possibilidade de comunicação. É nesse “ar sujo e marrom” que se delineia a dinâmica transferencial-contratransferencial nas primeiras sessões, que só consigo perceber quando a ocorrência da lembrança da cena na mangueira impõe-se. Esta bruxa não tardará a fazer uma última aparição.

Casoni e Brunet (2007) argumentavam que a identificação com o agressor gera um hiperinvestimento do Eu ideal e um correspondente desinvestimento do Superego, que procura evitar o sentimento de culpa e a destrutividade introjetados do agressor. Uma parte do Eu clivado, tomada pela culpa, faz uma aliança com o Eu ideal de modo a diminuir o intenso sentimento de culpa, o que, como vimos, tem dois efeitos: a “exacerbação de fantasias narcisistas de grandiosidade” (Casoni & Brunet, p. 47) e “uma atitude contra-fóbica” (Casoni & Brunet, p. 48).

do sistema hegeliano das lutas que resultam na morte da consciência. Consequentemente, o desejo de sair disso está fadado ao fracasso. Mas é necessário um terceiro elemento que possa intervir entre o analista e seu paciente. Esse terceiro elemento é o enquadre. Pode muito bem não ser o enquadre psicanalítico, pode até ser o enquadre psicoterapêutico. Mas é preciso haver uma convenção, desde o início, à qual ambos estejam submetidos. Se assim não for, é o analista que decide ao seu bel prazer o início e o fim. . . O analista já tem um poder extravagante: ele é um objeto da transferência. Caso não se regule tal poder, por meio de uma convenção que desempenhe o papel de terceiro, qualquer coisa que façamos, que desejemos, em função deste poder que está em nossas mãos, vai tender a funcionar de um modo violento contra o analisando. E isso existia em Lacan. Os pacientes foram violentados por Lacan. E o foram antes de sua fase terminal. Depois se disse que ele estava demente. Mas eu o conheci por volta dos anos setenta – dez anos antes de sua morte. Não me venham contar histórias, dizendo que temos que desculpar o Lacan terminal. Não era terminal. Era o Lacan no auge de sua glória, em plena posse de seu juízo. O caso é claro: prefere-se esconder as coisas. E por que? Pois caso se revele a verdade, não se trata apenas de um juízo, de moralidade a respeito de Lacan. Vão se revelar algo que demandaria uma preocupação sobre algo que pode existir nos psicanalistas” (Green, 2003, pp. 22-23). O *Diário clínico* de Ferenczi, com os problemas, hesitações e questionamentos que apresenta, parece-me um antídoto oportuno às decisões, teoricamente orientadas ou não, de alterar o enquadre ou eliminá-lo.

¹⁰⁶ A rigor, esse movimento também pode ser dirigido a outros objetos de investimento do paciente.

A atitude contrafóbica é uma postulação de Otto Fenichel, feita em 1939, que procura explicar o paradoxo envolvido no fato de que, para diminuir a angústia temida em determinadas situações, alguém se submeta às mesmas experiências que, da primeira vez, originalmente causaram a angústia. O problema, como podemos perceber, diz respeito à busca por situações de perigo, geradoras de angústia-sinal, nos termos de Freud, que remetam à situação traumática de desamparo. Fenichel acrescenta um elemento à leitura:

Quando o organismo descobre que agora é capaz de vencer sem medo a situação que antes o teria sobrecarregado de angústia, ele experimenta um certo tipo de prazer. Este prazer tem o caráter de “Não preciso mais sentir angústia”. Faz a brincadeira da criança evoluir de uma descarga imediata ao domínio do mundo exterior por meio do exercício repetido (Fenichel, 1939/2014, p. 166).

O autor está cômico dos ganhos trazidos pela passagem da passividade à atividade, da compulsão à repetição envolvida nesse ímpeto, mas procura destacar outros aspectos. A atitude contrafóbica traz a sensação de triunfo, sentida como prazer ao vencer o medo da situação, e pode envolver também, no caso de crianças, o “deixar que uma pessoa amada, em quem confiam, faça com elas o que temem fazer a si mesmas” (Fenichel, 1939/2014, p. 169). Algo que poderia ser expresso pela frase: “Vamos brincar daquilo que eu tenho medo”. Fenichel ainda chama a atenção a outros aspectos que nos interessam, entre os quais “uma verdadeira ‘libidinização do medo’, que ocorre com pessoas que atravessaram certo desenvolvimento masoquista” (Fenichel, 1939/2014, p. 170) e o fato de que mesmo o triunfo prazeroso não é integral; ocorrem vazamentos de destrutividade que subitamente acionam a antiga angústia e causam desprazer. O que poderia ser ilustrado por alguém que, em meio à enésima encenação ativa de algo tenebroso que viveu, tem um vislumbre do terror que sentiu quando da experiência original. Como quando Wassily apercebe-se, devido à interpretação que faço, que o prazer de ter dominado a experiência que adjetivou como “horível” continua subjacente, com toda sua força, sob as vestes do protagonismo que assume na brincadeira. Alguém mais temeroso quanto a essas atitudes e afeito à poesia talvez dissesse:

*Nought's had, all spent,
Where our desire is got without content:
'Tis safer to be that which we destroy*

*Than by destruction dwell in doubtful joy.*¹⁰⁷

Casoni e Brunet (2007), ao contrário de nós, estão menos preocupados com a origem da ideia e seus detalhes, embora devam conhecê-los. O uso que fazem do conceito de atitude contrafóbica, todavia, leva-nos ao terceiro momento-chave na história dos conceitos de transferência e contratransferência, que julgamos relevante destacar. Baseados em dois artigos de Melanie Klein que discutem a criminalidade, “Tendências criminosas em crianças normais”, de 1927, e “Sobre a criminalidade”, de 1934, os canadenses afirmam que

Tal atitude contra-fóbica resulta do intenso uso de mecanismos de cisão e projeção, notadamente da projeção sistemática de um Superego cruel aos outros em geral, e, particularmente, em figuras de autoridade e na sociedade, como notou Klein (1927, 1934). Obviamente, a projeção de hostilidade e destrutividade provoca o medo de ser atacado. Consequentemente, sujeitos presos em tal pântano [*quagmire*] rapidamente ficam determinados a serem os primeiros a atacar, por medo de serem vítimas do ataque. Posta na dimensão relacional, tal atitude contra-fóbica assemelha-se ao *círculo vicioso de ataques e contra-ataques* que Klein descreveu como o ponto focal do comportamento antissocial em crianças (Casoni & Brunet, 2007, p. 48, grifos meus).

Imagine o leitor se, após a discussão sobre o sadismo que já realizamos, o autor se colocar a tarefa de discutir as filigranas do pensamento kleiniano, em especial a parte de sua teoria – nada diminuta, deve-se dizer – que trata do sadismo e da agressividade. O círculo vicioso de ataques e contra-ataques é central à história do par transferência-contratransferência que procuramos organizar, porque contém quase todos os elementos do que julgamos ser o terceiro momento-chave importante para a compreensão de como a violência aparece na clínica psicanalítica. Faltaria a ele, ao terceiro momento, o desdobramento “positivo” que Bion faz do conceito de identificação projetiva. Ora, estamos em situação inversa a que nos encontramos noutros momentos. Se antes o mergulho na metapsicologia parecia levar-nos para longe da violência na clínica, aqui ocorre o oposto: é a clínica que nos força a retomar a metapsicologia. Ao prepararmos o fôlego para nova e inevitável submersão, não gostaria de deixar o atento leitor sem algumas notícias sobre as pistas que seguimos no início desta tese. A primeira diz respeito a que fim tiveram “os tempos loucos” de ascensão do nazismo para Freud; a

¹⁰⁷ “Não há ganhos, tudo é perda/ Se o desejo se alcança sem prazer:/ É mais tranquilo ser o que foi findo/ Que ficar inseguro destruindo”. Fala de Lady Macbeth no início do terceiro ato, cena II. (Shakespeare, 1606/2015, p. 70).

segunda, às bruxas e à sua promessa de reencontro. Enquanto tomamos ar, mesmo que sujo e pouco propício para muito tempo sob a água, permitamo-nos um intervalo, desses que nos fazem olhar para trás e para os lados antes de prosseguir.

O governo austríaco não recebeu o apoio dos aliados, como Freud esperava. França e Inglaterra silenciaram diante da pressão nazista para a união política e territorial entre Alemanha e Áustria, que rompia os termos do Tratado de Versalhes. No dia 11 de março de 1938, Schuschnigg, chanceler que substituíra Engelbert Dollfuss, renunciou após receber um ultimato de Hitler (Gay, 2008, p. 558). “*Finis Austriae*”, escreveu Freud em seu diário (Gay, 2007, p. 558; Martin Freud, 1967, p. 205, citado por Young-Bruehl, 2008, p. 225). O Anschluss concretizou-se no dia seguinte, com a entrada de tropas alemãs pela fronteira norte. Hitler foi recebido com festejos em Viena, em 15 de março. Demoraria mais de um ano até instalar-se a *drôle de guerre* entre os franceses. Também no dia 15, os Freud receberam uma primeira visita inamistosa de tropas paramilitares, o “controle” custou-lhes seis mil schillings (Young-Bruehl, 2008; Gay, 2008). O mantra do professor contra a emigração perdia força. No dia 22 de abril, uma segunda visita foi feita ao número 19 da Berggasse. Martin Freud guardou duas lembranças do dia:

A primeira foi a visão que tive da janela, de Anna sendo levada embora em um carro aberto escoltado por quatro homens da S.S. pesadamente armados. . . . longe de mostrar medo ou muito interesse, ela sentou no carro como uma mulher pode sentar em um táxi a caminho de uma agradável expedição de compras (Martin Freud, 1967, p. 212, citado por Young-Bruehl, 2008, p. 226).

A segunda lembrança foi a reação de sua mãe, Martha, indignada com os modos de um dos oficiais da SS ao vasculhar os lençóis da casa (Young-Breuehl, 2008). Freud, o pai, anotou: “Anna na Gestapo” (Gay, 2008, p. 565). Até o retorno da filha, fumou ininterruptamente (Gay, 2008; Schur, 1981). Uma parte de nosso Eu é estendida aos objetos, introjeta-os, como vimos, de modo que a ameaça ou a violência contra um objeto de amor é experimentada também como uma violência ao Eu. “*Minha Anna na Gestapo*”, poderia ter escrito caso quisesse expressar, ainda com mais clareza, sua preocupação.¹⁰⁸ Chegara a hora de partir. O destino escolhido foi a Inglaterra.

¹⁰⁸ O Eu estendido responde, na mesma linha, pelas reações que muitas vezes vemos serem despertadas quando a violência e a destrutividade são dirigidas contra um objeto de amor ou um objeto (mesmo que inanimado) experimentado como parte do Eu. O ódio, o desejo de vingança e mesmo a violência da reação mostram como a sensibilidade individual à injúria é, junto ao Eu, estendida aos objetos.

Em 22 de julho de 1938, recém-chegado a Londres depois de abandonar Viena, Freud deu início à escrita de um de seus últimos textos, *Esboço de psicanálise*. Sabemos por seus biógrafos, o próprio Jones e Peter Gay (2008), e por seus editores (Strachey, 1964/2001a), que no começo de setembro daquele ano o texto somava 63 páginas e o trabalho foi interrompido devido a uma cirurgia séria, de mais de duas horas, a última a que Freud seria submetido. Seu rosto precisou ser aberto para que o cirurgião responsável, dr. Pichler, pudesse chegar ao tumor e retirá-lo (Schur, 1981). Logo no prefácio ao *Esboço*, já no segundo parágrafo, Freud (1940[1938]/2001j) escreve que “os ensinamentos da psicanálise são baseados em um número incalculável de observações e experiências”; e acrescenta: “somente alguém que repetiu essas observações em si mesmo e nos outros está em posição de chegar a um julgamento próprio sobre ela [a psicanálise]” (p. 144). O início redigido assim, na primeira das seis dezenas de páginas do texto, apresenta duas considerações que qualquer pesquisador, ao adentrar na área, não pode deixar de fazer: se pretende realizar um estudo psicanalítico, será necessário “um número incalculável de observações e experiências”, no que a jovem ciência sintetizada no *Esboço* não diferia de outras; mas também será essencial, para que o interessado forme seu próprio julgamento, que tais observações sejam repetidas “em si mesmo e nos outros”, indicação particular à epistemologia psicanalítica.

O prefácio ao *Esboço* (Freud, 1940[1938]/2001j), este início tardio de um autor emigrado à força, anunciava que o texto apresentaria os princípios da psicanálise de maneira concisa; seu objetivo não era trazer o leitor à convicção ou à descrença, tanto uma quanto outra dependiam das incalculáveis observações e experiências que o leitor teria de fazer em si mesmo e nos outros. Mas como fazê-lo de modo sistemático no âmbito de uma pesquisa que se possa considerar também um estudo psicanalítico?

A natureza da imensa parte dos processos a que chamamos psíquicos, como argumenta o professor já assentado em Londres, é inconsciente. O que é consciente não demandaria por si só um esforço de caracterização nos pormenores, já que correspondia, escreve, ao que a opinião comum e os filósofos chamavam pelo mesmo termo. “Todo o resto”, lemos no *Esboço*, “é em nossa visão ‘o inconsciente’” (Freud, 1940[1938]/2001j, p. 159). Freud prossegue acrescentando uma diferenciação desenvolvida no início da psicanálise, 38 anos antes, sobre as três qualidades do psíquico (consciente, pré-consciente, inconsciente) (1940[1938]/2001j). Consintam-me algumas associações que contêm essas três qualidades. Estávamos já pacificados em Londres, razoavelmente protegidos da Gestapo, mas talvez seja o momento de rumarmos à cidade prosaica bem

mais sul, cujo nome deriva daquele da capital inglesa: Londrina. “Londres. . . Londrina”, digo a Wassily numa interpretação que procura mostrar como a luta a que se dedica ocorre em dois lugares. Meu mundo interno também está ligado à última dessas palavras.

Morávamos em um apartamento amplo no centro. Durante o verão e a primavera ele tornava-se luminoso devido ao sol, que entrava por um par de janelas laterais de onde se via uma construção baixa. Quando criança, julgava-a bizarra, como se um projeto megalômano de Claes Oldenburg tivesse se tornado possível por uma confluência de interesses políticos no norte do Paraná. Uma meia concha cravada em área aberta, cuja parte côncava dava para bancos de cimento onde deveria sentar-se um público, e a parte convexa para nosso prédio. O sol também entrava, periodicamente e de modo indireto, pela enorme janela da sala, que ligava a cozinha ao corredor dos quartos. Estávamos eu e meu irmão sentados em um tapete, em frente à janela da sala, quando vozes indiscerníveis saíram da cozinha dizendo que ele deveria ir ao quarto. Levantou-se e foi. Segundos depois, meus pais passaram por mim rumo ao quarto, e o sol refletiu em um metal na altura de suas mãos. Um deles carregava um bisturi. Fecharam a porta do quarto. Ouvi gritos de terror, choro, estes identificáveis como saídos da boca de meu irmão. O som e as imagens ainda evocam, mas em menor intensidade, os afetos de então. Fui também tomado de terror e não pude compreender o que se passava. Não sei quanto tempo durou o episódio, a percepção do excesso, a fantasia quanto ao uso da lâmina afiada que refletia o sol. Os gritos pararam, todos saíram.

Na primeira das *Problemáticas*, Laplanche (1998) apresenta duas condições mínimas para o ensino – e o estudo, acrescentemos – da psicanálise e do modo pelo qual esta pode manter a “exigência” presente em sua descoberta: que “deve respeitar uma certa *dimensão histórica*” e que “deve tentar ser interpretativo” (p. 9). Uma dessas indicações é a da centralidade do conceito de posteridade no “movimento da descoberta” característico da psicanálise. O autor defende que o conceito

Significa que, tanto no desenvolvimento do indivíduo como na sua análise, não se pode, na verdade, utilizar o conceito de causalidade puramente linear, ou seja, que o antes nunca determina o depois de maneira puramente mecânica, nem, inversamente, de modo simétrico, um conceito que seria pura e simplesmente o da reinterpretação *a posteriori* ou mesmo da ilusão retroativa, ou da ilusão retrospectiva (Laplanche, 1998, p. 8).

A ideia de progresso da ciência não caberia de modo justo e tampouco, com ela, a de um corte, uma “ruptura dialética” com o passado. Acrescenta o autor:

Se realmente existe em psicanálise uma espécie de dialética, ela é sempre precária em sua trajetória, é a dialética de um “cedo demais”: acontecimentos que surgem cedo demais para serem compreendidos, para assumirem verdadeiramente sua importância, e de um “tarde demais”, com todas as falhas, todos os retornos (preferimos empregar o termo regressão) possíveis. Uma história, portanto, que nunca é tão nova quanto se poderia esperar, mas que também não é tão monótona quanto se poderia supor (Laplanche, 1998, p. 8).

Pode ser valioso, nesses momentos, lembrar as palavras que Camus escreveu a seu amigo, Fréminville: “várias etapas, cada etapa representada em técnicas diferentes e suas sequências ilustrando as consequências de uma incorporação absurda com a vida” (Todd, 1998, p. 252). Em termos freudianos, diríamos “que na vida psíquica nada que uma vez se formou pode acabar, de que tudo é preservado de alguma maneira e pode ser trazido novamente à luz em circunstâncias adequadas, mediante uma regressão de longo alcance, por exemplo” (Freud, 1930/2010r, pp. 20-21). O som e a imagem têm uma natureza concreta, mas a construção da cena privada é uma lembrança encobridora. A certa altura da infância, meu irmão teve uma verruga plantar em um dos calcanhares, e meus pais, ambos médicos, julgaram com algum desacerto que o pequeno procedimento para extirpá-la poderia ser feito em casa. Ele, um ano e meio mais jovem, fora alvo tanto de minha agressividade, em brigas que perseveraram na memória familiar, como de meu amor, por ter se tornado, a partir de certo momento, *meu* irmão: ao mesmo tempo uma extensão de meu Eu, contra a qual qualquer ameaça era sentida como também dirigida a mim, e um outro, cuja personalidade exibía diferenças. Ao discutir o instinto gregário de Trotter, ou o sentimento de massa na criança, Freud (1921/2011a) afirma que este

se forma apenas em casas com mais de uma criança, a partir da relação inicial com os pais, como reação à inveja inicial com que a criança mais velha recebe a menor. Sem dúvida, a mais velha gostaria de ciumentamente reprimir a que veio depois, de conservá-la diante dos pais e privá-la de todos os direitos, mas em vista do fato de que também esta criança – como todas as que seguem – é amada pelos pais da mesma maneira, e devido à impossibilidade de manter sua atitude hostil sem prejudicar-se, é obrigada a identificar-se com as outras crianças, e assim se forma no bando [ou na dupla] de crianças um sentimento de massa ou de comunidade. . . (p. 81).

O pequeno rival por quem me afeiçoei, que chorara aterrorizado, despertou sentimentos equivalentes em mim. “Invocar a ambivalência de sentimentos, esta liga tão resistente entre o amor e o ódio”, escreve Pontalis (2006) sobre a relação entre irmãos, “parece-me uma resposta muito fácil, chave-mestra de tudo: que relação forte – amores, amizades – não pode ser taxada de ambivalente?” (pp. 16-17). Não é disso que se trata no caso, de ambivalência, e só. Mas do inverso da constatação, também feita por Pontalis, sobre como “Todo primeiro é ciumento do segundo, o intruso. [e] O segundo é ciumento do que veio primeiro” (Pontalis, 2006, p. 41). Mesmo mantido o ciúme, o anseio por ser o único, o que se arma depois? No mito científico de *Totem e tabu*, após o parricídio só pode seguir-se uma longa guerra entre os irmãos, querendo cada um ocupar o lugar deixado vago. Concordo com o psicanalista francês quando afirma não crer na fraternidade nativa, natural, ou na existência de uma comunidade fraternal, mas crer “na fraternização” (Pontalis, 2006, p. 190). O inverso da invocação fácil da ambivalência e da solução simples do ciúme mútuo é a percepção de que a miséria, a condição humana, é comum (Pontalis, 2006). Posso identificar-me com os sentimentos que suponho terem invadido meu irmão no quarto, ao ver o bisturi, porque dividíamos a mesma condição infantil – de angústia de castração, de perda do amor dos objetos, de confiança no ambiente, de ignorância quanto aos motivos do que ocorria – o que nos fizera a ambos, erroneamente, tomar a conduta de nossos pais como violenta.

Não é o matar o animal que trazia violência à cena na mangueira, mas seus componentes, que tinham a marca do excesso e da incompreensão de um dos participantes. Não é o ato de Meursault que instiga minhas associações, mas o fato da faca estar na mão da vítima e de Camus narrar um ato violento que ilustra, também, a consequência “de uma incorporação absurda com a vida”. Também não é a ameaça e o ar tenso nas sessões com Quinze, exclusivamente, que evoca a lembrança da faca em minhas mãos quando da degola da vaca, mas a força que essa lembrança extrai de experiências infantis. E não é a encenação de Wassily ou seu tapa que marcam propriamente meu limite pessoal ao atendê-lo, mas como o papel que me é designado, a certa altura, evoca o terror que identifico numa criança que é submetida a algo violento e que não compreende.

Julgo desnecessário irmos mais longe nessas ligações de caráter pessoal, que se espalham também noutras direções estranhas ao nosso objeto de pesquisa. Cada vez mais simpatizo com a ideia de Michel Neyraut (2008), para quem um dos aspectos ou campos da contratransferência precede a transferência do paciente e as modalidades

contratransferenciais mais tardias, que respondem às transferências dos pacientes. Neyraut (2008) refere-se a um campo externo da contratransferência para referir-se a essa precedência.¹⁰⁹ Na mesma linha de pensamento sobre a anterioridade da contratransferência, Luís Cláudio Figueiredo escreve sobre uma “contratransferência primordial”:

há uma condição de possibilidade de psicanalisar – qualquer que seja a modalidade do trabalho clínico em curso – que se configura como uma *contratransferência primordial*, um *deixar-se colocar diante do sofrimento antes mesmo de saber do que e de quem se trata*. Essa contratransferência primordial corresponde justamente à disponibilidade humana para funcionar como suporte de transferências e de outras modalidades de demandas afetivas e comportamentais profundas e primitivas, vindo a ser um *deixar-se afetar e interpelar pelo sofrimento alheio no que tem de desmesurado* e mesmo de *incomensurável*, não só *desconhecido* como *incompreensível* (Figueiredo, 2008b, p. 128, grifos do autor).

Trata-se de uma conformação subjetiva necessária ao trabalho psicanalítico, uma disposição prévia¹¹⁰ diante do paciente que implica “servir como *suporte para as transferências alheias*, como *destinatário e depositário de seus afetos* e como *coadjuvante de suas encenações*” (Figueiredo, 2008b, p. 128, grifos do autor).

Guardando essa informação no bolso do paletó, temos duas observações a fazer. Um: talvez, ao contrário do que afirma Loewald (1975/2000), para quem o analista dirige a ação, devemos pensar que tanto enredo quanto ação são uma criação conjunta cuja direção não cabe somente a uma das partes. Dois: ganhamos fôlego para enfrentar os últimos momentos-chave.

¹⁰⁹ Para uma discussão dessas ideias, ver Duparc (2001).

¹¹⁰ Heinrich Racker, já em 1957, afirmava que, ao considerarmos a contratransferência, devemos ter “em mente que no analista há uma tendência que normalmente predomina em sua relação com o paciente: é a tendência pertencente à sua função como analista. Junto a esta tendência existe, em relação ao paciente, virtualmente todas as outras possíveis tendências, medos, e outros sentimentos que uma pessoa pode ter em relação à outra. A intenção de entender cria certa predisposição, uma predisposição a identificar-se com o analisando, que é a base da compreensão” (Racker, 1957/2007, p. 733).

4. O duelo e a comunicação

Em um dos textos de Melanie Klein citados por Casoni e Brunet (2007), encontramos um caso que ilustra bem o início do que consideramos ser o terceiro momento-chave do par transferência-contratransferência. No artigo “Tendências criminosas em crianças normais”, de 1927, somos apresentados a um “menino de doze anos que ia ser enviado para um reformatório” (Klein, 1927/1996a, p. 210) quando foi trazido para análise. Ele tinha por hábito “arrombar o armário da escola e uma tendência geral de roubar – mas principalmente quebrar – objetos, além de atacar sexualmente as meninas” (Klein, 1927/1996a, p. 210). Todas suas relações, inclusive com outros meninos, eram destrutivas e ele parecia indiferente tanto à recompensa quanto à punição. Além disso, o menino não tinha “nenhum interesse em particular” (Klein, 1927/1996a, p. 210). Enquanto ficou em análise, seu comportamento delinquente arrefeceu e retornou somente durante uma interrupção no tratamento devido a motivos pessoais de sua analista. O retorno dos atos delinquentes fez com que a família terminasse por enviar o menino ao reformatório, contra as prescrições de Klein. A tentativa da autora de sintetizar o desenvolvimento do paciente merece ser acompanhada:

Ele cresceu nas piores condições possíveis. A irmã mais velha forçou-o e a um irmão mais novo a realizarem atos sexuais numa idade muito precoce. O pai morreu durante a guerra; a mãe ficou doente; a irmã dominava a família inteira; toda a situação se encontrava num estado lastimável. Quando a mãe morreu, o menino foi entregue ao cuidado de diversas mães adotivas e seu estado foi de mal a pior. O elemento fundamental de seu desenvolvimento parecia ser o medo e o ódio à irmã. Ele odiava a irmã, que representava o princípio do mal, não só por causa dessa relação sexual, mas também porque ela o maltratava, foi cruel com a mãe agonizante, e assim por diante (Klein, 1927/1996a, p. 210).

Até aqui, temos uma série de fatores externos que organizam uma história de perdas e traumas destrutivos. Na primeira categoria incluem-se a morte do pai, o adoecimento e a morte da mãe, e a passagem por diversas mães adotivas. Na segunda categoria, temos os abusos cometidos pela irmã e seu modo cruel de conduta. A ligação com a irmã era de “fixação dominadora que parecia estar calcada apenas no medo e na ansiedade” (Klein, 1927/1996a, p. 210). Mas Klein identifica outras causas para a delinquência do paciente, anteriores às perdas e aos traumas mais evidentes. “Ao longo de toda sua infância, o menino dormiu no quarto dos pais e teve uma impressão

extremamente sádica de suas relações sexuais” (Klein, 1927/1996a, p. 210), na linha da análise freudiana sobre como as crianças interpretam ao ato sexual. A experiência de presenciar o ato sexual entre os pais e a leitura sádica que fez do que viu reforçaram, na opinião de Klein, o sadismo do próprio paciente. Notemos, de passagem, que autora localiza na visão da cena uma intensificação do sadismo já existente e talvez acentuado, o que indica determinada concepção teórica relativa ao próprio sadismo e ao seu papel no mundo interno. A frase seguinte é reveladora da mesma concepção: “O desejo de ter relações com o pai e a mãe permaneceu sob o domínio de suas fixações sádicas e estava associado a grande ansiedade” (Klein, 1927/1996a, p. 211). Veremos em breve o que isso implica. O relato do caso prossegue:

A brutalidade da irmã, sob essas circunstâncias, tomava o lugar do pai violento no seu inconsciente e, alternadamente, o da mãe. Em ambos os casos, ele esperava apenas castração e punição, e mais uma vez o castigo correspondia ao seu superego extremamente sádico e primitivo. Era óbvio que repetia com as pequenas meninas os ataques que ele próprio havia sofrido, mudando a situação apenas no sentido de que agora era ele o agressor [o que, como vimos, envolve um movimento nada simples de passagem de uma posição à outra, capaz de trazer uma série de ganhos e ligado à identificação com a figura do agressor]. O arrombamento dos armários e o roubo de diversos artigos, assim como suas outras tendências destrutivas, *tinham as mesmas causas inconscientes e significados simbólicos de seus ataques sexuais. O menino, sentindo-se esmagado e castrado, tinha que mudar a situação, provando a si mesmo que também podia ser o agressor. Um motivo importante para essas tendências destrutivas era provar a si mesmo e aos outros que ainda era um homem, além de abreagir o ódio pela irmã em outros objetos* (Klein, 1927/1996a, p. 211, grifos meus).

A novidade dessa descrição é que ela atribui tanto aos arrombamentos, roubos e quebras de objeto as mesmas causas de outros atos, mais diretamente ligados às experiências do paciente. Ou seja, os ataques sexuais e o comportamento delinquente têm uma fonte comum, apontam um mesmo processo, embora os primeiros pareçam menos mediados, simbolicamente, que o último. Todos os atos procuram tirar o paciente da posição passiva e colocá-lo na posição ativa em reencenações de uma experiência em que se sentiu “esmagado e castrado”. Ele precisava “provar a si mesmo e aos outros que ainda era um homem”, o que, nos termos de Spielrein (Cromberg, 2014), talvez pudesse ser dito com as seguintes palavras, se nos dermos certa liberdade: “ele precisava reagir às representações (experiências) de objeto, passivas, somando a elas representações (experiências) de sujeito, ativas, em que se via e podia ser visto num papel masculino”.

Procuramos expressar desse modo uma economia das fantasias e das experiências: para fazer preponderarem representações de sujeito, é preciso que elas sejam mais numerosas e de maior intensidade que aquelas de natureza passiva, de objeto. Se o trabalho psíquico sempre respeita o movimento do *a posteriori*, a intensidade das experiências infantis será maior e, conseqüentemente, o processo reparador interno realizado posteriormente – de fazer com que certo tipo de representação ganhe proeminência – terá um caráter compulsivo porque procura apagar certo tipo de representação e experiência – acrescentamos – ou, no mínimo, fazer equivalentes àquelas vividas passivamente às vividas ativamente. Klein ainda acrescenta, ao modo de Freud observando o neto, que o paciente de doze anos também abreagia, por meio de todos esses atos deslocados, o ódio contra a irmã; vingava-se dela.

A análise kleiniana não termina assim, mas cabe voltarmos brevemente a Wassily e a Quinze. Caso utilizemos o mesmo recurso dispendido por Klein para pensar sobre seu paciente de doze anos, ou seja, que todos os atos possam conter, entre suas causas (naturalmente sobredeterminadas), um índice da mesma motivação, embora alguns dos atos ganhem formas mais simbólicas que outros, poderíamos ver em ambos os pacientes formas diretas ou simbolicamente mediadas de reagir às angústias – de castração, de perda do objeto, mas também às mais arcaicas – na busca por equilibrar a economia psíquica com o uso de encenações, dentro e fora da análise, que rearranjam, no mundo interno dos pacientes, o jogo de forças entre experiências ou representações de caráter passivo e experiências ou representações de caráter ativo. Quinze quer mostrar que também pode ser o agressor, ao ameaçar-me, e com isso conserva sua identidade, protege as fronteiras de seu corpo e ativamente reencena as violências que sofreu por parte da mãe, do pai, do padrasto e dos parceiros sexuais frustrantes. Wassily também quer mostrar que pode ser o agressor, mas utiliza para isso o espaço da brincadeira, da fantasia e da sublimação, mesmo quando este se desmonta conforme a encenação degrada-se e uma das personagens precise ser castrada, dominada, possuída e agredida.

Klein prossegue a análise de seu paciente de doze anos notando que, no menino,

não deixava de ser *seu sentimento de culpa que o fazia repetir continuamente atos que seriam punidos por um pai ou uma mãe cruel, ou mesmo ambos*. A aparente indiferença diante do castigo, a aparente ausência de medo eram totalmente enganosas. O menino vivia dominado pelo medo e pelo sentimento de culpa. . . . uma repressão ainda mais poderosa *fechou todas as saídas para a fantasia e a*

sublimação, de modo que não restava nenhuma alternativa a não ser repetir o desejo e o medo continuamente através dos mesmos atos. Ao contrário da criança neurótica, ele realmente teve a experiência de um superego esmagador, que outra criança tinha desenvolvido a partir de causas internas. O mesmo aconteceu com seu ódio, que em consequência de experiências reais, expressava-se através de atos destrutivos (Klein, 1927/1996a, p. 211, grifos meus e, ao final, da autora).

O Superego cruel e arcaico é a ideia constante, central, à qual já nos dedicaremos; a ideia de fundo, porém, diz respeito a como experiências reais, traumáticas, agem na composição desse Superego que já é em si mesmo, para a própria autora, cruel. Sua hipótese é a de que a angústia e o ódio são intensificados pelas experiências reais em que a criança é, de fato, submetida à violência, o que pode obliterar a capacidade de elaboração, não deixando “nenhuma alternativa a não ser repetir o desejo e o medo continuamente *através dos mesmos atos*”. Em regra, para a autora, o fator determinante será em que estágio do desenvolvimento ocorrem essas experiências. Aquelas de violação das fronteiras do Eu vividas por Quinze são muito mais precoces que as de Wassily, por exemplo, o que, em nossa leitura, pode responder pela forma mais direta e sem mediações de suas atuações e encenações violentas.

Boa parte da argumentação kleiniana tem por objeto revelar a existência de um círculo vicioso no ato delinquente, que procuraremos desdobrar para o fenômeno da violência como o encontramos na clínica. Como uma boa leitora de Freud, Klein afirma que o Superego tem origem nos pais, que impõem obrigações, ordens e punições que serão absorvidas pela criança. E acrescenta: “No entanto, esse superego não é idêntico aos pais; em parte, ele é formado pelas próprias fantasias sádicas da criança” (Klein, 1927/1996a, p. 208). Nesse ponto, a visão da autora é particular: a formação do Superego é antecipada junto à antecipação do complexo de Édipo, e ambos ganham um caráter arcaico; a mente infantil é povoada de fantasias sádicas desde muito cedo oriundas da pulsão de morte e, respeitando a equivalência primitiva entre pensamento onipotente e ação, uma fantasia sádica tem como consequência uma punição da mesma natureza, de acordo com a lei de talião. Três anos depois do artigo sobre as “Tendências criminosas em crianças normais”, Klein sintetiza a ideia da seguinte forma, ao discutir o caso Dick:

De acordo com o que descobri na análise, o primeiro tipo de defesa levantado pelo ego diz respeito a duas fontes de perigo: o sadismo do próprio sujeito e o objeto que é atacado. Essa defesa tem um caráter violento, proporcional à quantidade de sadismo, e difere

fundamentalmente do mecanismo posterior da repressão. *Em relação ao sadismo do próprio sujeito, essa defesa implica a expulsão; no que diz respeito ao objeto, por outro lado, ela implica a destruição.* O sadismo se torna uma fonte de perigo, não só porque oferece uma oportunidade para a liberação de ansiedade, mas também porque o sujeito acredita que as armas empregadas para destruir o objeto se voltam contra si mesmo. O objeto do ataque se torna uma fonte de perigo porque o sujeito teme sofrer dele ataques semelhantes como retaliação. Assim, o ego em desenvolvimento se vê diante de uma tarefa que não está ao alcance de suas possibilidades nesse estágio: a de dominar a mais aguda ansiedade (Klein, 1930/1996b, p. 252, grifos meus).

Expulsão e destruição. A ênfase no sadismo e na agressividade num momento muito precoce não permite que o mecanismo de defesa adequado seja o recalque, embora, em 1927, a autora lhe atribua importância: as fantasias sádicas não têm fim com o recalque, “apenas estabilizam a luta” (Klein, 1927/1996a, p. 208), fazendo com que as fantasias sejam bloqueadas e impossibilitando a “criança a submetê-las à abreação através da brincadeira, nem permite que elas sejam empregadas na sublimação. Assim, todo o peso dessas fixações permanece fechado num circuito interminável” (Klein, 1927/1996a, p. 208): o sentimento de culpa, na verdade o medo da retaliação e a sensação de perigo, junto com o sadismo, não diminuem, e a criança é levada a repetir “diversas vezes determinadas ações, que exprimem ao mesmo tempo seus desejos e sua vontade de ser punida” (Klein, 1927/1996a, p. 208).

Em 1934, o círculo é descrito de modo ligeiramente diferente:

Quanto mais a tendência e a capacidade da criança para fazer uma restituição vão aumentando, juntamente com a confiança naqueles à sua volta, mais suave será a influência do superego, e vice-versa. Mas nos casos em que o sadismo muito forte e ansiedade avassaladora (posso mencionar aqui apenas os fatores mais importantes) impedem que *o círculo vicioso formado pelo ódio, a ansiedade e as tendências destrutivas possa ser quebrado, o indivíduo continua submetido à tensão das situações iniciais de ansiedade e mantém os mesmos mecanismos de defesa que pertencem a esse estágio inicial.* Se o medo do superego, por motivos externos ou intrapsíquicos, passa de certos limites, o indivíduo pode se sentir impelido a destruir as pessoas e essa compulsão pode se tornar o alicerce para o desenvolvimento de um comportamento de tipo criminoso, ou de uma psicose (Klein, 1934/1996c, p. 299, grifos meus).

O sadismo e a culpa – ou, voltamos a dizer, o medo da retaliação, porque Klein ainda está, na época, desenvolvendo suas concepções a respeito dos estados maníaco-depressivos, que serão apresentadas no ano seguinte – aparecem intimamente ligados devido à concepção do funcionamento psíquico precoce que a autora defende. O

sadismo e as fantasias de destruição que ele engendra, motivados também pelo ódio ao objeto frustrador, provocam, a partir do Superego arcaico, um profundo sentimento de culpa persecutória, de medo da retaliação. A ansiedade assim gerada volta a exigir os mesmos mecanismos de defesa contra o sadismo (a expulsão e a destruição) que estão na origem da culpa persecutória, do medo de retaliação. De acordo com Elisa Maria de Ulhoa Cintra e Luis Claudio Figueiredo, “Costuma-se considerar que o mecanismo de defesa usado por Dick”, que vimos descrito nas palavras de Klein, em 1930, “isto é, a excessiva expulsão do sadismo, é um precursor do que futuramente será descrito sob o nome de ‘identificação projetiva’” (Cintra & Figueiredo, 2004, pp. 72-73). Por meio desse mecanismo, escrevem os autores:

consegue-se uma diminuição grande, embora momentânea, da ansiedade, fazendo-se com que o mundo pareça ora muito desinteressante, ora muito ameaçador e persecutório, uma vez que anuncia fazer retornar sobre o sujeito a agressividade projetada. O *excesso* de ansiedade ou a *falta* dela levam a um bloqueio do processo de simbolização; para que ele funcione melhor, é preciso que haja níveis menores, mas não muito baixos, de ansiedade, e uma capacidade de suportá-la, o que, nos primeiros tempos, envolve a presença da mãe capaz de fazer o papel de *ego auxiliar* (Cintra & Figueiredo, 2004, p. 73, grifos dos autores).

Estamos mais uma vez, e agora no corpo da teoria kleiniana, diante das vicissitudes do objeto primário funcionando como Eu auxiliar, capaz de acolher e suportar a agressividade, reduzindo a ansiedade, ou de não suportá-la e reprimi-la, intensificando a ansiedade e impedindo o desenvolvimento do processo de simbolização. Um dos cerne do terceiro momento-chave, que julgamos por bem destacar em nosso estudo do par transferência-contratransferência, e que diz respeito ao círculo vicioso, começa a ganhar mais densidade com os prolegômenos do conceito de identificação projetiva. Ele aparece pela primeira vez no artigo “Notas sobre alguns mecanismos esquizoides”, de 1946.¹¹¹ Klein está em meio à descrição da posição esquizoparanóide quando escreve:

Ao tratar do medo persecutório, salientei por enquanto o elemento oral. Contudo, ainda sob o predomínio da libido oral, impulsos e fantasias provenientes de outras fontes passam a primeiro plano, levando a uma confluência de desejos orais, uretrais e anais, tanto libidinais quanto agressivos. Também os ataques [inicialmente

¹¹¹ Para uma discussão atenta aos pormenores do artigo e seu lugar no *corpus* da obra kleiniana, conferir Cintra e Figueiredo (2004); Spillus, Milton, Garvey, Couve e Steiner (2011).

dirigidos] ao seio da mãe evoluem para ataques de natureza semelhante ao corpo materno, que passa a ser sentido como uma extensão do seio, antes mesmo que a mãe seja concebida como uma pessoa completa (Klein, 1946/1991, pp. 26-27).

Sinteticamente, a autora explicita sua leitura do desenvolvimento psicosssexual dando ênfase também aos desejos agressivos, supostos na ideia de fantasias de ataque. O objeto desses ataques é, de início, o seio da mãe, um objeto parcial que paulatinamente ganha acréscimos, estende-se abarcando outras partes do corpo, de modo que os ataques, antes restritos ao seio, dirigem-se agora às extensões do seio, mesmo que a mãe não seja tomada como um objeto total. Cabe notar, de passagem, como podemos conceber que a ampliação do objeto a ser atacado, do alvo do sadismo 1) implica a possibilidade de um movimento de prolongamento – seja por associação, seja por integração – de alvos cada vez maiores; 2) que esse movimento não se restringirá à mãe, mesmo quando tomado como objeto total, mas tenderá a fazer crescer a quantidade de possíveis alvos da fantasia; e 4) como Klein (1930/1996b) destacou, a capacidade de simbolizar, o próprio ímpeto de conhecer, o impulso epistomofílico, poderão ser comprometidos caso tais fantasias sofram o efeito de mecanismos de defesa.

Mas a citação continua, na descrição da forma de tais fantasias, e fazendo amplo uso de um vocabulário específico, que muitas vezes intimida os leitores de Klein quando o percebem sendo usado durante as sessões:¹¹²

Os ataques à mãe, em fantasia, seguem duas linhas principais: uma é a do impulso predominantemente oral de sugar até exaurir, morder,

¹¹² Caso, por exemplo, de Victor Smirnoff, citado por Cintra & Figueiredo: “Quando, por volta dos anos cinquenta, eu me propus a me familiarizar com a obra de Melanie Klein, . . . chocava-me com um outro obstáculo: para mim, não foi a língua inglesa, que me é familiar, mas o encontro com um texto que me confrontou com a experiência estranha, insuportável, do mundo fantasmático da violência. Eu abordava terras desconhecidas, o continente kleiniano. O choque foi rude para alguém que na época havia rompido com o classicismo da saga do Édipo; eu me choquei contra uma mitologia completamente diferente, bárbara, desmesurada, onde o parcial, o fragmentado e o cindido vinham tomar o lugar das figuras trágicas mas inteiras do mito edipiano. O mundo do fantasma “kleiniano” era outra coisa. E, assim como eu, a comunidade analítica havia percebido isto. Melanie Klein, maldita, rejeitada, marginalizada, sobretudo “teorizada” até a trama molecular de sua obra, ocupava o lugar de *outsider*. O excesso deste “baile sangrento”, esta carnificina, estas eviscerações só podiam suscitar resistência” (Smirnoff, 1985, citado por Cintra & Figueiredo, 2004, pp. 49-50). Laplanche (1970) fala em termos semelhantes, para depois acrescentar que o mundo ao qual se dedica Klein é o das “primeiras relações ‘duais’ com a mãe unicamente”: “Cada proposição, cada interpretação de Melanie Klein vem aborrecer as ideias que recebemos: não somente nosso dogmatismo freudiano, mas nosso ‘bom senso’ . . . como uma criança de seis anos ou de um ano pode temer, por exemplo, uma intrusão em seu corpo do pênis do pai, intrusão suscetível de causar os piores desastres: queimadura [*brûlure*], dilaceração, devorar o interior, divisão, etc.? . . . esse tipo de crueza ou ingenuidade na afirmação dos cenários mais absurdos pode parecer chocante, sobretudo se não a colocamos em relação a uma *prática de interpretação* na análise da criança. . . . somos persuadidos que existe uma verdade teórica no pensamento kleiniano. . .” (p. 74).

escavar e assaltar o corpo da mãe despojando-o de seus conteúdos bons. . . . A outra linha de ataque deriva dos impulsos anais e uretrais e implica a expulsão de substâncias perigosas (excrementos), do *self* para dentro da mãe. Junto com os excrementos nocivos, expelidos com ódio, partes excindidas do Eu são também projetadas na mãe ou, como prefiro dizer, *para dentro* da mãe. *Esses excrementos e essas partes más do self são usados não apenas para danificar, mas também para controlar e tomar posse do objeto.* Na medida em que a mãe passa a conter as partes más do *self*, ela não é sentida como um indivíduo separado, e sim como sendo o *self* mau (Klein, 1930/1996b, p. 27, grifos meus).

Para Klein, o *self* corresponde “à presença de um ‘ego-id’ indiferenciado” (Cintra & Figueiredo, 2004, p. 119n9), que trataremos como “Eu arcaico”. Se as fantasias sádicas orais envolvem agredir para tomar algo da mãe, notadamente o que ela tem de bom, as fantasias derivadas das pulsões anais e uretrais, por outro lado, procuram expulsar do Eu arcaico (ainda indiferenciado do Id) objetos que prejudicam o receptor. Mas não só isso: ao projetar para dentro da mãe objetos que procuram lesá-la, junto desses objetos vão partes do próprio Eu arcaico do “agressor”. O efeito buscado, salienta a autora, não é só causar dano, mas também “controlar e tomar posse do objeto”. O método, ao mesmo tempo, lesa aquele que recebe os “excrementos”, as “substâncias perigosas”, permite a posse do receptor pelo emissor e, por fim, leva ao controle *por dentro*. O resultado é uma união com o objeto receptor, que deixa de existir como algo diferente do Eu arcaico, e passa a representar uma parte deste, a má. Klein prossegue: “Muito ódio contra partes do *self* é agora dirigido contra a mãe. Isso leva a uma forma particular de identificação que estabelece o protótipo de uma relação de objeto agressiva” (Klein, 1946/1991, p. 27). Pausa necessária.

Seis anos depois, em 1952, uma versão do artigo com complementos foi publicada no livro *Developments in Psycho-Analysis*¹¹³, que também contava com textos da tropa de choque kleiniana, Paula Heimann, Susan Isaacs e Joan Riviere. Alguns dos acréscimos são cruciais, na opinião de Spillus et al. (2011, p. 132), com a qual concordamos. O primeiro deles aparece após as palavras “o protótipo de uma relação de objeto agressiva”. Lemos: “Sugiro o termo ‘identificação projetiva’ para esses processos” (Spillus et al., 2011, p. 132).¹¹⁴ Klein, então, retorna ao original, que

¹¹³ Na edição brasileira, publicada pela Editora Guanabara Koogan, o título ficou *Os progressos da psicanálise*.

¹¹⁴ Para uma história do termo, ver Spillus et al. (2011). Cabe-nos brevemente dizer que ele já fora utilizado pelo psicanalista italiano Edoardo Weiss, em 1925; que Herbert Roselfeld também o utilizara antes, num artigo publicado em 1947; e que “Hanna Segal acha que o nome ‘identificação projetiva’ foi

prossegue: “Quando a projeção é derivada principalmente do impulso do bebê de danificar ou controlar a mãe, ele a sente como um perseguidor” (1946/1991, p. 27).

Cintra e Figueiredo (2004) explicam com clareza os efeitos desse processo:

Ao projetar sobre o outro a fúria de meu ódio, eu crio o pior tipo de perseguidor, pois a fúria que passa então a vir “dele” me parece particularmente real e convincente. É como se eu dissesse: “não consigo me lembrar bem, mas conheço esta fúria de algum lugar, sei que ela é real, que é verdadeira e que exige que eu odeie de volta com todas as forças de for capaz” (p. 115).

O círculo passa a envolver, portanto, um novo aspecto. A identificação projetiva, nesses termos, dá forma à expulsão e destruição e ao consequente medo da retaliação. O sujeito torna-se algoz e vítima, simultaneamente. Além disso, o Eu fica enfraquecido caso seja feito um uso excessivo da identificação projetiva. A teoria kleiniana traz outros elementos a esse cálculo complexo, mas fugiríamos de nosso propósito caso os seguíssemos neste momento.

Consideremos com a devida calma o que discutimos até aqui. O primeiro momento-chave da história do par transferência-contratransferência, no que poderia concernir o modo como a violência ganha forma na clínica, diz respeito à própria constatação de que existe uma reação do analista à transferência do paciente, que recebe o nome de contratransferência. Passo um: ela existe. O segundo momento-chave que destacamos está relacionado ao movimento repetitivo – tanto para o paciente como para o analista – do psiquismo de cada um e dos aspectos que pode adquirir durante a sessão, na sensibilidade e na identificação com o outro. As posições podem ser trocadas, experiências traumáticas reativadas, críticas suprimidas, o que pode conduzir à reprodução, muitas vezes crua, das posições sádica e masoquista. Nesse ponto, a identificação com o agressor é especialmente ilustrativa da dinâmica transferencial-contratransferencial que a sessão pode adquirir: em seu limite reativo, se aceito pelo analista, chegamos à inversão de papéis. Passo dois: a contratransferência pode ser negativa e, caso não seja reconhecida ou reconhecida parcialmente, o resultado tende a envolver defesas por parte do analista que *in extremis*, retiram-no de seu papel. Até aqui, nosso terceiro momento-chave pode ser resumido da seguinte maneira: o funcionamento psíquico tende a gerar um círculo em que fantasias sádicas contra o outro ganham a forma de expulsões, para dentro do outro, de elementos que procuram

sugerido a Klein por Roger Money-Kyrle” (Spillus et al., 2011, p. 133). Se há importância nessas informações, deixo o julgamento a cargo do leitor.

destruí-lo, dominá-lo e controlá-lo; junto aos elementos expulsos unem-se partes do Eu arcaico (*self*) consideradas más, inaceitáveis; o efeito dessa expulsão e dessa destruição é o temor de que o objeto retalie os ataques na mesma moeda, o que, por sua vez, intensifica o ódio contra o objeto e aciona ainda mais fantasias sádicas. Percebamos que a coisa organiza-se como uma batalha fantasística e angustiante no modelo de um duelo.

León Rozitcher (1989) procura aproximar a leitura psicanalítica sobre o poder à teoria monista da guerra de Clausewitz, em que são descritas três leis lógicas, que têm uma aparência dialética. É preciso esclarecer que se trata de uma teoria monista porque, para Clausewitz, ao menos no plano puramente abstrato, a essência da guerra é o duelo, ou seja, parte de “uma concepção individualista: cada indivíduo enfrenta solitariamente outro, e daí reside que deste fato, situado fora da história, anterior ao estado e à lei” (Rozitcher, 1989, p. 116) seria possível extrair a essência da guerra. A aparência dialética existe porque as três leis lógicas “têm em conta as respostas do adversário para determinar a aplicação das próprias, chamadas *ações recíprocas*” (Rozitcher, 1989, p. 117), que regulam o enfrentamento. As ações ganham o adjetivo de recíprocas porque

cada um dos adversários tem presente, ou imagina ter, a lógica do outro, o que vai determinar o sentido da própria reação. Esta, por sua vez, produzirá o seu efeito, sua reação no outro, e assim cada novo ato previsível vai determinar o ato de seu contrário, o desenvolvimento que leva necessária e logicamente à ascensão aos extremos, ou seja, à busca de aniquilamento de um dos dois (Rozitcher, 1989, p. 117).

Comparemos esse círculo vicioso ao que Klein descreve. A lógica da ação recíproca é outro nome para a lei de talião, que a autora identifica no Superego arcaico. O indivíduo parte do princípio de que o outro sempre reagirá em igual medida à ação ou ao ataque que recebe, de modo que, frente ao iminente contra-ataque, aumenta o ódio dirigido ao oponente. Aqui, obviamente, tomamos como modelo o que Klein chamou de relações de objeto agressivas, que estão em primeiro plano quanto tratamos de um fenômeno como a violência, mas não ignoramos que o problema se complica devido à ambivalência – em determinado momento, o objeto contra o qual é dirigida a fúria une-se ao objeto bom, para o qual se dirige o amor ou, em termos mais freudianos, o interesse libidinal. A fantasia lógica, como a chama Clausewitz, vai ainda mais longe, como explica Rozitcher (1989):

Nesta pseudodialética da ascensão aos extremos, a primeira das ações recíprocas seria: *não há limite para a violência*. Portanto, se não há limite para a violência, o adversário pode temer que quando ele quiser deter a sua, eu siga exercendo a minha, mas assim como ele teme que eu siga exercendo a minha, também temerei que ele exerça a sua. Portanto, não há nada que na guerra possa deter a violência ascendente, e isso nos leva paulatinamente ao extremo do extermínio. Do qual resulta o segundo extremo: *abater o inimigo*. E a terceira ação recíproca expressa, ao menos na teoria pura, *esta ascensão aos extremos que culmina com o aniquilamento*, posto que eu não posso medir a força do motivo que impulsiona sua vontade, nem o outro poderá fazer coisa diferente da que eu faço, pois também para ele os motivos que determinam a força de minha vontade permanecem ignorados (pp. 117-118).

Clausewitz é o primeiro a indicar o caráter abstrato ou puramente conceitual de sua argumentação da guerra enquanto duelo, porque o constructo ignora os fatores políticos e toma o meio, a violência, pelo fim, que é o domínio da vontade do outro. Rozitcher vê nesta lógica um derivado da matriz edípica porque pressupõe a entrada de um terceiro, um agente externo ao duelo, que dê limites à sina destruidora, impondo uma trégua. Para nós, entretanto, o movimento pode ser relacionado ao protótipo de uma relação de objeto agressiva, nos termos kleinianos, porque um terceiro elemento não seria tomado como externo às duas partes que se enfrentam, mas como algo contido em uma delas. Voltaremos a esse ponto no capítulo final desta tese, porque ele implica certa organização que alguns autores, a partir de Glasser (1998), consideram ser o “complexo nuclear” da ação violenta, sua “representação indutora”, para utilizarmos as palavras de Costa (2003). Outro aspecto importante é que, se fantasisticamente o círculo de ataques e contra-ataques leva à ascensão aos extremos e ao aniquilamento, este deveria ser temido por ambos os lados que se empenham nesse jogo de ações recíprocas. Mas o âmbito em que Klein trata do assunto é o do mundo interno do bebê: supõem-se o contra-ataque, supõem-se a gana de retaliação. O medo, nessa linha, tem fonte igualmente interna e, embora um ataque real possa ser feito pela mãe, é a expectativa fantasística de sua ocorrência que domina o psiquismo. Medo que Klein adjetiva como de “aniquilamento” e que Green relaciona ao retorno do clivado e parecia às angústias descritas por outros autores (desamparo, para Freud; desintegração ou medo do colapso, para Winnicott; terror sem nome, no vocabulário bioniano). Se o rival na fantasia é a mãe, de quem a criança depende, e o interior de seu corpo, não há perspectiva de vitória. “Se tentarmos visualizar de forma concreta a ansiedade primária – medo do aniquilamento –, devemos nos lembrar do desamparo do bebê frente aos

perigos internos e externos” (Klein, 1948/1991, p. 52). Essa “situação de perigo primária”, prossegue a autora, que decorre “da atividade interna da pulsão de morte, é por ele sentida como um ataque avassalador, como perseguição” (Klein, 1948/1991, p. 52). No mundo kleiniano, a atividade da pulsão de morte no bebê aciona o círculo ascendente da violência, vivido como medo do aniquilamento e ligado “imediatamente a um objeto, ou melhor, é vivenciado como medo de um incontrolável objeto dominador” (Klein, 1946/1991, p. 24).

O interesse que essas ideias têm para nossa pesquisa relaciona-se ao modo como a identificação projetiva é capaz de trazer a lógica do duelo e o círculo vicioso para a dinâmica transferencial-contratransferencial e armar posições intercambiáveis entre agressor e vítima. Trata-se do núcleo do terceiro momento-chave que gostaríamos de destacar. Prior (1996) fala em um “incansável reviver de experiências de vítima-vitimizador” (p. 62) no trabalho com seus pacientes: padrões que “frequentemente se tornam dolorosamente transparentes na brincadeira da criança [como no caso de Wassily, por exemplo], na qual há uma constante alteração entre papéis de perpetrador e vítima” (Prior, 1996, p. 63). Acompanhamos diversas vezes ao longo desta tese como a ameaça de Quinze aciona uma lembrança em que a faca estava sob meu domínio, ou seja, ocorre uma formação psíquica reativa às suas palavras e à tensão durante a sessão – um elemento transferencial-contratransferencial, portanto, oriundo de aspectos verbais e pré-verbais presentes na interação com o paciente, que embaralha as posições de vítima e algoz. Agora dispomos de novos instrumentos para pensar sobre esse movimento transferencial-contratransferencial e sobre suas consequências.

A fantasia de ser atacado e a lembrança por ela despertada poderiam ser o resultado da identificação projetiva do paciente, geradora de uma contraidentificação projetiva ou de uma *reverie*. Na primeira opção, a contraidentificação projetiva, estaríamos diante de uma “falha do terapeuta em conter as identificações projetivas do paciente”, como explica Thomas Ogden (2004b, p. 32) a respeito do termo introduzido por L. Grinberg, no artigo “On a specific aspect of countertransference due to the patient’s projective identification”, de 1962. Ogden (2004b) acrescenta ser este o caso quando o terapeuta “sem estar conscientemente avisado, experimenta a si mesmo *completamente* como é retratado na fantasia projetiva do paciente” (p. 33, grifo meu). O ponto definidor da contraidentificação projetiva, argumenta, está no fato do analista não conseguir deixar de ser aquilo que o “paciente inconscientemente quer que ele seja” (Ogden, 2004b, p. 33), o que impossibilita o distanciamento capaz de levar à

compreensão do processo e, conseqüentemente, à relação e ao trabalho terapêuticos. Noutras palavras, seria necessário um “sentir com”, à moda ferencziana, mas em menor intensidade e parcialmente. Sobre o trabalho realizado com Wassily também caberiam essas possibilidades (contraidentificação projetiva ou reverie), uma vez que sou tomado por algo que, quando consigo colocar em palavras – na encenação ocupo o lugar de um parceiro sexual que é sadicamente agredido, dominado e violado, e como seria horrível tudo aquilo acontecendo na realidade – traz-me alívio e desconcerta o paciente. Uma interpretação que, se oriunda da contraidentificação projetiva, deveria ser avaliada como um erro. Consideremos, entretanto, que os movimentos contratransferenciais nos dois casos – a fantasia de ser atacado, a lembrança evocada e a percepção do medo, no caso de Quinze, e a percepção do crescente de sadismo, o horror e sua nomeação, no caso de Wassily – implicam uma alteração no entendimento do que está ocorrendo na sessão e alteram o curso da ação. O processo merece mais atenção.

Ogden (2004b) destaca como Bion “vê a identificação projetiva como a forma mais importante de interação entre paciente e terapeuta na terapia individual, assim como em grupos de todo tipo” (p. 26) e como trata do aspecto comunicacional envolvido no processo. A leitura que o próprio Ogden oferece do processo, a partir da visão bioniana, divide a identificação projetiva em fases que permitem observar o fenômeno em suas dimensões intrapsíquica e intersubjetiva. Escreve o autor: “Na fase inicial, o projetor inconscientemente fantasia livrar-se de um aspecto do self e colocá-lo em outra pessoa de um modo controlador” (Ogden, 2004b, p. 36), o que vimos Klein afirmar em 1946. Na segunda fase, “por meio de uma interação interpessoal, o projetor exerce pressão no recipiente para que experimente sentimentos congruentes com a projeção” (Ogden, 2004b, p. 36), ou seja, além da fantasia, há uma tentativa de estabelecer certa dinâmica na interação a fim de que o receptor assimile a projeção e tenha sentimentos equivalentes aos que foram projetados. Noutras palavras, a fantasia vem acompanhada da disposição para a montagem de uma cena intersubjetiva em que um dos atores deve conformar-se ao papel que lhe é atribuído pelo outro. Na terceira e última fase, “o recipiente processa psicologicamente a projeção e faz uma versão modificada dela, disponível para reinternalização pelo projetor” (Ogden, 2004b, p. 36).

O processo inicialmente descrito por Klein, uma dinâmica de expulsão e destruição, desdobra-se também em ímpeto para uma encenação que demandará, da outra parte envolvida, o acolhimento e a digestão da fantasia, de maneira a realizar sobre ela modificações, ligações e simbolizações. Ao final, espera-se que o receptor seja

capaz de transmitir ao projetor o resultado de seu trabalho psíquico sobre o material projetado. Todo o processo ganha expressão na clínica porque a leitura dá destaque à “faceta interpessoal da identificação projetiva” (Ogden, 2004c, p. 99). Ocorre, de acordo com o psicanalista norte-americano,

uma transformação da subjetividade do “recipiente” de tal modo que a separada “eu-dade”¹¹⁵ [*I-ness*] do outro-enquanto-sujeito é (por algum tempo e até um nível) subvertida: “Você [o ‘recipiente’ da identificação projetiva] sou eu [o projetor] na medida em que preciso fazer uso de você para o propósito de experienciar, através de você, o que não posso experienciar eu mesmo. Você não sou eu na medida em que preciso rejeitar um aspecto de mim mesmo e, em fantasia, esconder-me (disfarçando-me de não-eu) em você”. O recipiente da identificação projetiva torna-se um participante na negação de si mesmo como um sujeito separado, assim abrindo “espaço psicológico” em si mesmo para ser (na fantasia inconsciente) ocupado (dominado) pelo projetor (Ogden, 2004c, pp. 99-100).

Percebamos que essa descrição implicitamente problematiza a ideia da contraidentificação projetiva como um erro, simplesmente. Se há, por parte do receptor, uma negação de si, da diferença e da separação, abrindo espaço para que o projetor possa, ele mesmo, rejeitar aspectos de seu psiquismo implantando-os no outro, “por algum tempo e até um certo nível”, estamos tratando de uma disposição que tende a gerar uma temporária (e mais ou menos profunda) confusão entre os atores (as subjetividades) envolvidas. Ogden (2004c) defende que se desenharia, dessa maneira, “uma mútua criação, negação e preservação de sujeitos dialéticos, cada qual permitindo a si mesmo ser ‘subjugado’ pelo outro” (p. 101), o que leva à formação de um terceiro sujeito, que não se resume a nenhum dos anteriores.¹¹⁶ Podemos distinguir alguns critérios para a avaliação do jogo transferencial-contratransferencial nessas situações. O primeiro é se ele opera durante algum tempo antes de encontrar uma expressão verbal ou não-verbal; ou seja, se há um interregno entre a primeira e a segunda fases da identificação projetiva, como Ogden a descreve, e a terceira fase de apresentação da versão modificada. Esse intervalo pode ser de minutos ou anos – não seria este o ponto –, desde que conte com o processamento e o trabalho psíquico do receptor. O segundo critério, a meu ver, é a percepção do receptor de que algo está sendo processado por ele,

¹¹⁵ O termo *I-ness*, em inglês, só consegue ser melhor que seu péssimo correlato, “eu-dade”, em português. O sentido, todavia, é o de “individualidade”, existência singular, diferente e separada da dos outros.

¹¹⁶ Não nos dedicaremos mais a fundo ao conceito de “terceiro analítico” que emerge daqui; para mais informações, ver Ogden (2004c) e Coelho Junior (2016).

que uma parte de si (maior ou menor, a depender da situação) está sendo ocupada pelo outro, e que esse material diz respeito ao projetor e às suas possibilidades de expressar elementos de seu mundo interno. Ora, se unirmos esses dois critérios, tempo e consciência de que algo do projetor está alocado para dentro do receptor, somos conduzidos a uma pergunta: a percepção da ocupação é imediata?

Nada leva a crer que o processo, quando feito com demasiada intensidade, permita que o receptor aperceba-se disso tão logo ele se inicia, ao contrário, ele pode defender-se, evitando o movimento do projetor, ou identificar-se *completamente* com aquilo que o outro projeta. Dito de outro modo, a faceta intersubjetiva da identificação projetiva pode conduzir a reações do receptor, seja por meio da não aceitação apressada do papel que lhe é atribuído, seja pela contraidentificação projetiva, em que todo o seu psiquismo é dominado pela projeção. Um exemplo da não aceitação inicial pode ser observado no caso de Quinze, quando das repetidas tentativas que fiz de descolar-me das figuras abusivas que o paciente projetava por meio de indicações de que, conscientemente, não estava disposto a ocupar certos papéis que me eram atribuídos em sua fantasia. Como sabemos, isso não impediu a abertura de um espaço para suas projeções e para que fossem trabalhadas. Com Wassily, por outro lado, o crescente de incômodo com os termos da brincadeira violenta leva a uma interpretação que parece efeito da contraidentificação projetiva, em que sinto e respondo da posição de vítima. Mas é importante notar que, ao fazê-lo, (a) nomeio o horror da situação fora do âmbito da brincadeira; e, na sequência, (b) indico como grande parte da violência torturante está ligada à ordem sexual e à extrema passividade que ela assumiu em certo momento. Os elementos sensoriais brutos transmitidos pela identificação projetiva sofrem, em alguma medida, um processamento que os liga uns aos outros e relaciona-os a determinado estado mental, o que termina por permitir que o paciente narre o que viveu, atribua à experiência um sentimento e permita-se regredir a um estado anterior ao estupro, quando era um bebê que precisava de cuidados. Talvez seja o caso de considerarmos o processo sob outro ângulo, como uma *reverie*.

O termo foi usado por Bion, em 1962, para nomear um estado mental materno de recepção à “infantil colheita da sensação de si [*self-sensation*] trazida pela consciência” (Bion, 1967/2007b, p. 116). Na mesma linha, a *reverie* seria

aquele estado mental que está aberto para a recepção de quaisquer ‘objetos’ [internos] do objeto amado [o bebê] e é, portanto, capaz de recepção das identificações projetivas do bebê [infant] sejam elas

sentidas pelo bebê como sendo boas ou más. Em suma, reverie é um fator da função-alpha materna” (1962, p. 36)

Função-alpha que, antes, explicitamos como uma função mental digestiva e, agora podemos acrescentar, também é uma modalidade de contenção e elaboração, feita pela mãe, de estados psíquicos que a criança não é capaz de conter por conta própria. Ao ser trazido para pensar a clínica, escreve Ogden (2005), a concepção bioniana “do estado de mente analítico (reverie) é uma na qual o analista faz-se tão aberto quanto o possível a experimentar o que é verdade e procura encontrar palavras para comunicar algo dessa verdade ao paciente” (p. 86). Estamos, portanto, diante de uma tentativa de explicitar certo estado mental de abertura e trabalho psíquico sobre aquilo que de mais impensável traz o paciente. Vemos tanto uma atitude receptiva – que poderíamos, talvez, relacionar à “contratransferência primordial” ou à contratransferência prévia – como um estado que permite o exercício de certa função, que Bion chama de *alpha*.

Não procuraremos mais desfazer o embaraço quanto à classificação daquilo que pudemos destacar do trabalho analítico nos casos apresentados, se as interpretações eram efeito da contraidentificação projetiva ou da reverie. O importante, a nosso ver, é como, ao fechar este terceiro momento-chave, encontramos movimentos contratransferenciais capazes de intensificar ou encerrar o círculo vicioso que discutimos acima. A contraidentificação projetiva, sem dúvida, seria responsável pelo prosseguimento do círculo de ataques e contra-ataques, enquanto a reverie, talvez, pudesse descompassá-lo. Nos casos de Quinze e Wassily vemos, de modos diferentes, como as experiências de excesso, de ataque à identidade, de violação do Eu, podem ser comunicadas exatamente por meio da percepção do excesso, do ataque à identidade, da violação do Eu que toma contratransferencialmente, por algum tempo e parcialmente, o analista em seu contato com o paciente. Ambos enfrentam, cada um a seu modo, as posições de algoz e vítima. A intensidade com que a experiência é incutida, por certo, dependerá do que ela encontra no mundo interno do analista e de como é ali processada. Em todo caso, a necessidade é a de interromper a lógica do duelo e abrir a possibilidade de outras formas de comunicação.

Antes de tomar a ação por terminada, devemos reconsiderar alguns dos problemas que encontramos ao seguir nosso fio vermelho, o fenômeno da violência na clínica. Trata-se de um exercício importante: pegamos uma agulha, passamos por ela o fio que tanto tempo nos tomou, e costuramos a cortina que cai sobre o palco ao fim da peça. Caso o leitor queira saber. . . sim, o pano é igualmente vermelho.

5. A cortina das violências

Há uma regra tácita, válida tanto para a exposição de uma pesquisa quanto para a escrita literária – para um romance ou uma peça, por exemplo – que reza não ser aconselhável inserir novas informações no fechamento, ou colocar novas personagens na cena final. O material deveria convergir para o seu fim a partir daquilo que foi apresentado durante o correr das páginas anteriores. Assim, a coesão das ideias ou da narrativa ganha um fecho que se construiu ao longo daquilo que leitor já conhece. Este pode, terminado seu atento trabalho, tranquilizar-se com a sensação de que não foi surpreendido desnecessariamente e que não lhe exigiram ainda mais atenção quando tudo caminhava para o esperado encerramento. Essa é a regra, que infelizmente não respeitaremos.

Partimos de uma definição ampla de violência, que procurava identificá-la, enquanto gênero de fenômenos, às experiências marcadas pelo excesso. A ênfase no aspecto quantitativo, econômico, serviu-nos de porta de entrada para outros elementos relacionados a como a violência aparece na clínica. O material ilustrado pelas três bruxas e pelo tratamento que Freud deu ao tema indicavam que a agressividade, o par sadismo e masoquismo, a pulsão de morte ou destruição, o narcisismo e o trauma imiscuíam-se no – e eram necessários para a compreensão do – fenômeno. Acompanhamos como o professor vienense fez uso da palavra violência ao discutir sua teoria sobre a gênese da social, mas que não a restringiu a esse momento: junto da agressividade, a violência era alvo da coerção do meio no processo civilizatório; mostrava-se também na própria vida pulsional, ao ser pareada à destrutividade; quando considerado o lado da vítima ou do observador, a violência ligava-se intimamente à noção narcisismo, à de trauma e a ataques ao corpo, ao Eu e à identidade. Propusemos que a relação entre violência e trauma merecia uma articulação específica, de natureza temporal, o trauma inauguraria a experiência de violência para quem a sofre. Desse modo, situações traumáticas de intensidades variadas foram localizadas tanto naqueles que assumiam o papel de agentes quanto nos que, dentro e fora da sessão, assumiam o papel de objetos da violência. Vimos também como, na clínica, os pacientes repetiam e encenavam, num movimento regressivo, suas experiências como autores ou vítimas de atos violentos. Esse movimento regressivo trazia duas faces, ora se mostrava como indiferença ao ambiente e aos objetos que o compõem, ora como afirmação da própria

identidade marcada pela violência sofrida. A primeira face remeteu-nos à busca por um estado de inexcitabilidade, de afastamento dos objetos responsáveis por estimulação desnecessária e de intrusões vividas como ataques. Muitas vezes, a reação à impossibilidade de manter-se indiferente e recolhido narcisicamente conduzia a tentativas de afirmação da própria identidade que se expressavam por meio de atos em si mesmos violentos. Algo que, na ocasião, lemos como uma ação específica voltada ao ambiente com o intuito de diminuir a excitação e/ou comunicar a necessidade de ajuda nessa tarefa. O ambiente, ademais, propiciava o assentamento e a elaboração dessas experiências, mas também era capaz de atacar, agredir e violentar o indivíduo.

Os casos nos levaram a perceber como a dinâmica transferencial-contratransferencial despertava no analista – devido às identificações, à *reverie* ou à natureza mesma das encenações dos pacientes – sua própria violência, que poderia ser negada defensivamente ou reconhecida e elaborada para uma melhor compreensão do que era comunicado pelos pacientes e do que ocorria nas sessões. A dinâmica também poderia redesenhar uma interação regida por ataques e contra-ataques, num círculo vicioso em que a possibilidade de compreensão da vida psíquica do paciente e o aspecto comunicacional do que ocorria eram obliterados pelas defesas do analista. O material trazido pelos pacientes nessas modalidades de interação remetia, como vimos, a angústias arcaicas, oriundas de aspectos clivados da personalidade que, ao retornarem, faziam-no sem grandes transformações e despertavam, agora durante a análise, as mesmas angústias contra as quais o paciente defendera-se no passado. A violência ganhava uma face clínica que não podia ser ignorada, e demandava uma *elasticidade identificatória* por parte do analista.

Nossa síntese está longe de abarcar todos os detalhes do percurso que fizemos seguindo nosso fio vermelho, mas nos permite reavaliar, diante de alguns autores, tanto o conceito de violência quanto as maneiras como o fenômeno, objeto de nosso estudo, mostra-se na clínica psicanalítica.

Nas décadas de 1980 e 1990, dois psicanalistas dedicaram-se simultaneamente à distinção de tipos de violência a partir do atendimento com autores de atos violentos. Mervin Glasser (1998), de origem sul-africana, formado nas fileiras britânicas e *chairman* da Portman Clinic durante mais de trinta anos¹¹⁷, procurou diferenciar uma violência autopreservativa (*self-preservative violence*) de uma violência

¹¹⁷ Disponível em: <<https://goo.gl/zQBpoG>>.

sadomasoquista. Na mesma época, nos Estados Unidos, J. Reid Meloy (2002),¹¹⁸ especialista em psiquiatria forense e professor da Universidade da Califórnia, em San Diego, propôs distinguir uma violência afetiva de outra, que chamou de predatória. As categorias identificadas por cada um, derivadas de uma leitura biológica, são quase idênticas, e ambos conheciam o trabalho de seu congênere do outro lado do Atlântico – citam-se, inclusive – o que resultou em trocas públicas de acusações sobre a paternidade da distinção. A violência autopreservativa de Glasser é paralela à violência afetiva de Meloy e, consequentemente, o que um chama de violência sadomasoquista, o outro nomeia como violência predatória.

Glasser (1998) sintetizou suas ideias sobre o tema no artigo “On violence: a preliminar communication”, publicado no *International Journal of Psychoanalysis*. Para o autor, a “violência envolve os corpos tanto do perpetrador quanto da vítima, e pode ser definida como uma resposta corporal com inflição intencional de dano corporal a outra pessoa” (1998, p. 887). Como nota Perelberg (2009a), a definição, aceita pela literatura psiquiátrica, é descritiva e, embora útil na classificação do fenômeno, parece não contemplar integralmente a vida psíquica das partes envolvidas na cena de violência. Glasser (1998) expressamente limitou o uso do termo aos atos conscientes, com intenção de atacar o corpo de outra pessoa, e procurou excluir de sua definição a violência simbólica (que não tem por alvo direto o corpo), a ameaça, verbal ou não-verbal, àquela voltada a objetos inanimados e a dirigida contra animais. Numa leitura psicanalítica, entretanto, seria necessário ter em mente que a intencionalidade e a consciência não se separam de processos inconscientes por uma evidente linha de corte, e que o psiquismo faz ligações, entre representações e objetos, capazes de impor notável variabilidade entre o alvo original do desejo – no caso, da violência – e seu destinatário final. Jessica Yakeley, também da *Portman Clinic*, notou a dificuldade e ampliou o espectro da definição ao chamar de violento “o ato de dano ao corpo envolvendo um rompimento do limite corporal, motivado tanto conscientemente quanto inconscientemente, infligido por uma pessoa à outra” (2010, p. 10). Glasser ancorou sua definição em Walker, autor de *Crime and punishment in Britain*, de 1970, e o risco do qual procurou escapar – de modo honesto, cabe dizer – é o que indicamos na introdução desta tese, o de nomear como “violência” uma gama heterogênea de fenômenos. De

¹¹⁸ A primeira edição do livro de Meloy, *The psychopathic mind. Origins, dynamics, and treatment*, é de 1998.

Jean-Claude Chesnais (1981), passando por Jurandir Freire Costa (2003) e chegando a outros autores, enfrentamos a mesma preocupação encontrada na antecâmara deste estudo. Chesnais (1981), em particular, afirma que a “violência em sentido estrito, a única violência mensurável e incontestável é a violência física”, que consiste num “atentado direto, corporal, contra as pessoas” (p. 32), caracterizado como brutal, exterior (dirigido a outro) e doloroso. Seu campo de pesquisa, porém, é o da história social, assim como o de Walker é o crime e a punição dentro de certo espaço geográfico, e não a vida mental do autor, da vítima, ou da testemunha de atos violentos. A sensibilidade individual, como salientamos antes, enevoa definições muito estanques quando procuramos o lado psíquico do fenômeno e sua ocorrência na clínica. Mesmo Glasser, talvez à revelia, não conseguiu manter a restrição a que se impôs – e suas ideias aplicam-se também aos casos nos quais não houve intenção, consciente por parte do agressor, de causar dano ao outro, ou quando as ações não terminam por atingir o corpo da vítima.

O denominador comum a essas definições, de todo modo, é uma dinâmica de relação entre corpos: com um ato, cujas motivações são em parte conscientes e em parte inconscientes, uma pessoa rompe os limites do corpo de outra, causando-lhe dano. Chesnais, Glasser e Yakeley indicam o alvo mais evidente e mensurável da violência, o corpo, mas pudemos estender essa leitura aos limites do Eu e à identidade. Cabe dizer, à guisa de clarificar a questão, que há uma relação entre violência física e simbólica que não é de simples oposição. Para Françoise Dolto (2007), por exemplo, ambas podem existir simultaneamente. Ao falar sobre a criança agressiva, a psicanalista francesa afirma que toda “violência tem necessidade de expressar-se porque toda violência é simbólica” (Dolto, 2007, p. 176). Aos nossos propósitos, seria descabida uma separação estrita, pois nos propusemos a considerar, como pertencente ao fenômeno da violência na clínica, situações como a ameaça feita por Quinze, que se dirige ao corpo do analista, embora não seja levada a termo, e a encenação de Wassily durante a luta de espadas.

Vejamos a violência autopreservativa, lembrando que o ângulo dessas classificações toma, exclusivamente, o agente da ação violenta. Glasser argumenta que a natureza da violência autopreservativa é biológica, o que merece o esclarecimento, quando acolhemos a ideia no âmbito da psicanálise, que se trata de leitura similar àquela que permite a Freud afirmar que há um correlato ao desamparo biológico do recém-nascido, o desamparo psíquico. Existem reações físicas naturais ao perigo, como o

aumento da frequência cardíaca, a sudorese, o tensionamento muscular. Escreve o psicanalista da *Portman Clinic*:

Em resumo, são mudanças coordenadas, integradas nos sistemas corporais que preparam o organismo seja para atacar e destruir o perigo ou para escapar dele – a resposta “luta-fuga”. Nesse contexto, um “perigo” é qualquer coisa que ameace a sobrevivência do indivíduo: este tipo de violência é a ferramenta do narcisismo primário . . . [e] tem *uma qualidade de estreiteza, de um único objetivo, como um raio laser, que foca no perigo do objeto e não no próprio objeto*. Se for a aparência da vítima que é experimentada como uma ameaça de acusação, os olhos serão atacados; se o que está sendo dito for intolerável, a boca é esmurrada; e assim por diante. Mas no extremo, essa qualidade é perdida e a violência é dirigida indiscriminadamente (Glasser, 1998, pp. 888-889, grifos meus).

Na impossibilidade de fuga, diríamos, recorre-se à violência. O autor não procura, nessa categoria, incluir uma pulsão agressiva específica, que responderia também pelo ato, ao contrário: a violência autopreservativa seria “um reação primária padrão desencadeada pelo perigo” (Glasser, 1998, p. 889), tão primitiva que deveria ser considerada como instintiva e “evocada por qualquer ameaça à homeostase psíquica” (Glasser, 1998, p. 889). Caso, em determinado nível, possamos concordar com a hipótese sobre o ataque ser dirigido à parte do corpo do outro que simboliza o perigo para o indivíduo (Wassily, por exemplo, encena, entre outras coisas, uma castração), achamos muito mais acertada sua observação sobre o fato de que, no extremo, “a violência é dirigida indiscriminadamente” à fonte do perigo. Somos remetidos, além disso, à versão do narcisismo absoluto que vimos Green identificar em Freud como o limite do estado de inexcitabilidade. Se a aspiração última é nenhuma excitação, a tendência ao zero tensional, qualquer estímulo vindo de fora pode ser capaz, dependendo da sensibilidade que o recebe, de ser lido como uma situação de perigo que exige uma resposta de fuga e, na impossibilidade desta, de uma reação violenta. Noutras palavras, argumenta Glasser (1998),

podemos dizer que agressão e violência são provocadas por qualquer coisa que constitua uma ameaça ao self físico ou psicológico. Logo, em um contexto psicológico, essa violência autopreservativa é a resposta fundamental, imediata e substancial acionada por qualquer ameaça ao self, com o objetivo de *negar* a fonte do perigo (p. 889, grifo meu).

Os exemplos de perigo que o psicanalista sul-africano oferece como possíveis causadores desse tipo de violência não são expressamente considerados como

experiências de violência contra o sujeito, uma vez que seu foco não está no psiquismo da vítima, torne-se ou não ela mesma, depois, também agente de ações similares às que sofreu. Entre os perigos, contaríamos:

ataques à identidade de gênero, o perigo da castração, a inflição de um golpe à autoestima, frustração, humilhação, o insulto ao self ou a um ideal ao qual se está ligado, e outras ameaças externas. A violência também pode ser evocada por eventos internos como a perda da identidade por confusão interna, sentimentos de desintegração, a dominação por um objeto interno aniquilante, o castigo sem remorso de um Superego tirânico e sádico, e assim por diante (Glasser, 1998, p. 889).

O foco de Glasser no autor da violência, como podemos notar, produz uma lista de fenômenos de natureza psíquica, ou intrapsíquica, e fenômenos intersubjetivos que localizam a ameaça em algo externo. Mas a listagem de eventos de foro interno só é feita, argumenta, porque estes levariam à externalização da ameaça, do perigo, conduzindo a ataques inexplicáveis para o observador externo. Alguns dos problemas que enfrentamos ao tomar essas ideias são que elas demandam uma avaliação particular das relações de objeto e, paralelamente, a uma articulação entre violência e agressividade que não é evidente. Sobre o primeiro, Glasser (1998) afirma que alguns atos violentos parecem, enquanto são executados, “tão primitivos que se poderia considerar que nenhuma relação de objeto está envolvida neles” (p. 889) – a questão dependeria da orientação teórica do observador. Na mesma linha é posta a participação do Eu, que embora “esteja envolvido em perceber o objeto, em avaliá-lo como perigoso e assim por diante, não está envolvido na reação violenta em si, que é mais da natureza de um reflexo, uma reação-padrão etológica... – o que podemos ver como funcionamento de um proto Eu” (Glasser, 1998, p. 889). Ora, não é o aspecto primitivo, como discutimos ao longo de nosso estudo, que determina a avaliação sobre a existência ou não de relações de objeto ou mesmo das capacidades do Eu arcaico, mas a versão das origens da vida psíquica que se adota. O ponto central, a rigor, localiza-se na consideração sobre o perigo. A violência autopreservativa, como discutida por Glasser, pode ocorrer em um indivíduo que tenha estabelecido relações de objeto – na verdade, deverá ocorrer – mas, no momento do ato, em sua execução, os aspectos do objeto são ignorados, ele resume-se ao perigo, real ou imaginário, que oferece. Noutros termos, *o perigo substituiria o objeto, é a este que se dirige a reação*. O papel do Eu fica limitado à percepção da situação de perigo que, ao invés de angústia sinal, traz à tona elementos clivados e as angústias impensáveis que os acompanham. A leitura de Glasser, porém,

localiza a violência autopreservativa entre as pulsões do Eu, de autoconservação. Um movimento similar é realizado por Jean Bergeret, ao argumentar em favor do conceito de violência fundamental. Nas palavras de Parat, Bergeret enfatizou

um movimento arcaico, primário, que podemos conceber como uma manifestação da pulsão de vida: a violência fundamental. Esta manifestação sustentada pelo narcisismo primário consiste em rejeitar, tentar eliminar tudo o que perturba o conforto do sujeito (em eco, talvez, ao conforto intra-uterino), a fome, a sede, o frio e qualquer manifestação do exterior ou do interior do sujeito (Parat, 2009, p. 1.171).

Tudo o que arma situações experimentadas, como ou o eu ou o outro, de confronto em termos binários, como em um duelo, por exemplo, ligar-se-ia à violência fundamental. O eco da ideia de narcisismo primário é evidente nessa categoria. Glasser (1998) ainda concebe que a agressividade só se torna violência tardiamente, ao “envolver a participação proeminente do corpo na interação” (p. 896), o que traz o mesmo problema ao qual já nos referimos acima, a limitação da violência àqueles atos de natureza física.

Se atravessarmos o Atlântico, encontraremos a violência afetiva de Meloy (1992), que segue padrão similar, mas cujos elementos ganham mais especificações. O conjunto de aspectos da violência afetiva, para o autor, inclui uma reação neurológica que aciona a musculatura para a ação; um forte estado emocional de raiva ou medo; uma reação imediata ao perigo, de natureza violenta; uma ameaça interna ou externa à homeostase do organismo; a ação tem por meta a diminuição da ameaça; pode haver rápido deslocamento do alvo da agressão; o tempo entre ação e reação é limitado; ela pode ser precedida por demonstrações públicas de disposição ao enfrentamento (como nos momentos de confrontação que antecedem uma briga); tem uma dimensão afetiva primária dominante; envolve uma aumentada e difusa sensibilidade; muitas vezes implica a indiferenciação entre Eu e objeto; conseqüentemente, há a possibilidade de perda da capacidade de examinar a realidade; e, por fim, baseia-se numa diminuída autoavaliação do indivíduo. Notemos como o intuito da violência afetiva, descrita pelo psicanalista norte-americano, também indica um apagamento das características do objeto instigador e enfatiza as alterações no funcionamento do sujeito que se sente ameaçado. Mais uma vez, é o perigo à homeostase, e não o objeto em si, que é levado em consideração; e, mais uma vez, o ângulo adotado para a classificação parte do agente do ato violento.

Tanto a categoria descrita por Glasser quanto a analisada por Meloy apontam para uma mesma variedade da violência: a fuga do perigo ou sua eliminação sem maiores considerações quanto ao objeto ameaçador. Situação diferente ocorreria na violência sadomasoquista, para o primeiro, e na violência predatória, para o segundo.

Esta última, escreve Meloy (2002, pp. 212-235) a partir de seu trabalho como psiquiatra forense atendendo psicopatas, não apresenta uma dimensão afetiva de medo, por exemplo. Além disso, a violência predatória não é experimentada envolta numa experiência emocional intensa e consciente; ela é, ao contrário, planejada; não deriva de uma percepção de perigo ou, quando o faz, o intervalo de tempo entre a percepção e a ação é mais longo; seus alvos são variados e multideterminados (como o alívio pulsional, a gratificação de desejos sádicos ou de fantasias de vingança, por exemplo); há pouco ou nenhum deslocamento do objeto-alvo; a duração da ação pode, virtualmente, ser ilimitada; ela é precedida ou sucedida por um ritual privado (como nos procedimentos pós ou pré-crime dos assassinos seriais); a capacidade cognitiva do autor não está diminuída pela sensação de perigo, caso esta exista; a sensibilidade está concentrada e não difusa; e o autor da violência sente uma melhora em sua autoavaliação, um engrandecimento narcísico.¹¹⁹

Glasser (1998), por sua vez, salienta como aquilo que nomeia de “violência sadomasoquista” deve ser considerado como um derivado da categoria autopreservativa, com o importante acréscimo da libidinização da agressão. Se na primeira categoria quaisquer outras características ou respostas do objeto alheias ao perigo percebido pelo sujeito são indiferentes, na violência sadomasoquista “a resposta do objeto é essencial: o objeto deve ser visto em sofrimento” (Glasser, 1998, p. 891). O autor localiza cada um dos dois tipos de violência como polos de um *continuum*, e argumenta que a passagem do polo autopreservativo ao sadomasoquista se dá a partir da libidinização do ato em princípio dirigido para o afastamento do perigo. Glasser (1998) ainda afirma que “a violência A-P [autopreservativa] não envolve uma relação de objeto, enquanto é condição *sine qua non* da violência S-M [sadomasoquista] que exista uma relação e que o objeto constitua mais do que um simples perigo” (p. 891) – o ato contra o objeto deve trazer prazer ao agente.

A categorização do fenômeno sob a pena dos autores, embora útil, traz o seguinte problema: somos levados a estimar dois tipos de violência: uma em que o

¹¹⁹ Para a discussão pormenorizada de cada um dos aspectos nos dois tipos de violência, Cf. Meloy, 1992.

perigo gera a ação violenta, à revelia das características do objeto, e outra em que o sofrimento do objeto seria o alvo da ação, como no sadismo, mas não encontramos lugar para os casos em que a violência é praticada com o desinvestimento maciço do objeto, quando o autor é indiferente às ações e reações do objeto. André Green (1990) afirma que “Para levar a destrutividade sobre o outro longe o suficiente, a condição indispensável à realização desse projeto é a de desobjetalizá-lo, isto é, retirar dele a propriedade de semelhante humano” (p. 453). Essa situação, prossegue o autor, “é incompatível com o gozo sádico que exige a identificação com o *alterego* masoquista” (Green, 1990, p. 453). A indiferença ao objeto, mesmo sua desobjetalização, pareceria característica da violência afetiva ou autopreservativa, preocupada com o perigo e não com objeto, e contaria com um *modus operandi* da violência predatória ou sadomasoquista, mas sem o prazer nela observado. Não haveria libidinização da agressividade, e sim seu oposto, a defusão pulsional, o desligamento e a consequente desumanização do outro. Se chegamos assim a um nó na tipificação, cabe lembrarmos que atos violentos, sejam eles físicos ou não, podem ser cometidos à distância, burocraticamente, por exemplo, ou podem desconsiderar a humanidade da vítima, sua capacidade de sofrer, ao tratá-la como um objeto inanimado.

É exatamente esse o último elemento do modelo proposto por Casoni e Brunet (2007), a partir de uma observação colhida de Meloy (1992) sobre a psicopatia: ela “é um processo: um contínuo entrelaçamento de fatores e operações que estão implicitamente progredindo ou regredindo em direção a um ponto final... uma fundamental desidentificação com a humanidade” (p. 5). Os canadenses, entretanto, preferem o termo desengajamento identificatório para o processo que nega a necessidade do objeto por meio da “exacerbação extrema de defesas maníacas” e do “fortalecimento da aliança entre Eu e Eu ideal” (Casoni & Brunet, 2007, p. 50). O outro é desinvestido e o vínculo, ou possível vínculo, recebe um ataque. Posto noutras palavras, ouviríamos: “o outro não é como eu, e eu não sou como ele; nada nos aproxima, logo não identifico nada dele em mim”. Uma negação da semelhança por desinvestimento ou desobjetalização, nos termos de Green. Para Casoni e Brunet (2007), “A natureza fundamental da humanidade compartilhada com outros seres é desinvestida em favor do temporário investimento da aliança entre Eu e Eu-ideal, assim exacerbando uma visão egocêntrica do modo de relacionar-se com os outros” (p. 50). Embora vejamos assim um ponto que pode ser atingido, a maioria das situações de violência não atinge esse limite.

Ainda no campo do psiquismo do agressor, Glasser (1998) propõe a hipótese, adotada por diversos autores de linha inglesa que trabalham com pacientes antissociais ou criminosos – Perelberg (2009a), Yakeley (2010), Morgan & Rusczyński (2007) –, da existência de um “complexo nuclear” (*core complex*) específico e fundamental à ação violenta. Trata-se de um centro de angústias de aniquilamento e abandono, herdeiro da relação com o objeto primário. O indivíduo anseia por uma união indissolúvel com o objeto e, ao mesmo tempo, tem “medo de ser fundido e aniquilado” (Perelberg, 2009a, p. 29) por ele. Para Glasser (1998), tais angústias de aniquilação e abandono podem servir de “gatilhos” para a violência autopreservativa, enquanto a violência sadomasoquista apresentaria conteúdos mais edípicos. Isso não implica que a violência sadomasoquista não possa ocorrer em um “contexto pré-edípico” e que o “complexo nuclear” seja-lhe estranho. Os anseios por união com o objeto, escreve Yakeley (2010), existem em todos, mas

onde houve uma relação patologicamente narcisista com a mãe, eles persistem em estado generalizado numa forma primitiva, não modificada por estágios posteriores do desenvolvimento. Fundir-se não tem mais a qualidade de um estado temporário, mas é temido como uma permanente perda do self, um desaparecimento da existência da pessoa enquanto um indivíduo independente, separado, em [que a torna] um objeto, um medo da aniquilação total (pp. 16-17).

Como defesa contra essa angústia, o indivíduo precisa conservar uma distância segura dos objetos; algo que, no caso de Quinze, por exemplo, observamos por meio de suas ameaças e da descontinuidade dos contatos que estabelecia. A fuga, todavia, prossegue Yakeley (2010), “traz consigo sentimentos de isolamento emocional, abandono e baixa autoestima” (p. 17), sentimentos que, por sua vez, “estimulam o desejo pelo contato e união com o objeto mais uma vez, de modo que o complexo nuclear tem as qualidades de um círculo vicioso” (Yakeley, 2010, p. 17). Este não mais, necessariamente, de ataques e contra-ataques, mas de aproximações desejadas e temidas que, quando realizadas, despertam sentimentos intoleráveis responsáveis pelo afastamento do sujeito e, mais tarde, o retorno do anseio por contato. Yakeley (2010) é didática em sua exposição:

Para preservar o self, o objeto – usualmente a mãe neste inicial estágio do desenvolvimento – deve ser destruído. Mas isso, é claro, significaria a perda de tudo que há de bom na mãe, a segurança, o amor e o calor que ela oferece. A criança tem somente duas opções – recuar para um estado narcísico ou recorrer à agressão

autopreservativa contra a mãe obliterante. Isso, como propõe Glasser, é a origem da violência autopreservativa (p. 17).

Uma terceira alternativa de romper o círculo vicioso imposto pelo complexo nuclear será a libidinização da agressão – uma tentativa de saída que Yakeley, a partir de Glasser, localiza na perversão –, sua transformação em sadismo. O objeto deixa de ser ameaçado de destruição: no caso, “A mãe agora é preservada . . . conforme a intenção de destruir é convertida em desejo de machucar e controlar” (Yakeley, 2010, p. 17). A saída passa a envolver um avanço na linha que une os polos relativos aos dois tipos de violência, a autopreservativa e a sadomasoquista. Se antes os modos de rompimento do círculo contam com o recuo ou a agressão e a violência contra o perigo, agora vemos uma transformação oriunda, podemos acrescentar, da defusão pulsional e da descoberta de um bônus de prazer no ato agressivo. O empreendimento torna-se sádico. Comum a todas essas saídas é a tentativa, por medidas diversas, de manter e afastar o estado de unidade entre o Eu e o objeto primário.

Nesse sentido, uma intervenção aparentemente muito direta como a que fiz ao tentar restringir o acesso da mãe de Wassily aos momentos de banho de seu filho ganha um novo sentido: ela procura delimitar espaços de individualidade para a criança que, ao mesmo tempo, quer manter a mãe a alguma distância e exibir a ela a própria potência de numa forma ativa. Noutros termos, a desejada intrusão e o que ela permite, a exibição, também são temidos porque apagam os contornos do Eu, que o separam do objeto.

Podemos perceber como caminhamos, de hipóteses quanto ao funcionamento psíquico do agente do ato violento, para as sutilezas do psiquismo da vítima. A representação matriz ou causal, que desperta a compreensão, na vítima ou no observador, de que determinada ação consiste numa violência, seria, para Costa (2003) “uma representação capaz de suscitar uma defesa que anula sua própria existência psíquica” (p.128), e não é notada pelos processos primário e secundário. A representação, “exilada em algum confim do psiquismo, persiste naquela condição enquanto a defesa descrita por Ferenczi como cisão ou alucinação negativa mantém-se ativa e eficiente” (Costa, 2003, pp. 128-129). Como todas as defesas alinhavadas por Green que acompanhamos, o destino desta é, mais cedo ou mais tarde, falhar e permitir o retorno daquilo que foi cindido (ou clivado). Com o retorno desses elementos, ocorre o embaraçamento de aspectos centrais ao funcionamento psíquico: a diferença entre os sexos e a diferença entre gerações. Surge, na opinião de Costa (2003), a percepção do

arbítrio e da gratuidade da ação sofrida. Acrescentaríamos, da natureza de invasão – traumática – do ato, capaz de desintegrar, aniquilar, aterrorizar, desamparar. Dizer que existem violências, a essa altura, seria repetir algo que o leitor pôde concluir por sua conta: o fenômeno é variado, mas exige uma tarefa singular.

Ao mostrar suas faces na clínica, a violência expressa angústias, traz à tona conteúdos que precisam ganhar formas mais passíveis de contenção, implica o analista num trabalho que é, ao mesmo tempo, de processamento daquilo que vem do outro e de elaboração interna. Ela demanda, podemos dizer, lembrando Camus, uma “incorporação absurda com a vida” (Todd, 1998, p. 252), a própria e a do outro, naquilo que contém de mais agonizante. As posições de vítima, algoz e testemunha misturam-se temporariamente e se reorganizam conforme as necessidades do paciente, de encenar e comunicar aspectos de sua experiência, ganham proeminência. Exige-se do psiquismo do analista uma elasticidade identificatória que o permita ocupar essas diversas posições, algumas avessas ao conforto e à tranquilidade. Não se sai incólume dessa experiência ou de qualquer contato genuíno com o excesso e a destrutividade de pacientes que foram vítimas, autores ou testemunhas de atos de violência. Conforme cai o pano, somos lembrados de que seguir o fio, esgarçá-lo, tomá-lo entre os dedos, usá-lo como linha, também implicaria cortá-lo em algum momento. Temos uma variedade de lâminas para a tarefa e conservamos uma certeza: o metal exposto refletirá o sol.

REFERÊNCIAS

Textos de Freud

Utilizamos a edição em português das *Obras Completas* de Freud, em 20 volumes (previstos) cuja coordenação da tradução é de Paulo César de Souza, São Paulo: Companhia das Letras. Para os textos ainda não traduzidos nessa edição, utilizou-se a *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*, cuja editoração e coordenação da tradução foram realizadas por James Strachey, London: Vintage/The Hogarth Press, 2001, em 24 volumes. Em dois casos, consultamos ainda outras traduções, no *Projeto de uma psicologia* e no diário do caso do “Homem dos Ratos”.

Freud, S. (1895/1995). *Projeto de uma psicologia* (O.F. Gabbi Jr., trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1895)

Freud, S. (1888/2001a). Hysteria. In S. Freud, *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (Vol. 1, pp. 38-59). J. Strachey (Ed. & trad.). London: Vintage. (Trabalho original publicado em 1888)

Freud, S. (1888/2001b). Preface to the translation of Bernheim's Suggestion. In S. Freud, *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (Vol. 1, pp. 71-88). J. Strachey (Ed. & trad.). London: Vintage. (Trabalho original publicado em 1888)

Freud, S. (1892/2001c). Sketches for the “Preliminary communication” of 1893. In S. Freud, *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (Vol. 1, pp. 146-154). J. Strachey (Ed. & trad.) London: Vintage. (Trabalho original publicado em 1892)

Freud, S. (1893/2001d). Some points for a comparative study of organic and hysterical motor paralyses. In S. Freud, *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (Vol. 1, pp. 155-172). J. Strachey (Ed. & trad.) (Trabalho original publicado em 1893)

Freud, S. (1894/2001e). The neuro-psychoses of defence. In S. Freud, *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (Vol. 3, pp. 42-61). (Trabalho original publicado em 1894)

Freud, S. (1900/2001f). *The Interpretation of Dreams*. In S. Freud, *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (J. Strachey, ed. & trad, Vol. 4). London: Vintage. (Trabalho original publicado em 1900)

Freud, S. (1900/2001g). *The Interpretation of Dreams*. In S. Freud, *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (J. Strachey, ed. & trad, Vol. 5). London: Vintage. (Trabalho original publicado em 1900)

Freud, S. (1905/2001h). Jokes and their relation to the unconscious. In S. Freud, *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (Vol. 8, pp. 9-236). London: Vintage. (Trabalho publicado em 1905)

Freud, S. (1905/2001i). Three essays on the theory of sexuality. In S. Freud, *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (Vol. 7, pp. 135-230). London: Vintage. (Trabalho publicado em 1905)

Freud, S. (1940 [1938]/2001j). An outline of psycho-analysis. In S. Freud, *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (Vol. 23, pp. 144-207). London: Vintage. (Trabalho original publicado em 1940)

Freud, S., & Breuer, J. (1893/2001k). On the psychical mechanism of hysterical phenomena: preliminar communication. In S. Freud, *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (Vol. 2, pp. 2-17). London: Vintage. (Trabalho original publicado em 1893)

Freud, S., & Breuer, J. (1893-1895/2001l). *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (J. Strachey, ed. & trad., Vol. 2). London: Vintage. (Trabalho original publicado em 1893-1895)

Freud, S. (1911/2010a). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 10, pp. 108-121). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1911)

Freud, S. (1911/2010b). Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia (dementia paraoides) relatado em autobiografia. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 10, pp. 13-107). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1911)

Freud, S. (1912/2010c). Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 10, pp. 147-162). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1912)

Freud, S. (1913/2010d). O início do tratamento. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 10, pp. 163-192). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1913)

Freud, S. (1913/2010e). A predisposição à neurose obsessiva: Contribuição ao problema da escolha da neurose. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 10, pp. 324-337). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1913)

Freud, S. (1914/2010f). Introdução ao narcisismo. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 12, pp. 13-50). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914)

Freud, S. (1915/2010g). Considerações atuais sobre a guerra e a morte. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 12, pp. 209-246). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915)

Freud, S. (1915/2010h). O inconsciente. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 12, pp. 99-150). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915)

Freud, S. (1915/2010i). Os instintos e seus destinos. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 12, pp. 51-81). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915)

Freud, S. (1915/2010j). Observações sobre o amor de transferência. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 10, pp. 210-228). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915)

Freud, S. (1915/2010k). A repressão. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 12, pp. 82-98). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915)

Freud, S. (1916/2010l). Alguns tipos de caráter encontrados na prática psicanalítica. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 12, pp. 253-286). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1916)

Freud, S. (1917/2010m). Complemento metapsicológico à teoria dos sonhos. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 12, pp. 151-169). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1917)

Freud, S. (1917/2010n). Luto e melancolia. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 10, pp. 170-194). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1917)

Freud, S. (1919/2010o). “Batem numa criança”: Contribuição ao conhecimento da gênese das perversões sexuais. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 14, pp. 293-327). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1919)

Freud, S. (1919/2010p). Introdução à Psicanálise das neuroses de guerra. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 14, pp. 382-388). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1919)

Freud, S. (1920/2010q). Além do princípio do prazer. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 14, pp. 161-239). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1920)

Freud, S. (1930/2010r). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 18, pp. 13-123). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930)

Freud, S. (1933/2010s). Novas conferências introdutórias à psicanálise. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 18, pp. 123-354). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1933)

Freud, S. (1933/2010t). Por que a guerra? In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 18, pp. 417-435). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1933)

Freud, S. (1921/2011a). Psicologia das massas e análise do eu. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 15, pp. 13-113). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921)

Freud, S. (1923/2011b). O eu e o id. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 16, pp. 13-74). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923)

Freud, S. (1923/2011c). A organização genital infantil. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 16, pp. 168-176). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923)

Freud, S. (1924/2011d). A dissolução do complexo de Édipo. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 16, pp. 203-213). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1924)

Freud, S. (1924/2011e). O problema econômico do masoquismo. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 16, pp. 184-202). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1924)

Freud, S. (1912-1913/2012). Totem e tabu. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 11, pp. 13-244). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1912-1913)

Freud, S. (1909/2013a). Observações sobre um caso de neurose obsessiva: “O homem dos ratos”. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 9, pp. 13-112). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1909)

Freud, S. (1910/2013b). Cinco lições de psicanálise. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 9, pp. 220-286). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1910)

Freud, S. (1910/2013c). Concepção psicanalítica do transtorno psicogênico da visão. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 9, pp. 313-323). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1910)

Freud, S. (1910/2013d). As perspectivas futuras da terapia psicanalítica. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 9, pp. 287-301). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1910)

Freud, S. (1917/2013e). O tabu da virgindade: Contribuições à psicologia do amor III. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 9, pp. 364-387). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1917)

Freud, S. (1916-1917/2014a). *Conferências introdutórias à psicanálise*. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 13). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1916-1917)

Freud, S. (1926/2014b). Inibição, sintoma e angústia. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 17, pp. 13-123). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926)

Freud, S. (19126/2014c). A questão da análise leiga: diálogo com um interlocutor imparcial. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 17, pp. 124-230). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926)

Freud, S. (1907/2015a). O delírio e os sonhos na Gradiva de W. Jensen. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 8, pp. 13-122). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1907)

Freud, S. (1908/2015b). A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 8, pp. 359-389). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1908)

Freud, S. (1908/2015c). Sobre as teorias sexuais infantis In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 8, pp. 390-411). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1908)

Freud, S. (1909/2015d). Análise da fobia de um garoto de cinco anos: O pequeno Hans. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 8, pp. 123-284). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1909)

Freud, S. (2000). *L'homme aux rats : Journal d'une analyse* (6a ed., E. R. Hawelka, trad.). Paris: PUF.

Outros autores:

Allinson, M. (2002). *German and Austria, 1814-2000: Modern history for modern languages*. London: Arnold.

Arendt, H. (2013). Da violência. In *Crises da república* (3a ed., J. Volkmann, trad., pp. 91-156). São Paulo, SP: Perspectiva.

Aristóteles. (2000). *Retórica das paixões* (I. B. B. Fonseca, trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.

Aulagnier, P. (1989). *O aprendiz de historiador e o mestre-feiticeiro: Do discurso identifiante ao discurso delirante* (C. Berliner, trad.). São Paulo, SP: Escuta.

Balier, C. (1999). *Psychanalyse des comportements sexuels violents: Une pathologie de l'inachèvement* (3a ed.). Paris: PUF.

Balier, C. (com Grépillat, A.). (2003). *Psychanalyse des comportements violents* (6a ed.). Paris: PUF.

Balier, C. (Dir.). (2005). *La violence en Abyme : essai de psychocriminologie*. Paris: PUF.

Balint, M. (1935/1965a). Critical notes on the theory of pregenital organizations of the libido. In *Primary love and psycho-analytic technique* (pp. 37-58). New York, NY: Liveright. (Trabalho original publicado em 1935)

- Balint, M. (1936/1965b). Eros and Aphrodite. In *Primary love and psycho-analytic technique* (pp. 59-73). New York, NY: Liveright. (Trabalho original publicado em 1936)
- Balint, M. (1937/1965c). Early developmental states of the ego: Primary object-love. In *Primary love and psycho-analytic technique* (pp. 74-90). New York, NY: Liveright. (Trabalho original publicado em 1937)
- Balint, M. (1949/1965d). Changing therapeutical aims and techniques in psycho-analysis. In *Primary love and psycho-analytic technique* (pp. 209-222). New York, NY: Liveright. (Trabalho original publicado em 1949)
- Balint, M. (1969/1992). *The basic fault: Therapeutic aspects of regression* (3a ed.). Evanston, IL: Northwestern University Press. (Trabalho original publicado em 1969)
- Balint, M. (1969/2014). *A falha básica: Aspectos terapêuticos da regressão*. (2a ed., F. F. Settineri, trad.). São Paulo, SP: Zagodoni. (Trabalho original publicado em 1969)
- Bergeret, J. (1994). *La violence et la vie : La face cachée de l'œdipe*. Paris: Payot & Rivages.
- Bion, W. R. (1962/2007a). *Learning from experience*. London: Karnac. (Trabalho original publicado em 1962)
- Bion, W. R. (1967/2007b). A theory of thinking. In *Second thoughts: Selected papers on psycho-analysis* (pp. 110-119). London: Karnac. (Trabalho original publicado em 1967)
- Birman, J. (2009). *Cadernos sobre o mal: agressividade, violência e crueldade*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Brandão, J. S. (2000). *Mitologia grega* (15a ed., Vol. 1). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Brandenburg, P. (2005). The second stasimon in Sophocles' Oedipus tyrannus. *L'Antiquité Classique*, 74, 29-40. doi: 10.3406/antiq.2005.2561

- Breakwell, G. M. (Ed.). (1983). *Threatened identities*. Chichester, England: Wiley.
- Caldwell, L., & Joyce, L. (2011). General introduction. In L. Caldwell & L. Joyce (Eds.), *Reading Winnicott* (pp. 1-31). London: Routledge.
- Casoni, D., & Brunet, L. (2007). The psychodynamics that lead to violence: Part 1: The case of the chronically violent delinquent. *Canadian Journal of Psychoanalysis*, 15(1), 41-55.
- Cassim, B., Despret, V., & Diaz, M. M. (2014). Vergüenza. In B. Cassim, E. Apter, J. Lezra & M. Wood (Eds.), *Dictionary of untranslatables: A philosophical lexicon* (pp. 1195-1196). Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Camus, A. (1999). *O estrangeiro* (8a ed., V. Rumjanek, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Record. (Trabalho original publicado em 1942)
- Chesnais J-C. (1981). *Histoire de la violence en Occident de 1800 à nos jours*. Paris: Robert Laffont.
- Cintra E. M. U., & Figueiredo L. C. (2004). *Melanie Klein: estilo e pensamento*. São Paulo, SP: Escuta.
- Coelho Junior, N. (1995). *A força da realidade na clínica freudiana*. São Paulo, SP: Escuta.
- Coelho Junior, N. (2008). Psicanálise, corpo e setting. In L. C. Figueiredo & N. Coelho Junior, *Ética e técnica em psicanálise* (2a ed. ampl., pp. 97-106). São Paulo, SP: Escuta.
- Coelho Junior, N. (2012). Intersubjetividade e corporeidade: Dimensões da clínica psicanalítica. In N. Coelho Jr., P. Salem & P. Klautau (Orgs.), *Dimensões da intersubjetividade* (pp. 71-88). São Paulo, SP: Escuta.
- Coelho Junior N. (2016). "The origins and destinies of the idea of thirdness in contemporary psychoanalysis". *The International Journal of Psychoanalysis*, 97(4), 1105-1127.

- Costa, A. (Org. & trad.). (2002). *Heráclito: Fragmentos contextualizados*. Rio de Janeiro, RJ: Difel.
- Costa, J. F. (2003). *Violência e psicanálise* (3a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- Crampton, R. J. (2000). *Eastern Europe in the twentieth century: And after* (2a ed.). London: Routledge.
- Cromberg, R. U. (2004). *Cena incestuosa: Abuso e violência sexual* (2a ed.). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Cromberg, R. U. (2008a). *O amor que ousa dizer seu nome: Sabina Spielrein: Pioneira da psicanálise* (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo). Recuperado de <https://goo.gl/WkFTiQ>
- Cromberg, R. U. (2008b). Um jabuti no labirinto da violência: A violência no coração da cidade: Um estudo psicanalítico. *Percursos: Revista de Psicanálise*, 21(40), 182-190.
- Cromberg, R. U. (Org.). (2014). *Sabina Spielrein: Uma pioneira da psicanálise* (R. D. Mundt, trad., Vol. 1). São Paulo, SP: Matriz.
- Dal Molin, E. C. (2015). *Violent reenactments of trauma and the analyst's body*. Trabalho apresentado na 2015 International Sándor Ferenczi Conference: *The Heritage of a Psychoanalytic Mind*, Toronto, Canada.
- Dal Molin, E. C. (2016). *O terceiro tempo do trauma: Freud, Ferenczi e o desenho de um conceito*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Dal Molin, E. C. (2017). Trauma, silêncio e comunicação. In C. P. França (Org.), *Ecos do silêncio: Reverberações do traumatismo sexual* (pp. 63-86). São Paulo, SP: Blucher.
- De Zulueta, F. (2006). *From pain to violence: The traumatic roots of destructiveness* (2a ed.). England: Wiley.
- Dicionário de alemão-português (2a ed.). (2006). Porto, Portugal: Porto.

- Dolto F. (2007). *As etapas decisivas da infância*. (C. Berliner, trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Doolittle, H. (1984). *Tribute to Freud: Writing on the wall: Advent* (3a ed.). New York, NY: New Directions.
- Dunker, C. I. L. (2013). Uma gramática para a clínica psicanalítica. In S. Freud, *As pulsões e seus destinos* (P. H. Tavares, trad., pp. 135-158). Belo Horizonte, MG: Autêntica. (Trabalho original publicado em 2001)
- Duparc, F. (2001). Les trois temps du contre-transfert. *Revue Française de Psychanalyse*, 65(3), 711-730. doi: 10.3917/rfp.653.0711
- Einstein, A. (2011). *Como vejo o mundo* (22a ed., H. P. Andrade, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1949)
- Endo, P. (2005). *A violência no coração da cidade: Um estudo psicanalítico*. São Paulo, SP: Escuta.
- Falzedder, E., & Brabant, E. (Eds.). (2000). *The correspondence of Sigmund Freud and Sándor Ferenczi* (P. T. Hoffer, trad., Vol. 3). Cambridge, MA: Belknap.
- Fenichel, O. (2005). *Teoria psicanalítica das neuroses: Fundamentos e bases da doutrina psicanalítica* (S. P. Reis, trad.). São Paulo, SP: Atheneu. (Trabalho original publicado em 1945)
- Fenichel, O. (1954/2014). The conter-phobic attitude. In O. Fenichel, *The collected papers of Otto Fenichel: Second series* (H. Fenichel & D. Rapaport, eds., pp. 163-173). New York, NY: W. W. Norton. (Trabalho original publicado em 1954)
- Ferenczi, S. (1932/1988) *The clinical diary of Sándor Ferenczi* (J. Dupont, ed., M. Balint & N. Z. Jackson, trads.). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Ferenczi S. (1924) *Thalassa: ensaio sobre a teoria da genitalidade*. (A. Cabral, trad.). São Paulo, SP: Matins Fontes.

- Ferenczi, S. (1909/2002a). Introjection and transference. In S. Ferenczi, *First contributions to psycho-analysis* (J. Dupont, ed., E. Jones, trad., pp. 35-93). London: Karnac. (Trabalho original publicado em 1909)
- Ferenczi, S. (1913/2002b). To whom does one relate one's dreams. In S. Ferenczi, *Further contributions to the theory and technique of psycho-analysis* (J. Rickman, ed., J. I. Suttie et al., trads., p. 349). London: Karnac. (Trabalho original publicado em 1913)
- Ferenczi, S. (1916-1917/2002c). Two types of war neuroses. In S. Ferenczi, *Further contributions to the theory and technique of psycho-analysis* (J. Rickman, ed., J. I. Suttie et al., trads., pp. 121-141). London: Karnac. (Trabalho original publicado em 1916-1917)
- Ferenczi, S. (1928/2002d). The adaptation of the family to the child. In S. Ferenczi, *Final contributions to the problems and methods of psycho-analysis* (M. Balint, ed., E. Mosbacher et al., trads., pp. 61-76). London: Karnac. (Trabalho original publicado em 1928)
- Ferenczi, S. (1928/2002e). The elasticity of psycho-analytic technique. In S. Ferenczi, *Final contributions to the problems and methods of psycho-analysis* (M. Balint, ed., E. Mosbacher et al., trads., pp. 87-101). London: Karnac. (Trabalho original publicado em 1928)
- Ferenczi, S. (1930/2002f). The principle of relaxation and neocatharsis. In S. Ferenczi, *Final contributions to the problems and methods of psycho-analysis* (M. Balint, ed., E. Mosbacher et al., trads., pp. 108-125). London: Karnac. (Trabalho original publicado em 1930)
- Ferenczi, S. (1931/2002g). Child analysis in the analysis of adults. In S. Ferenczi, *Final contributions to the problems and methods of psycho-analysis* (M. Balint, ed., E. Mosbacher et al., trads., pp. 126-142). London: Karnac. (Trabalho original publicado em 1931)
- Ferenczi, S. (1932-1933/2002h). Confusion of tongues between adults and the child: The language of tenderness and of passion. In S. Ferenczi, *Final contributions to the problems and methods of psycho-analysis* (M. Balint, ed., E. Mosbacher et

- al., trads., pp. 156-167). London: Karnac. (Trabalho original publicado em 1932-1933)
- Ferenczi, S. (1909/2011). Transfert et introjection. In *Psychanalyse : Œuvres complètes* (J. Dupont, trad., Vol. 1, pp. 93-125). Paris: Payot. (Trabalho original publicado em 1909)
- Ferguson, N. (2007). *The war of the world: History's age of hatred*. London: Penguin.
- Ferraz, F. C. (2011). Violência e medo. In *Ensaio psicanalítico* (pp. 203-214). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Figueiredo, L. C. M. (1999). *Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi*. São Paulo, SP: Escuta.
- Figueiredo, L. C. M. (2008a). Presença, implicação e reserva. In L. C. M. Figueiredo & N. Coelho Jr., *Ética e técnica em psicanálise* (2a ed., pp. 13-54). São Paulo, SP: Escuta.
- Figueiredo, L. C. M. (2008b). Transferência, contratransferência e outras coisinhas mais, ou Esquizoidia e narcisismo na clínica psicanalítica contemporânea ou A chamada pulsão de morte. In *Psicanálise: Elementos para a clínica contemporânea* (pp. 127-158). São Paulo, SP: Escuta.
- Figueiredo, L. C. M. (2009). *Matrizes do pensamento psicológico* (15a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Figueiredo, L. C. M., & de Santi, P. L. R. (2008). *Psicologia, uma (nova) introdução: Uma visão histórica da psicologia como ciência* (3a ed.). São Paulo, SP: Educ.
- Figueiredo, L. C. M., Tamburrino, G., & Ribeiro, M. (2012). *Balint em sete lições*. São Paulo, SP: Escuta.
- Freud, A. (2006). *O ego e os mecanismos de defesa* (F. F. Settineri, trad.). Porto Alegre, RS: ArtMed. (Trabalho original publicado em 1936)
- Gabbard, G. O., & Lester, E. P. (2003). *Boundaries and boundary violations in psychoanalysis*. Washington, DC: American Psychiatric.

- Gabbi, O. F., Jr. (1995). Notas críticas sobre Entwurf einer Psychologie. In S. Freud, *Projeto de uma psicologia* (O. F. Gabbi Jr., trad., pp. 103-229). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Gay, P. (2008). *Freud: Uma vida para nosso tempo* (D. Bottmann, trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Glasser, M. (1998). On violence: A preliminary communication. *The International Journal of Psycho-Analysis*, 79(5), 887-902.
- Goethe, J. W. (1998). *As afinidades eletivas* (3a ed., E. Paqual, trad.). São Paulo, SP: Nova Alexandria. (Trabalho original publicado em 1809)
- Goethe, J. W. (1999). *Fausto* (J. Barrento, trad.). Lisboa: Relógio d'Água. (Trabalho original publicado em 1829)
- Goffman, E. (1988). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4a ed., M. Lambert, trad.). Rio de Janeiro, RJ: LTC. (Trabalho original publicado em 1963)
- Goffman, E. (2001). *Manicômios, prisões e conventos* (7a ed., D. M. Leite, trad.). São Paulo, SP: Perspectiva.
- Goffman, E. (2006). *A representação do eu na vida cotidiana* (12a ed., M. C. S. Raposo, trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Govrin, A. (2016). The psychology of evil. In R. C. Naso & J. Mills (Eds.), *Ethics of evil: Psychoanalytic investigations* (pp. 95-133). London: Karnac.
- Green, A. (1990). *La folie privée : Psychanalyse des cas-limites*. Paris: Gallimard.
- Green, A. (1994). *O desligamento: Psicanálise, antropología e literatura* (I. Cubric, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Green, A. (1999). *The fabric of affect in psychoanalytic discourse* (A. Sheridan, trad.). London: Routledge. (Trabalho original publicado em 1973)
- Green, A. (2003). *Quatro questões para André Green* (A. M. S. Ziskind, M. T. L. Mantovanini & S. M. C. Marchini, trads.). São Paulo, SP: SBPSP.

- Green, A. (1966-1967/2007a). Le narcissisme primaire : Structure ou état. In *Narcissisme de vie, narcissisme de mort* (pp. 88-147). Paris: Minuit. (Trabalho original publicado em 1966-1967)
- Green, A. (1976/2007b). Un, autre, neutre : Valeurs narcissique du même. In *Narcissisme de vie, narcissisme de mort* (pp. 33-87). Paris: Minuit. (Trabalho original publicado em 1976)
- Green, A. (1980/2007c). La mère mort. In *Narcissisme de vie, narcissisme de mort* (pp. 247-283). Paris: Minuit. (Trabalho original publicado em 1980)
- Green, A. (1983/2007d). Le narcissisme et la psychanalyse : Hier et aujourd'hui. In *Narcissisme de vie, narcissisme de mort* (pp. 9-30). Paris: Minuit. (Trabalho original publicado em 1983)
- Green, A. (2012). Démembrement du contre-transfert, ce que nous avons gagné et perdu avec l'extension du contre-transfert. In *La clinique psychanalytique contemporaine* (pp. 79-105). Paris: Ithaque.
- Greenacre, P. (1953). *Trauma, growth and personality*. London: Hogarth.
- Hanly, C. (1984). Ego ideal and ideal ego. *The International Journal of Psycho-Analysis*, 65(3), 253-261.
- Hanns, L. A. (1996). *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Hanns, L. A. (1999). *A teoria pulsional na clínica de Freud*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Heráclito. (2002). *Heráclito: fragmentos contextualizados*. (A. Costa, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Difel.
- Hesíodo. (2002). *Os trabalhos e os dias* (4a ed., M. C. N. Lafer, trad.). São Paulo, SP: Iluminuras.
- Hobsbawn, E. (2016). As regras da violência. In *Pessoas extraordinárias: Resistência, rebelião e jazz* (4a ed., I. Hirsch & L. L. Oliveira, trads., pp. 391-400). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

- Honneth, A. (2003). *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais* (L. Repa, trad.). São Paulo: Editora 34.
- Iannini, G. (2013). Epistemologia da pulsão: Fantasia, ciência, mito. In S. Freud, *As pulsões e seus destinos* (P. H. Tavares, trad., pp. 91-134). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Instituto de Psicanálise “Durval Marcondes” da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. (2008). *Jornal de Psicanálise: A Análise do Analista*, 41(74).
- Jacobs, T. (1998). On contertransference enactments. In S. T. Ellman & M. Moskowitz (Eds.), *Enactment: Toward a new approach to therapeutic relationship* (pp. 63-76). Northvale, NJ: Jason Aronson.
- Joffe, W. G., Sandler, J., Baker, S., Edgumbe, R., Kawenoka, M., Kennedy, H., & Neurath, L. (1967). Some conceptual problems involved in the consideration of disorders of narcissism. *Journal of Child Psychotherapy*, 2(1), 56-66. doi: 10.1080/00754176708259397
- Kershaw, I. (2010). *Hitler* (P. M. Soares, trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Klein, M. (1927/1996a). “Tendências criminosas em crianças normais”. In M. Klein, *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945)*. (A. Cardoso, trad., pp. 197-213). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Klein, M. (1930/1996b). “A importância da formação de símbolos no desenvolvimento do ego”. In M. Klein, *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945)*. (A. Cardoso, trad., pp. 249-264). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Klein, M. (1934/1996c). “Sobre a criminalidade”. In M. Klein, *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945)*. (A. Cardoso, trad., pp. 296-300). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Klein, M. (1946/1991). “Notas sobre alguns mecanismos esquizoides”. In M. Klein, *Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)* (pp. 17-43). Rio de Janeiro, RJ: Imago.

- Klein, M. (1948/1991) “Sobre a teoria da ansiedade e da culpa” in Melanie Klein, *Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)*. Rio de Janeiro: Imago, p.44-63.
- Kupermann, D. (1996). *Transferências cruzadas: Uma história da psicanálise e suas instituições*. Rio de Janeiro, RJ: Revan.
- Kupermann, D. (2008a). Presença sensível: A experiência da transferência em Freud, Ferenczi e Winnicott. In *Presença sensível: Cuidado e criação na clínica psicanalítica* (pp. 83-108). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Kupermann, D. (2008b). Transferências cruzadas, transferências nômades: Sobre a transmissão da psicanálise e as instituições psicanalíticas. In *Presença sensível: Cuidado e criação na clínica psicanalítica* (pp. 19-61). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Lafer, M. C. N. (2002a). À guisa de conclusão. In Hesíodo, *Os trabalhos e os dias* (4a ed., M. C. N. Lafer, trad., pp. 91-94). São Paulo, SP: Iluminuras.
- Lafer, M. C. N. (2002b). Introdução. In Hesíodo, *Os trabalhos e os dias* (4a ed., M. C. N. Lafer, trad., pp. 13-20). São Paulo, SP: Iluminuras.
- Lafer, M. C. N. (2002c). Os mitos: Comentários. In Hesíodo, *Os trabalhos e os dias* (4a ed., M. C. N. Lafer, trad., pp. 55-90). São Paulo, SP: Iluminuras.
- Lagache, D. (1961). La psychanalyse et la structure de la personnalité. In *La psychanalyse* (4a ed., Vol. 6, pp. 5-55). Paris: PUF.
- Laplanche, J. (1970). *Vie et mort en psychanalyse*. Paris: Flammarion.
- Laplanche, J. (1992). *Novos fundamentos para a psicanálise* (C. Berliner, trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Laplanche, J. (1998). *Problemáticas: A angústia* (3a ed., Á. Cabral, trad., Vol. 1). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (2001). *Vocabulário de psicanálise* (4a ed., P. Tamen, trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.

- Le Guen, C. (2008). *Dictionnaire freudien*. Paris: PUF.
- Lewis, H. B. (1971). *Shame and guilt in neurosis*. New York, NY: International.
- Leys, R. (2007). *From guilt to shame: Auschwitz and after*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Little, M. I. (1990). *Psychotic anxieties and containment: A personal record of an analysis with Winnicott*. Northvale, NJ: Jason Aronson.
- Loewald, H. W. (2000). Psychoanalysis as an art and the fantasy character of the psychoanalytic situation. In N. Quist (Ed.), *The essential Loewald: Collected papers and monographs* (Vol. 1, pp. 352-371). Hagerstown, MD: University Publishing Group. (Trabalho original publicado em 1975).
- Lohser, B., & Newton, P. M. (1996). *Unorthodox Freud: The view from the couch*. New York, NY: Guilford.
- Lussier, A. (2006). *La gloire et la faute : Essai psychanalytique sur le conflit qui oppose narcissisme et culpabilité*. Québec, Canada: Québec.
- Mahony, P. J. (1991). *Freud et l'Homme aux rats*. Paris: PUF.
- Macedo, H. O. (2012). *Cartas a uma jovem psicanalista* (C. Berliner, trad.). São Paulo, SP: Perspectiva.
- Marin, I. S. K. (2002). *Violências*. São Paulo, SP: Escuta.
- Masson, J. M. (Ed.). (2008). *The complete letters of Sigmund Freud to Wilhelm Fliess: 1887-1904*. London: American Psychoanalytic Association. (Trabalho original publicado em 1985)
- McGuire, W. (Ed.). (1974). *The Freud/Jung letters: The correspondence between Sigmund Freud and C. G. Jung*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Meloy, J. R. (2002). *The psychopathic mind: origins, dynamics, and treatment*. Northvale, NJ: Jason Aronson.

- Meltzer, D., & Williams, M. H. (2008). *The apprehension of beauty: The role of aesthetic conflict in development, art, and violence*. London: Karnac.
- Meyer, L. (2008a). Acaso, destino, memória. In *Rumor na escuta: Ensaio de psicanálise* (pp. 275-288). São Paulo, SP: Editora 34.
- Meyer, L. (2008b). Psicanálise subalterna. In *Rumor na escuta: Ensaio de psicanálise* (pp. 171-194). São Paulo, SP: Editora 34.
- Meyer, L. (2008c). O que faz fracassar uma formação? In *Rumor na escuta: Ensaio de psicanálise* (pp. 157-166). São Paulo, SP: Editora 34.
- Mezan, R. (1998). *Escrever a clínica* (2a ed.). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Mezan, R. (2002a). Notas de leitura. In *Interfaces da psicanálise* (pp. 520-555). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Mezan, R. (2002b). Sobre a epistemologia da psicanálise. In *Interfaces da psicanálise* (pp. 436-519). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Mezan, R. (2006). *Freud, pensador da cultura* (ed. rev.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Mezan, R. (2014). *O tronco e os ramos*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Michaud, Y. (2012). *La violence*. Paris: PUF.
- Mills, J. (Ed.). (2004). *Psychoanalysis at the limit: Epistemology, mind and the question of science*. Albany, NY: State University of New York.
- Mizen, R., & Morris, M. (2007). *On aggression and violence: An analytic perspective*. New York, NY: Palgrave MacMillan.
- Morgan, D. & Ruszczynski, S. (Eds.). (2007). *Lectures on violence, perversion and delinquency. The Portman Papers*. London: Karnac.
- Neyraut, M. (2008). *Le transfert : Étude psychanalytique* (6a ed.). Paris: PUF.
- Nunberg, H. (1976). Introduction. In H. Nunberg & E. Federn (Eds.), *Les premiers psychanalystes : Minutes de la Société Psychanalytique de Vienne* (N. Schwab-

- Bakman, trad., Vol. 1, pp. 9-26). Paris: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1959)
- Nunberg, H., & Federn, E. (Eds.). (1976). *Les premiers psychanalystes : Minutes da la Société Psychanalytique de Vienne* (N. Schwab-Bakman, trad., Vol. 1). Paris: Gallimard.
- Nunberg, H., & Federn, E. (Eds.). (1978). *Les premiers psychanalystes : Minutes da la Société Psychanalytique de Vienne* (N. Schwab-Bakman, trad., Vol. 2). Paris: Gallimard.
- Nunberg, H., & Federn, E. (Eds.). (1983). *Les premiers psychanalystes : Minutes da la Société Psychanalytique de Vienne* (N. Schwab-Bakman, trad., Vol. 4). Paris: Gallimard.
- Nunes Pereira, D. (2013). A criação da jurisdição constitucional na Áustria e sua recepção na República Weimar: Apontamentos epistemológicos e históricos. In G. Soares Roberto, G. S. Siqueira & R. M. Fonseca (Coords.), *História do direito* (pp. 129-149). Florianópolis: Funjab. Recuperado de <https://goo.gl/AxwCQE>
- Ogden, T. H. (2001). *Conversations at the frontier of dreaming*. Northvale, NJ: Jason Aronson.
- Ogden, T. H. (2004a). *The primitive edge of experience*. Lanhan, MD: Rowman & Littlefield.
- Ogden, T. H. (2004b). *Projective identification and psychotherapeutic technique*. Lanhan, MD: Rowman & Littlefield.
- Ogden, T. H. (2004c). *Subjects of analysis*. Northvale, NJ: Jason Aronson.
- Ogden, T. H. (2004d). *Reverie and interpretation: Sensing something human*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- Ogden, T. H. (2005). "Reading Bion". In T. H. Ogden, *This art of Psychoanalysis* (pp. 77-92). London: Routledge.

- Parat, C. (2009). "Lettre au directeur de la RFP. Le glissement narcissique". *Revue Française de Psychanalyse*, (4), 1169-1172. Paris: PUF.
- Paskauskas, R. A. (Ed.). (1995). *The complete correspondence of Sigmund Freud and Ernest Jones: 1908-1939*. Cambridge, MA: Belknap.
- Perelberg, R. J. (2009a). Introduction. In R. J. Perelberg (Ed.), *Psychoanalytic understanding of violence and suicide* (pp. 1-16). London: Routledge.
- Perelberg, R. J. (2009b). Psychoanalytic understanding of violence and suicide: A review of the literature and some new formulations. In R. J. Perelberg (Ed.), *Psychoanalytic understanding of violence and suicide* (pp. 17-50). London: Routledge.
- Perelberg, R. J. (2015). *Murdered father, dead father: Revising the Oedipus complex*. London: Routledge.
- Pfeiffer, E. (Ed.). (1985). *Sigmund Freud and Lou Andreas-Salomé: Letters*. New York, NY: W. W. Norton.
- Platão. (1997). *Phaedrus* (A. Nehamas & P. Woodruff, trans.). Indianapolis, IN: Hackett.
- Platão. (1999). *Protágoras* (A. P. E. Pinheiro, trad.). Lisboa: Relógio d'Água.
- Pontalis, J.-B. (2006). *Frère du précédent*. Paris: Gallimard.
- Pontalis, J.-B. (2011). *Un jour, le crime*. Paris: Gallimard.
- Prior, S. (1996). *Object relations in severe trauma: Psychotherapy of the sexually abused child*. Northvale, NJ: Jason Aronson.
- Racker, H. (2007). The meanings and uses of countertransference. *The Psychoanalytic Quarterly*, 76(3), 725-777. doi: 10.1002/j.2167-4086.2007.tb00277.x. (Trabalho original publicado em 1957)
- Regina, C. (2011). *La violence des femmes : Histoire d'un tabou social*. Paris: Max Milo.

- Renik, O. (1993). Analytic interaction: Conceptualizing technique in light of the analyst's irreducible subjectivity. *The Psychoanalytic Quarterly*, 62(4), 553-571.
- Renik, O. (1998). The role of countertransference enactment in a successful clinical psychoanalysis. In S. T. Ellman & M. Moskowitz (Eds.), *Enactment: Toward a new approach to therapeutic relationship* (pp. 111-128). Northvale, NJ: Jason Aronson.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise* (V. Ribeiro & L. Magalhães, trans.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Rozitcher, L. (1989). *Freud e o problema do poder*. São Paulo, SP: Escuta.
- Rudnytsky, P. L. (2017). Introduction: The other side of the story: Severn on Ferenczi and mutual analysis. In Rudnytsky, P. L. (Ed.), *The discovery of the self: A study in psychological cure* (pp. 1-20). London: Routledge.
- Severn, E. (2017). *The discovery of the self: A study in psychological cure*. London: Routledge.
- Scheff, T. J. (2006). *Goffman unbound! A new paradigm for social science*. Boulder, CO: Paradigm.
- Scheff, T. J., & Retzinger, S. M. (2017). *Emotions and violence: Shame and rage in destructive conflicts*. Lexington, MA: iUniverse.
- Schnaiderman, B. (2011). *Tradução, ato desmedido*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Schröter, M. (Ed.). (2009). *Sigmund Freud, Max Eitingon: correspondence 1906-1939*. Paris: Hachette.
- Schur, M. (1981). *Freud: Vida e agonia: Uma biografia* (M. A. M. Matos, trad., Vol. 3). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Scodel, R. (1982). Hybris in the second Stasimon of the Oedipus rex. *Classical Philology*, 77(3), 214-223. Recuperado de <https://goo.gl/kxP2qi>
- Searles, H. F. (1979). *Countertransference and related subjects: Selected papers* (2a ed.). New York, NY: International University Press.

- Searles, H. F. (2004). *My work with borderline patients*. Lanham, MD: Rowan & Littlefield.
- Shakespeare, W. (1998). *The tragedy of Macbeth* (2a ed. rev.). London: Penguin. (Trabalho original publicado em 1606)
- Shakespeare, W. (2015). *Macbeth* (B. Heliodora, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1606)
- Sófocles. (2001a). *Édipo rei* (P. Neves, trad.). Porto Alegre, RS: L&PM.
- Sófocles. (2001b). *A trilogia tebana: Édipo rei, Épido em Colono, Antígona* (9a ed., M. G. Kury, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Souza, M. L. R. (2006). *Violência* (2a ed.). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Spillus, E. B., Milton, J., Garvey, P., Couve, C., & Steiner, D. (2011). *The new dictionary of kleinian thought*. London: Routledge.
- Spitz, R. (2004). *O primeiro ano de vida* (3a ed., E. M. B. Rocha, trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Stamm, J. L. (1969). Camus' Stranger: his act of violence. *American Imago*, 26(3), 281-290.
- Sterne, L. (2003). *The life and opinions of Tristram Shandy, gentleman*. London: Penguin. (Trabalho original publicado em 1759-1767)
- Strachey, J. (2001a). Editor's note to "An outline of psycho-analysis". In S. Freud, *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (J. Strachey, ed. & trad, Vol. 23, pp. 141-143). London: Vintage. (Trabalho original publicado em 1964)
- Strachey, J. (2001b). Editor's note to "Why war?". In S. Freud, *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (J. Strachey, ed. & trad, Vol. 22, pp. 197-198). London: Vintage. (Trabalho original publicado em 1964)
- Todd, O. (1998). *Albert Camus: Uma vida* (M. Stahel, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Record.

- Tolstói, L. (2000). A felicidade conjugal. In A. F. Bernardini (Org.), *As obras-primas de Leon Tolstói* (B. Schnaidermann, trad., pp. 227-320). Rio de Janeiro, RJ: Ediouro.
- Van Haute, P., & Geyskens, T. (2016). *Psicanálise sem Édipo? Uma antropologia clínica da histeria em Freud e Lacan* (M. P. F. Pacheco, trad.). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Winnicott, D. W. (1990). *Natureza humana* (D. L. Bogomoletz, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Winnicott, D. W. (1963/1992a). Fear of breakdown. In *Psychoanalytic explorations* (C. Winnicott, R. Shepherd & M. Davis, eds., pp. 87-95). Cambridge, MA: Harvard University Press. (Trabalho original publicado em 1963)
- Winnicott, D. W. (1968/1992b). The concept of clinical regression compared with that of defence organisation. In *Psychoanalytic explorations* (C. Winnicott, R. Shepherd & M. Davis, eds., pp. 193-199). Cambridge, MA: Harvard University Press. (Trabalho original publicado em 1968)
- Winnicott, D. W. (1969/1992c). The mother-infant experience of mutuality. In *Psychoanalytic explorations* (C. Winnicott, R. Shepherd & M. Davis, eds., pp. 251-260). Cambridge, MA: Harvard University Press. (Trabalho original publicado em 1969)
- Winnicott, D. W. (1947/2000a). O ódio da contratransferência. In *Da pediatria à psicanálise: Obras escolhidas* (D. L. Bogomoletz, trad., pp. 277-287). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1947)
- Winnicott, D. W. (1955-1956/2000b). Formas clínicas da transferência. In *Da pediatria à psicanálise: Obras escolhidas* (D. L. Bogomoletz, trad., pp. 392-398). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1955-1956)
- Winnicott, D. W. (1956/2000c). A preocupação materna primária. In *Da pediatria à psicanálise: Obras escolhidas* (D. L. Bogomoletz, trad., pp. 399-405). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1956)

- Winnicott, D. W. (1960/2007a). The theory of the parent-infant relationship. In *The maturational processes and the facilitating environment: Studies in the theory of emotional development* (pp. 37-55). London: Karnac. (Trabalho original publicado em 1960)
- Winnicott, D. W. (1962/2007b). Ego integration in child development. In *The maturational processes and the facilitating environment: Studies in the theory of emotional development* (pp. 56-63). London: Karnac. (Trabalho original publicado em 1962)
- Winnicott, D. W. (2007c). *Playing and reality* (2a ed.). London: Routledge. (Trabalho original publicado em 1971)
- Winnicott, D. W. (2016). Letter to Michael Balint. In L. Caldwell & H. T. Robinson (Eds.), *The collected works of D. W. Winnicott* (Vol. 6, pp. 43-44). Oxford: Oxford University Press.
- Winograd, M., & Sollero-de-Campos, F. (2012). A experiência subjetiva da lesão cerebral: Atopia, identidade e intersubjetividade. In N. Coelho Jr., P. Salem & P. Klautau (Orgs.), *Dimensões da intersubjetividade* (pp. 125-145). São Paulo, SP: Escuta.
- Yakeley, J. (2010). *Working with violence: a contemporary psychoanalytic approach*. London: Palgrave Macmillan.
- Young-Bruehl, E. (2008). *Anna Freud: A biography* (2a ed.). New Haven, CN: Yale University Press.